UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social

# QUANDO O LUTO É LUTA, MOBILIZAÇÃO É ATO CRIATIVO:

## Experiências coletivas de jovens e mães em luta contra o genocídio da juventude negra

RAFAELA PEREIRA LIMA

Belo Horizonte, 2023

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS**
**Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas**
**Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social**

**RAFAELA PEREIRA LIMA**

# QUANDO O LUTO É LUTA, MOBILIZAÇÃO É ATO CRIATIVO:

## Experiências coletivas de jovens e mães em luta contra o genocídio da juventude negra

**Belo Horizonte**
**2023**

**Rafaela Pereira Lima**

# QUANDO O LUTO É LUTA, MOBILIZAÇÃO É ATO CRIATIVO:

**Experiências coletivas de jovens e mães em luta contra o genocídio da juventude negra**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em Comunicação Social.

Orientador: Prof. Dr. Márcio Simeone Henriques

**Belo Horizonte**

**2023**

316.77 Lima, Rafaela Pereira
323.13 Quando o luto é luta, mobilização é ato criativo [manuscrito]:
2023 Experiências coletivas de jovens e mães em luta contra o genocídio da juventude negra / Rafaela Pereira Lima. – 2023
390 f.
Orientador: Márcio Simeone Henriques.

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.
Inclui bibliografia.

1. Comunicação – Teses. 2. Mobilização social – Teses. 3. Luta Antirracista – Teses. I. Henriques, Márcio Simeone. II. Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título

Comunicação social, mobilização social e luta antirracista

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO SOCIAL

## FOLHA DE APROVAÇÃO

**"Quando o luto é luta, mobilização é ato criativo: experiências coletivas de jovens e mães em luta contra o genocídio da juventude negra."**

**Rafaela Pereira Lima**

Tese aprovada pela banca examinadora constituída pelos Professores:

Prof. Márcio Simeone Henriques - Orientador
DCM/FAFICH/UFMG

Prof. José Valter Pereira
UFF

Profª Licínia Maria Correa
FaE/UFMG

Profª Maria Beatriz Almeida Sathler Bretas
DCM/FAFICH/UFMG

Profª Iracema Santos do Nascimento
USP

Belo Horizonte, 31 de maio de 2023.

Documento assinado eletronicamente por **Marcio Simeone Henriques**, **Professor do Magistério Superior**, em 31/05/2023, às 18:07, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

Documento assinado eletronicamente por **Iracema Santos do Nascimento**, **Usuária Externa**, em 31/05/2023, às 19:36, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

Documento assinado eletronicamente por **Maria Beatriz Almeida Sathler Bretas**, **Usuário Externo**, em 01/06/2023, às 07:57, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

Documento assinado eletronicamente por **Licinia Maria Correa**, **Professora do Magistério Superior**, em 07/06/2023, às 08:54, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

Documento assinado eletronicamente por **José Valter Pereira**, **Usuário Externo**, em 07/06/2023, às 09:52, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufmg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **2036017** e o código CRC **0AE63597**.

*À minha mãe e ao meu filho.*

# AGRADECIMENTOS

Tive tanto apoio para acreditar que doutorado era uma possibilidade pra mim, dar o primeiro passo, me manter e chegar até o final dessa jornada, que nomear as pessoas individualmente seria, com certeza, injusto. É muita gente, é muito afeto. Então, deixo um agradecimento coletivo...

Pelo amor imenso da vida inteira e também pelo amor miúdo que compartilhamos no dia a dia, minha mais profunda gratidão a cada pessoa com a qual tenho seguido, de mãos dadas, vida afora – na família, na AIC, na UFMG, nas lutas, nas amizades tão preciosas. Muito obrigada pelo bem-querer, por me empurrarem pra frente quando tive medo, pela paciência com as minhas loucuras. Por ralarem (comigo e por mim, nas tantas vezes em que precisei), sonharem, sofrerem, sentirem o bom e o amargo junto comigo.

A cada um e cada uma de vocês que me ensinou e me ensina que é possível fazer do luto, luta; da dor, semente; que me mostra que perrengue a gente encara com humor e partindo pro drible, devo a sabedoria da vida. Muito, muito obrigada. Sem vocês, não haveria nem doutorado, nem tese, nem nada. Não haveria nem luta, nem alegria e nem esperança.

“Só o impossível acontece. O possível apenas se repete.”

(Chacal, letra elétrika, 1994).

# RESUMO

O presente estudo aborda os processos de comunicação para a mobilização social construídos por dois públicos que lutam contra o genocídio da juventude negra: o Fórum das Juventudes da Grande BH (rede que reúne coletivos e entidades juvenis da Região Metropolitana de Belo Horizonte, MG) e a Rede Mães de Luta (constituída por grupos de mulheres cujos familiares tiveram direitos violados e/ou foram assassinados). O foco volta-se aos processos de formação e de movimentação desses dois públicos, além da performance pública das duas redes em questão: lutas sociais que se dão em condições radicais, liminares entre vida e morte.

A tese dá sua contribuição aos estudos da Comunicação ao construir uma perspectiva decolonial de análise dos públicos em processos de mobilização social. Durante a pesquisa, foi criada uma metodologia própria de produção das narrativas de vida e luta das e dos ativistas: um modo de escrita colaborativa envolvendo cada ativista participante e a pesquisadora, também ativista. Para analisar as experiências, tais narrativas foram a base e o alinhavo das discussões, a partir de uma articulação textual inspirada na ideia de palavra geradora, de Paulo Freire.

Conjugando a descrição das lutas às reflexões dos sujeitos que as constituem, a tese demonstra que o método de construção da expressão pública das duas redes abordadas é eminentemente experimental: calcado em processos abertos, problematizadores, criativos e transformadores. Dito de outro modo, trata-se de uma artesania, de um modo singular de criar, cuja lógica é processual: construir a performance para dar visibilidade à luta é, ao mesmo tempo, construir uma compreensão diferente de si, do contexto em que se age e da própria luta.

Na análise apresentada, demonstra-se que, no percurso entre o compartilhamento das dores e angústias ligadas às violências vividas por cada pessoa e a ação coletiva para dar visibilidade à luta, algo precioso acontece. Há um moldar coletivo da expressão, que é um ato poético: os gritos indistintos de dor e desespero de quem sofre as violências são a base de um processo de modelagem coletiva e colaborativa, a partir do qual se tornam um clamor público por justiça.

A partir da análise de diversas dimensões desse processo de modelagem, o estudo defende que jovens e mães constroem uma vigorosa ação política: em sua performatividade, subvertem as lógicas do racismo, preconceito enraizado na sociedade brasileira. Conclui que o modo de ação dessas lutas liminares é encarnado, vivencial. O que se experimenta, nos processos abordados, é o vivenciar-como-luta: a experiência integral, vívida e intensa de fazer do luto, luta.

Na metodologia, a tese dialoga com o ad-mirar de Paulo Freire, a escrevivência de Conceição Evaristo, as afrografias de Lêda Maria Martins, as histórias de vida de Karen Workman e as narrativas autobiográficas de Ecléa Bosi. Na discussão teórica, adota uma perspectiva pragmatista e praxiológica, calcada nos conceitos de públicos (Márcio Simeone Henriques e grupo de pesquisa Instituições, Públicos e Experiências Coletivas – Ipê, da UFMG), experiência estética (John Dewey) e acontecimento (Muniz Sodré e Ricardo Fabrino Mendonça). Na análise da mobilização social, destaca a construção coletiva das performances públicas de luto e luta, entendendidas como artesanias (inspirada em O Artífice, de Richard Senett): atos criadores (a partir de Fayga Ostrower); atos expressivos (a partir do conceito de narrativa de Louis Queré); atos poéticos (a partir das noções de poesia de Audre Lorde – "destilação reveladora da experiência", cf LORDE, 2019, p. 46; de autoconstrução e autopoiese, de Humberto Maturana e Francisco Varela); ato político (formulação que se vale das discussões de performatividade de Judith Butler e de cena de dissenso, de Jacques Rancière). Por fim, com base nas experiências profundas de experimentação da vida e da arte discutidas, a tese propõe um olhar à dimensão vivencial da mobilização social (discussão na qual foram articulados os conceitos de inédito-viável, de Paulo Freire; de vivência, de Vygotsky; e de conhecer, de Maturana).

Palavras-chave: Comunicação social. Mobilização social. Decolonialidade. Artivismo. Luta antirracista.

# ABSTRACT

The present study analyzes the communication processes for social mobilization built by two groups that fight against the genocide of black youth: the Greater BH Youth Forum (network that brings together collectives and youth entities from the Metropolitan Region of Belo Horizonte, MG) and the Mothers of Struggle Network (made up of groups of women whose family members had their rights violated and/or were murdered). The focus is on the processes of formation and movement of these two audiences, in addition to the public performance of the two networks in question: social struggles that take place in radical conditions, liminal between life and death.

The thesis makes its contribution to Communication studies by building a decolonial perspective of analyzing publics in processes of social mobilization. During the research, a specific methodology was created for producing narratives of the activists' lives and struggles: a collaborative writing method involving each participating activist and the researcher, also an activist. To analyze the experiences, such narratives were the basis and outline of the discussions, based on a textual articulation inspired by the idea of the generating word, by Paulo Freire.

Combining the description of the struggles with the reflections of the subjects that constitute them, the thesis demonstrates that the method of constructing public expression in the two networks analyzed is eminently experimental: based on open, problematizing, creative and transformative processes. In other words, it is a craftsmanship, a unique way of creating, whose logic is procedural: building the performance to give visibility to the struggle is, at the same time, building a different understanding of oneself, of the context in which it takes place. acts and the struggle itself.

In the analysis presented, it is demonstrated that, in the journey between sharing the pain and anguish linked to the violence experienced by each person and collective action to give visibility to the struggle, something precious happens. There is a collective shaping of expression, which is a poetic act: the indistinct screams of pain and despair of those who suffer violence are the basis of a process of collective and collaborative modeling, from which they become a public cry for justice.

Based on the analysis of several dimensions of this modeling process, the study argues that young people and mothers build a vigorous political action: in their performativity, they subvert the logics of racism, a prejudice rooted in Brazilian society. It concludes that the mode of action of these liminal struggles is embodied, experiential. What is experienced, in the processes discussed, is experiencing-as-struggle: the integral, vivid and intense experience of turning mourning into a struggle.

In methodology, the thesis dialogues with the "ad-mirar" of Paulo Freire, the "escrevivência" of Conceição Evaristo, the afrographies of Lêda Maria Martins, the life stories of Karen Workman and the autobiographical narratives of Ecléa Bosi. In the theoretical discussion, it adopts a pragmatist and praxeological perspective, based on the concepts of public (Márcio Simeone Henriques and research group Institutions, Publics and Collective Experiences – Ipê, from UFMG), aesthetic experience (John Dewey) and event (Muniz Sodré and Ricardo Fabrino Mendonça). In the analysis of social mobilization processes, it highlights the collective construction of public performances of mourning and struggle, understanding such performances as crafts (inspired by The Artifice, by Richard Senett): creative acts (from Fayga Ostrower); expressive acts (based on Louis Queré's concept of narrative); poetic acts (based on Audre Lorde's understanding of poetry: "revealing distillation of experience" – LORDE, 2019, p. 46; as well as self-construction and autopoiesis, by Humberto Maturana and Francisco Varela); political act (a formulation that draws on Judith Butler's discussions of performativity and Jacques Rancière's scene of dissent). Finally, based on the profound experiences of experimenting with life and art discussed, the thesis proposes a look at the experiential dimension of social mobilization (a discussion that articulates the concepts of unprecedented-viable, by Paulo Freire; experience, by Vygotsk; and to know, by Humberto Maturana).

Keywords: Social communication. Social mobilization. Decoloniality. Artivism. Anti-racist fight.

# Lista de ilustrações

**Figura 1:** Gráfico com percepções sobre a relação entre raça e acesso à cidadania.

**Figura 2:** Registros de atividades do Fórum das Juventudes divulgadas na rede social Facebook.

**Figura 3:** Montagem com registros das ações da Rede Mães de Luta publicada na rede social Facebook.

**Figura 4:** Capa de Facebook da campanha Juventudes contra violência.

**Figura 5:** Reprodução de páginas da plataforma Re-Junte.

**Figura 6:** Reprodução de páginas da rede social Youtube com os vídeos da campanha "Caso de Polícia".

**Figura 7:** Reprodução de páginas da plataforma Baculejo.

**Figura 8:** Flyer do oKupa 1.

**Figura 9:** Flyer do oKupa 2.

**Figura 10:** Cartaz do oKupa 3.

**Figura 11:** Cartaz do oKupa 4.

**Figura 12:** Flyer do oKupa 5.

**Figura 13:** Flyer do oKupa 6.

**Figura 14:** Flyer do oKupa 7.

**Figura 15:** Cartaz do oKupa 8.

**Figura 16:** Flyer do oKupa 9.

**Figura 17:** Cartaz nº 1 do oKupa 10.

**Figura 18:** Cartaz nº 2 do oKupa 10.

**Figura 19:** Banners de intervenção em Audiência Pública na Câmara Municipal de BH sobre o Genocídio da Juventude Negra (27/04/2015).

**Figura 20:** Cartazes com silhuetas representando jovens que não tiveram condições de estar na audiência pública sobre o Genocídio da Juventude Negra (27/04/2015).

**Figura 21:** Intervenções com performances de poesia e dança realizadas no Seminário "Segurança cidadã em Belo Horizonte" (Câmara Municipal de BH, 29/09/2017).

**Figura 22:** Cartaz da intervenção artística "Juventudes em Luta" (Praça da Estação, 26/09/2017).

**Figura 23:** Intervenção artística "Juventudes em Luta" (Praça da Estação, 26/09/2017).

**Figura 24:** Estandartes com palavras-chave do Fórum que são espalhados nos espaços das intervenções.

**Figura 25:** Atividades culturais realizadas durante a Ocupação do CRJ.

**Figura 26:** Páginas da Agenda de Enfrentamento à Violência Contra as Juventudes (2012).

**Figura 27:** Kit do jogo oKupa.

**Figura 28:** Capa e página 1 da cartilha Fazendo Junt@s.

**Figura 29:** Detalhe do flyer de divulgação do Encontro de 25/05/2019.

**Figura 30:** Flyer de divulgação do Ato do dia 06/08/2019.

**Figura 31:** Registros do Ato do dia 06/08/2019.

**Figura 32:** Cartaz de divulgação da Atividade de Multiplicação do dia 21/09/2019.

**Figura 33:** Registros da Atividade de Multiplicação do dia 21/09/2019.

**Figura 34:** Flyer do Ato do dia 02/10/2019.

**Figura 35:** Registro do Ato Público do dia 02/10/2019.

**Figura 36:** Flyer da Atividade Multiplicadora do dia 30/10/2019.

**Figura 37:** Detalhe do flyer dos Atos Públicos dos dias 01 e 02/11/2019.

**Figura 38:** Registros dos atos públicos na Praça de Santa Tereza e na Praça da Estação (BH/MG) da campanha #Vida Viva.

**Figura 39:** Ato público da campanha #Vida Viva em frente à Penitenciária Nelson Hungria

**Figura 40:** Flyer de divulgação do Ato Público de 10/12/2019

**Figura 41:** Registro da atividade do Ato Público de 10/12/2019 (manhã)

**Figura 42:** Registro da atividade do Ato Público de 10/12/2019 (manhã).

**Figura 43:** Registros do Ato Público de 08/03/2020

**Figura 44:** Reprodução de post de divulgação em redes sociais

**Figura 45:** Reprodução de canal da Rede Mães de Luta no Spotify

**Figura 46:** Flyer de divulgação do ato público de 10/12/2020

**Figura 47:** Registros do ato público de 10/12/2020.

**Figura 48:** Intervenção artística Chorar os Filhos no ato público de 10/12/2020.

**Figura 49:** Flyer de divulgação do ato público de 18/02/2021.

**Figura 50:** Reprodução de post da Rede Mães de Luta na rede social Instagram.

**Figura 51:** Registros do Ato público de 28/07/2021.

**Figura 52:** Registros do ato público de 10/12/2021.

**Figura 53:** Identidade visual do 8M Unificado RMBH 2022 (crédito: Divulgação).

**Figura 54:** Registro do Encontro da Agenda Nacional pelo Desencarceramento e Desmilitarização (crédito: Divulgação).

**Figura 55:** Registro do Encontro do Movimento Mães de Maio na Semana das Vítimas da Violência do Estado: 2022 (crédito: Divulgação).

**Figura 56:** Registros do primeiro encontro de criação da campanha Juventudes Contra Violência.

**Figura 57:** Registros do segundo encontro de criação da campanha Juventudes Contra Violência.

**Figura 58:** Página de abertura do site www.juvendudescontraviolencia.org.br.

**Figura 59:** Imagens do cartaz, banner, flyers e adesivos da campanha.

**Figura 60:** Registros do encontro imersivo de concepção do 8º oKupa.

**Figura 61:** Reprodução de frame de vinheta de abertura dos vídeos da campanha "Caso de Polícia".

**Figura 62:** Bruna Silva, no velório do filho, cobre o caixão com a blusa de uniforme escolar ensanguentada.

**Figura 63:** Registros da obra Chorar os Filhos.

**Figura 64:** Registros da performance Mil Litros de Preto (Centro de Referência da Juventude, 10/12/2019).

**Figura 65:** Fac-símile da "Carta à Justiça" criada pelas Mães de Luta.

e lida por elas no ato público de 10/12/2021.

**Figura 66:** Bordados do Pontos de Luta.

**Figura 67:** Registro do evento do dia 02/10/2019.

**Figura 68:** Arte da bandeira da Rede de Comunidades e Movimentos- Contra a Violência, que foi estendida no chão do evento do dia 02/10/2019.

**Figura 69:** Placa "Nossos Mortos Têm Voz", exposta no evento de 02/10/2019.

**Figura 70:** Imagens de capa e contracapa da cartilha "Mães e Mulheres em luta pela vida do nosso povo", distribuída no evento de 02/10/2019.

**Figura 71:** Capa, contracapa e páginas 1 e 2 do livro "Memorial dos Nossos Filhos Vivos", exposto no evento de 02/10/2019.

**Figura 72:** Cartilha distribuída no evento de 20/10/2019.

**Figura 73:** Bordado "Marielle é semente", do coletivo Pontos de Luta.

# Sumário

**1. COM LICENÇA POÉTICA** ..... **16**
**1.1. Eu** ..... **17**
**1.2. Nós** ..... **22**
1.2.1. Jornada entre o viver e o conhecer ..... 22
1.2.2. Travessia ..... 26
**1.3. Entre nós** ..... **34**
**1.4. Entre escrever, ver e viver** ..... **41**
**1.5. Entrecruzos** ..... **47**
**1.6. Gesto inacabado** ..... **51**
**2. LUTO** ..... **56**
**2.1. A estrutura que exclui e mata** ..... **58**
**2.2. A vida matável e a necropolítica** ..... **59**
**2.3. Quem morre** ..... **62**
**2.4. A imagem da vida que se pode matar e expor à morte** ..... **67**
**2.5. Rituais da morte para reivindicar o valor da vida** ..... **71**
**2.6. Rituais, vida e luta** ..... **76**
**3. LUTA** ..... **82**
**3.1. Algumas palavras sobre a luta** ..... **83**
3.1.1. Juventudes ..... 83
3.1.2. Políticas Públicas de Juventude ..... 84
3.1.3. Maternidades ..... 89
3.1.4. Emoção e afeto ..... 91
3.1.5. Interseccionalidade ..... 94
**3.2. A luta** ..... **96**
3.2.1. “A gente combinamos de não morrer” ..... 96
3.2.2. Vidas negras importam ..... 100
3.2.3. As juventudes e a luta pelas vidas jovens negras ..... 105
3.2.4. Mulheres em luto e luta contra o genocídio ..... 112
**4. LUTAR** ..... **117**
**4.1. Fórum das Juventudes da Grande BH** ..... **118**
4.1.1 Os ciclos de mobilização do Fórum das Juventudes ..... 120

4.1.2. Intervenções que ocupam a cidade: o coração pulsante do Fórum das Juventudes .....129
4.1.3. Atividades transversais participativas e colaborativas .....142
4.1.4 Amálgama institucional.....146
**4.2. Rede Mães de Luta ..... 158**
4.2.1. Calendário de Resistência.....160
4.2.2. Os atos públicos e as atividades de multiplicação.....160
4.2.3. Circuito de compartilhamento e articulação.....188
4.2.4. Amálgama institucional.....190
**5. QUANDO O LUTO É LUTA ..... 197**
**5.1. Entre admirar e mirar ..... 198**
**5.2. Públicos em ação..... 202**
5.2.1. Acontecer: irromper e entrar em erupção.....214
5.2.2. Ter uma experiência .....224
5.2.3. Criar e transformar(-se) .....233
**5.3. Ato expressivo ..... 240**
5.3.1. Atos no espaço público.....241
**5.4. Ato poético..... 309**
5.4.1. Destilação da vida.....310
5.4.2. Experimentação da vida .....324
5.4.3. Autoconstrução.....332
5.4.4. Autopoiese.....341
**5.5. Ato político .....347**
**5.6. Atos do luto à luta.....354**
**6. O MODO POÉTICO..... 364**
**6.1. Mobilização social: ato vivo ..... 366**
**6.2. “Conhecer é viver, e viver é conhecer”..... 371**
**7. BIBLIOGRAFIA ..... 376**

# 1.COM LICEN-
# -ÇA POÉTI-
# -CA

Quando nasci um anjo esbelto,
desses que tocam trombeta, anunciou:
vai carregar bandeira.
Cargo muito pesado pra mulher,
esta espécie ainda envergonhada.
Aceito os subterfúgios que me cabem,
sem precisar mentir.
Não sou tão feia que não possa casar,
acho o Rio de Janeiro uma beleza e
ora sim, ora não, creio em parto sem dor.
Mas o que sinto escrevo. Cumpro a sina.
Inauguro linhagens, fundo reinos
– dor não é amargura.
Minha tristeza não tem pedigree,
já a minha vontade de alegria,
sua raiz vai ao meu mil avô.
Vai ser coxo na vida é maldição pra homem.
Mulher é desdobrável. Eu sou.
*Adélia Prado* (1991, p. 11).

## 1.1. Eu

Termino esta tese aos 51 anos de idade. Vale começá-la, então, com um pouco de nostalgia: que é mistura da sensação melancólica do tempo que já se esvaiu, mas também é ternura pelo vivido e generosidade com o presente. Já se pode errar, já se pode não ter certeza, já é permitido assumir as paixões sem ter que dar grandes justificativas.

Então, começo dizendo que a pesquisa que aqui apresento foi para mim, desde o início, uma oportunidade de construir uma declaração de amor. Como bem observou Humberto Maturana, amor é porosidade ao outro, é disposição de enxergar o outro como legítimo outro na convivência. O que nos impulsiona à busca por compreender, acredito, é o encantamento despertado por essa alteridade à qual atribuímos valor. Portanto, amar é conhecer, ensina o neurobiólogo.

O campo magnético que me atraiu há quase 30 anos, me desviando totalmente do prumo e do rumo da formação que eu buscava no curso de Comunicação Social da UFMG – a da jornalista tradicional – tinha o nome de TV Sala de Espera. De 1993 a 1996, ao participar daquele projeto de extensão da universidade, inventando um programa de TV comunitária junto com moradores da região nordeste de Belo Horizonte, descobri minha vocação, o que desejaria de fazer pelo resto da vida: trabalhar com comunicação para a mobilização social.

Sem saber, e mesmo sem elaborar muito em termos teóricos, naquela época eu me libertava das amarras do paradigma informacional e transmissivo da comunicação, e da perspectiva tecnicista e arrogante do jornalismo tradicional, e caía de encantos pela possibilidade de construir a minha profissão em outros termos, dialógicos.

Já naquela época, eu entendi que diálogo é um jeito de estar com o outro em que há um combinado de escuta mútua. Isso conta muito, porque, só de não haver uma verdade pronta que um despeja no outro, tudo fica mais interessante. Mas, ao mesmo tempo, não existe o conforto que o tecnicismo por vezes nos dá: o jeito certo de fazer, o padrão, o lugar instituído.

Naqueles anos 1990, parte da turma da TV Sala de Espera e eu fizemos algo bem próprio da juventude: trocar o estabelecido, o conforto, pela possibilidade de inventar. E fundamos a AIC – Agência de Iniciativas Cidadãs (originalmente, Associação Imagem Comunitária), organização da sociedade civil, instituída formalmente em 1997, que tenho o orgulho de dirigir até hoje.

Desde 1993, a AIC é meu firmamento: meu alicerce, meu chão, mas também o céu estrelado dos meus sonhos para o mundo. É meu lugar de labuta compartilhada com pessoas que estão ali pro que der e vier – construímos juntos o chão pra caminhar e miramos juntos o céu de sonhos e delírios. Na nossa labuta, como bem ensina a poesia da Adélia Prado, a palavra amor não precisa ser dita, pois está espalhada no afeto que circula, no carinho, no cuidado.[1] Na nossa labuta, como tem muita paixão, tem também treta, desencontros, rupturas, recomeços. Na nossa labuta, tem vida. Uma vida que chega à impossível idade de 30 anos (quem diria que chegaríamos tão longe!), em 2023.

---

[1] Para quem não conhece, refiro-me aqui a uma das mais famosas poesias da escritora mineira, *Ensinamento*: "Minha mãe achava estudo a coisa mais fina do mundo. Não é. / A coisa mais fina do mundo é o sentimento. / Aquele dia de noite, o pai fazendo serão, ela falou comigo: 'Coitado, até essa hora no serviço pesado'. / Arrumou pão e café, deixou tacho no fogo com água quente. / Não me falou em amor. Essa palavra de luxo" (PRADO, 1991, p. 116).

Impossível. É preciso fazer uma pequena pausa para destacar essa palavra, que é de grande interesse para a pesquisa que constitui a presente tese. O poeta Chacal tem dois versos que talvez sejam os meus preferidos na vida toda: "Só o impossível acontece. O possível apenas se repete".[2] Trabalhar com comunicação comunitária, criar uma ONG, querer viver disso: essas ideias eram absurdas nos idos dos anos 1990, quando começamos. No entanto, achamos uma brecha (outra palavra importante) na repetição para experimentar o impossível: o que ainda não se evidenciava como possibilidade.

Mas impossível mesmo era – e segue sendo até hoje – a mobilização social pela cidadania que é construída pelas populações negras e periféricas (uso periféricas aqui em referência à periferia do acesso às condições para uma vida digna), que vivem todos os dias as mais extremas violações de direitos. Evidentemente, tem que ser delas o protagonismo de tal mobilização. Afinal, as mazelas recaem sobre elas e é delas que tem que vir a exigência por justiça social. O que é assombroso é existir força de mobilização em contextos que são pura devastação. E, se há essa força, se a flor irrompe do asfalto, contra todas as possibilidades, é imperativo ético fazer parte desse movimento de romper brechas na sólida e bruta estrutura desigual que é a nossa sociedade.

O que buscamos, na AIC, é essencialmente fazer parte disso: somar nossas forças às dos movimentos populares que lutam por direitos. Trabalhamos para desenvolver, junto com eles, recursos de comunicação estratégica que ampliem suas possibilidades de visibilidade e de diálogo com a sociedade – e, portanto, de existir e de promover a defesa das causas cidadãs.

Assim, em 30 anos de trabalho, tenho tido a honra de conhecer e caminhar ao lado de numerosos grupos e movimentos que, mesmo nos contextos mais dramáticos de vulnerabilidade, insistem na construção da luta social. Considero que esses grupos e movimentos representam o que há de mais extraordinário em nossa sociedade.

O presente estudo foi construído para discutir, honrar e dar visibilidade a duas dessas iniciativas extraordinárias. Duas redes que conheço de perto, em função da lida da AIC, e que vejo construírem, no dia a dia, preciosos saberes em comunicação para a mobilização social. A primeira delas que entrou em minha vida foi o Fórum das Juventudes da Grande BH.

---

[2] Versos do poema *Grapette* (CHACAL, 1994, p. 91).

Conheci o Fórum das Juventudes quando ele dava os primeiros passos, no ano de 2004. À época, a AIC promovia um amplo projeto de produção comunicativa envolvendo grupos juvenis das nove regiões de Belo Horizonte: a Rede Jovem de Cidadania. Reuníamo-nos no mesmo espaço que aquele fórum recém-nascido: o Centro Cultural UFMG, no hipercentro de Belo Horizonte. O encontro com os coletivos juvenis daquela rede me marcou muito. Logo trabalhávamos juntos e, na convivência com eles, ampliei exponencialmente meu entendimento da cidade e da riqueza que a diversidade representa. E consolidei uma crença que fermentava em mim até então: a de que a equação mobilização + juventudes + comunicação é muito potente.

Com os movimentos juvenis, aprendi ainda que era possível construir uma luta social que não fosse sisuda, e que fosse afetiva. Mas aprendi, também, o significado de uma expressão funesta: genocídio da juventude negra. Recordo-me de forma cristalina do dia em que entrei na AIC, nos idos de 2011, e me deparei com Áurea Carolina, à época muito jovem, mas já uma das mais importantes lideranças de sua geração, e ela estava aos prantos. Áurea tinha acabado de ler a seção sobre letalidade da juventude negra no Mapa da Violência, anuário que analisava os dados dos homicídios no país.

Uma rápida consulta àquele anuário – e a outro que se seguiu, o Atlas da Violência – permite verificar que o Brasil mata mais jovens negros do que muitas guerras, todos os anos. Esse era o motivo do pranto dela. Mas a maior parte da população nem liga. Há quem os veja como potenciais criminosos e pense que eles têm mais é que morrer. Centenas de milhares de vidas, em toda a sua potência, têm alvos desenhados em seus corpos em função do racismo estrutural de nossa sociedade.

Precisamos desnaturalizar um genocídio que se desenrola diante dos nossos olhos. Por isso, ao decidir fazer doutorado, eu já sabia que estudaria a mobilização social inventiva e vigorosa do Fórum, e também o seu avesso: o drama das vidas jovens negras violadas e exterminadas. E assim foi, de 2018 a 2023.

Um acontecimento, porém, mudaria o meu percurso. Em 2019, um ano depois de eu ter ingressado no doutorado, Sheila Castro, jornalista que conheci no bairro Ribeiro de Abreu nos tempos da TV Sala de Espera (quando ela ainda era adolescente e participava de nossas atividades), me contou que a mesma luta pelo valor das vidas jovens negras era travada por um coletivo de mulheres lá do Ribeiro de Abreu – justo onde a TV Sala de Espera começou! –, que pedia justiça pelos filhos assassinados pela polícia e pelo tráfico.

Na mesma época, um grupo chamado Fórum Grita Baixada se conectou à AIC, a partir de uma articulação feita pela Cristiane Ribeiro, que naquele tempo integrava a nossa equipe (e até hoje segue como grande aliada). O grupo buscava parceria para a realização de um evento de lançamento de um documentário que contava o drama das mulheres do Rio de Janeiro que tiveram os filhos assassinados em chacinas. *Nossos mortos têm voz* era o título do documentário. Realizamos o evento em maio de 2019, com a presença de quase 200 mulheres de Belo Horizonte e redondezas. Muitas delas tinham perdido os filhos para a violência das forças do Estado ou do crime organizado. E as mulheres já saíram do evento com uma série de ações em comum combinadas. Eu testemunhava, assim, o nascimento da Rede Mães de Luta, constituída por coletivos de mulheres da Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH) e de outras localidades do país, unidas para contestar o encarceramento e a matança da juventude negra.

Aquelas mulheres me arrebataram – pela enormidade do horror, da dor e da injustiça, pela extrema relevância da mobilização que construíam e, também, paradoxalmente, pela beleza da luta. Frente a uma sociedade que nega o valor das vidas dos seus filhos, elas realizam em público rituais de luto: expõem fotos dos mortos, erguem os punhos e gritam o nome de cada um deles, cantam. Compartilham e reivindicam atenção e respeito à memória de quem se foi. Passei a acompanhá-las e a colaborar com o trabalho que faziam. E pude presenciar vários momentos em que aquela dor, tão visceral e escancarada, conseguiu criar brechas no muro da indiferença social e do preconceito.

Eu também já presenciei vários momentos em que os jovens, por um caminho inteiramente oposto, conseguiram o mesmo: tirar as pessoas do torpor, ao levar para os espaços públicos da Grande BH eventos que capazes de falar de política e de ativismo por meio da vitalidade das linguagens juvenis.

Dessa forma, as mães aconteceram na pesquisa: eu não conseguiria falar da luta de enfrentamento ao genocídio sem considerá-las, e à profunda conexão entre a mobilização delas e a dos jovens. De fato, acabei por descobrir, na literatura especializada, que os movimentos de juventudes e de mães são, hoje, as mais importantes vozes na luta por segurança pública cidadã no Brasil. Nesta tese, busquei escutar, dialogar e aprender com tais vozes. Elas ecoam muitas outras vozes, de tantos outros grupos,

coletivos e redes, mobilizados frente ao impossível de tantos horrores que não param de se repetir. Mas são também a poesia que o horror não alcança. Trago, na pesquisa, essas vozes que me habitam e que me assombram em sua grandeza. Caminhando entre a vulnerabilidade e a potência, elas constroem o que de mais bonito encontrei desde o dia em que me apaixonei pelo impossível que se vislumbra nas brechas, por mais ínfimas que elas sejam.

## 1.2. Nós

### 1.2.1. Jornada entre o viver e o conhecer

A pesquisa[3] que aqui começa a ser apresentada faz parte da jornada de vida de uma mulher que foi afetada pela imensidão de duas lutas. Mas é, também, parte de uma jornada de pesquisa e trabalho que vem de longe, e que é de muitas e muitas pessoas. Peço licença para falar brevemente dessa jornada.

A busca por produzir conhecimento é o que anima a construção de uma tese. Como minha proposta, aqui, é contar e problematizar essa construção, penso que é preciso, primeiro, falar sobre essa palavra: conhecimento. "Conhecer é viver, e viver é conhecer." A célebre afirmação de Humberto Maturana (1997, p. 42) nos indica que qualquer organismo vivo, ao longo da vida, modela seu agir no mundo de acordo com o fluir das interações em que se envolve e com as adaptações que constrói em resposta às mudanças que vai detectando no entorno. Interações e adaptações em congruência com o meio são essenciais à garantia da própria vida. E o conhecimento – ou o conhecer, como preferia o neurobiólogo – é exatamente o processo contínuo de modelagem do agir no mundo, que mistura interações e adaptações.

Paulo Freire, que também preferia o verbo conhecer ao substantivo conhecimento, para sublinhar a inexistência de um suposto conhecimento pronto e acabado, nos diz algo

[3] Dados da pesquisa registrados junto ao Comitê de Ética da Pesquisa da UFMG – COEP UFMG:

a) Número de cadastro do projeto de pesquisa junto ao COEP: CAAE 32130919.8.0000.5149.

b) Título do projeto de pesquisa: "Gritar e chorar em público pelo valor da vida jovem: a mobilização social frente ao desafio de coletivizar a dor". Vale destacar que a tese, produto da pesquisa, acabou ganhando um novo nome em função de ponderações feitas pela banca de qualificação e de achados do estudo, que reconfiguraram a percepção dos processos analisados.

muito semelhante à formulação do neurobiólogo chileno: “Bastaria que reconhecêssemos o homem como um ser de permanentes relações com o mundo, que ele transforma através de seu trabalho, para que o percebêssemos como um ser que conhece” (FREIRE, 2014, p. 33).

Esses dois autores magníficos me permitiram um olhar mais generoso em relação à minha própria relação com o conhecimento. É que o conhecimento sobre o campo da Comunicação, na minha trajetória de vida, só existe encarnado: é sempre uma construção nascida na e da lida com os desafios da prática da comunicação para a mobilização social. Então, por muito tempo, me considerei uma pessoa “da prática” – contradizendo o que eu vivia, que mesclava o fazer e o conhecer, eu separava as duas esferas e, o que é pior, achava que a segunda teria menos valor.

De todo modo, há sim uma separação entre as esferas institucionais: existem espaços que são específicos da prática profissional e outros que são específicos da pesquisa e do ensino formal da comunicação. Evidentemente, há interseções entre eles, mas não há dúvida de que são esferas distintas. E vejam só: com o pouco que compartilhei neste comecinho da tese, já deve ter ficado bem evidente que tenho um pé muito fincado na prática profissional da comunicação para a mobilização social. Mas meu outro pé escolheu a UFMG para se fincar – grudou para sempre no chão da universidade no momento em que o projeto TV Sala de Espera começou.

Foi na UFMG que tomei gosto por experimentar processos comunicativos, e por discutir e pensar sobre eles, aprimorá-los, construir e sistematizar modos de fazer e pensamentos sobre o fazer. Pelo caminho profissional que escolhi a partir do projeto TV Sala de Espera, e porque a perspectiva da experimentação metodológica me atraía imensamente, veio outra relação de amor nascida na universidade: a conexão com o Mobiliza – Grupo de Pesquisa em Comunicação, Mobilização Social e Opinião Pública da UFMG, que em 2021 foi renomeado IPÊ – Grupo de Pesquisa em Instituições, Públicos e Experiências Coletivas.

Integro esse grupo de pesquisa – primeiro, como colaboradora e, desde o início do doutorado, como pesquisadora – desde o fim dos anos 2000. Nele, sempre em estreita colaboração com o Márcio Simeone Henriques (não por acaso, também meu orientador), minhas parceiras e meus parceiros da AIC e eu temos nos envolvido com a construção de iniciativas das quais me orgulho imensamente e que têm me dado muita alegria.

Desde 2007, vimos participando da construção de uma rede de comunicadores do Vale do Jequitinhonha, [4] e temos produzido várias reflexões sobre os processos realizados. São também da mesma época os primórdios da construção de uma metodologia de planejamento da comunicação estratégica dos grupos populares calcada nos princípios da comunicação para a mobilização social e em ferramentas de diagnóstico participativo – metodologia que, no melhor estilo freireano, nunca está acabada, está sempre em processo de se repensar e se reinventar.

Desde 2011, nosso trabalho colaborativo e criativo envolve, ainda, uma disciplina laboratorial do curso de Comunicação Social: o Laboratório Agência de Comunicação Solidária – ou ACS Lab. Conectado ao projeto "Agência de Comunicação Solidária", iniciado pela AIC em 2006, a disciplina laboratorial nasceu com a proposta de aliar ensino e prática das metodologias que vínhamos desenvolvendo.

O ACS Lab é, desde então, um espaço de disseminação e exercitação de metodologias de planejamento da comunicação calcadas em diálogo e colaboração. Ao mesmo tempo, é uma iniciativa que apoia os grupos populares no planejamento de suas estratégias comunicativas – posto que a prática da disciplina é exatamente prestar assessoria a tais grupos. A experiência rendeu muitos artigos, materiais didáticos, capítulos de livro. E tem sido valiosa para a construção e a consolidação de metodologias que são o coração do fazer da AIC.[5]

Há no ACS Lab, ainda, dois significados afetivos importantes para mim. Foi principalmente na convivência relacionada à construção permanente desse laboratório-processo que meu laço de amizade com o Márcio se fortaleceu e ficou ainda mais apertado. No desenvolvimento da disciplina tenho vivido, também, uma alegria especial. Além do Márcio, ela tem, como docente, a Fábia Lima, minha irmã, que é Relações Públicas e havia se tornado professora da UFMG exatamente em 2011. Nossa parceria de vida estendeu-se, com o laboratório, a um território que ainda não havíamos explorado: o de trabalhar-pesquisar-criar juntas.

---

[4] Trata-se de uma ação, realizada em colaboração com a AIC, que integra o programa de extensão Polo de Integração da UFMG no Vale do Jequitinhonha. A ação já teve várias denominações, sendo a mais recente "Agência de Comunicação Solidária no Vale do Jequitinhonha". Sobre a experiência, ver HENRIQUES; PIMENTA, 2019; LIMA; SÃO PEDRO; FARIA, 2022, pp. 289-318.

[5] Sobre a disciplina ACS Lab (UFMG), o projeto ACS (AIC) e as metodologias que são construídas nessas duas iniciativas, consultar LIMA; SÃO PEDRO; FARIA, 2022, pp. 289-318.

Como eu disse acima, todas essas experiências, tão significativas para mim, são articuladas pelo Mobiliza / Ipê, grupo que é um espaço de construção coletiva de compreensões acerca dos públicos em processos de mobilização social, bem como das dinâmicas de mobilização e de desmobilização de públicos. Tenho companheiras e companheiros incríveis nesse espaço, que opera numa lógica de colaboração, carinho, apoio mútuo. No fim de 2022, publicamos, juntos, um livro, que consolida os mais de 20 anos de construções teóricas e metodológicas do grupo. O nome do livro condensa os nossos principais temas de investigação: "Públicos em movimento: Comunicação, colaboração e influência na formação de públicos" (SILVA e HENRIQUES, 2022).

Enfim... ainda que se dê no trânsito e na conexão entre duas diferentes instituições (uma organização da sociedade civil e uma universidade), percebo que o meu percurso mistura, sim, a comunicação como profissão (de fé) e como área de conhecimento. O lugar do trabalho sempre foi alimentado e alimentou as formulações teóricas e metodológicas, e vice-versa. A ação colaborativa com os grupos populares e comunidades está no dia a dia da AIC, mas também é o que cimenta os processos com que me envolvo no grupo de pesquisa, no ACS Lab e nos outros projetos com a UFMG – e impregna esta tese, sem dúvida.

O que aprendi, de um jeito por vezes intuitivo e muitas vezes passional, mas sempre com o rigor e a dedicação que as verdadeiras escolhas de vida exigem, é que, em se tratando do conhecimento, processo e produto são, sim, faces inseparáveis de uma coisa só – ainda que as esferas institucionais os tratem usualmente como coisas distintas.

O modo como a tese acabou se organizando é uma tentativa de não cindir essas duas dimensões, tão mescladas em minha própria vida. Por isso, dirijo um foco especial, no texto deste capítulo, a apresentar a própria pesquisa como a história de um fazer, tão rica e fascinante quanto a coisa feita. Como um processo que tem o produto como desafio criativo que o anima e engendra. Afinal, a construção da tese foi uma busca por criar uma produção coletiva, colaborativa e caprichada. Recursivamente, acredito eu, o produto tese tem como uma de suas principais marcas – e como preciosidade – a narrativa do processo por meio do qual ela foi engendrada.

### 1.2.2. Travessia

A pesquisa que aqui começa a ser apresentada também é uma travessia. Um caminho de muito labor, que envolveu muita gente. Junto comigo na articulação dela esteve, todo o tempo, Márcio Simeone – que, bem antes do doutorado, já era amigo e companheiro de construções e inquietações relacionadas às potencialidades e aos desafios da comunicação para a mobilização social no contexto das lutas populares. O doutorado tem a ver exatamente com essas inquietações – que seguirão depois da pesquisa: são inquietações da nossa vida e do nosso ofício.

E uma ampla coletividade de sujeitos, integrantes das redes pesquisadas – boa parte, também, parceira de trocas e colaborações vida afora –, participou da elaboração das reflexões e dos conhecimentos aqui apresentados.

Trinta ativistas das duas redes se envolveram diretamente com a construção da pesquisa. Vale fazer a ressalva de que muitas outras, com trajetórias e contribuições incríveis para as lutas, não estão neste documento, por um único motivo: não era possível entrevistar todo mundo. Mas essa pesquisa também é uma rede de saberes, dos mais próximos da superfície aos menos evidentes à primeira vista. Portanto, ela carrega algo de cada ativista do Fórum das Juventudes da Grande BH e da Rede Mães de Luta, com os quais convivi extensa e intensamente na caminhada dos dois movimentos.

**Lista de participantes diretos/as da pesquisa**

**Pelo Fórum das Juventudes**[6]

1. Alga Marina Silva

[6] Fontes das fotos: acervos pessoais das e dos participantes da pesquisa. Os QR Codes ao lado das fotos são das páginas com as histórias de vida de tais participantes que integram o site www.quandoolutoeluta.org.br, complementar à tese, que será propriamente apresentado em seção específica do capítulo.

2. Áurea Carolina de Freitas

3. Bárbara Pansardi

4. Bim Oyoko – Fabrício Tadeu de Paula

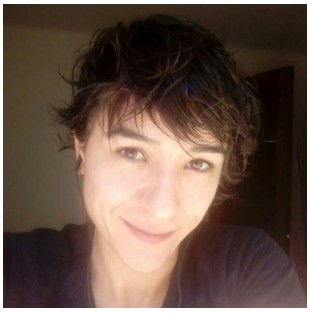
5. Hélio Douglas

6. Juarez Dayrell

7. Lopo – Gabriel Lopo

8. Luíza Alcântara

9. Priscylla Ramalho



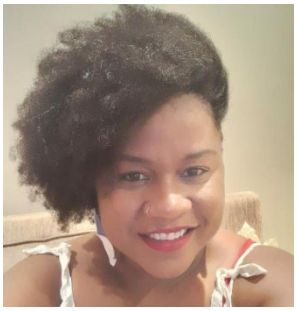
10. Russo – Flávio da Silva Paiva

11. Sâmia Bechelane – Sâmia Bechelane Cordeiro de Melo

12. Sebastião Everton de Oliveira

13. Vanessa Beco – Vanessa Cristina de Jesus

14. Vivi Coelho – Viviane Coelho Moreira[7]



15. Zerê – Leandro Pereira da Silva

[7] A Vivi Coelho atua nas duas redes e deu duas entrevistas para a tese – uma sobre cada rede. Portanto, ela aparece listada em ambas, mas, evidentemente, conta como uma entrevistada apenas. Assim, são 31 entrevistas e 30 pessoas entrevistadas.

**Pela Rede Mães de Luta**[8]

1. Ana Paula Batista dos Santos

2. Ana Paula Nunes de Oliveira

3. Bárbara de Faria Afonso

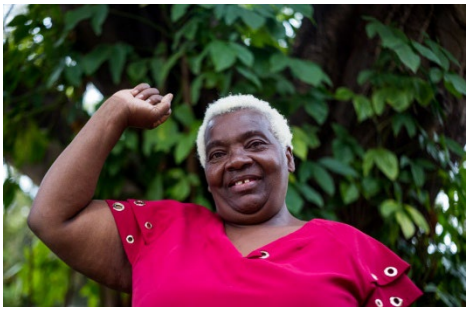
4. Benilda Brito – Benilda Regina Paiva de Brito

[8] Fontes das fotos: acervos pessoais das e dos participantes da pesquisa. Os QR Codes ao lado das fotos são das páginas com as histórias de vida de tais participantes que integram o site www.quandoolutoeluta.org.br, complementar à tese, que será propriamente apresentado em seção específica do capítulo.

5. Cris Ribeiro – Cristiane da Silva Ribeiro

6. Débora Silva – Débora Maria da Silva

7. Dona Teresa – Maria Teresa dos Santos



8. Ednéia Aparecida de Souza

9. Elizete Marques

10. Juthay Nogueira

11. Kaká Silveira – Maria do Carmo Silveira

12. Lúcia Pinheiro

13. Nina Caetano – Elvina Maria Caetano Pereira

14. Nivia Raposo – Nivia do Carmo Raposo

15. Sheila Castro Queiroz

16. Vivi Coelho – Viviane Coelho Moreira[9]

A pesquisa teve, ainda, uma fundamental equipe de apoio. A relações públicas Alga Marina me apoiou no levantamento de informações, documentos e imagens, nas entrevistas e em diversos procedimentos de interação com as pessoas da lista acima. A jornalista Sheila Castro me auxiliou no levantamento de informações e de materiais da Rede Mães de Luta. A transcrição das entrevistas ficou a cargo de Luiza Galuppo, Sarah Dutra Santos, Tais Teles Rocha, Thayane Pacheco de Oliveira e Samora N'Zinga.

[9] Foto e QR Code: vide lista do Fórum das Juventudes da Grande BH. Conforme já indicado, Vivi falou à pesquisa sobre as duas redes.

A edição das entrevistas em histórias de vida e de luta (aspecto que comentarei um pouco adiante) foi um trabalho imenso, que acabei não conseguindo realizar sozinha. Um terço delas foi editado pelos grandes parceiros Letícia Lopes e Samora N'Zinga.

O designer Ronei Sampaio foi responsável pela criação das intervenções visuais nos capítulos da tese e, ainda, pelo layout e desenvolvimento, junto com a programadora Laís Santos, do site que se desdobrou da tese (também falarei do site logo a seguir). Gracielle Fonseca deu suporte à criação e à organização dos textos do site.

Lizandra Magon de Almeida assumiu, com zelo e paciência, a tarefa de revisão. Karen Nakaoka trabalhou com ela, cuidando de aspectos relacionados aos padrões da Associação Brasileira de Normas Técnicas.

O texto da tese é, portanto, mescla de eu e nós. Do meu trabalho combinado ao do Márcio e de muitas outras pessoas queridas. De inquietações e reflexões pessoais misturadas às de 30 pessoas que me contaram suas histórias e compartilharam comigo suas reflexões. De tantas reflexões, pessoais e coletivas, que presenciei nos encontros das duas redes, e de tantas outras que li nos registros, documentos e publicações a elas associadas.

Por tudo isso, o texto que aqui se inicia é narrado entre a primeira pessoa do singular – o eu – e a terceira pessoa do plural – o nós. Ao tratar de certas questões da pesquisa a partir de um "nós", vale dizer, não busco o afetado e falso "plural de modéstia" – que, ouso dizer, geralmente é um "plural da falsa modéstia"[10] –, ou o pretenso tom de impessoalidade e afastamento, muito comum no texto acadêmico. Busco aludir ao contexto coletivo do qual o texto emerge.

## 1.3. Entre nós

Método, nos ensina o Dicionário Etimológico,[11] é uma palavra que vem de outra, grega, cujo sentido central é caminho: é o modo de organizar o trajeto ao longo de um caminho que se quer trilhar. Afonso Trujillo Ferrari (1974, p. 24), autor de um clássico manual de metodologia de pesquisa científica dos anos 1970, partiu dessa conceituação singela e precisa para afirmar que, na Ciência, os métodos são instrumentos por meio dos quais o cientista ordena sua forma de proceder ao longo de um percurso, para alcançar um objetivo de pesquisa.

---

[10] O modo tradicional de emprego, nas frases, do pronome "nós" no lugar de "eu", de modéstia, não tem nada. Afinal, ainda que seja, em teoria, um recurso para evitar marcas de individualismo no discurso, ou para não demonstrar vaidade ou orgulho em relação ao que se profere, seu uso, muitas vezes, quer exatamente escamotear essas posturas. Tal recurso discursivo é chamado também de "plural majestático", para sublinhar o falseamento da humildade propagada e, ainda, porque seu uso teve início com antigos reis de Portugal, na busca por amenizar, em seu modo de falar, a distância abissal entre realeza e povo. Disponível em: https://www.portugues.com.br/gramatica/plural-modestia.html. Acesso em: 22 abr. 2022.

[11] MÉTODO. *Dicionário Etimológico*: Etimologia e origem das palavras, [*s.d.*]. Disponível em: https://www.dicionarioetimologico.com.br/metodo/. Acesso em: 10 jan. 2023.

Ao discutir os métodos de avaliação na educação básica, a especialista no tema Kátia Smole me afirmou certa vez, numa entrevista,[12] que tais métodos não deveriam ser tomados como uma régua rígida para medir todo e qualquer aluno, mas como uma bússola: uma referência para orientar a leitura, pelo professor, do percurso educacional de cada estudante.

Tomo aqui as metáforas do caminho e da bússola para falar do método construído para a presente pesquisa.

Já no projeto apresentado no processo seletivo do PPGCOM, a proposta era trabalhar com entrevistas semiestruturadas com os variados sujeitos relacionados ao Fórum das Juventudes. Eu também desejava realizar uma atividade coletiva de construção de conhecimento: não necessariamente um grupo focal, mas algum processo em que as percepções e entendimentos daquelas pessoas se encontrassem. Ademais, eu já sabia que observar as atividades e as reuniões – o Fórum em movimento – me traria muitos aprendizados.

Esse desenho geral – conversas, observação do cotidiano e um procedimento coletivo qualitativo – se manteve na pesquisa. Mas, ao longo do caminho percorrido, tal desenho foi bússola, e não régua. Primeiro, como já mencionei, houve a acolhida de uma rede que nem existia quando a pesquisa foi originalmente planejada: começamos com o Fórum das Juventudes em 2018, mas, em 2019, já incorporávamos também a recém-nascida Rede Mães de Luta.

Em seguida, ao longo das entrevistas, fui interpelada para que indicasse, no texto, os autores e as autoras dos depoimentos – procedimento diferente do que ocorre na pesquisa usual, que tem como premissa o anonimato das pessoas entrevistadas, como medida para assegurar que falem sem embaraços e não corram riscos relacionados à exposição. Ao final de sua entrevista, Cristiane Ribeiro, uma das fundadoras da Rede Mães de Luta, me disse o seguinte:

> É extremamente importante para as mulheres da Rede Mães de Luta que elas sejam nomeadas na sua pesquisa. Falo isso por mim também. Eu acho que a academia é esse lugar que tem buscado aos poucos criar novos modelos de possibilidades, de formulação de teorias. Mas não dá pra fazer isso excluindo o nome do sujeito que contribui para que a sua teoria seja construída. Então,

[12] A entrevista me foi concedida para a elaboração de conteúdos de: INSTITUTO AYRTON SENNA; SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DO RIO DE JANEIRO. *Diretrizes para a política de educação integral Solução Educacional para o Ensino Médio. Caderno 2*: Modelo Pedagógico. Rio de Janeiro: IAS / SEEDUC-RJ, 2014.

> dizendo particularmente da minha entrevista, ou do que que vai ser extraído dela, eu gostaria que o meu nome fosse citado sempre que algo que eu disser for utilizado, porque isso reconhece a autoria que eu já tenho.
> Então, me colocar de forma anônima nesse trabalho significaria tirar de mim o direito de ser autora da minha história, dos meus atos. Pensar em mim como ativista de movimento social, sem poder usar o meu nome pra sustentar o meu discurso, pra mim, é um trabalho que não me contempla, mesmo. Não me representa e acho que é fundamental pensar nisso, sabe? Escrevivência está aí pra ensinar a gente isso: a gente não é objeto de pesquisa, a gente é autor das histórias e a gente compartilha essas histórias com pesquisadores. Então, o mínimo que o pesquisador pode me dar é o direito de poder usar meu nome no que eu disser (RIBEIRO, 2023[13]).

Eu estava em diálogo com pessoas cuja opção e trajetória de vida eram pura exposição pública. E que, com justiça, queriam reconhecimento na tese. A banca de qualificação também apontou questão semelhante. Assim, seguindo a pista da Cris, de buscar inspiração em Conceição Evaristo e sua proposição da escrevivência, eu e Márcio nos lançamos à aventura de buscar um formato para o texto da tese que abrigasse os nomes e os rostos das muitas pessoas que, com suas valiosas entrevistas, aportaram conhecimentos fundamentais a ela. Chegamos, assim, à ideia de transformar o conteúdo das entrevistas em relatos em primeira pessoa.

Seria necessário inventar um jeito de construir as narrativas junto com os participantes da pesquisa. Aventuramo-nos num processo criativo baseado em reflexões e proposições de Evaristo e de outras autoras brasileiras (tema da próxima seção) que discutem narrativas da memória, e tornado concreto num exercício de tentativa, erro, ajuste, tentativa...

A narrativa de cada participante da pesquisa foi elaborada, enfim, a partir de vários processos encadeados. O primeiro foi o escrever-ver-viver[14] contado nas entrevistas; o segundo foi a transcrição das entrevistas; o terceiro foi uma edição das falas transcritas, feita por mim com o apoio da equipe da pesquisa; finalmente, as falas, transcritas e editadas, foram re-vistas pelos entrevistados, que fizeram uma edição final dos textos das narrativas deles.

Cabe explicar como foi o processo de edição de cada fala transcrita. Os principais procedimentos de edição adotados foram: a) organização em blocos temáticos; b) síntese de algumas descrições (em casos como: excessivo detalhamento na descrição de algo que

---

[13] Vide https://quandoolutoeluta.org.br/vivencia/cris-ribeiro/. Publicação eletrônica. Acesso em: 01 maio 2023. Não paginado.

[14] A base do conceito de escrevivência de Evaristo, que discutiremos na próxima seção, é a convicção da autora de que escrever, ver e viver são elementos que se fundem numa única experiência, quando o sujeito constrói uma narrativa própria sobre algo vivenciado por ele.

aparentava, a mim, ser corriqueiro para o entrevistado; momentos em que o entrevistado ia e voltava na memória, tentando recuperar informações como datas ou nomes de pessoas; situações em que foram abordados, em muitos detalhes, processos sem ligação com a mobilização social em discussão); c) supressão de repetições que não me soavam como estratégia para enfatizar algo, mas apenas como parte do esforço do entrevistado de, após rememorar as experiências, "encaixá-las" em determinado contexto de luta e/ou na cronologia de sua história de vida; d) supressão de alguns vícios de linguagem (assim como eu, a maioria das pessoas repete, no meio das frases, infinitamente, palavras que são caquinhos sem sentido espalhados aqui e ali, usados apenas como uma paradinha para pensar e/ou respirar – coisinhas como "né", "ãhn", "então"; optei por excluir tais palavras, por entender que não são significativas); e) acréscimos de notas de pé de página para contextualizar algo mencionado pelo entrevistado, mas não explicado no depoimento.

Todos esses procedimentos foram criados de improviso, na tentativa de levar para o texto escrito coisas que me foram contadas num contexto de entrevistas que, originalmente, não tinham o objetivo de gerar relatos autobiográficos.

A partir dos procedimentos descritos acima, o depoimento dado em cada entrevista se transformou em um texto autoral. No final do processo, tínhamos um conjunto de textos autorais, em relação aos quais seria imperativo dar crédito.[15] Foi esse o argumento que apresentamos ao Comitê de Ética da Pesquisa da UFMG para sustentar a proposta de identificação das fontes, algo fora da lógica mais tradicional do tratamento de depoimentos nas pesquisas científicas.[16]

Quando deixaram de ser um conjunto disperso de respostas e se transformaram em textos integrais, os relatos nos encantaram pela enormidade de cada um e do acervo que representavam. Cada uma e o conjunto daquelas histórias tinham grande importância histórica e continham conhecimentos profundos, conectados uns aos outros. Assim, nos vimos diante de outros dois imperativos éticos. Não seria possível fragmentar aquelas histórias em trechos entre aspas para ilustrar discussões ao longo do texto. Também não seria possível dar visibilidade apenas a versões sintéticas delas – e a tese não teria espaço para algo além disso.

---

[15] A obrigatoriedade de dar crédito a autor de produção intelectual está, inclusive, prevista pelo artigo 24 da Lei dos Direitos Autorais (Lei 9.610/98).

[16] A pesquisa seguiu os preceitos éticos gerais preconizados pelo COEP, tais como: a) dar ciência a cada participante dos aspectos essenciais da pesquisa, como proposta, procedimentos, destino das informações coletadas, espaços de visibilidade previstos, riscos e vantagens envolvidos na participação; b) obter consentimento formal de cada participante. Além disso, ao se optar pela divulgação das narrativas pessoais, identificando os autores, esse aspecto foi discutido em detalhes com cada um, e foi indicado haver o entendimento de que os integrantes da pesquisa eram pessoas já expostas publicamente e, portanto, o risco de exposição não se aplicava. Por fim, foi assinado um termo de compromisso em que cada participante cedeu sua narrativa individual e, em contrapartida, a pesquisadora indicou que, na tese, daria crédito à autoria da narrativa, em respeito à legislação de direitos autorais.

As histórias de vida e de luta tinham transbordado da tese. Tínhamos em mãos cerca de 400 páginas delas, e sabíamos que cada página era preciosa. Daí, veio a ideia de criar um site: um espaço em que elas pudessem entrar na íntegra e no qual nos fosse possível, também, divulgar informações básicas das duas redes, bem como abrigar o amplo conjunto de imagens e materiais de referência (registros de atividades, publicações, poesias) que as pessoas generosamente nos cederam.

O site, então, se tornou nosso procedimento coletivo de pesquisa. Ele reuniu colaborações de todos os sujeitos participantes do estudo e, ainda, tornou-se objeto de análise e de incremento por tais pessoas. Isso aconteceu porque, uma vez pronto, o site foi submetido à apreciação dos e das participantes da pesquisa, com os quais realizei conversas para ouvir deles o que lhes parecia mais significativo entre tudo o que estava reunido naquele espaço, além de colher sugestões de mudança e de acréscimos.

Temos o desejo de que o site seja um repositório online de conhecimentos úteis para os interessados em conhecer a fundo e/ou em aprimorar processos de mobilização de redes que lutam contra o genocídio da juventude negra. Também sonhamos que a tese cumpra papel semelhante. As impressões, sugestões e comentários que os participantes nos apontaram em relação ao site nos ajudaram a refinar os conhecimentos reunidos nas duas publicações, e fizeram com que o site, uma vez incorporadas as melhorias sugeridas, se tornasse um produto com maior potencial de visibilidade.

Ainda sobre os procedimentos que fomos construindo ao longo da pesquisa, é importante apontar uma última escolha quanto ao formato. A partir de uma sugestão do Márcio, acabei criando, junto com cada pessoa, textos condensados, com trechos das histórias de vida e de luta que se conectavam mais diretamente aos temas discutidos na tese. Os textos-síntese de histórias de vida e luta abrem e constituem o fio da meada do capítulo central das reflexões propostas pela tese acerca da comunicação para a mobilização social (o capítulo 4, “Quando o luto é luta”). Achei por bem chamá-los de textos geradores, em alusão ao conceito de “palavra geradora”, de Paulo Freire.

Freire (2022, p. 22) defende que ensinar e aprender, juntos, sobre as questões que nos afetam, seja “um ato político e um ato de conhecimento”; portanto, “um ato criador”. Com base em tal convicção, ele desenvolveu um método de alfabetização cujo elemento principal é a problematização da realidade, a partir de experimentação em torno de palavras que dizem profundamente do contexto de vida do alfabetizando. A ideia é que o processo integre as experiências de ler a palavra, ler o mundo, escrever e reescrever o mundo. As ações de identificar o contexto, problematizá-lo e agir são consideradas essenciais e imbricadas na formação educacional.

As palavras que se apresentam ao educando no processo de alfabetização do Método Paulo Freire, portanto, não são conjuntos de fonemas para memorização mecânica. São palavras enraizadas em situações concretas de vida e de luta, encharcadas de sentido; são uma síntese carregada de experiência existencial e capazes de provocar e ser o fio condutor dos debates e aprendizagens. É nessa perspectiva que percebo as histórias de vida e luta trazidas para a tese: elas são experiência carregada de sentido, reflexão, crítica e problematização. Por isso, elas abrem e perpassam a discussão de cada um dos temas tratados no capítulo 4. Busquei estabelecer um diálogo entre textos geradores, observações e percepções que construí ao longo da pesquisa e a literatura do nosso campo.

Os caminhos pelos quais a pesquisa passou, descritos acima, foram um percurso *entre nós*. Em certos momentos, surgia um impasse: os caminhos tinham se embolado em um complicado nó. Mas foi de nó em nó que nasceram as reinvenções do jeito de pesquisar.

Em todos os momentos, contudo, a perspectiva ampla do *entre nós* – das interações que construímos uns com os outros ao longo do processo – foi a grande força motriz da construção da tese. Ela foi alicerçada num forte pacto intersubjetivo, que ia muito além dos protocolos e dos termos de consentimento formais usualmente exigidos. Nosso pacto era que nós, pesquisadora e pesquisados/as, agiríamos honrando uma relação de confiança, respeito e carinho mútuos, construída ao longo da caminhada das lutas.

A partir desse pacto, as pessoas se colocaram na pesquisa com muita generosidade e empatia, comigo e com o estudo que eu propunha. Contaram suas vidas, falaram de emoções, expuseram fragilidades, dúvidas. Contaram sonhos. Elas não se posicionavam como que diante de um entrevistador qualquer: se colocavam em diálogo com a Rafa. Por intuição, temperamento, ou pelas duas coisas, eu ia fazendo o mesmo. Eu percebia que aquelas eram interações em que, se não oferecesse reciprocidade, eu tenderia ao cinismo: agiria sem consideração ao modo generoso como o outro se colocava em relação comigo.

Enfim, tenho a pretensão de acreditar que a ética do fazer colaborativo que rege os processos de mobilização social, com todos os desafios que essa combinação de fazeres concatenados na construção de algo coletivo carrega, impregnou a construção da pesquisa. E o fazer respeitando essa ética foi uma construção orgânica, nascida do miúdo do cotidiano: as escolhas aconteceram à medida que, nas interações, eu e Márcio nos fazíamos porosos ao que emergia nos diálogos e ao longo dos processos. Não tínhamos um manual de "como aplicar a ética da colaboração à pesquisa", mas tínhamos uma bússola: o modo de fazer que, há muito, vivenciávamos nos processos de comunicação para a mobilização social.

Essa pesquisa, portanto, tenta aproximar teoria e prática: colaboração e mobilização social são fundamentos das lutas sociais que ela discute e, ao mesmo tempo, princípios éticos que ela buscou praticar na construção metodológica.

Acreditamos que uma pesquisa pode ser um exercício de legitimação do outro em sua alteridade, como bem propõe Humberto Maturana, e de afetação, nos termos definidos por Moriceau e Mendonça (2016, p. 84). Os dois autores associam a ideia de afetação à palavra em inglês *feeling* – que significa, ao mesmo tempo, toque físico, sentimento e afeto. Ser afetado, defendem, conjuga todas essas dimensões: é ser tocado sensorial e emocionalmente, quando se coloca em relação com alguém. Quando se é verdadeiramente afetado, algo se transforma: somos contaminados pela experiência do outro.

Pesquisar, na perspectiva que buscamos exercitar aqui, é então experimentação: colocar-se sob o risco de experimentar caminhos, sem se fixar em modos de fazer pré-definidos. É, também, experiência: interação profunda, que afeta e transforma percepções dos envolvidos. Pesquisar pode, inclusive, ir além e ser uma vivência: uma experiência sensorial e emocional especialmente intensa, vívida, que é experimentada em interações em que há significativas trocas afetivas. Fortemente impregnada pelo afeto compartilhado e pelas marcas do jeito de viver e da experiência de vida de quem participa, uma pesquisa vivenciada, por sua intensidade, deixa marcas no viver dos envolvidos.

O percurso de construção da pesquisa foi, enfim, marcado pela perspectiva de uma pesquisadora que se assume profundamente implicada no fenômeno que observa e discute, que compreende e não escamoteia o fato de que observar, descrever e analisar são operações que configuram narrativas e realidades, nada tendo de isenção ou distância. E que vê a pesquisa como uma responsabilidade, pois ela é ação no mundo, e não só reflexão sobre as coisas do mundo.

Como denunciou Humberto Maturana, há uma falsa ideia de objetividade, que prega que o pesquisador seria um sujeito a observar e analisar algo que existiria independentemente dele e de forma desconectada dele. O que essa ideia desconsidera é que observar é estabelecer um recorte, e que toda análise traz em si um domínio explicativo que é uma construção do cientista. Então, a objetividade da produção científica, para Maturana (2001, p. 34), precisa ser sempre entendida como uma objetividade-entre-parênteses. Precisa ganhar um contorno que circunscreva o seu significado: o reconhecimento de que a realidade observada depende do observador. Precisamente para assinalar esse reconhecimento, a palavra objetividade precisa, sempre, ser (objetividade): ser colocada entre parênteses.

Vale destacar, por fim, o imbricamento entre desejo, emoção e o exercício de construção de uma pesquisa, a partir de Maturana:

> As premissas fundamentais de todo sistema racional são não-racionais, são noções, relações, distinções, elementos, verdades [...] que aceitamos a priori porque nos agradam [...]. Apenas no caminho da objetividade-entre-parênteses é que podemos fazer esta reflexão e nos darmos conta do fundamento emocional de todo sistema racional. Isto se dá porque a operação de reflexão consiste em pôr no espaço das emoções os fundamentos de nossas certezas, expondo-os aos nossos desejos de forma que possamos conservá-los ou dispensá-los sabendo o que estamos fazendo (MATURANA, 1999, p. 53).

## 1.4. Entre escrever, ver e viver

Cristiane Ribeiro, na conversa em que me chamou a atenção para a injustiça epistêmica[17] que, muitas vezes, é cometida quando os participantes de uma pesquisa são apresentados sob anonimato, também me apresentou experimentações muito ricas que vêm sendo construídas em outra direção: as pesquisas articuladas a partir de escrevivências.

Em sua dissertação de mestrado, "*TORNAR-SE* NEGRO, *DEVIR* SUJEITO: uma investigação psicanalítica acerca das reverberações clínicas e políticas do racismo", de 2020 (que depois foi publicada em livro), Cris trabalhou com essa fascinante experimentação. Ela utilizou a escrevivência para reunir narrativas, dela e de outras pessoas negras, acerca das saídas construídas por elas para lidar com as violências do racismo.

Escrevivência é uma invenção de Conceição Evaristo – romancista, contista e poeta negra belo-horizontina, reconhecida e premiada internacionalmente pela potência de sua obra. Em seus experimentos e pesquisas, nos anos 1990, Evaristo criou uma proposta de escrita, nascida da memória e da observação do cotidiano, em que mulheres negras e outras pessoas subalternizadas assumem o lugar da autoria.

---

[17] Conceito de Fricker (2017) que se refere a processos que excluem uma pessoa ou um grupo do universo da produção e da circulação do conhecimento. Fruto de preconceito relacionado a certas identidades (como o preconceito racial), tal injustiça ocorre de diversas formas, sendo uma delas a não atribuição de competência epistêmica a uma pessoa ou coletividade, considerando-a pouco capaz de contribuir com uma troca de conhecimentos e, assim, minando as possibilidades de que os saberes desse sujeito se façam presentes e sejam inteligíveis na esfera das trocas epistêmicas.

Articulando escrever, ver e viver, a escrevivência é ato de criação no qual pessoas tradicionalmente não reconhecidas como autoras e como detentoras de conhecimento se afirmam como tal, ao contar histórias que são absolutamente pessoais, mas se conectam sempre a experiências coletivas, atuais e de tempos passados, relacionadas a sobreviver e a resistir em meio a inúmeras opressões e violências. Histórias ou nunca antes contadas, ou contadas sempre a partir de uma perspectiva alheia, como a da "autoria branca e de homem". Escritura da experiência, a escrevivência é um ato em que as pessoas negras afirmam que podem ser musas de suas próprias histórias (cf EVARISTO, 2020).

A escritora, enfim, assim sintetiza, em sua escrita poética, o conceito:

> Então as histórias não são inventadas? Mesmo as reais, quando são contadas. Desafio alguém a relatar fielmente algo que aconteceu. Entre o acontecimento e a narração do fato, alguma coisa se perde e por isso se acrescenta. O real vivido fica comprometido. E, quando se escreve, o comprometimento (ou o não comprometimento) entre o vivido e o escrito aprofunda mais o fosso. Entretanto, afirmo que, ao registrar essas histórias, continuo no premeditado ato de traçar uma escrevivência. (EVARISTO, 2016, p. 07)

Para Cristiane Ribeiro, a escrevivência é uma ferramenta metodológica que tem uma forte dimensão ética por "alçar a autoria como um lugar de enunciação, que pode também ser tomada como coletiva, de alguém que evoca do lugar do 'um', por meio de sua própria narrativa e voz, a história de um 'nós' compartilhado" (RIBEIRO, 2020, p. 23).

A também mineira Leda Maria Martins, que é professora aposentada da Faculdade de Letras da UFMG, poeta e ensaísta, propõe um conceito que dialoga muito com a proposição de Conceição Evaristo: oralitura. No livro *Afrografias da memória: o Reinado no Rosário no Jatobá*, para contar a história e analisar as práticas do Reinado mineiro que dá nome ao livro, Leda criou o conceito, que apresenta da seguinte forma:

> Aos atos de fala e de performance dos congadeiros denominei *oralitura*, matizando nesse termo a singular inscrição do registro oral que, como littera, "letra", grafa o sujeito no território narratário e enunciativo de uma nação, imprimindo, ainda, no neologismo, seu valor de *litura*, "rasura" da linguagem, alteração significante, constituinte da diferença e da alteridade dos sujeitos, da cultura e das suas representações simbólicas (MARTINS, 2021, p. 17).

A autora indica que o conceito se associa à ideia de *orature*, cunhada pela pesquisadora Mineke Schipper para denominar a presença, na literatura africana, de registros e soluções formais próprias da oralidade. A oralitura é ainda, para Leda Martins, uma mistura de narrativas em permanente transcriação: "ato criador textual coletivo que produz uma teia discursiva, em movimento contínuo" (*idem*, p. 55).

Afrografias, para Martins, são linguagens sinestésicas que misturam palavras, gestos, música e encantamento, elementos que constituem a materialidade sígnica e significante dos rituais nascidos na África (*idem*, p. 15). Nelas, se inscrevem as oralituras, que são performances da fala.

Em seu estudo, a autora concluiu que, nos rituais do congado, "o narrar, cantado e dançado, é sempre um ato de constituição e construção simbólicas de uma identidade coletiva, na medida em que reagrupa os sujeitos e os investe de um *ethos* agenciador" (*ibidem*, p. 59).

Ainda no campo dos estudos das narrativas memoriais dos sujeitos, uma iniciativa brasileira que sempre me intrigou é o Museu da Pessoa, de São Paulo, criado em 1991. Tal museu, cujo acervo virtual já reúne mais de 16 mil histórias de vida, defende que a história de um país é, ao fim e ao cabo, uma teia de histórias de vida conectadas.

Karen Worcman (em LIMA, ANDRADE e CASTRO, 2017, p. 7 a 10), diretora e fundadora desse singular museu, indica que a história de vida é a narrativa que uma pessoa cria sobre ela própria, baseada em suas premissas de mundo e experiências. A memória, lembra Karen, é sobretudo esquecimento, posto que é impossível guardar recordações de tudo o que nos acontece. Portanto, o que chamamos de nossa memória são as experiências significativas que, por terem marcado nossas existências, guardamos na lembrança.

Ainda segundo a fundadora do Museu da Pessoa, a identidade é constituída pelo conjunto de memórias, individuais e coletivas, que cada pessoa carrega consigo. Elas reforçam nossas referências de mundo, pois "só percebemos e damos significado àquilo que estamos pré-preparados para dar. Por isso, memória é tradição. É nosso esforço de manutenção" (*idem*, p. 8). É permanência, e não transformação.

Por outro lado, advoga a historiadora, quando nos dispomos a dialogar verdadeiramente com outras histórias de vida, diversas das nossas, há um estranhamento, tal qual o experimentado pelo viajante em contato com a realidade de lugares muitos distintos dos que fazem parte de sua experiência de vida. O estranhamento que ouvir a história do outro nos traz faz com que a memória seja, também, possibilidade de transformação do modo como vemos o mundo.

Transformação, para Worcman, é ir além da forma – nesse caso, ir além da forma, naturalizada, como interpretamos o contexto de nossa vida individual e da vida social. Por isso, para ela, histórias de vida são poderosos instrumentos de transformação.

Por fim, Karen Worcman defende que

> o que de fato é transformador é quando você se posiciona como igual e quebra seus protótipos sobre o outro. Quando você não espera mais ouvir "a vida de um sobrevivente do holocausto", a voz de um migrante nordestino, mas se posiciona para ouvir outra pessoa, como apenas uma pessoa, nem mais nem menos. As histórias de vida são ou podem ser transformadoras quando escutamos o banal, o cotidiano de um outro indivíduo e conseguimos apenas vislumbrar o mundo com seus olhos. Aí, de fato, estamos ouvindo (*ibidem*, p. 9-10).

As memórias de pessoas e grupos fragilizados socialmente foi o grande campo de interesse de Ecléa Bosi, psicóloga, escritora e professora emérita de Psicologia Social da Universidade de São Paulo. Ela inicia seu livro mais famoso, *Memória e sociedade: lembranças de velhos* (1987), estabelecendo um diálogo com o filósofo Henri Bergson,[18] a partir do qual indica que a memória é o que se conserva de toda a vida psicológica já transcorrida e que lembrar-se, em francês, é *sous-venir*, um movimento em que algo que estava submerso atinge a superfície.

A lembrança, ensina a célebre psicóloga, é um afloramento do passado que incide em nossa percepção presente. Ela é, portanto, um componente essencial da constituição do nosso conhecimento das coisas. Um desses afloramentos é o da "imagem-lembrança, que traz à tona da consciência um momento único, singular, não repetido, irreversível da vida" (BOSI, 1987, p. 11). A lembrança é, pois, sobrevivência do passado, que se conserva no espírito de cada ser humano e aflora à consciência nas imagens-lembrança. E o testemunho mais eloquente desse passado que sobrevive e incide no presente é a autobiografia do sujeito.

---

[18] Henri Bergson, nascido em 1859, viveu por 81 anos e foi um dos grandes nomes da filosofia moderna. Socha (2010, p. 69) indica que o filósofo se opunha tanto ao privilégio ontológico que a ciência de seu tempo concedia "às formas estáveis, à imobilidade, às representações conceituais, quanto à desconfiança em relação aos sentidos, à mobilidade, à fluidez instável do devir, às sensações que se transfiguram, na consciência, como fontes autênticas do conhecimento". Bergson tratou de temas como percepção, memória e existência a partir de um entendimento de que o tempo é, de um lado, algo objetivo, uma linha sequencial de unidades que medem os instantes decorridos; mas é, ainda, um "fluxo qualitativo, íntimo, ligado aos estados internos da nossa consciência (...) corresponde à efetiva passagem dos instantes nas nossas diferentes situações de vida" (*idem*, p. 68). Para tal autor, percepção e memória são, pois, construções ligadas a esse fluxo íntimo; construções fluidas, mutantes, que nascem da experiência subjetiva que cada momento vivido tem para cada pessoa.

Mas a memória é, ainda, uma construção social: segundo Bosi, um universo discursivo, criado por um grupo que atua intensamente em conjunto e que cria um universo próprio de significado, constituído por esquemas particulares e coerentes de narração e interpretação.

Marilena Chauí, na abertura do importante livro de Ecléa Bosi, enfatiza que a memória dos sujeitos é muitas vezes oprimida por uma ação, daninha e sinistra, que demole paisagens de vidas inteiras ao sufocar a lembrança: "a história oficial celebrativa cujo triunfalismo é a vitória do vencedor a pisotear a tradição dos vencidos" (BOSI, 1987, p. XIX).

Contra esse pisoteamento, os oprimidos insistem em manter vivas e em contar suas lembranças. Afinal, lembrar é não aceitar o apagamento imposto pelo esquecimento. É, ainda, um labor individual e coletivo. Afinal, como salienta Ecléa, "lembrar não é reviver, mas refazer, reconstruir, repensar, com imagens e ideias de hoje, as experiências do passado. A memória não é sonho, é trabalho" (BOSI, 1987, p. 17).

A autora vai além, indicando que memória é trabalho com esmero, como na arte e no artesanato:

> Não há evocação sem uma inteligência do presente, um homem não sabe o que ele é se não for capaz de sair das determinações atuais (...) Uma lembrança é diamante bruto que precisa ser lapidado pelo espírito. Sem o trabalho da reflexão e da localização, seria uma imagem fugidia. O sentimento também precisa acompanhá-la para que ela não seja uma repetição do estado antigo, mas uma reaparição. (BOSI, 1987, p. 39)

A narração da autobiografia, para Ecléa, é uma forma artesanal de comunicação. Ela não busca "transmitir o 'em si' do acontecido, ela o tece até atingir uma forma boa. Investe sobre o objeto e o transforma" (p. 46). A partir de Valéry, ela associa o narrar, a tradição de contar e recontar, ao artesão que, nos tempos em que o tempo não se contava, entalhava a escultura na pedra:

> Suas mãos, experimentadas no trabalho, fazem gestos que sustentam a história, que dão asas aos fatos principiados pela sua voz. Tira segredos e lições que estavam dentro das coisas, faz uma sopa deliciosa das pedras do chão, como no conto da Carochinha. A arte de narrar é uma relação alma, olho e mão: assim transforma o narrador sua matéria, a vida humana.
>
> O narrador é um mestre do ofício que conhece seu mister: ele tem o dom do conselho. A ele foi dado abranger uma vida inteira.
>
> Seu talento de narrar lhe vem da experiência; sua lição, ele extraiu da própria dor; sua dignidade é a de contá-la até o fim, sem medo.
>
> Uma atmosfera sagrada circunda o narrador. (BOSI, p. 49)

No capítulo 5 desta tese – "Quando o luto é luta" – apresento um conjunto de 30 narrativas autobiográficas de pessoas que atuaram e/ou atuam ativamente na construção do Fórum das Juventudes da Grande BH e da Rede Mães de Luta. Narrativas que, conforme contei acima, nasceram de entrevistas em profundidade que realizei com tais pessoas. Em determinado momento da caminhada da tese, buscando honrar o pacto colaborativo estabelecido na relação com as e os participantes da pesquisa, fui em busca de outras possibilidades de escritura para as entrevistas.

Busquei, nesta seção, contar o percurso traçado em tal busca, cujo ponto de partida foi a dica da Cris Ribeiro, que me levou à fundamental Conceição Evaristo e a sua proposição de uma escritura nascida do entrelaçamento de viver, ver e escrever.

Tomo a liberdade de pegar emprestada (e já ressignificar) a palavra transcriar, que conheci ao ler Leda Martins. Acredito que o percurso que fiz, junto com cada participante da pesquisa e com o apoio da equipe de colaboradores, foi o de transcriar: transcrever, editar e, ao fazê-lo, recriar a escrevivência de cada participante, sendo o ato de recriação retomado por esse participante, que foi responsável pela edição final de seu texto autobiográfico.

Ao longo do percurso, busquei inspiração nas proposições e reflexões que apresentei acima, tecidas por Conceição Evaristo, Leda Martins, Karen Worcman e Ecléa Bosi. Sem saber, tais mulheres incríveis me permitiram a licença poética para a artesania principal à qual esta tese se dedicou: burilar, junto com as entrevistadas e os entrevistados, as narrativas das histórias de vida e de luta que elas e eles tão generosamente me contaram.

As autoras que apresentei nesta seção me ensinaram que a riqueza das experiências narradas pelas pessoas está precisamente no fato de que as narrativas delas não são relatos precisos: são fabulações em que elas contam, a seu modo, como viveram tais experiências.

Contar uma história de vida – narrativa poderosa e transformadora –, defende Worcman, exige a escuta sensível à singularidade. Afinal, como destaca Bosi, a memória é um cuidadoso labor, individual e social; mais que isso, é a arte de tornar a pedra bruta do passado escultura, ou de lapidar tal pedra em diamante. Por meio do trabalho da memória, o passado é mantido vivo. No ato de lembrar, ele é reelaborado e incide sobre o presente.

Ao ler as considerações de Leda Martins acerca da palavra transcriação, ousei sonhar com a possibilidade de criação, na tese, de uma oralitura compartilhada, em que o exercício de transcriação também pudesse me incluir, como parceira de cada participante

da pesquisa. Com o belo conceito de oralitura, ela me ajudou, ainda, a pensar que a palavra narrada é performance e a ousar a aposta em outro sonho: o de fazer da tese um "ato criador textual coletivo", uma teia discursiva em movimento.

A tese, portanto, foi construída a partir do vazio, de que nos fala Evaristo, que se institui entre o fato e a narração do fato. A partir dele, construímos, na pesquisa, um jeito de narrar que tentou ser uma experimentação, nascida numa encruzilhada – num lugar indeterminado e fugidio, no qual vários caminhos confluem –, de entrecruzamento entre "eu" e "nós".

Nessa aventura, não cabe a ideia de pesquisa como uma construção feita "do lado de fora". Ela exige uma *posicionalidade implicada*, como defendem SOARES e MACHADO (2017). Nos tira da linha reta e nos coloca em movimento. É no movimento, afinal, que se faz possível um discurso transitivo – como na letra do samba tradicional, conforme observa Muniz Sodré (1998, p. 94 e 95), que não se limita a falar sobre o vivido; se propõe a falar o vivido.

A partir das provocações da Cris Ribeiro, essa pesquisa assumiu a encruzilhada como aposta metodológica e criativa. Assumiu, também, uma posição que é de tentativas, tropeços, limites: de buscas.

## 1.5. Entrecruzos

Entrecruzos, encruzilhadas, lugares entre caminhos. Espaços, a um só tempo, de risco e de potência. Lugares nos quais a energia que pulsa é a de Exu, o mais humano orixá.[19] Segundo o carnavalesco Leonardo Bora, Exu "não é princípio, não é fim, é transformação".[20] Responsável pela comunicação entre orixás e seres humanos, Exu é "o princípio dinâmico, símbolo de mudança, da comunicação, da liberdade. A rua, a esquina e a encruzilhada são seus templos. É o que cobra e dá. É o que abre os caminhos".[21]

---

[19] Na religiosidade tradicional do povo africano iorubá, e para religiões dos povos das Américas que seguem tal tradição, os orixás são deuses que receberam de Olodumare (deus de todos os deuses, criador de tudo o que existe) "a incumbência de criar e governar o mundo, ficando cada um deles responsável por alguns aspectos da natureza e certas dimensões da vida em sociedade e da condição humana" (PRANDI, 2000, p. 19).

[20] Depoimento de Bora ao portal G1, no dia 23/03/2022. Disponível em: https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/carnaval/2022/noticia/2022/03/23/enredo-e-samba-grande-rio-vai-mostrar-os-caminhos-de-exu.ghtml. Acesso em: 28 abr. 2022. Vale destacar que Leonardo Bora e Gabriel Haddad foram os carnavalescos responsáveis pelo desfile de 2022 da escola de samba Acadêmicos do Grande Rio, de Duque de Caxias (Baixada Fluminense). Homenagem a Exu, o desfile deu à agremiação, pela primeira vez em sua história, o título de campeã do Carnaval carioca.

[21] Trecho de artigo de Maria Basso Lacerda sobre o desfile da Grande Rio em 2022, publicado pelo *Le Monde Diplomatique* em 27/04/2022. Disponível em: https://diplomatique.org.br/exu-grande-rio-e-o-paradoxo-da-encruzilhada/. Acesso em: 27 abr. 2022.

Segundo pensadores como Muniz Sodré, Luiz Antonio Simas e Luiz Rufino, a abertura da encruzilhada – cruzamento de caminhos, confluência de múltiplas possibilidades – e a ação sempre em movimento e em transformação de Exu nos oferecem uma perspectiva arejada e criativa para pensarmos os processos de investigação científica. Simas (2019) ressalta que Exu odeia o conforto e a imobilidade. Por isso, vira e mexe desarranja o que parecia cristalizado e abre caminho para que tudo se reconfigure. Com essa divindade, não existe jogo de cartas marcadas, não há desfecho previsível. Ele é

> a potência da transformação encarnada na ação das mulheres e dos homens. Ele é um estado de disponibilidade para transformar o mundo que vive em cada um. Nós somos, em estado de Legba,[22] os que podemos nos conduzir, contra o horror, até os terreiros mais amplos da alegria. Legba, diz o povo do vodum, mora na rua (SIMAS, 2019, p. 14).

Espaços em que Exu vive e vibra, os entroncamentos, afirmam Luiz Simas e Luiz Rufino (2018), são lugares encantados para os mais variados povos. E a potência da encruzilhada emerge quando, no cruzo dos caminhos, há uma quebra na sequência do que era até então trilhado – quebra que gera uma sensação de vazio; um vazio que, como na escrevivência de Conceição Evaristo, gesta algo inesperado, que nasce exatamente do vazio da brecha.

Muniz Sodré identificou essa potência na síncopa do samba carioca e do jazz. A síncopa é a batida que falta, o momento em que a marcação da música é executada numa pulsação fraca, até chegar à pulsação forte. É o vazio sonoro que incita o corpo a fazer a marcação: dele nascem as palmas, os meneios, o balanço que impulsiona a dança. E há que se atentar a algo fundamental: quem convoca o corpo "é aquele mesmo que a escravatura procurava violentar e reprimir culturalmente na História brasileira: o corpo do negro" (SODRÉ, 1998, p. 11).

Simas e Rufino propõem a ideia de culturas de síncope:[23] fazeres e saberes que escapam à tendência à domesticação da vida, e que separam conhecimento e vida; que são subversivos e imaginativos e, assim, abrem possibilidades para a criação de soluções imprevisíveis. Mas defendem que, para reconhecer tais culturas, é preciso "sair do conforto dos sofás epistemológicos e nos lançar na encruzilhada da alteridade, menos como mecanismo de compreensão apenas (normalmente estéril) e mais como vivência compartilhada" (SIMAS; RUFINO, 2018, p. 19).

---

[22] *Legbá* é o correspondente, para os fons, da divindade Exu.

[23] As palavras síncopa, utilizada por Sodré, e síncope, utilizada por Simas e Rufino, são sinônimas.

O cruzo é uma aposta muito mais interessante que a dicotomia, acredita Luiz Rufino. Uma aposta capaz de nos mover para além da subalternidade epistêmica – fruto do colonialismo, que é um projeto de dominação, produção da morte e destruição da diversidade, conforme definiu Frantz Fanon[24] (2022). É possível, necessário e urgente construir conhecimento para além do olhar colonizado ou colonizador.

O próprio pensamento de Frantz Fanon, autor tão importante para a compreensão do colonialismo como um sistema de profundas violências entrelaçadas – dentre elas, a dominação epistêmica –, se constituiu numa perspectiva de encruzilhada, segundo Deivison Faustino (2022, p. 34). Faustino chama de perspectiva de encruzilhada o modo de pensar o mundo e agir no mundo no qual "entrecruzas éticas, políticas e estéticas submetem a teoria à realidade concreta" – realidade essa diante da qual Fanon se via implicado e comprometido em transformar, por meio de uma "práxis revolucionária teoricamente orientada" (FAUSTINO, idem).

A perspectiva de encruzilhada também alicerça a cultura afro-brasileira. Para Rufino (2019), ao se constituir como cultura de encruzilhada, ela se faz referência e saber vital para o giro epistemológico que vem sendo buscado pelos estudos decoloniais e pós-coloniais, que voltam o olhar aos saberes subalternizados.

O que está em jogo, vale dizer, não é uma perspectiva que desconsidera os saberes mais consolidados nos círculos acadêmicos. Há que se considerá-los, mas no cruzamento com uma pluralidade de outros saberes, historicamente deslegitimados e invisibilizados.

Preocupações e movimentos de produção de pesquisa mais conectados às diversidades e às singularidades, mais preocupados em dialogar do que em informar, se fazem necessários para a construção de conhecimentos comprometidos com a vida. Esta pesquisa foi impregnada por tal perspectiva, que leva à busca por um conhecimento atado ao viver e construído sob os riscos subjacentes ao traçado de um caminho próprio.

Inspiramo-nos na cultura da encruzilhada, da síncopa, de Exu. Cultura que é um chamado a que indaguemos sobre nossa realidade brasileira com um olhar que nos seja próprio, driblando a tendência a enquadrar o mundo a partir de modelos preconcebidos. Ao driblar a tentação do modelo, o movimento de busca pode nos levar a possibilidades inusitadas e preciosas de compreensão.

---

[24] Psiquiatra e filósofo martinicano, autor de obras magistrais como *Pele negra, máscaras brancas* e *Os condenados da terra*, nas quais fez uma profunda análise crítica do colonialismo.

Driblar, aqui, me remete ao gingado do corpo de Mané Garrincha, que marcou a história do futebol mundial e nos presenteou com a icônica frase "mas o senhor já combinou tudo com os russos?", dita ao técnico da Seleção Brasileira num momento em que ele ordenava ao time todos os passes a serem feitos para vencer a adversária Rússia. Na irônica frase, Garrincha nos ensinou que o futebol, assim como a vida, não é um cálculo matemático e o outro (time) não é apenas um objeto a receber passivamente uma ação.

O drible se contrapõe à linearidade e à mera repetição de gestos. Foi no improviso que o jogador mais baixo, mais fraco e de pernas tortas, ao fintar de um jeito surpreendente e desconcertante, deixou a seleção russa, à época considerada máquina de vitórias, literalmente a seus pés, na Copa do Mundo de 1958.[25]

A construção da pesquisa que aqui se apresenta foi fruto de cruzos de caminhos e de invenções. Nasceu e foi construída no cruzamento entre viver e pesquisar; ganhou outros rumos no encontro com as mães; enfrentou a encruzilhada de buscar um lugar de construção e de enunciação do conhecimento fora do conforto da linguagem científica padrão. Começou no modo de narrar hegemônico e termina compreendendo, enfim, o que o Carnaval da Grande Rio, campeão da Sapucaí em 2022, ensinou no samba enredo vitorioso, que homenageou o mais humano dos orixás: "nunca foi sorte, sempre foi Exu".[26] Afeto, porosidade e inquietação abriram caminho a possibilidades de reinvenção ao longo do percurso.

Construir uma pesquisa assumindo a perspectiva da encruzilhada tem sido, enfim, aceitá-la como lugar de trânsito e da transitividade ao qual nos convidam a escrevivência, o samba, o drible. Tem sido um fazer que assume que falar "do lado de fora" é uma construção artificial e falaciosa, mas ao mesmo tempo reconhece que construir uma pesquisa é transitar entre mundos: mistura o falar sobre o vivido e o falar o vivido; é mescla da própria voz com diversas outras. Demanda jogo de cintura.

---

[25] O diálogo aqui mencionado, que acabou se tornando uma das grandes pérolas da história do nosso futebol, teria ocorrido entre Garrincha e o técnico da Seleção Brasileira Vicente Feola, durante a Copa do Mundo de 1958, na conversa de preparação do time para um importante jogo contra a seleção russa, que até então era a favorita absoluta. Reza a lenda que o técnico teria falado detalhadamente os passes que cada jogador deveria fazer para vencer o jogo, ao que Garrincha teria respondido: "mas o senhor já combinou tudo isso com os russos?". Vale lembrar que o tal jogo foi um dos mais emblemáticos da história do futebol e que ali estreavam em Copas do Mundo um mulato de pernas tortas e um garoto negro de 17 anos: Garrincha e Pelé. O drible era marca registrada da dupla em sua atuação arrasadora, que foi um grande trunfo da Seleção na vitória inesquecível contra a Rússia na histórica partida de 15/06/1958 e, posteriormente, na escalada rumo ao título da Copa do Mundo daquele ano.

[26] A frase, muito usada para homenagear a divindade, foi o nome escolhido pela Grande Rio, em 2022, para dar nome à sua bateria. A bateria, para quem não sabe, é o coração da escola de samba. Segundo o *Guia do Carnaval* (BOOKERS INTERNATIONAL, 2023), ela é "o grupo de 250 a 300 percussionistas que produzem energia e determinam o ritmo da evolução pelos 75 minutos que dura a apresentação". É a maior e principal ala da escola de samba, sendo a primeira a entrar e a última a sair.

Demanda, ainda, a busca por um processo mais democrático e diverso de produção do conhecimento, marcado por tentativas: a tentativa de trabalhar com referências mais amplas, indo além das epistemologias hegemônicas; a tentativa de não estabelecer hierarquias rígidas entre os saberes acadêmicos e os saberes dos sujeitos pesquisados – e de não cair na armadilha de tomar os primeiros como se fossem o caminho explicativo para ordenar os segundos –; a tentativa, por fim, de ir em busca de um caminho, na linguagem, que não seja engessado e, assim, dê espaço ao movimento imbricado e intrincado de, a um só tempo, produzir conhecimento, mostrar como essa produção se dá e por quem ela é feita.

## 1.6. Gesto inacabado

"Gesto inacabado" é o título de um livro no qual a pesquisadora de arte Cecília Almeida Salles defende que, tanto na arte quanto na ciência, é ingênuo considerar a ideia de obra acabada e definitiva. Ela propõe, então, o que na literatura seria a "estética do rascunho" ou, numa perspectiva ampla, uma "estética do movimento criador". Uma estética em que

> ao emoldurar o transitório, o olhar tem de se adaptar às formas provisórias, aos enfrentamentos de erros (...) o movimento criativo é a convivência de mundos possíveis (...) há, em muitos momentos, diferentes possibilidades de obra habitando o mesmo teto. (SALLES, p. 26)

Para essa autora, criação é contínua metamorfose. Há um objeto, que se apresenta ao público como uma obra, mas "toda obra está sempre em estado de provável mutação" (SALLES, p. 26). Cecília chama a atenção, ainda, para a existência, no conjunto de criações de uma pessoa, de traços do que pode ser chamado de seu projeto poético,[27] que é o modo como ela elabora as questões, influências e preocupações que marcam sua vida (e são conectados ao tempo e ao espaço em que vive), e que materializa os valores pelos quais se pauta e os modos como se expressa – uma conjunção de projeto ético com propósito estético.

[27] Extrapolei a reflexão da autora, que associou o conceito à criação da obra de arte, para utilizar elementos que considero aplicáveis ao contexto de construção da tese.

Ao ler a reflexão de tal autora acerca do projeto poético, me lembrei de imediato do premiado filme de animação *Estrela de Oito Pontas*,[28] criado ao longo de seis anos de trabalho pelo artista plástico Fernando Diniz (que foi paciente de Nise da Silveira no Hospital Psiquiátrico Pedro II) em parceria com o cineasta Marcos Magalhães.

Marcos relata que Fernando Diniz criava compulsivamente. Uma pessoa desavisada poderia não notar, no desenhar frenético de tal artista, conexões entre tantos e tantos desenhos – eram milhares deles. Mas Marcos imediatamente observou nas séries naturais sequências de imagens em movimento. Além disso, em quase todos os desenhos havia a Estrela de Oito Pontas. Ele conta:

> a Estrela, para Fernando, é um sistema gráfico que organiza o espaço, e de onde nascem todas as suas figuras. Quase sempre Fernando começa a desenhar traçando estas linhas básicas. São elas que o guiam para manter a proporção e o registro dos movimentos e formas que brotam de sua animação. Em quase todas as cenas do filme podem-se ver as linhas da "estrela" definindo o espaço. (MAGALHÃES, 1998)

A construção desta tese teve muitos esboços, muita tentativa, muito vagar e inquietação. Foi e é gesto inacabado: uma moldura colocada no fluxo de um movimento criativo que perpassa a minha vida e as vidas de tantas outras pessoas que estão neste texto comigo. Foi uma construção muito intuitiva, que passou por estágios muito caóticos. Mas preciso deixar registrada aqui minha alegria por, ao terminá-la, notar, em meio aos esboços, e no produto que surgiu quando chegou a hora de desapegar e encerrar a travessia, a presença da nossa Estrela de Oito Pontas.

Esta tese se integra ao meu projeto poético de vida, e acredito que honra com o projeto poético das lutas que aqui são contadas e admiradas: a aposta na comunicação comunitária para a mobilização social como espaço de interações transformadoras, criatividade e potência de transformação.

Paradoxalmente, no entanto, a pesquisa dirige o olhar a um universo de morte e impossibilidade – um genocídio. Mas o faz a partir de uma prática que insiste no presente como um tempo de afirmação da vida e de construção de possibilidades de reinvenção da sociedade – a mobilização construída pelo Fórum das Juventudes e pela Rede Mães de Luta, públicos que se formaram e agem para combater tal genocídio.

---

[28] Vale a pena conferir esse lindo filme. Disponível em: https://portacurtas.org.br/filme/default.aspx?name=estrela_de_oito_pontas. Acesso em: 10 fev. 2023.

A realidade pode ser transformada porque nós somos seres comunicantes. Em interação, construímos um mundo compartilhado, uma perspectiva comum que articula as relações e na qual é tecida toda a teia de significados que perpassa a existência. Relações e significados são, portanto, coisas construídas e dinâmicas, que podem ser alteradas no âmbito das interações.

Em nosso estudo, o interesse recai nas interações construídas e nos processos de ressignificação propostos à sociedade por públicos em processos de mobilização social, em sua ação incessante de problematização de injustiças naturalizadas no cotidiano, com vistas a influenciar o debate público e transformar a sociedade. Nos interessa discutir, em especial, a dimensão experiencial e criativa dos processos de formação e de movimentação desses públicos.

Nossa busca é por contar valiosas histórias pessoais e coletivas relacionadas ao Fórum e às Mães de Luta – e, ao fazê-lo, indicar que, nas mobilizações que essas pessoas constroem, há interações intensas, significativas e transformadoras para os envolvidos, que abrem caminho a possibilidades singulares de ação e expressão, capazes de gerar fissuras no contexto que as duas redes enfrentam, repleto de vulnerabilidades e de interdições à ação.

Queremos tratar, pois, da experiência – nos termos de Dewey (2010), o universo das interações que tem como marcas a intensidade, a recorrência (aprofundando e alterando a compreensão que os sujeitos em interação têm um em relação ao outro), a integralidade (é una, não pode ser fragmentada) e a transformação (os sujeitos em interação se transformam mutuamente ao longo das interações).

Um aspecto que salta aos olhos quando entramos em contato com a experiência dos dois públicos que aqui abordamos é o seu caráter experimental. Pudemos perceber que essas duas coletividades são experiências criativas, e que cada ação é uma artesania: um labor que envolve pequenos grupos e que tem um cotidiano de exercitação de possibilidades de invenção. Discutiremos essa singularidade, que se faz presente em cada aspecto e ação dessas duas redes.

Na experiência do Fórum das Juventudes e da Rede Mães de Luta, também podemos notar que constituir-se como um público que se movimenta para incidir na cena pública envolve construir, na ação: um conhecimento de si (por cada integrante e pelo coletivo) e do contexto; modos de se fazer visível em público; meios (estrutura material e

humana) para perenizar-se em atividade. Ou seja, podemos olhar para a ação dessas duas redes considerando as três dimensões imbricadas da experiência dos públicos em processos de mobilização social: cognitiva, performática e organizativa. (HENRIQUES, 2017)

Escolhemos essas três dimensões para organizar uma trilha para a discussão da experiência das duas redes. Vale dizer que a imagem de trilha, aqui, é a da via terrestre que leva à parte remota de um pequeno lugarejo, construída com apreço e carinho pelos próprios habitantes, que a oferecem, à própria comunidade e a quem mais chegar, como uma possibilidade para transitar pelo lugar. Não são estradas pavimentadas, nem propõem rotas fechadas ou únicas. São caminhos entre vários possíveis; destinam-se mais a passeios do que a viagens.

Ao nos debruçarmos nas práticas e dialogarmos com os jovens e as mães de luta, pudemos notar que, para os coletivos nos quais estão envolvidos, a experiência de fazer/construir um conhecer sobre si/criar condições para manter a luta viva tem uma dinâmica de autoconstrução: o protagonismo é a tônica e a busca é por um modo próprio de construir a luta.

Essa experiência é articulada em torno dos processos de construção de visibilidade pública; de tessitura e de defesa, em público, de narrativas sobre a injustiça social do genocídio da juventude negra. Narrativas que têm muitos elementos dramatúrgicos, dado o caráter dramático do horror que se denuncia.

Manter a mobilização social viva – em outras palavras, criar condições para que ela se perenize – é, enfim, uma dimensão do agir desses públicos que tem uma dinâmica autopoiética (conforme definição de MATURANA e VARELA, 2001, p. 52): um fluir de interações e adaptações que assegura a congruência com o contexto e, assim, a sobrevivência.

Acreditamos, por fim, que a construção da luta, para os jovens e as mães, se constitui numa experiência peculiar: é uma vivência – um todo de relações e sensações tão encarnadas e intensas que, mais do que gerar transformações na vida das pessoas, transformam as vidas das pessoas. Acreditamos que essa vitalidade experiencial, e o potencial transformador que ela carrega, são marcas fundamentais da ação pública do Fórum das Juventudes e da Rede Mães de Luta.

Essa tese aborda tais discussões nos capítulos que vêm depois dessa apresentação que estamos por concluir. No capítulo 2, “Luto”, discutimos os dados que comprovam o

horror do genocídio do povo negro e da juventude negra e, ainda, a mobilização social que insere a palavra "genocídio" no debate público e que postula publicamente o direito ao luto das vidas usualmente consideradas matáveis e, portanto, não passíveis de luto, como destaca Judith Butler (2014, 2015).

No capítulo 3, "Luta", apresentamos o histórico, o panorama e as dinâmicas das lutas de jovens e de mulheres contra o genocídio da juventude negra no país e, em seguida, contextualizamos especificamente a história e a atuação do Fórum das Juventudes da Grande BH e da Rede Mães de Luta.

No capítulo 4, "Quando o Luto é Luta", abordamos o modo como essas duas redes constroem e moldam o seu agir. Para tal, tomamos como textos geradores 30 histórias de vida e de luta que foram contadas para essa pesquisa, que nos apresentam valiosos conhecimentos. Também consideramos as bases teóricas dos estudos de públicos e da comunicação para a mobilização social, além de contribuições de autores que vêm se dedicando à discussão das conexões entre ativismo, arte e criatividade (incluindo a perspectiva da performatividade dos públicos). Tratamos dessas temáticas no contexto das experiências das duas redes analisadas pela tese.

O capítulo 5, "O modo poético", apresenta a conclusão de nosso percurso. Propõe a ideia de vivência como síntese da experiência singular das mobilizações sociais que buscam transformar grito de dor em clamor por justiça; luto em luta.

2-
LU
TO

A morte incendeia a vida, como se essa estopa fosse.
Na lixeira, corpos são incinerados.
A vida é capim, mato, lixo, é pele e cabelo.
Balas enfeitam o coração da noite.
Escopetas, como facas afiadas, brincam tatuagens,
cravam fendas na nossa tão esburacada vida.
Balas cortam e recortam o corpo da noite.
Mais um corpo tombou.
A desgraça vaza dos poros da terra.
O mundo explode.
Não tenho ilusão.
O que temos em comum é o pó do qual somos feitos.
É o pó que nos faz, mais nada. Mas o meu pó corre mais perigo.
Meu pó vira cinza rápido.
Penso no risco que estou correndo.
Risco não, tudo já é certo. A solução está definida.
O destino traçado. Não há recuo.
Eles me catarão debaixo da saia da minha mãe, se preciso for.
E a gente combinamos de não morrer.
Deve haver uma maneira de não morrer tão cedo
e de viver uma vida menos cruel
(EVARISTO, 2014, p. 107-119, trechos)

Vem da força da escrita de Conceição Evaristo um clamor sempre muito presente nos textos e atos de denúncia e enfrentamento ao genocídio do povo negro e da juventude negra: "combinaram de nos matar, mas a gente combinamos de não morrer". Segundo a autora, "combinamos de não morrer" é uma proposição para a luta: fazer um trato com a vida, "apesar da morte fabricada que nos ronda".[29]

Comecemos a falar do tema da pesquisa falando da máquina que fabrica a morte. Compreendê-la é importante para que nós – eu, o leitor desta tese, a sociedade – nos somemos à luta antirracista na busca por um pacto pelas vidas que correm muito mais perigo que as outras e que, no Brasil, são exterminadas a cada 28 minutos[30].

[29] Frase extraída de texto de Conceição Evaristo publicado em 17/10/2019 no blog Quadro Negro. Disponível em: https://quadronegro.blogfolha.uol.com.br/2019/10/17/conceicao-evaristo-bendizendo-a-juventude-que-nos-acolhe/. Acesso em: 13 mar. 2021.

[30] FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2022.

## 2.1. A estrutura que exclui e mata

Há um sem-fim de dados que informam uma profunda desigualdade de acesso da juventude negra a todas as oportunidades constitutivas da cidadania. Em estudos como a pesquisa "Desigualdades Raciais por Cor ou Raça no Brasil", realizada pelo IBGE em 2019, todos os dados apontam que os jovens negros têm mais dificuldade de encontrar uma ocupação e que a maioria deles trabalha em vagas de pouca qualificação, com mais informalidade, em condições mais precárias e com remuneração mais baixa. Esses jovens constituem ainda o segmento da população brasileira que enfrenta as piores condições de moradia, saúde, mobilidade urbana, consumo e fruição cultural.

Em função de todos esses fatores, Bento e Beghin concluem que:

> quando analisados os dados referentes a condições de vida dos jovens negros, não se pode deixar de enfrentar a questão que se explicita: o amplo e diversificado leque de manifestações da discriminação racial que os atinge. De um lado, constata-se um ambiente escolar pouco hospitaleiro para os negros, que engendra a evasão ou torna a trajetória educacional mais acidentada; de outro, a grande dificuldade de inserção qualificada no mercado de trabalho. No final da linha observa-se, com estarrecimento, um quadro de genocídio (BENTO; BEGHIN, 2005, p. 195).

As autoras chamam a atenção para o caráter sistêmico da vulnerabilidade da juventude negra à violência e à violação de direitos. Ao denunciar a exclusão radical de que essa juventude é vítima, elas também denunciam um aspecto fundante da sociedade brasileira: o racismo estrutural.

Vale destacar, conforme alerta Silvio de Almeida, que

> o racismo é sempre estrutural (...) é um elemento que integra a organização econômica e política da sociedade (...) é a manifestação normal de uma sociedade, e não um fenômeno patológico ou que expressa algum tipo de anormalidade. O racismo fornece o sentido, a lógica e a tecnologia para as formas de desigualdade e violência que moldam a vida social contemporânea (...) as expressões do racismo no cotidiano, seja nas relações interpessoais, seja na dinâmica das instituições, são manifestações de algo mais profundo, que se desenvolve nas entranhas políticas e econômicas da sociedade (ALMEIDA, 2018, p. 15 e 16).

O mesmo autor indica que o conceito de raça que se consolidou em nossa sociedade é uma classificação dos seres humanos a partir de dois registros básicos, entrecruzados e complementares: um conjunto de características biológicas – traços físicos, como a cor da pele –, e um conjunto de características étnico-culturais, relacionadas a origem geográfica, língua, religião e costumes.

Esse conceito emerge no século XVI, como pretensa distinção básica entre iluminados – os homens brancos europeus – e primitivos – os povos a serem colonizados em nome da razão. Essa distinção foi fundamental para que o ciclo de morte e destruição do colonialismo e da escravidão pudessem operar simultaneamente como um fundamento estruturante do modo de funcionamento da sociedade contemporânea. Esse sistema de classificação dos seres humanos foi, portanto, "uma das tecnologias do colonialismo europeu para a destruição de povos das Américas, da África, da Ásia e da Oceania" (*idem*, p. 22).

O colonialismo e o neocolonialismo foram alicerçados num discurso de inferioridade racial dos povos colonizados – que seriam primitivos, pouco inteligentes, imorais, lascivos e violentos. Esses discursos são o substrato do preconceito racial – o juízo baseado em estereótipos acerca de indivíduos pertencentes a determinado grupo racializado. E, conforme bem explica Almeida, estruturam uma lógica sistêmica, articuladora da sociedade até os dias atuais: a discriminação racial, ou o tratamento diferenciado a membros de grupos racialmente identificados. E essa discriminação "tem como requisito fundamental o poder, ou seja, a possibilidade efetiva do uso da força, sem o qual não é possível atribuir vantagens ou desvantagens por conta da raça" (*ibidem*, p. 25).

## 2.2. A vida matável e a necropolítica

Em 1999, Noam Chomsky lançou um livro cujo título era *O lucro ou as pessoas? Neoliberalismo e nova ordem global*. A resposta à pergunta (ou melhor, à provocação), como bem sabemos e o linguista e ativista norte-americano enfatizou no livro, é "o lucro". Chomsky (2018, p. 162) nos lembra que a lógica predatória do capitalismo chegou a um estágio extremo em que "o capital pode se mover livremente; os trabalhadores e as comunidades ficam com as consequências".

Esse estágio – o neoliberalismo – é bem sintetizado por Robert McChesney (*in* CHOMSKY, 2018, p. 7), na abertura de *O lucro ou as pessoas?*, como "um conjunto de políticas e processos que permitem a um número relativamente pequeno de interesses particulares controlar a maior parte possível da vida social com o objetivo de maximizar seus benefícios individuais".

Trata-se do "capitalismo sem luvas", no qual

> as forças empresariais são maiores, mais agressivas e se defrontam com uma oposição menos organizada do que nunca. Nesse ambiente político elas tratam de normatizar o seu poder político em todas as frentes possíveis, razão pela qual fica cada vez mais difícil contestá-las, tornando complicada – no limite da impossibilidade – a simples existência de forças extramercado, não-comerciais e democráticas. (*idem*, p. 9)

O filósofo francês Michel Foucault cunhou o conceito de biopolítica para indicar os mecanismos pelos quais o Estado exerce o biopoder: o poder de controlar nascimentos, mortes, reprodução e enfermidades de uma população.[31] No contexto do neoliberalismo, a biopolítica é um modo de gerenciamento das populações, empreendido pelo Estado a serviço das grandes corporações, cuja lógica se condensa no axioma "fazer viver, deixar morrer". Ou seja: para manter-se em funcionamento, a engrenagem neoliberal tem um modo de operação que define populações cujas vidas são protegidas e outras cujas vidas são relegadas ao abandono.

Para o italiano Giorgio Agamben, que investiga o conceito de Estado de exceção, vivemos sob o jugo de um Estado pretensamente democrático, mas que é marcado pelo autoritarismo; um Estado que, sistematicamente, suspende os direitos dos cidadãos, frente a situações que ameaçam o seu poder: assumindo, de forma recorrente, a configuração do Estado de exceção. Pedro Estevam Serrano, estudioso de Agamben, lembra que a principal justificativa utilizada para a perpetuação do Estado de exceção ao longo da História é "o combate à figura do inimigo, que ameaça a sobrevivência do Estado. É a pretexto de exterminá-lo que se suspendem, 'temporariamente', os direitos da sociedade". (SERRANO, 2016, p. 20)

Agamben, para caracterizar os sujeitos enquadrados como "inimigos da ordem", se vale de uma figura do direito romano arcaico: o *homo sacer*, que é o indivíduo reduzido à "vida nua" –, a vida de quem é desprovido do "direito a ter direitos",[32] situado à margem da cidadania. O *homo sacer* é o indivíduo que qualquer um pode matar impunemente, uma vida sujeita a um poder de morte, exposta ao abandono (AGAMBEN, 2002). É o ser humano reduzido a mero ser vivente, desprovido de qualquer tipo de proteção. (SERRANO, 2016, p. 20)

---

[31] Conceito extraído do Pequeno Dicionário Foucaultiano da *Revista Cult*. Disponível em: https://revistacult.uol.com.br/home/pequeno-glossario-foucaultiano/. Acesso em: 30 jun. 2022.

[32] Conceito de Hannah Arendt (1993) para cidadania.

Judith Butler (2018) nos apresenta o conceito de *vida precária*: a condição de certas vidas que sequer são qualificadas como vidas – e, portanto, não podem ser consideradas lesadas ou perdidas e não são passíveis de luto. É o caso, ressalta, das vidas negras, que são apartadas do universo dos direitos em função do racismo, originado na escravidão, modo de dominação em que um ser humano tem o direito de propriedade sobre outro. E esse outro, o escravizado, não é reconhecido como uma vida, mas como propriedade de seu senhor, submetido à vontade deste.

Consideramos oportuno fazer uma conexão dessas formulações com o pensamento decolonial: a corrente de estudos críticos que discute o eixo eurocêntrico-ocidental de produção do conhecimento e de subjetividades, e dirige seu foco à análise dos processos de dominação colonial que se constituíram como a face oculta da modernidade, gerando mecanismos violentos de subalternização da maioria da população mundial.

Para o filósofo e historiador camaronês Achille Mbembe (2018, p. 71), importante nome do pensamento decolonial, os conceitos de biopoder e biopolítica de Foucault são insuficientes para explicar os mecanismos contemporâneos que "subjugam a vida ao poder da morte". O camaronês foi além na conceituação de Foucault, indicando a prevalência, nas sociedades contemporâneas, de um racismo de Estado, que perpetra uma necropolítica.

Para Mbembe, a formulação "fazer viver e deixar morrer" de Foucault não basta. Ele mostra que há formas contemporâneas em que "se exerce o poder de matar, deixar viver ou expor à morte" (MBEMBE, 2018, p. 6). O autor fala da lógica da colonização e nos lembra que as colônias são zonas de guerra e caos, nas quais, supostamente a serviço da civilização, se institui o estado de exceção. Na colônia, há ausência absoluta de lei. O soberano exerce o direito de matar sem qualquer regra: ele pode matar de qualquer jeito e a qualquer momento. E o faz com base numa hostilidade absoluta, calcada na classificação do colonizado em uma forma de vida selvagem: "Aos olhos do conquistador, vida selvagem é apenas mais uma forma de 'vida animal', uma experiência assustadora, algo radicalmente outro (alienígena), além da imaginação ou da compreensão" (*idem*, p. 35).

Mbembe aponta que os mecanismos de exploração máxima instituídos pelo capitalismo contemporâneo reproduzem e radicalizam a lógica colonial da hostilidade máxima. Dessa forma:

> a generalização da insegurança aprofundou a distinção social entre aqueles que têm armas e os que não têm ('lei de distribuição de armas'). Cada vez mais, a guerra não ocorre entre exércitos de dois Estados soberanos. Ela é travada por grupos armados que agem por trás da máscara do Estado contra grupos armados que não têm Estado, mas que controlam grupos bastante distintos; ambos os lados têm como seus principais alvos as populações civis desarmadas ou organizadas como milícias (MBEMBE, 2016, p. 60-61).

Ele propõe, assim, a noção de necropolítica e de necropoder para designar o modo contemporâneo de subjugar a vida ao poder de morte a partir de mecanismos predatórios do capital, nos quais armas de fogo são dispostas para levar à destruição máxima de pessoas e "criar 'mundos de morte', formas únicas e novas de existência social, nas quais vastas populações são submetidas a condições de vida que lhes conferem o estatuto de 'mortos-vivos'" (*ibidem*, p. 71).

## 2.3. Quem morre

No Brasil, os homicídios são a principal causa de mortalidade de pessoas com idade entre 15 e 29 anos (IPEA, 2020). Esse é um dos muitos dados estarrecedores relacionados à morte violenta de jovens compilados todos os anos (exceto em 2022) pelo Atlas da Violência, publicado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), em parceria com o Fórum Brasileiro de Segurança Pública, e pelo Anuário Brasileiro de Segurança Pública, do Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

O Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2022 informa um quadro de extrema gravidade: pretos e pardos foram 84% das vítimas fatais de intervenções policiais no Brasil em 2021. E, dentre essas vítimas, 74% foram homens com idade entre 12 e 29 anos. Ou seja: dentre todas as pessoas assassinadas no Brasil em 2021, 62% foram homens pretos e pardos na faixa etária entre 12 e 29 anos.

A publicação revela, ainda, um recorte racial para o total de assassinatos no país naquele ano: foram 47.503 assassinatos no país, sendo 50% das vítimas pessoas jovens (com idade entre 12 e 29 anos) e 77,9% das vítimas pessoas negras. São mais de 18,5 mil jovens negros assassinados em um ano – um a cada 28 minutos.

Estudo do Instituto Sou da Paz, também de 2022, indica que a chance de um homem jovem negro ser assassinado por arma de fogo é cerca de 3,5 vezes maior que a

de um homem branco. Além disso, segundo o Anuário de Segurança Pública de 2022, enquanto a taxa de mortalidade por intervenções policiais entre brancos caiu cerca de 31% entre 2020 e 2021, ela aumentou cerca de 6% entre a população negra.

Pesquisa realizada pelo Grupo de Estudos dos Novos Ilegalismos da Universidade Federal Fluminense (Geni/UFF)[33] demonstra que, entre os anos de 2007 e 2021, foram realizadas 17.929 operações policiais em favelas na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, das quais 593 terminaram em chacinas, com um saldo de 2.374 mortos. Esse dado deve ser cruzado com outro, do Anuário de Segurança Pública de 2022: 84% das pessoas mortas em 2021 pelas polícias eram negras.

Essas estatísticas estarrecedoras se repetem, ano após ano. Os pesquisadores do Fórum Brasileiro de Segurança Pública avaliam que "é como se, em relação à violência letal, negros e não negros vivessem em países completamente distintos (...) A conclusão é que a desigualdade racial no Brasil se expressa de modo cristalino no que se refere à violência letal e às políticas de segurança". (IPEA, 2018, p. 39)

Toda essa tragédia, afirma o Atlas da Violência, tem profundas consequências: "traz implicações na saúde, na dinâmica demográfica e, por conseguinte, no processo de desenvolvimento econômico e social [do Brasil]". (IPEA, 2017)

Renato Sérgio de Lima, diretor-presidente do FBSP, ao analisar os resultados do Atlas da Violência dos últimos anos, indica que a ideia de que vivemos numa "terra devastada" favorece a exploração de supostas saídas de "cunho salvacionista". Para ele, "estamos sob ataque de grupos que professam sua fé na violência como forma de governar e de, paradoxalmente, pacificar a sociedade, em uma espécie de vendeta moral e política que parece cada vez mais ganhar adeptos".[34]

Outro dado que merece ser considerado é o encarceramento do povo negro e da juventude negra. O Brasil tem a terceira maior população carcerária do mundo e chegou, em 2022, à assustadora marca de 919 mil presos (dados do Conselho Nacional de Justiça): a maior população carcerária da história do país. Segundo especialista do Fórum de Segurança Pública, uma das razões apontadas para a explosão da população carcerária nos últimos dois anos (aumento de 12,4%) são os chamados "crimes famélicos", em que a pessoa furta para comer.[35]

---

[33] GENI/UFF. Chacinas policiais. *Grupo de Estudos dos Novos Ilegalismos*, mai. 2022. Disponível em: https://geni.uff.br/2022/05/06/chacinas-policiais/. Acesso em: 02 fev. 2023.

[34] GONÇALVES, Marcos Augusto. Tendência para o autoritarismo é alta no Brasil, diz estudo. *Folha de S.Paulo*, 06 out. 2017. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/poder/2017/10/1924781-tendencia-para-o-autoritarismo-e-alta-no-brasil-diz-estudo.shtml. Acesso em: 15 jun. 2018.

[35] Os dados desse parágrafo foram retirados de: ABBUD, Bruno. Pandemia pode ter levado Brasil a ter recorde histórico de 919.651 presos. *O Globo*, 05 jun. 2022. Disponível em:

A população carcerária brasileira é esmagadoramente negra e jovem, segundo o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2022): 67,5% dela é constituída por pessoas de cor/raça negra; 66% dos encarcerados brasileiros são pessoas com idade entre 18 e 34 anos.

Dados do último relatório do Sistema de Informações do Departamento Penitenciário Nacional – SISDEPEN (1º semestre de 2022[36]) demonstram que os crimes que mais motivam prisões no Brasil são patrimoniais e relacionados a drogas – somados, eles correspondem a 74% das causas de prisões. Crimes contra a vida motivam 16% das prisões. Isso indica que a ação da polícia e da justiça não tem foco nos crimes mais graves, mas se dirige principalmente aos conflitos contra o patrimônio e aos delitos de pequena monta relacionados a drogas. O perfil do público encarcerado deixa evidente que a seletividade penal recai sobre segmentos específicos: homens negros na faixa etária de 18 a 34 anos representam 45% da população carcerária brasileira.

Todos esses dados indicam que os jovens negros pobres são muito mais vítimas do que autores da violência no Brasil.

A raça é um aspecto basilar na conformação das desigualdades sociais e das barreiras ao acesso a direitos. Segundo o IBGE (2019), os negros constituem 75,5% da população mais pobre do país. E, conforme já destacavam, em 2005, Bento e Beghin, esse quadro de precariedade se agrava quando a faixa etária entra na equação. Segundo as autoras, jovens negros vivem uma "exclusão radical":

> os jovens negros lideram o *ranking* dos que vivem em famílias consideradas pobres e dos que recebem os salários mais baixos do mercado. Eles encabeçam, também, a lista dos desempregados, dos analfabetos, dos que abandonam a escola antes de tempo e dos que têm maior defasagem escolar (BENTO E BEGHIN,2005, p. 194).

Em relação ao acesso à educação e ao trabalho, dentre os inúmeros índices alarmantes, podemos mencionar estudo de 2022 da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), que aponta que o Brasil é o segundo país na esfera de influência de tal organização com a maior proporção de jovens, com idade entre 18 e 24 anos, que não conseguem nem emprego nem continuar os estudos – os chamados

---

https://oglobo.globo.com/brasil/noticia/2022/06/pandemia-pode-ter-levado-brasil-a-ter-recorde-historico-de-919651-presos.ghtml. Acesso em: 10 dez 2022.

[36] SISTEMA DE INFORMAÇÕES DO DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO NACIONAL. 12º Ciclo — INFOPEN. Brasília: Ministério da Justiça e Segurança Pública/Departamento Penitenciário Nacional, jun. 2022. Disponível em: https://www.gov.br/depen/pt-br/servicos/sisdepen/relatorios-e-manuais/relatorios/relatorios-analiticos/br/brasil-junho-2022.pdf. Acesso em: 05 jan. 2023.

"nem-nem": 36% dos jovens brasileiros estão nessa condição.[37] Esse dado se conecta a outro: segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios do IBGE (Pnad) do último trimestre de 2022, 65% das pessoas sem trabalho no país, à época, eram pretas e pardas.[38]

O Brasil, conforme dados do World Inequality Report 2022 (CHANCEL, 2022), é um dos países mais desiguais do mundo. No país, aponta o estudo, os 10% mais ricos detêm, hoje, 59% da renda nacional, ao passo que os 50% mais pobres respondem por apenas 10% dessa renda. Tais pessoas – metade da população brasileira – ganham 29 vezes menos do que os 10% mais ricos. E essa desigualdade, como indicamos acima, é racializada.

A pandemia da Covid-19[39] tornou todas as desigualdades mais agudas. Em 2020, quando se iniciava a emergência sanitária, Mbembe associou a necropolítica ao risco de morte pela doença, destacando que os mais duramente afetados seriam a maioria da população global, que vive em zonas nas quais anos de negligência organizada colapsaram os sistemas de saúde. Sem leitos hospitalares, respiradores, testes suficientes, máscara, álcool e possibilidade de quarentena, "infelizmente, prevemos que muitos não passarão pelo buraco da agulha". (MBEMBE, 2020)

E esse seletivo buraco da agulha se aplica a muitos outros casos, lembra ele. Dezenas de milhões de pessoas,

> vítimas de HIV, cólera, malária, ebola, de vírus nipah, febre tifoide, febre amarela, zika, chikungunya, a diversidade de cancros, epizootias e outras pandemias zoonóticas, como a peste suína ou a febre catarral ovina (ou língua azul), e todas as epidemias imagináveis e inimagináveis que devastaram, durante séculos, povos sem nome em terras distantes. Isto sem contar com substâncias explosivas e outras guerras predatórias e de ocupação que mutilam e dizimam dezenas de milhares e atiram para os caminhos do êxodo outras centenas de milhares de pessoas. A humanidade errante. (MBEMBE, 2020)

---

[37] GONÇALVES, Rafaella; BRAZ, Marcos. Brasil é o segundo país com maior proporção de jovens "nem-nem". *Correio Braziliense*, 06 nov. 2022. Disponível em: https://www.correiobraziliense.com.br/economia/2022/11/5049770-brasil-e-o-segundo-pais-com-maior-proporcao-de-jovens-nem-nem.html. Acesso em: 05 jan 2023.

[38] GOMBATA, Marsílea. Melhora do emprego é menor para trabalhadores negros. *Valor Econômico*, 28 dez. 2022. Disponível em: https://valor.globo.com/brasil/noticia/2022/12/28/melhora-do-emprego-e-menor-para-trabalhadores-negros.ghtml. Acesso em: 05 jan. 2023.

[39] Segundo o Ministério da Saúde, "a Covid-19 é uma infecção respiratória aguda causada pelo coronavírus SARS-CoV-2, potencialmente grave, de elevada transmissibilidade e de distribuição global". MINISTÉRIO DA SAÚDE. O que é a Covid-19?. *Gov.br*, 08 abr. 2021. Disponível em: https://www.gov.br/saude/pt-br/coronavirus/o-que-e-o-coronavirus. Acesso em: 22 de abril de 2022.

Como bem pudemos perceber nos noticiários e nas estatísticas, de fato, a necropolítica acabou sendo uma profecia autorrealizada também na pandemia. A pandemia já levou à morte de 6,74 milhões de pessoas em todo o mundo, sendo 696.254 mil mortes (10,3% do número global!) ocorridas no Brasil.[40] Um estudo internacional classificou o Brasil como o país com a pior gestão da pandemia no planeta.[41]

Na fase aguda, o risco de morte por Covid-19, no Brasil, foi 50% maior para moradores das periferias e, no país, pessoas negras tinham 1,5 vezes mais chances de morrer de Covid-19 do que pessoas brancas.[42] Além disso, 71,4% dos 8,9 milhões de brasileiros que perderam emprego à época eram negros.[43]

O quadro da violência letal também foi desalentador. Segundo o Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2021, as mortes violentas tiveram um aumento de 4% entre 2019 e 2020, sendo que pessoas negras corresponderam a 76% das vítimas de tais mortes.

Passado o período agudo de contaminação e mortes da pandemia, o país, em 2022, atingia uma situação absolutamente crítica em relação ao desenvolvimento econômico, social e humano: os índices econômicos, sociais e ambientais (PIB, produção industrial, inflação, pobreza, capacidade de consumo das famílias, educação, fome, desmatamento) haviam retrocedido aos patamares de 30 anos atrás.[44]

Chegamos a 2022, ainda, enfrentando um dos mais perversos efeitos das crises do neoliberalismo brasileiro na última década, potencializadas pela emergência sanitária global da Covid-19. O país se vê diante da pandemia da fome. Pesquisa da Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (Rede PENSSAN), publicada em junho de 2022, apontava 58,7% dos domicílios brasileiros em situação de insegurança alimentar. O mesmo estudo verificou 65% dos domicílios chefiados por pessoas de cor preta e parda enfrentando a fome.[45]

---

[40] Dados de 20/01/2023 compilados pelo Google. Disponível em: https://news.google.com/covid19/map?hl=pt-BR&gl=BR&ceid=BR%3Apt-419. Acesso em: 23 jan. 2023.

[41] Trata-se de estudo do australiano Lowy Institute, publicado em janeiro de 2021, que analisou quase 100 países de acordo com critérios como casos confirmados, mortes e capacidade de detecção da doença. Disponível em: https://g1.globo.com/mundo/noticia/2021/01/28/brasil-e-pior-pais-do-mundo-na-gestao-da-epidemia-de-covid-19-aponta-estudo-australiano.ghtml. Acesso em: 05 jan. 2023.

[42] NASCIMENTO, Jefferson. A epidemia de desigualdade no Brasil. *Oxfam*, 16 jan. 2022. Disponível em: https://www.oxfam.org.br/blog/a-epidemia-de-desigualdade-no-brasil/. Acesso em: 22 abr. 2022.

[43] Disponível em: https://admin.cut.org.br/system/uploads/ck/boletim%20especial%20Dieese.pdf. Acesso em: 22 abr. 2022.

[44] Levantamento do jornal O Globo a partir dos principais índices públicos brasileiros. Vide: https://oglobo.globo.com/economia/noticia/2022/06/brasil-tem-retrocesso-de-ate-tres-decadas-na-economia-na-educacao-e-no-meio-ambiente.ghtml. Acesso em: 05 jan. 2023.

[45] REDE BRASILEIRA DE PESQUISA EM SOBERANIA E SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL. *Olhe para a fome*, 2022. Disponível em: https://olheparaafome.com.br/. Acesso em: 05 jan. 2023.

## 2.4. A imagem da vida que se pode matar e expor à morte

O debate sobre a segurança pública no Brasil é uma controvérsia que tem, de um lado, um posicionamento, assumido pelos movimentos por direitos de cidadania, que se vale de uma ampla gama de informações para afirmar que há uma situação de desigualdade racial expressa de forma dramática no âmbito da violência letal contra jovens negros no país. Sob essa ótica, a juventude negra seria muito mais vítima do que causa da violência homicida.

De outro lado, está a cena midiática, que dissemina estereótipos que levam a um entendimento oposto: o jovem negro morador de favela é apresentado à exaustão, nos noticiários, como a imagem do suspeito número um de todo tipo de crime que amedronta a sociedade brasileira.

VAZ, CARDOSO e FELIX (2012) chamam a atenção para a cultura do medo contemporânea e apontam a identificação entre sofrimento, crime e medo como uma construção que, na narrativa jornalística brasileira, remonta aos últimos 30 anos. Eles demonstram que, nos noticiários dos anos 1980, o sofrimento era apresentado às audiências como algo injusto e inadmissível, diante do qual se convocava a política da piedade: a ideia de que era preciso agir para reduzir o sofrimento dos infelizes (as vítimas da fome, por exemplo). Mais ainda: circulava na mídia até mesmo a percepção de que a felicidade de poucos se daria às custas do sofrimento dos pobres, explorados; uma conexão com a ideia de injustiça social, de sofrimentos evitáveis, e uma crença de que uma ação política seria capaz de suspender o sofrimento das vítimas.

Contudo, os autores destacam que, a partir dos anos 1990, a atenção do jornalismo é deslocada para outros tipos de sofrimento: "não mais eventos vinculados à estrutura social, mas acontecimentos que ocorrem no espaço público com seleção aleatória de vítimas: crimes, catástrofes naturais, epidemias e acidentes" (VAZ, CARDOSO e FELIX, 2012, p. 35).

Emerge a narrativa do risco: um evento virtualmente possível, mas que pode ser evitado – é necessário, portanto, focar em sua prevenção. É construída uma imagem do agressor – o bandido, o criminoso, o traficante: o ser monstruoso que vitimiza o indivíduo de classe média que vivia sua rotina de "homem de bem". A pobreza deixa o enquadramento que a situava no âmbito da desigualdade e da injustiça e passa a representar a ameaça, o risco.

Assim, a "política da vítima virtual", ou a "política do medo", alimenta o "populismo do medo": a base das políticas anticrime, que desumanizam todo aquele que virtualmente nos põe em risco.

Analisando o contexto da cidade do Rio de Janeiro, os autores concluem que

> há uma clara relação entre o aumento do número de matérias sobre crime, sobretudo nos anos 2000, e o registro de índices alarmantes de mortes por 'autos de resistência'.[46] A tolerância em relação à morte de indivíduos por policiais e a aceitação da superpopulação das prisões é um dos modos como nossa sociedade autoriza a violência do Estado. Toda vez que nos percebemos em risco que não escolhemos correr, atribuídos a um outro monstruoso, parece não haver problema ético em aceitar a violência contra ele (...) Na simplificação moral própria da vítima virtual, o que desaparece é a possibilidade de discussão coletiva sobre que sociedade queremos construir (VAZ, CARDOSO e FELIX, 2012, p. 40).

É nesse contexto que emerge e se justifica a escalada exponencial da militarização da segurança pública no Brasil. Escalada que tem como marco a implementação das UPPs (Unidades de Polícia Pacificadora) nas favelas do Rio de Janeiro, no período de 2008 a 2013, institucionalizando um padrão de ação militarizada sem precedentes da polícia nas favelas e aglomerados, vigente até hoje na maioria das grandes cidades brasileiras. Fenômeno que já levou, inclusive, à oficialização do Estado de exceção na cidade do Rio de Janeiro, por meio da intervenção das forças militares federais na cidade, no ano de 2018.

O enquadramento midiático da questão da segurança pública é claramente alinhado à ideia de Estado de exceção. É o que demonstra a criação, em agosto de 2017, de uma editoria de Guerra pelo jornal *Extra*, do Grupo Globo, sob a alegação de que a situação da violência no Rio de Janeiro seria de uma magnitude tal que não deveria mais ser tratada como assunto de polícia, mas como situação de guerra. O jornal foi parabenizado pela iniciativa pela Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro, em seu Twitter. No entanto, moradores de diversas favelas cariocas se indignaram. A análise de tais moradores foi que, como diz o senso comum, na guerra, vale tudo: ações truculentas, extermínio de pessoas, abusos.

---

[46] Auto de resistência, ou resistência seguida de morte, são nomenclaturas que, nos registros de ações policiais com vítimas fatais decorrentes da ação de agente(s) da polícia, são utilizadas para indicar que a vítima teria resistido e o policial teria agido em legítima defesa – o que leva à presunção da inocência do policial ou dos policiais envolvido(s).

À época, moradores da Favela do Jacarezinho publicaram, via Agência de Notícias das Favelas, um manifesto que afirmava:

> A sociedade, ao aplaudir, e a mídia, ao reverenciar (...) a violência produzida pelo próprio Estado, legitima e estimula toda essa barbárie violenta. Violência gera violência. A população preta, pobre e favelada tem sido vítima cotidiana (...) A guerra às drogas é, na verdade, uma guerra aos pobres.[47]

Loïc Wacquant, em *Punir os pobres*, fala dessa *criminalização da miséria*: "a substituição progressiva de um (semi) Estado-providência por um Estado penal e policial, no seio do qual a criminalização da marginalidade e a 'contenção punitiva' das categorias deserdadas faz as vezes de política social" (WACQUANT, 2003, p. 19 e 20). É nesse contexto que as juventudes negras, pobres e periféricas se encontram na condição de *vidas matáveis*.

Com base nos resultados de dois de seus estudos recentes (de 2017) – o levantamento "Índice FBSP/Datafolha de Efetividade das Políticas de Segurança Pública" e a pesquisa "Medo da Violência e o Apoio ao Autoritarismo no Brasil: Índice de Propensão ao apoio a Posições Autoritárias" –, o Fórum Brasileiro de Segurança Pública e o instituto de pesquisa Datafolha correlacionam medo da violência e o apoio a medidas autoritárias na gestão das questões de interesse público. O índice destaca que 60% dos brasileiros têm medo de circular pela cidade, em função da violência urbana. Já a pesquisa aponta que hoje, numa escala de zero a dez, a sociedade brasileira atinge o índice de 8,1 na propensão a endossar posições autoritárias, e que o medo da violência prevalece como o principal fator a motivar tal posição.

Na outra face do preconceito estão os reflexos de uma economia moral que faz distinção entre pessoas consideradas no universo da cidadania e "pessoas menos pessoas", não aptas ao alcance de certos direitos – distinção, essa, que está na base da produção social da indiferença.[48]

Pesquisas do Data Favela (iniciativa do Instituto de Pesquisa Locomotiva e da Central Única de Favelas) dão indícios dos reflexos desse fenômeno. Em junho de 2020,

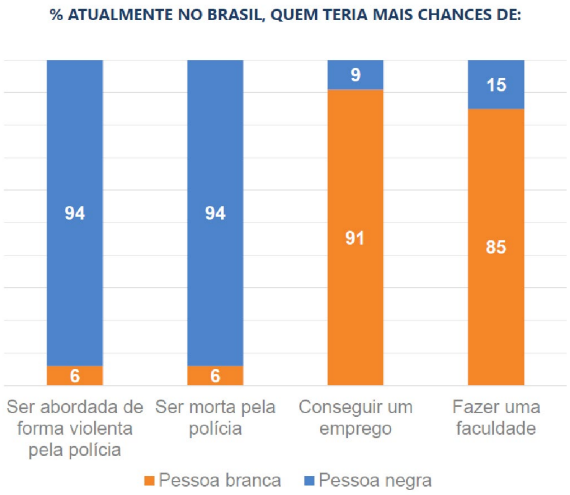
---

[47] Matéria publicada pela revista *Carta Capital* no dia 19/08/2017, com o título: "Guerra de ideias: o que significa a criação da editoria de guerra do Extra". Disponível em: https://www.cartacapital.com.br/blogs/intervozes/guerra-de-ideias-o-que-significa-a-criacao-da-editoria-de-guerra-do-extra. Acesso em 06 mai. 23.

[48] O antropólogo Didier Fassin (2014) identifica "economias morais" (conceito desenvolvido pelo autor para decisões políticas baseadas em julgamentos de valor, ou seja, em princípios culturalmente fundados) que estão por trás dos processos de hierarquização do valor das vidas, dos processos de exclusão social decorrentes de tal hierarquização, e da produção social da indiferença.

o Data Favela ouviu 1.459 pessoas, de variados perfis socioeconômicos, para fazer um levantamento das percepções acerca da relação entre raça e acesso à cidadania no país. O gráfico abaixo indica que a absoluta maioria dos ouvidos associavam a categoria "pessoas brancas" a acesso a direitos e, de outro lado, "pessoas negras" a situações de exclusão social e vulnerabilidade à violência.

Figura 1 – Gráfico com percepções sobre a relação entre raça e acesso à cidadania




Fonte: Data Favela, 2020.

No mesmo levantamento, 36% dos entrevistados e 76% dos negros entrevistados disseram conhecer alguém que já tenha sofrido preconceito, discriminação ou algum tipo de humilhação e deboche por sua cor ou raça dentro do ambiente de trabalho. Metade das pessoas pretas entrevistadas relatou já ter sido seguido por seguranças em lojas. 40% das pessoas negras que participaram da pesquisa afirmaram ter faltado dinheiro para comprar comida durante a pandemia do novo coronavírus.

Já em outra pesquisa do Data Favela, de junho de 2020, o foco foi investigar a percepção das pessoas acerca das relações entre violência, periferia e racismo. O levantamento informa que, dentre os entrevistados, 91% sabiam do caso do assassinato de George Floyd[49], 83% acreditam que esse tipo de situação ocorre com frequência no país e 56% já souberam de ocorrências semelhantes. Metade das pessoas negras participantes da pesquisa relataram já terem sido vítimas de violência policial.

[49] George Floyd foi um negro americano estrangulado até a morte por um policial branco no dia 25/05/2020, durante uma abordagem relacionada a um suposto crime de pequena monta (pretenso uso de uma nota de 20 dólares falsificada). O caso, por sua brutalidade, ganhou visibilidade e acabou gerando comoção mundial, conforme discutiremos em seção específica da tese.

A mesma pesquisa informa que 95% dos entrevistados acreditam que a polícia brasileira é racista, sendo que 52% afirmaram que a consideram muito racista. Metade dos moradores de periferia ouvidos pelo levantamento relataram sentir medo diante da polícia. Um total de 67% das pessoas pretas afirmou sentir medo ao ter qualquer interação com policiais, ou mesmo ao testemunhar qualquer tipo de situação envolvendo a polícia. Foram mencionadas várias situações em que esse medo se expressa: na abordagem policial, ao passar perto de policiais, ao passar por barreiras policiais, ao ver a polícia perto de casa. Foi citado até mesmo o medo de precisar da ajuda desses agentes.

## 2.5. Rituais da morte para reivindicar o valor da vida

Conforme discutiremos adiante (especialmente no capítulo 4), a reivindicação ao luto e a realização de atos públicos que são caracterizados como vigílias de luto pelos jovens assassinados são um elemento central do ativismo construído pelas mães e familiares de vítimas de assassinato pelo Estado.

Judith Butler (2015) chama a atenção, de forma contundente, para a importância dessa reivindicação. Ela lembra que, ao afirmar as vidas tomadas como sem valor como vidas enlutáveis, realizando atos de luto público, o que se faz é afirmar que a perda de tais vidas é inaceitável.

Andreia Vicente da Silva, Claudia Rodrigues e Rachel Aisengart (2021) fizeram um apanhado do sentido e dos elementos constitutivos dos rituais do luto. As autoras indicam que há uma dimensão individual da perda de uma pessoa pela qual nutrimos afeto, que se conecta a procedimentos coletivos – os rituais da morte – por meio dos quais buscamos elaborar a morte da pessoa que se foi.

Os rituais da morte, baseados num contexto específico de costumes sociais e culturais, são momentos de expressão emocional corporificada frente à perda – gestos, cantos, lamentos, gritos, choro, orações; são, ainda, espaços de simbolização, de atribuição de sentidos à perda. Servem, ao mesmo tempo, ao círculo íntimo do morto e à coletividade. Existentes desde a Pré-História, rituais fúnebres são, argumentam, uma ferramenta contra o poder invencível da morte. Neles, diferentes culturas afirmam que o morto não desaparece, mas renasce em outro plano, transcendental. Ou, ainda, que quem deixa a vida passa a ser uma ancestralidade.

Há um cerimonial da morte, que se inicia logo que ela acontece, com um rito preliminar em torno do corpo morto, que envolve ficar perto, contar histórias, lamentar.

Ele é seguido de uma cerimônia, ou de um conjunto de cerimônias, relacionada(s) ao contexto cultural e religioso específico do falecido, seu círculo de convivência e sua comunidade. No velório (vigília) diante do caixão, na procissão ou cortejo do velório até o enterro, e/ou em rituais religiosos posteriores, os vivos se expressam formalmente em relação ao falecido, num contexto marcado por uma série de elementos simbólicos, de cunho social, cultural e religioso. "Na cerimônia, há ordem, palavras adequadas, músicas, orações e encomendações. Aquele que jaz é o personagem que sai do convívio, cuja morte é coletivamente elaborada." (SILVA, RODRIGUES e AISENGART, 2021, p. 223)

Diversos são os objetos fúnebres (caixão, lápide, "santinho",[50] velas, objetos religiosos), além dos elementos relacionados à expressão corpórea (cantos, preces, súplicas, choro, gritos entre outros). Os rituais fúnebres têm, portanto, a forma de uma narrativa, de uma ação dramática.

Erving Goffman (2011) destaca que o ritual acontece na copresença e em função da copresença, e que sua matéria são "gestos, posicionamentos e enunciados verbais que as pessoas continuamente inserem na situação, intencionalmente ou não". (GOFFMAN, 2011, p. 9)

Aprendemos esses gestos e posicionamentos na *mise en scène* dos rituais da vida cotidiana. Por isso, cada indivíduo "pode realmente compreender a importância cerimonial da forma em que é tratado, e, sozinho, pode responder dramaticamente àquilo que lhe é oferecido". (*idem*, p. 94).

A partir de Goffman, podemos dizer que os rituais fúnebres são rituais de interação nos quais é acionado todo um conjunto de elementos gestuais, verbais e imagéticos que existem para que se preste deferência à pessoa morta. É exatamente essa deferência o que se reivindica, posto que é o que é socialmente negado aos jovens negros assassinados.

Os movimentos de mães e familiares das vítimas letais da violência do Estado levam os elementos dramáticos dos rituais do luto para os espaços públicos: a expressão emocional corporificada – os gritos, os cantos, preces e súplicas –; os objetos fúnebres – fotos dos filhos assassinados (presentes em camisas, faixas, bandeiras, cartilhas), livretos e livros com fotos e histórias, velas, objetos que lembram as vidas ceifadas (peças de vestuário; brinquedos, nos casos em que o assassinato é de uma criança; correntes que levavam ao pescoço).

---

[50] O santinho é um pequeno panfleto em homenagem ao morto, que geralmente tem foto, uma breve oração, e um pequeno trecho sobre quem foi aquela pessoa, homenageando-a. Trataremos mais dele adiante, no capítulo 4.

E as mulheres em luta, ao recriarem os rituais do luto para exigir o reconhecimento do valor das vidas interrompidas de seus filhos, não realizam uma mera repetição de tais rituais. Elas realizam o ritual como uma performance no espaço público. No capítulo 4, discutiremos a palavra "performance". Por ora, o que importa é a ideia de performance de si: de usar elementos da própria biografia como matéria para uma intervenção expressiva no espaço público, como elemento simbólico que desestabiliza estruturas de sentido cristalizadas.

Consideramos pertinente discutir os rituais de luto público e em público construído por essas ativistas porque a experiência pública do luto nesse viés tem tido pouca atenção dos estudos da Comunicação Social. Os estudos do nosso campo dirigem maior atenção ao luto coletivo frente às mortes de celebridades. Evidentemente, não se tratam de opções excludentes, mas vale o esforço de contemplar o universo de interações e de construção de sentido da experiência do luto frente ao assassinato de jovens negros que, ao contrário das celebridades, são invisíveis ou são vistos como ameaças que se deve, ao fim e ao cabo, eliminar.

Conforme já discutimos, a partir de Vaz e colaboradores (2015), no debate público acerca do tema da segurança pública prevalecem as políticas do medo, que fazem com que, de um lado, o jovem negro de periferia seja invisível como sujeito cuja vida mereça valor e, de outro, seja hipervisível, no circuito midiático, como o virtual bandido; como ameaça. E a mãe de bandido, nesse contexto, é aquela que falhou na missão de criar um "cidadão de bem".

Na tábula rasa do debate público em torno do tema, todas as camadas de violações e falta de acesso a direitos que recaem sobre as existências desses jovens e suas mães são eclipsadas pela vendeta moral extremamente violenta que é sintetizada na expressão "bandido bom é bandido morto". No noticiário policial, a mãe do bandido é revitimizada, pois não há dignidade para essa mulher, que seria a grande culpada por todo o horror da violência.

No ritual de luto público, a humanidade do morto e da mãe do morto é, ao mesmo tempo, afirmada e reivindicada, por meio das mães que gritam e pranteiam os que lhes foram tirados, contam e recontam suas histórias de luta, muitas vezes solitária e quase sempre extenuante, pelos filhos, para que se mantenham vivos, e o desespero quando nada é suficiente e a morte deixa de ser uma profecia que as ronda para se tornar uma horrenda realidade. Com o ritual fúnebre em público, elas escancaram a morte e exigem deferência

às vidas brutalmente interrompidas. Nesse ritual, a partir de toda a carga dramática de inúmeras mães em vigília pelos filhos assassinados, há um grito coletivo que fala de uma morte em série. Que, em cada uma daquelas mortes, se desenrola um drama muito maior e mais profundo, ligado a uma fábrica de mortes; um genocídio.

As Mães de Acari são o mais longevo coletivo de mulheres que, frente a chacinas, vêm se mobilizando, no Brasil, para fazer de seu luto um luto público – e, do luto público, luta. O grupo se formou em 1990, com a reivindicação de investigação e justiça para o caso do sequestro e assassinato de 11 adolescentes e jovens da favela de Acari, no Rio de Janeiro, por ação de um grupo de homens que se identificaram como policiais. O caso do desaparecimento dos filhos dessas mulheres permanece sem solução e impune até a presente data, 32 anos depois.

A luta incansável de tais mães ganhou muita visibilidade e inspirou as redes que vieram depois. É o que destaca Carlos Nobre (2005), que acredita que ser referência, inspirar e repertoriar outras mulheres que passaram a lutar por direitos humanos é o legado dessas mães: "suas ações foram copiadas país afora, e hoje podemos ver grupos de mães lutando pelos direitos humanos em várias capitais e cidades brasileiras". (NOBRE, 2005, p. 19)

Nobre conta que, num momento em que a prioridade da segurança pública era a investigação de sequestros de empresários, em que a existência de grupos de extermínio e milícias era um assunto sem nenhuma visibilidade e apenas começavam a se articular as denúncias associando letalidade violenta e racismo, aquelas mulheres, a partir do segundo dia do desaparecimento de seus filhos, foram em busca umas das outras e, em meio a adversidades colossais, criaram um modo próprio de investigação, denúncia e articulação em sua busca por justiça; criaram, ainda, um dos mais contundentes movimentos sociais do Brasil dos nossos tempos.

A experiência dessas dez mulheres, que inicialmente eram absolutamente desprezadas e desrespeitadas e se tornaram referências da luta contra desaparecimentos no país, reconhecidas por organismos nacionais e internacionais, tem sido tema de diversificados estudos, dada a sua importância. Fábio Alvez Araújo, em 2007, discutiu justamente a luta nascida do luto. Na luta dessas mulheres, o horror do luto é tomado como elemento de legitimação e base para as práticas revindicatórias junto à Justiça, argumenta Araújo. O autor indica que, para construir seus repertórios de ação, elas acionam a emoção e um universo simbólico que conjuga maternidade, morte e religião.

Rita de Cássia Santos Freitas (2012) também analisou a experiência das Mães de Acari. Em sua pesquisa, dedicou especial atenção à imagem das "mães que lutam" – mães que saem de seus contextos habituais, se lançam no ativismo e passam a confrontar autoridades e poderes instituídos, se organizam e vão em busca de outras mulheres. Freitas percebe, na trajetória de tais mães, que elas utilizam a maternidade como uma categoria legitimadora das suas lutas; acionam com sucesso a solidariedade ao se apresentarem nos termos do imaginário da tradicional figura da mãe sofredora, que se sacrifica pelo amor incondicional aos filhos, e que, portanto, é guerreira, vai à luta pelo filho até as últimas consequências.

Rebeca Bussinger e Helenira Novo (2008) falam de quão árdua é a luta das mães em busca de justiça frente aos assassinatos dos filhos. Além do descaso e da indiferença das autoridades, essas mulheres enfrentam, muitas vezes, a situação de ver os algozes dos filhos circulando livremente – e, o que é pior, são ameaçadas por eles. Convivem com humilhação, revolta, risco e medo. A extrema vulnerabilidade experimentada a partir da perda do filho nessas circunstâncias tem um efeito desestruturador em todas as instâncias da vida das mulheres.

A associação de familiares de vítimas de violência é, então, um lugar único e precioso, no qual não se sentem deslocadas e incompreendidas, são acolhidas, podem falar. Dessa vivência, nasce a solidariedade. No compartilhamento de lembranças que acontece entre as mães, revive-se a dor, mas também emergem a solidariedade na dor e o apoio mútuo, que lhes dá o propósito e a força para a busca por justiça. A vivência coletiva é, portanto, um espaço em que se faz possível reorganizar a experiência traumática da morte, atenuando a devastação que ele gera.

Freitas também vê como central a experiência de partilha da dor. É a partir dessa partilha e da vontade de transformar essa dor em luta que essas mulheres constroem seus discursos e conclamam outras mães, constituindo uma rede de solidariedade. E é pela mesma perspectiva, da mãe sofrida e lutadora, que interpelam a sociedade. O modelo feminino, da mulher/mãe abnegada, voltada ao cuidado dos filhos, atrela a imagem dessa mulher ao espaço doméstico e dissocia da rua, da luta política. No entanto, paradoxalmente, é com essa imagem que elas vão para as ruas e interpelam a sociedade.

Rogério Luid Modesto dos Santos (2018) também nos fala da contradição vivenciada pelas mulheres negras periféricas que gritam por justiça. O autor explica que o grito é uma explosão na altura vocal e, também, algo que irrompe do corpo, assinala um conflito e muda o enunciado, que então ganha força como denúncia. Frente a um sistema jurídico que opera com extensa burocracia para reiterar determinadas relações de poder,

e que não é um espaço de acolhimento efetivo desse grito-denúncia, as mulheres passam a fazer denúncias nas bordas, a ocupar variados espaços com seus gritos. Ao fazê-lo, despertam interesse de determinados setores e passam a integrar produções midiáticas acerca dos assassinatos que denunciam. É aí que se instaura a contradição: em que medida a denúncia de cada mulher, ao responder a um certo modo de acionamento das produções midiáticas, não perde a singularidade e passa a ser regida pela lógica dos diretores e dos editores de tais produções? Mas Modesto avalia, com sabedoria, que não há um lugar perfeito para a luta, livre de contradições. A luta acontece a partir da e na contradição.

## 2.6. Rituais, vida e luta

Juventude é uma palavra usualmente associada a potência, beleza, liberdade. Ao corpo em seu apogeu, e a um momento de experimentação e aventura. Paradoxalmente, a grande maioria da juventude brasileira, como já discutimos, é associada ao crime e vive sob o risco de morte violenta, em função da estrutura desigual e racista da sociedade.

Como vimos, as maiores vítimas de assassinato, em nosso país, são homens jovens, negros e periféricos. É a morte dessa juventude que as mulheres em luta contra a violência do Estado pranteiam.

Sem oportunidades e reféns do preconceito, muitos dos jovens acabam no caminho da "profecia autorrealizada". Há, contudo, um amplo universo em que esse mesmo jovem ousa experimentar possibilidades alternativas à da profecia de violência e morte que paira sobre eles. É o universo dos rituais de cultura e sociabilidade juvenil, cujas potencialidades e limites vêm sendo amplamente discutidos ao longo da História.

Os estudos vêm abordando, sob perspectivas bastante distintas, o universo das experimentações juvenis nas experiências artístico-culturais e nas tribos que se articulam em torno de determinados estilos.

Mafesoli, em *O tempo das tribos* (1998), fala que o sujeito pós-moderno transita entre massa e tribos diversas numa busca estritamente dionisíaca – uma busca por espaços cuja ambiência seria a da "nebulosa afetual": de corpos experimentando interação do tipo tátil (se tocando), sensual, e estabelecendo vínculos meramente circunstanciais, tênues e efêmeros, desprovidos de significação. O mundo das tribos de Mafesoli é o da nebulosa afetual e das relações vazias. Para Mafesoli, portanto, não há, nas tribos, a possibilidade da

ação política: elas seriam apenas espaços de circulação intensa e veloz, uma espécie de "fast food" de interações rasas.

Atrevo-me a contestar essa visão, que considero preconceituosa, das experiências de tribos ou das subculturas em que o prazer e a sensualidade se destacam. A começar pela leitura dicotômica – e, a meu ver, equivocada e moralista – que estabelece uma pretensa separação entre interações que seriam de cunho da fruição sensorial e interações que seriam de cunho solidário (regradas por gramáticas de compromisso). Nessa falsa separação, sensual é sinônimo de hedonismo, falta de afeto e desconexão com a realidade política e social; e se opõe a solidário, sinônimo de respeito (e respeitabilidade para os sujeitos envolvidos), troca afetiva e implicação na realidade política e social. Trata-se de uma dicotomia fantasiosa.

Como bem destacou Nietzsche (2020), ao discutir a arte, Dionísio e Apolo[51] não existem separados; ademais, não se opõem, se complementam. Frantz Fanon (2020) e outros críticos da ideologia racista destacam o quanto esse tipo de pensamento que associa sensualidade a animalesco, não humano, indigno, tem de racismo e de colonialismo – lógicas de dominação imbricadas, que são calcadas no estereótipo do selvagem em oposição à figura, também estereotipada, do civilizado.

*Resistance Through Rituals* (em tradução livre, resistência através de rituais), clássica obra dos Estudos Culturais que teve sua primeira edição em 1975 e a segunda em 2006 (HALL e JEFFERSON, 2006), curiosamente, trata os rituais das subculturas como experiências mais de sujeição e fuga do que de resistência. É preciso dizer, de início, que o livro está distante do viés moralista e desqualificador da análise de Mafesoli. Ao contrário do autor francês, o grupo britânico atribui valor à experiência das subculturas (grupos que se reúnem em torno de determinadas práticas culturais, que se inserem no âmbito de um determinado contexto cultural amplo; o conceito tem similaridade com a tribo de Mafesoli). Em consequência, diferentemente da abordagem de Mafesoli, tais estudos consideram a experiência estética das subculturas significativa. Contudo, para tal corrente, não há esperança de transformação na experiência estética – constituída, sobretudo, por experimentações de estilo – das subculturas.

A experiência estética das subculturas teria, segundo essa corrente, apenas duas possibilidades (não excludentes) de construção de sentido: 1) os sujeitos experimentam e incorporam valores da cultura hegemônica e, assim, meramente introjetam os

[51] Dionísio é o deus grego da emoção e da festa; já Apolo o da razão e da sobriedade.

mecanismos de opressão do capitalismo; 2) os sujeitos vivenciam experiências efêmeras em que as opressões são colocadas em suspenso – experiências de simulação de liberdade, ao longo das quais pode até haver alguma contestação da opressão, mas sem grandes consequências práticas para esse sujeito e sem qualquer consequência prática para a sociedade. Seria o caso, por exemplo, de uma pessoa pobre que realiza um trabalho que a aliena e explora, mas pertence a um grupo punk, que tem uma estética e um discurso que contestam essa lógica espoliadora do trabalho.

A experiência da cultura, sob essa perspectiva, é vista como um espaço que é a mesma paisagem estéril de ação política descrita por Mafesoli. João Freire Filho (2007) discorda desse enquadramento. O autor indica que a juventude, desde o pós-guerra, tem sido foco de intensa atenção e debate, a partir de diferentes perspectivas.

Emergente e potente segmento de mercado nos anos 1950, os jovens foram festejados à época como uma promessa de universo cultural vibrante, singular e autônomo. No entanto, pondera Freire Filho, a precarização cada vez mais grave das condições de vida dessa população levou à emergência e à franca preponderância de percepções e análises alarmistas, com forte conotação negativa: lógicas hedonistas, criminalizantes e, posteriormente, alienantes foram sucessivamente associadas às juventudes e suas práticas, nas décadas seguintes.

O autor traça um panorama de diversas correntes que têm discutido as culturas juvenis – incluindo as abordagens de Mafesoli, dos Estudos Culturais, de Pierre Bordieu e subsequentes. De modo geral, aponta ele, permanece a imagem da juventude como geração perdida na fruição do efêmero: é majoritário o enquadramento das subculturas juvenis como arranjos transitórios, fluidos, dispersos, calcados em lógicas de mercantilização da vida, no individualismo e na busca pelo prazer; como terreno de passividade, reprodução ou busca por válvulas de escape das lógicas capitalistas. Adicionalmente, o jovem pobre e negro passou a ser sinônimo de pânico moral: a ser percebido como vítima e vetor principal da violência urbana.

Freire Filho percebe, em outro extremo, estudos que veem nas neotribos potências criativas e experimentais – possibilidades pretensamente advindas da fluidez e da indeterminação dos nossos tempos. Nesses estudos, o caráter excessivamente determinista das estruturas de desigualdade e opressão dá lugar à desatenção total a tais estruturas.

Ainda segundo Freire Filho, todos esses estudos têm em comum uma visão reducionista: de um lado, atribui-se pouca expressividade à ação da micropolítica do cotidiano; de outro, não se percebe (ou não se quer perceber) que muitas das subculturas juvenis têm, sim, uma atuação que também abrange a esfera da macropolítica. O estudioso destaca que manifestações, passeatas, protestos também fazem parte da gramática dos agrupamentos juvenis contemporâneos, que ocupam as ruas de modo performático, ruidoso. A forte presença juvenil nas grandes passeatas pela redemocratização brasileira, o movimento punk e seus desdobramentos desde os anos 1990, os carnavais anticapitalistas que se espalham pelo mundo (numa lógica globalizada, articulada pelas tecnologias da comunicação com as quais jovens têm tanta afinidade), o hip hop... esses são alguns exemplos de que essa articulação entre corpo, prazer e estilo pode, sim, se conectar à ação de resistência às grandes estruturas de dominação – avalia o autor.

A partir do panorama traçado por Freire Filho, e em busca de um olhar menos preconceituoso e mais aberto às potências dos grupos juvenis, defendemos que tais grupos, amalgamados sobretudo pelas experiências do corpo, do estilo e da estética, se movimentam num contexto em que desigualdades, vulnerabilidades e fortes estruturas de dominação ideológica restringem enormemente as possibilidades de problematização e de ação política, além de atuar como forças desagregadoras. Em contrapartida, exatamente no estilo, na estética, no afeto e no afetual residem também possibilidades para que projetos de mobilização por transformações sociais se revistam de imaginação, arte, criatividade e ludicidade.[52]

O sentido dialético da experimentação na experiência de vida de jovens periféricos, negros e pobres tem sido densamente discutido nas pesquisas brasileiras sobre juventudes (grupos e programas iniciados há mais de 20 anos por nomes fundamentais como DAYRELL, NOVAES, ABRAMO e CARRANO). Pesquisas que identificam, nas experiências de sociabilidade, cultura e estilo desses jovens, experimentações e caminhos que podem, efetivamente, possibilitar que eles se constituam como sujeitos sociais e

[52] Essa dinâmica dual é, ademais, própria da experiência cultural. Afinal, como lembra Teixeira Coelho (1997, p. 104), a cultura pode ser entendida como um circuito metabólico que processa, a um só tempo, repetição e diferenciação. Como um circuito que se estabelece entre um polo do instituído – das instituições e dos códigos, formações discursivas e sistemas de ação estabelecidos por elas – e um polo instituinte (o polo do plasma existencial) – dos sentidos criados e recriados nas vivências cotidianas das pessoas e dos grupos, da afetividade e do afetual. A dinâmica entre esses dois polos, ressalta Coelho, é de circulação, não de dicotomia. Desse modo, a cultura se localiza num "anel recursivo que estabelece e alimenta a circulação constante entre ambos os polos".

políticos – posto que criam circuitos e redes de troca que geram problematizações acerca das injustiças sociais que vivenciam e teimam em buscar brechas na estrutura de falta absoluta de oportunidades de cidadania. Evidentemente, tais pesquisas estão atentas aos limites dessas experimentações frente a uma estrutura social e econômica que é regida por mecanismos de profunda exclusão social decorrente do racismo, que gera violência e morte massiva de jovens pretos e pobres em nosso país.

São estudos, porém, que não caem na cilada da reiteração do discurso que vê a juventude negra e periférica apenas como uma massa uniforme e inteiramente refém da estrutura de exclusão. Apostam nas culturas, linguagens e rituais juvenis como elementos potencializadores da ação política e insistem que os coletivos juvenis constroem táticas para hackear o sistema e sabem, sim, fazer pontes entre o miúdo do cotidiano e a necessária vigilância e presença nos debates políticos – uma presença que, não nos esqueçamos, é estilizada e ritualizada e, por isso mesmo, vez por outra gera "choques cognitivos"[53] nos agentes dos aparatos de dominação.

Vale chamar a atenção para um fato que não é gratuito: esses autores brasileiros que insistem na potência política dos rituais de resistência e das culturas juvenis são ativistas pelos direitos das juventudes. Mais do que isso: são acadêmicos que fazem de seus projetos de pesquisa, ensino e extensão espaços de formação, proteção, promoção de oportunidades e mobilização política das juventudes pobres e periféricas. Assim tem sido com o Observatório da Juventude da UFMG (OJ) desde o seu nascimento, em 2003, com resultados notáveis.

O OJ formou jovens das periferias da RMBH que, hoje, são uma geração extraordinária de profissionais e ativistas que dão valiosas contribuições à política, à cultura, à educação, à ação social; foi e é fomentador e articulador do Fórum das Juventudes; enfim, tem um modo de atuação em que pesquisa, ensino, ativismo e ação política são fazeres indissociáveis, que se enriquecem mutuamente. Atuação com propósito semelhante é realizada pelo Observatório Jovem da Universidade Federal Fluminense e por outros programas e projetos, liderados pelos autores acima e por tantos outros. Os estudos contemporâneos de juventude, no Brasil, também são territórios de resistência.

[53] Assim uma ativista nova-iorquina caracterizou o efeito de um carnaval anticapitalista nas forças repressivas do Estado (FREIRE FILHO, 2007, p. 64).

Enfatizo essa informação para lembrar que a ciência, assim como qualquer outro fazer humano, é um fazer político, que pode ser esvaziado quando quem o produz tem a pretensão de se posicionar como o especialista cujo papel seria apenas olhar de fora (e do alto) e dissecar fenômenos. E insisto que o que se contrapõe a esse olhar soberbo não é o olhar cego pela paixão. É o olhar atento – aos sujeitos junto com os quais se pesquisa, ao contexto das lutas, ao fato de que a arena do conhecimento é também uma arena de poder: de validações e invalidações, que inaugura ou amplia tanto potências quanto vulnerabilidades dos sujeitos, que constrói visibilidade ou aprofunda a invisibilidade. Tomar o jovem como sujeito, ensina Dayrell (2003, p. 44), "não se reduz a uma opção teórica. Diz respeito a uma postura metodológica e ética".

# 3. LÚTA

## 3.1. Algumas palavras sobre a luta

Genocídio da juventude negra. O duro tema que decidimos abordar refere-se, em termos bem simples, ao assassinato massivo de jovens negros no Brasil. No âmbito da luta social que enfrenta esse grave problema social, decidimos tratar das experiências de dois sujeitos que nos parecem centrais: os próprios jovens e as mães dos jovens assassinados.

Também defendemos que a mobilização que se constrói para falar do genocídio tem um modo de construção e expressão peculiar, que passa pela imaginação sensível, pela arte e pela emoção.

Antes de tratar da constituição e do fazer dessas lutas, convém então nos determos rapidamente sobre algumas palavras que são decisivas em nossa discussão: juventudes, políticas públicas de juventude (o âmbito do reconhecimento e da regulação dos direitos dos jovens em nosso país), maternidades, interseccionalidade, emoção e afetividade.

### 3.1.1. Juventudes

O foco no enfrentamento à violência – sobretudo letal – contra a juventude negra é, segundo NOVAES (2015), a principal pauta e um amadurecimento das proposições públicas dos movimentos por direitos juvenis no país. Mas o esforço desses movimentos, no início dos anos 2000, se dirigia a um aspecto muito mais básico: o reconhecimento efetivo do jovem como sujeito de direitos, com especificidades próprias.[54] NOVAES (2011), DAYRELL (2003, 2005), SPOSITO e CARRANO (2003) datam do início dos anos 2000 esse reconhecimento, que se refletiu na emersão das experiências germinais de políticas públicas específicas para a juventude (PPJ) no país, nos primeiros anos do primeiro mandato do presidente Lula.[55]

Até mesmo o entendimento da condição juvenil, para além do recorte etário – dos 15 aos 29 anos, de acordo com o Estatuto da Juventude (BRASIL, 2013) – é controverso. Segundo Juarez Dayrell (2003), o senso comum identifica a juventude como uma fase de transição entre a adolescência e a vida adulta, um vir-a-ser, um devir. Tal autor ressalta, contudo, que os jovens são sujeitos do presente e reivindicam o reconhecimento como tais.

---

[54] Em 1990, os direitos das crianças e dos adolescentes foram reconhecidos por legislação específica, por meio da promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA – lei nº 8.069, de 13/07/1990). Já os direitos juvenis constituíram um hiato na legislação brasileira até 2013, quando se deu a promulgação do Estatuto da Juventude (lei nº 12.852, de 05/08/2013).

[55] Para um panorama histórico das PPJs no Brasil, ver o capítulo 5: Experiências de Luto e Luta.

DAYRELL (2017) lembra ainda que não há uma juventude, mas sujeitos concretos que vivenciam tal condição, que é social: ganha configurações específicas de acordo com o contexto sociocultural em que cada pessoa se insere.

Dessa forma, de acordo com as múltiplas condições em que a condição juvenil é experimentada, autores variados, como DAYRELL e CARRANO (2013), defendem o uso do termo juventudes, no plural, em vez de juventude, para designar a condição juvenil. Nos alinhamos a essa proposta.

É importante destacar, contudo, que as juventudes negras, pobres e periféricas têm em comum uma experiência: são vítimas de violências cotidianas e têm suas vidas sob constante ameaça. Convivem, ainda, com a violência simbólica: passam por variadas formas de constrangimento e segregação em espaços públicos e comerciais; assistem à naturalização – e mesmo à defesa – da forma racista e truculenta como a polícia usualmente as aborda nos mais variados locais por onde circulam.

### 3.1.2. Políticas Públicas de Juventude

Conforme indicamos acima, o reconhecimento efetivo do jovem como sujeito que tem especificidades próprias e, portanto, tem o direito de contar com políticas públicas específicas, data do início dos anos 2000, com a emersão das experiências germinais de políticas públicas para a juventude (PPJ) no país.

Helena Abramo (2014, p. 113 a 124) lembra alguns importantes marcos dessa emersão. Em 2002, a UNESCO e as OSCs Ação Educativa e Fundação Friedrich Ebert realizaram um importante ciclo de pesquisas e seminários, levantando contribuições e mobilizando a sociedade civil para contribuir com a construção da agenda política em torno dos direitos juvenis do primeiro mandato de Lula, que se iniciaria no ano seguinte. No mesmo ano, foi criada a primeira Comissão Especial de Políticas Públicas de Juventude na Câmara Federal, que realizou audiências públicas por todo o Brasil, promoveu uma Conferência Nacional em Brasília, articulou intercâmbios internacionais e, por fim, produziu documentos que serviriam de base para a elaboração de marcos legais que viriam nos anos seguintes.

Em 2004, o Instituto Cidadania, criado para elaborar estudos para o subsídio de políticas públicas, iniciou o Projeto Juventude, que formulou uma proposta de Política Nacional de Juventude, sintetizando resultados de uma ampla pesquisa nacional. No mesmo ano, foi criado um Grupo Interministerial para examinar as políticas dirigidas à juventude. Reunindo 19 ministérios, o grupo também produziu um diagnóstico e fez recomendações para maior integração e complementaridade entre programas e ações governamentais.

Consolidava-se, no âmbito do governo federal, um espaço institucional "de juventude". Como fruto de todo esse processo, em 30/06/2005, o presidente Lula sancionou a Lei 11.129, que criou a Secretaria Nacional de Juventude (SNJ), articuladora de ações do governo federal voltadas para a juventude (vinculada diretamente à Secretaria Geral da Presidência da República, a SNJ teve status correlato ao de um ministério); o Conselho Nacional da Juventude (Conjuve), instância consultiva para os processos de formulação das PPJ, formada por representantes do poder público (1/3) e da sociedade civil (2/3); e o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (ProJovem), originalmente um programa emergencial para a criação de oportunidades formativas e de inclusão profissional para jovens excluídos da escolarização, que acabou se firmando como continuado (em curso até os dias atuais, ainda que com orçamento em queda vertiginosa desde 2012[56]).

Ainda no âmbito dos programas específicos que passaram a ser implementados desde 2005, vale destacar o Plano Nacional Juventude Viva, criado em 2012 e extinto no governo Bolsonaro (em 2019), que foi uma resposta à visibilidade de pesquisas que apontavam a extrema vulnerabilidade da juventude negra à violência letal. O Plano definiu um conjunto de medidas para redução de vulnerabilidades, com ênfase em medidas de prevenção e sensibilização social.

Outro marco importante das PPJs foram as Conferências Nacionais de Juventude. Conforme contam Rocha e Romão (2016), as conferências inauguravam, no âmbito das políticas de/para as juventudes, a tradição de reunir, num conselho, a "comunidade" ligada a um determinado setor de políticas públicas: gestores públicos, organizações da sociedade civil, movimentos sociais, trabalhadores do setor, funcionários públicos, acadêmicos. Convocadas por instâncias do poder público federal, as conferências nacionais de políticas públicas contam com um processo que parte de conferências municipais, estaduais, livres e temáticas, até culminar num grande encontro nacional, no qual são debatidas problemáticas e elaboradas propostas. Em cada âmbito, são eleitos delegados para a grande conferência geral.

A primeira Conferência Nacional de Juventude aconteceu em 2008. Os dados de tal Conferência disponibilizados pela SNJ indicam uma participação expressiva: 1,2 mil

[56] Segundo levantamento do jornal *Brasil de Fato* com base em dados públicos, o orçamento de tal programa representava 50,2% dos recursos da SNJ em 2010, contra 5,1% em 2012 e 2,8% em 2020. Disponível em: https://www.brasildefato.com.br/2022/06/27/bolsonaro-cortou-93-do-orcamento-da-secretaria-de-juventude-e-acabou-com-politicas-publicas. Acesso em: 01 dez. 2022.

cidades se envolveram direta ou indiretamente na etapa municipal; 841 municípios tiveram conferências municipais, mobilizando 226.321 participantes; 27 conferências estaduais reuniram 25.366 participantes; foram realizadas 689 conferências livres em diferentes lugares do Brasil, sendo que 137.793 pessoas participaram desta maneira. Computando todas as instâncias de mobilização, a SNJ estima que aproximadamente 400 mil jovens participaram de tal conferência (dados compilados por ROCHA e ROMÃO, 2016).

A SNJ indica que, na 2ª Conferência Nacional de Juventude, realizada em 2011, foram 1.555 conferências municipais, 124 regionais, 199 territoriais e 122 livres, além de uma conferência virtual e uma Consulta aos Povos e Comunidades Tradicionais. Foram realizadas, ainda, 26 conferências estaduais e a do Distrito Federal. A etapa nacional reuniu aproximadamente 3 mil participantes. No cômputo geral de participantes, foram 550 mil jovens, segundo a SNJ (dados compilados por ROCHA e ROMÃO, 2016).

A terceira e última Conferência Nacional de Juventude realizada no país aconteceu no ano de 2016. Segundo depoimento do Secretário Nacional de Juventude à época, Gabriel Medina,[57] o processo de realização de tal conferência mobilizou cerca de 600 mil jovens e teve novos processos participativos, como a adoção de cotas étnico-raciais na escolha de delegados em todas as etapas, a eleição de temas e delegados via aplicativo digital e a realização de uma consulta junto a mais de 20 povos tradicionais.

Desde o início dos anos 2000 há, portanto, um espaço institucional de construção de PPJs – espaço que, induzido pela esfera federal, chegou a estados e municípios.[58] Vale mencionar que foi breve a trajetória de conquistas em termos de marcos legislativos, políticas e programas efetivos. Já em 2016, a Secretaria Nacional de Juventude perdeu o status de Ministério, passando a ser uma pasta dentro do Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial, da Juventude e dos Direitos Humanos.

De 2016 a 2022, o declínio das PPJs foi dramático, chegando a uma situação de desmonte total no período do governo Bolsonaro, conforme demonstram diversas fontes. O jornal *Brasil de Fato* publicou, em junho de 2022, um balanço da erosão de tais políticas

---

[57] CONFERÊNCIA Nacional da Juventude discute as várias formas de mudar o Brasil. *UNFPA*, 06 ago. 2016. Disponível em: https://brazil.unfpa.org/pt-br/news/confer%C3%AAncia-nacional-da-juventude-discute-v%C3%A1rias-formas-de-mudar-o-brasil#:~:text=para%20os%20debates.-,A%203%C2%AA.,o%20aspecto%20democr%C3%A1tico%20do%20encontro. Acesso em: 01 dez. 2022.

[58] No estado de MG, legislação específica de PPJs data de 2009; já a de implantação do Conselho Estadual de Juventude só viria em 2016; em BH, o Conselho Municipal de Juventude foi instituído em 1998, mas teve sua primeira regulamentação em 2006, ano da 1ª Conferência Municipal de Juventude. Quanto aos órgãos responsáveis pela articulação de tais políticas, a Subsecretaria de Juventude de Minas Gerais data de 2011 (à época, vinculada à Secretaria de Estado de Esportes e da Juventude); já a Diretoria de Políticas para as Juventudes de BH foi criada em 2013.

desde 2019. Levantamento do jornal a partir de dados do Sistema Tesouro Gerencial de 2013 a 2022 indica que o orçamento da Secretaria Nacional de Juventude (SNJ) chegou ao menor patamar da história no último ano do mandato do presidente Jair Bolsonaro (PL). Em 2022, a verba destinada ao órgão caiu 93,5% em relação à média dos anos anteriores. O valor empenhado em 2022 para a SNJ foi de R$ 1,5 milhão. No governo da ex-presidenta Dilma Rousseff (PT), em média, foi de R$ 27 milhões. Como agravante, a execução dos recursos empenhados foi baixíssima na gestão do ex-capitão: em 2019, 27% do orçamento dedicado à SNJ foi utilizado; em 2020, o valor efetivamente gasto foi de apenas 0,5% do previsto; em 2021, apenas 2% da verba foi usada.

Outro aspecto que merece ser lembrado da gestão de Bolsonaro é o fato de a SNJ ter sido vinculada ao Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, passando a atender a uma agenda conservadora em relação a temas como o encarceramento e o assassinato em massa de jovens negros; direitos sexuais e reprodutivos; diversidade sexual e participação juvenil. Todos os programas ligados a tais temáticas foram desativados.

No terceiro mandato de Lula, iniciado em 1º de janeiro de 2023, a Secretaria Nacional de Juventude voltou a ser vinculada diretamente à Secretaria Geral da Presidência da República, com a promessa de reconstrução e de ampliação das políticas que vinham sendo sistematicamente demolidas desde o golpe parlamentar de 2016, que destituiu Dilma Rouseff do poder.

No dia 10 de janeiro de 2023, foi indicado o novo Secretário Nacional de Juventude: Ronald Sorriso, que tem 33 anos, é negro (o primeiro negro a assumir a pasta), e tem uma ampla trajetória de ativismo em espaços como a União Nacional dos Estudantes (UNE) e o grupo Juventude do PT. Estudante de jornalismo, criado na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, Sorriso declarou abertamente, em entrevista ao portal informativo *Opera Mundi*,[59] que há um conflito geracional no Partido dos Trabalhadores e que trabalha para que as "cabeças brancas" do partido se abram à renovação.

Para o novo responsável, a proposta é o que o SNJ funcione em estreita parceria com o Ministério da Igualdade Racial, sob o comando de Anielle Franco.[60] Ele identifica como tarefa emergencial da pasta a própria reconstrução da Secretaria, totalmente

[59] Entrevista disponível em: https://operamundi.uol.com.br/sub40/70670/ronald-sorriso-com-lula-pt-volta-a-encantar-os-jovens. Acesso em: 13 jan. 2023.

[60] COSTA, Rafael. Novo Secretario Nacional da Juventude, Ronald Sorriso idealiza novos cenários para a pasta. *Voz das Comunidades*, 13 jan. 2023. Disponível em: https://www.vozdascomunidades.com.br/destaques/novo-secretario-nacional-da-juventude-ronald-sorriso-idealiza-novos-cenarios-para-a-pasta/. Acesso em: 13 jan. 2023.

desarticulada no governo anterior. Para isso, declarou, "vai ser preciso muito diálogo com os diferentes movimentos e coletivos das juventudes".[61]

Sorriso considera que os problemas do encarceramento da juventude negra e da violência policial contra ela são pautas prioritárias. Para ele, é preciso avançar num ponto em que as gestões petistas anteriores falharam: foi feita a opção por investir fortemente na polícia, "sem reformá-la, sem desmilitarizá-la, o que faz com que a gente tenha o maior índice de encarceramento e morte de jovens negros. Eu mesmo perdi quatro pessoas na minha família",[62] afirmou.

Há indícios, hoje, de que os próximos anos serão de retomada, no âmbito federal, de processos indutores de políticas públicas de juventude. Como demonstramos, as políticas federais garantiram, por um breve tempo no início do milênio, um patamar mínimo de programas que buscavam dar respostas às mais graves e dramáticas vulnerabilidades experimentadas pelas juventudes. É grande a expectativa para que esse patamar mínimo de programas de proteção e inclusão seja retomado e ampliado.

Contudo, todos os ativistas que compõem o Fórum das Juventudes desde os anos 2010 e participaram da pesquisa em que a tese se baseia não são otimistas em relação ao panorama geral das PPJs. A percepção geral é que, nos níveis dos estados e dos municípios, não houve avanços na construção de tais políticas – à exceção da execução dos programas federais, já mencionados. Na cidade de Belo Horizonte, o entendimento unânime é que simplesmente não há políticas específicas para as juventudes, mas apenas projetos e atividades esparsas e pouco expressivas. Além disso, os orçamentos para as poucas ações em curso são ínfimos. O mesmo ocorre no estado. E isso se repete Brasil afora.

Outro dado bastante desanimador, na avaliação dos ativistas históricos do Fórum – que impacta, sem dúvida, o problema da inexistência de PPJs – é que a tão sonhada abertura dos processos de construção das políticas públicas à participação juvenil, ensaiada nos tempos das grandes conferências de juventude, não se efetivou. Nos estados e nas cidades, os conselhos tiveram, via de regra, processos de instituição meramente protocolares e marcados pelo tradicional coronelismo brasileiro.

---

[61] LULA escolhe Ronald Sorriso, militante de São Gonçalo, para Secretaria Nacional de Juventude. *De olho no fato*, 11 jan. 2023. Disponível em: https://deolhonofato.com.br/lula-escolhe-ronald-sorriso-militante-de-sao-goncalo-para-secretaria-nacional-de-juventude/. Acesso em: 13 jan. 2023.

[62] Entrevista disponível em: https://operamundi.uol.com.br/sub40/70670/ronald-sorriso-com-lula-pt-volta-a-encantar-os-jovens. Acesso em: 13 jan. 2023.

O Fórum das Juventudes teve sua existência profundamente impactada, e efetivamente ameaçada, por esse modo de funcionamento da política institucional de juventudes. Em sua primeira década de existência, insistiu em tentativas de diálogo com o poder público e de efetivação dos mecanismos de participação democrática, mas as instâncias se mostraram absolutamente refratárias e o insucesso absoluto das tentativas de diálogo e de construção de avanços gerou muito desgaste e desmobilização.

Em relação a essa dimensão da democratização das políticas, pouco temos, hoje, de perspectivas no cenário institucional das cidades e dos estados. O Fórum das Juventudes, sabiamente, desde os anos 2010, vem buscando outros caminhos, mais vívidos, para a ação política, conforme discutiremos adiante. Poucas instâncias coletivas efetivamente protagonizadas por jovens se aproximam dos espaços de conselhos ou fazem uma interlocução continuada com as esferas da política institucional. Esse é um aspecto grave do contexto das PPJs que, até onde podemos perceber, permanece como um grande impasse, em relação ao qual sequer há expectativas, entre os movimentos juvenis, de mudança no cenário.

### 3.1.3. Maternidades

Patrícia Hill Collins (2019, p. 291), para falar da relação entre as mulheres negras e a maternidade, recorre ao relato de uma mulher negra que, ao observar outras saindo de seus trabalhos, pensa no quanto tais mulheres, depois de limpar as casas de outras pessoas, cuidar dos idosos e dos doentes de outras famílias, retornam às tarefas domésticas ingratas e solitárias em suas próprias famílias. A maternidade associada a uma vida de sacrifícios é um cruzamento de opressões socioeconômicas e simbólicas. Calcado no estereótipo machista da mãe – ser de devoção, autossacrifício e amor incondicional –, há um forte imaginário da "mãe negra superforte", advoga Collins. Para ela, esse estereótipo é, em certa medida, reconhecimento à resiliência das mulheres negras frente às opressões e uma valorização dessas mulheres – que, pela ótica usual do preconceito social, são vistas como "más mães", posto que muitos dos filhos delas acabam expostos a situações de risco social Ou seja: vulnerabilidades decorrentes do racismo estrutural e das desigualdades de acesso à cidadania são tratadas como problemas que teriam a mulher negra como culpada.

Mas, por outro lado, associar a mulher negra à imagem da matriarca que é exemplo de força, que tudo suporta, aprofunda a opressão: mantém a maternidade dessa mulher como um lugar de sacrifício, de colocar as necessidades do outro à frente das próprias.

Esse lugar tradicional, contudo, não está cristalizado. Há diferentes modos de viver a maternidade – por exemplo, como mãe biológica, como mãe de criação e como participante de redes de maternagem que se estabelecem em comunidades pobres e em famílias extensas. O compartilhamento de funções da maternagem é uma estratégia há muito utilizada por mulheres subalternizadas como estratégia de sobrevivência e proteção. Audre Lorde (2019, p. 136) chama a atenção para a potência do sistema de apoio compartilhado entre mulheres. Para ela, o desejo de cuidarem umas das outras é fruto de uma conexão real, que desafia a lógica patriarcal:[63] é fonte de poder, liberdade e criatividade.

Collins vê o empoderamento das mulheres em outra perspectiva da maternagem: a maternagem ativista, que é exercida por mulheres negras que assumem ou reforçam um papel de liderança ao atuar como "mães de criação" de uma comunidade, orientadas por uma forte ética de serviço comunitário. Essas mulheres são usualmente muito respeitadas e assumem um lugar de poder em seus territórios. A autora critica as abordagens que veem, nessas mães, um ativismo "menor" que o feminismo – uma vez que não estaria necessariamente ligado a uma consciência em relação à luta das mulheres por direitos. Ela acredita que ocupar o lugar de liderança a partir da perspectiva da maternagem pode, ao contrário, empoderar a mulher, dotando-a de coragem para fazer certos questionamentos e adotar certas posturas – para trilhar um caminho de politização.

O fundamental da discussão proposta por Collins é a problematização e a pluralização da ideia de mãe negra, sem perder de vista o entendimento de que opressões e violências são decisivas nessa experiência, como o sofrimento da impotência frente às várias vulnerabilidades e violências às quais os filhos estão expostos em função da estrutura racista da sociedade e a sobrecarga de responsabilidades. Afinal, para a mãe negra e pobre, "mesmo que seus filhos sejam uma esperança, as condições em que ela os cria são intoleráveis" (COLLINS, 2019, p. 326).

[63] Patriarcal diz respeito ao patriarcado – termo entendido, nessa pesquisa (a partir de FERRERO, 2017), como sistema sociopolítico em que o gênero masculino e a heterossexualidade exercem dominação, opressão e exploração sobre outros gêneros e sobre outras orientações sexuais. O patriarcado rejeita as diferentes identidades e orientações sexuais e é a face visível do machismo, preconceito estrutural de nossa sociedade que pressupõe que as mulheres são por natureza seres inferiores aos homens. O machismo é a base de práticas sociais, condutas e atitudes que promovem a negação da mulher como sujeito nos mais diversos âmbitos da vida.

### 3.1.4. Emoção e afeto

Afetação emocional é um tema de grande importância para esta pesquisa. Ela nasceu e foi profundamente alterada por essa afetação, e aborda lutas que buscam, em última instância, disseminar, junto à sociedade, a afetação emocional diante do horror de um genocídio.

É preciso, pois, indicar o sentido que aqui atribuímos a essas duas palavras combinadas. Nesta pesquisa, trabalhamos com os conceitos de *emoção* e de *afetação emocional*, entendidos como sinônimos, e de afeto, entendido como uma perturbação do corpo, dos sentidos e do pensamento, de forma integral, que gera uma reação corpórea e pode provocar uma emoção. Já a palavra *afetivo*, em nosso estudo, é entendida como algo que envolve a afetividade (relação e/ou sentimento de afeição, carinho ou apreço por outrem). Trocas afetivas, na mesma perspectiva, significam aqui troca de gestos de amor, carinho, simpatia.

Além disso, utilizamos aqui preferencialmente a palavra emoção, ao invés de sentimento, mas não faremos diferenciação alguma entre ambas, posto que não entendemos as duas coisas como cindidas.

Para embasar tais escolhas, adotamos algumas considerações sobre afeto e emoção feitas por Leonard Mlodinow (2022). Com base em evidências atuais da neurociência, o autor não diferencia emoção de sentimento, uma vez que variados estudos recentes demonstram que não há emoções básicas, isoladas de outras mais complexas ou elaboradas (tradicionalmente nomeadas como sentimentos). Os estudos compilados por Mlodinow indicam que o que existem são espectros de emoções interligadas, indistinguíveis e inseparáveis umas das outras. Também apontam que razão e emoção não são operações isoladas; são processos mesclados.

Baseado em James Russel, Leonard Mlodinow nos apresenta o conceito de afeto central (que utilizaremos como referência para afeto, apenas), e explica que ele é uma espécie de percepção imediata de cada situação vivida, que envolve o pensamento, o corpo e os sentidos. Mistura a disposição e a percepção corpórea, a excitação dos sentidos na interação com o ambiente, e o plano de fundo, que é a compreensão de mundo e a circunstância de vida do sujeito. O afeto tem dois atributos: a valência positiva ou negativa, ou seja, uma sensação de bem ou mal-estar; e a excitação, ou a intensidade da valência – o quão bem ou mal a pessoa se sente. E o afeto, na explicação de Mlodinov, aciona o corpo – que, "quando combinado com a circunstância em que você se encontra, o contexto dessa situação e a experiência prévia, produzirá as emoções que você vivencia" (MLODINOW, p. 71).

Acionada pelo afeto e ainda bastante controversa e misteriosa, a emoção, segundo o autor, é um misto de reação aos estímulos do ambiente, mas também é interpretação deles. O cientista não detalha, mas poderíamos (a partir de MIGUEL, 2015) mencionar as seguintes respostas ao estímulo: fisiológicas (suor, dilatação das pupilas, alteração do batimento cardíaco e da respiração), corporais (expressões faciais, vocais, alterações na postura e movimentação; emoção é impulso à ação, preparação do corpo para a ação, afirma MIGUEL) e subjetivas (pode alterar o modo como aquele sujeito interpreta algo que lhe acontece).

O que Mlodinow destaca e vale ser assinalado também aqui nesta tese é que as emoções, segundo evidências científicas atuais, não influenciam o pensamento: elas o constituem. A emoção, afirma, não se opõe ao pensamento racional, "mas é uma ferramenta dele" (MLODINOW, p. 25). Ela é o que configura "a importância que atribuímos aos objetos e o peso que conferimos aos dados. Ela forma uma estrutura para nossas avaliações que não é apenas constitutiva, mas necessária. Enraizada tanto no conhecimento quanto nas experiências passadas, a emoção "muda a maneira como pensamos sobre as circunstâncias presentes e as perspectivas futuras" (MLODINOW, p. 6).

Para esta pesquisa, portanto, a emoção é postulada como um atributo do pensamento, em vez de uma espécie de acessório dele. Dito de outro modo, mais diretamente ligado ao nosso estudo, aqui, a emoção não é entendida como um fator externo que poderia eventualmente incidir em nossa compreensão do mundo; ela é um dos elementos constitutivos da nossa compreensão do mundo.

Por fim, mas não menos importante, a emoção é constitutiva da nossa ação no mundo. Afirmamos isso a partir do neurobiólogo Humberto Maturana, para quem "o emocionar diz respeito a mover-se no espaço relacional de determinada maneira" (MATURANA, 2004b). Se recorrermos ao dicionário, também vamos encontrar o termo emoção associado à ideia de movimento, que está presente na etimologia da palavra, derivada do temo *motio* (do latim).

Maturana postula que emoções

> são disposições corporais dinâmicas que definem os diferentes domínios de ação em que nos movemos. Quando mudamos de emoção, mudamos de domínio de ação. Na verdade, todos sabemos isso na práxis da vida cotidiana, mas o negamos porque insistimos que o que define nossas condutas como humanas é elas serem racionais. Ao mesmo tempo, todos sabemos que, quando estamos sob determinada emoção, há coisas que podemos fazer e coisas que não podemos fazer, e que aceitamos como válidos certos argumentos que não aceitaríamos sob outra emoção. (MATURANA, 1998, p. 15)

O que o neurobiólogo chileno, bem antes das descobertas recentes da neurociência, já assinalava é que a racionalidade não pode ser tomada como uma capacidade interpretativa isolada e "superior", que deveria ser o fundamento prioritário das escolhas humanas. Ao contrário: na base das escolhas que sustentam todo sistema racional estão os gostos e paixões das pessoas (MATURANA, 1999, p. 16). O ditado popular "é preciso ver para crer" está invertido, nos ensina. Na vida, sabemos que o que acontece é o oposto: "se não estás disposto a crer, não vês". (MATURANA, 2004b)

Mlodinow nos conta várias histórias interessantes para demonstrar o quanto a emoção é atributo do pensamento, é um elemento central da construção da compreensão. O caso que mais me impressionou, dentre todos os que ele mencionou no livro de 2022, foi o do tenente-coronel soviético Stanislav Petrov.

Em 1983, aos 44 anos de idade, Petrov (que era um engenheiro, não um soldado) trabalhava no exército soviético exercendo uma das mais árduas tarefas daqueles conturbados, tensos e liminares momentos da guerra fria dos anos 1980. Era dele a tarefa de interpretar os sinais de sensores e computadores que a União Soviética utilizava para detectar evidências de deslocamento de ogivas nucleares em direção ao país – ou seja, de que haveria um ataque nuclear em curso contra a nação.

Numa determinada noite, o general viu-se diante de um alarme, disparado por todos os sensores e computadores, que indicava que a URSS estava sob ataque nuclear (o que veio a se comprovar um defeito, mas só muitos e decisivos minutos depois). A obrigação de Petrov era, diante de evidências como aquela (alarmes soados por todos os equipamentos), reportar imediatamente ao alto comando militar – que, ele sabia, não teria outro caminho que não fosse o da retaliação: ordenaria o lançamento de mísseis nucleares em direção aos Estados Unidos.

Diante daquela situação, o engenheiro a serviço do exército foi absolutamente tomado por uma emoção: o terror. Dela, veio a compreensão de que, ao reportar o inacreditável que as máquinas insistiam em confirmar, ele provavelmente estaria dando início, simplesmente, ao apocalipse. Uma reportagem do jornal *El País*[64] sobre o caso informa que um ataque nuclear soviético, naquele momento, em apenas uma hora teria acabado com a vida de muitos milhões de pessoas e muito provavelmente levado, no fim das contas, ao extermínio da humanidade.

---

[64] CAPARRÓS, Martín. Stanislav Petrov, o homem que salvou o mundo. *El País*, 31 ago. 2017. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2017/08/31/internacional/1504203097_022068.html. Acesso em: 10 fev. 2023.

Petrov então, aterrorizado, decidiu não acreditar nas máquinas. Quebrou completamente o protocolo e optou por segurar a informação que os alarmes seguiam repetindo. Escolheu contrastar a informação das máquinas com outras: não havia nenhuma confirmação visual de um ataque; os alarmes indicavam cinco mísseis se deslocando em direção à União Soviética, e isso não fazia o menor sentido, pois os Estados Unidos não atacariam com uma quantidade tão pequena de ogivas. Petrov decidiu que estava diante de um defeito dos equipamentos – o que era, de fato, a realidade, mas ele não tinha qualquer evidência de falha naquele momento. O que ele soube a partir da emoção, e que motivou a sua ação, foi que tinha diante de si uma informação que, se fosse tomada como inequívoca, daria início a puro terror e devastação, e que um erro, naquela circunstância, seria provavelmente o mais fatal e derradeiro erro da história da humanidade. Não por acaso, a seção do livro em que Mlodinow conta esse caso se chama "e então nos salvamos".

Pode soar piegas – mas espero com todo o coração que não soe –, mas considero a emoção esse atributo singular e precioso do pensamento que qualifica as escolhas e as ações humanas com algo inefável que, em muitas circunstâncias, significa uma opção entre a vida e a morte dos demais – ou entre atribuir ou não valor à vida de outro ser humano.

### 3.1.5. Interseccionalidade

Sueli Carneiro (2020, p. 150-151) lembra que, no sistema escravocrata, em que os corpos negros são considerados coisas, propriedades do homem branco colonizador, a coisificação é extrema em relação ao corpo da mulher negra. Ela é objeto de apropriação sexual, de estupro – tradicionalmente, a marca maior de subjugação violenta, de humilhação suprema, de um povo por outro. No Brasil, advoga Carneiro, o estupro colonial está na raiz da construção da identidade nacional e das hierarquias de raça e gênero que marcam a sociedade.

As mulheres são mais oprimidas e exploradas no sistema patriarcal-racista, destaca Lélia Gonzalez (2020, p. 146-146): sistema que transforma diferenças em desigualdades e que opera uma discriminação de caráter triplo, ao cruzar raça, gênero e classe.

As duas emblemáticas pensadoras do feminismo negro brasileiro e latino-americano, à sua maneira, tratam de um conceito central na obra da norte-americana Patrícia Hill Collins, sistematizado no livro *Pensamento feminista negro*, de 1990: o conceito de interseccionalidade.

Collins ressalta o caráter imbricado das opressões:

> Interseccionalidade: abordagem que afirma que os sistemas de raça, classe social, gênero, sexualidade, etnia, nação e idade são características mutuamente construtivas de organização social que moldam as experiências das mulheres negras e, por sua vez, são formadas por elas. (COLLINS, 2019, p. 460)

A autora também destaca que o conceito de interseccionalidade diz respeito a formas específicas de opressão que se interseccionam, como a interseção entre raça e gênero, e que "os paradigmas interseccionais nos lembram que a opressão não é redutível a um tipo fundamental, e que as formas de opressão agem conjuntamente na produção de injustiça". (COLLINS, 2019, p. 57)

Nos anos 1960, Audre Lorde, outro importante nome do pensamento feminista negro norte-americano, já falava de opressões diversas e simultâneas enfrentadas pelas mulheres negras, de acordo com as especificidades de suas identidades, e frisava não haver hierarquias de opressão. Para ela, a percepção das diferentes formas de subalternização das mulheres deveria servir para a articulação de uma luta comum, e não para a divisão das lutas. Afinal, a libertação das violências e abusos deve ser o horizonte de todas:

> Não podemos separar nossas opressões, ainda que elas não sejam as mesmas. Nenhum de nós será livre até que todos sejamos livres; e qualquer movimento por dignidade e liberdade também é um movimento por nossas comunidades, pelos irmãos e pelas irmãs, quer eles reconheçam isso, quer não. Entre nós, a diferença não deve ser usada para nos separar, e sim para criar energia para a mudança social ao mesmo tempo que preservamos nossa individualidade. E, embora tenhamos sido programados para olhar uns aos outros com medo e desconfiança (a velha tática de "dividir para conquistar"), podemos superar esse medo aprendendo a respeitar nossas visões de futuro mais do que os terrores do passado. E isso não pode ser feito sem um trabalho pessoal árduo e, às vezes, análises dolorosas da mudança. (LORDE, 2020, p. 52)

## 3.2. A luta

### 3.2.1. "A gente combinamos de não morrer"

> Há de se deplorar a não condição de vida, o tempo sem horizontes, o futuro escrito no vazio que vem ameaçando nossas gerações futuras. Há de se reivindicar a vida em cada morte acontecida. (EVARISTO, 2019)

Reivindicar o direito à vida: a isso se dedicam os movimentos que se contrapõem à engrenagem de exclusão, violência e morte que funda nossa sociedade tão desigual. Dos quilombos que se rebelaram contra a escravidão no período colonial às diversas facetas da denúncia e do enfrentamento ao racismo nos dias atuais, há uma busca pela desnaturalização da absurda divisão dos seres humanos entre vidas com valor e *vidas matáveis*.

Esse campo de mobilização social abrange o movimento negro – que, nas palavras de Nilma Lino Gomes (2017, p. 23), diz respeito às "mais diversas formas de organização e articulação das negras e dos negros politicamente posicionados na luta contra o racismo e que visam à superação desse perverso fenômeno na sociedade" – e o âmbito ampliado da luta antirracista, que envolve movimentos os sociais que promovem, de forma explícita, pautas relacionadas ao combate ao racismo.

O pesquisador Paulino Cardoso (2012) faz um apanhado[65] que mostra, desde as mobilizações contra a escravidão, a longa tradição de luta por direitos das populações de origem africana, no Brasil. Tradição esta que, frente ao cenário absolutamente adverso ao debate acerca do racismo estrutural da sociedade, nos seus primeiros anos, adotou a estratégia de circunscrever suas pautas à defesa das dimensões essenciais da cidadania do povo negro. Assim, a afirmação básica dos direitos à vida, à liberdade e à circulação livre pela cidade; o enfrentamento às condições muito precárias de existência; a defesa da livre expressão religiosa e cultural; a mitigação das desigualdades no acesso à educação e ao emprego são algumas das causas defendidas por movimentos que têm origem já no Brasil Colônia.

No século 20, tais movimentos conseguiram dar maior reverberação pública à denúncia das profundas violações do acesso das pessoas negras às condições para uma

[65] Todo o panorama apresentado nesta seção do texto tem como fonte principal o mencionado levantamento de Paulino Cardoso (2012).

vida digna, geradas pela desigualdade racial, e à consequente reivindicação por igualdade de direitos. Cardoso aponta três entidades que, no período de 1920 a 1970, estão entre as protagonistas dessa mobilização em âmbito nacional: a Frente Negra Brasileira (1931-1937), o Teatro Experimental do Negro (1930/40) e a União dos Homens de Cor (1940/1960). Naquele momento, contudo, a principal busca era por integração educacional e profissional, sem um questionamento direto à cultura hegemônica branca. O mito da democracia racial brasileira – de uma pretensa convivência harmônica entre as raças, que seria fruto da natureza mestiça de nosso povo – não era diretamente questionado. Afinal, tratava-se de um período histórico em que discursos que defendiam a supremacia branca tinham grande força. Afirmar a natureza mestiça do povo brasileiro se constituía, assim, numa estratégia discursiva do movimento negro para fazer frente à ideologia dos supremacistas brancos, cujo espalhamento se mostrava mais danoso do que a falsa ideia de cordialidade entre as raças no país.

No contexto da época, Abdias do Nascimento, fundador do Teatro Experimental do Negro, foi uma importante exceção. Embora atuasse pela integração profissional dos negros, coordenando projetos profissionalizantes da entidade, como os cursos que formaram os primeiros atores negros e atrizes negras profissionais do país, além de diversos cursos de alfabetização e de corte e costura, Abdias foi muito além: elaborou uma profunda crítica ao mito da democracia racial, denunciou a situação do negro como fruto de violência racial e formulou contundentes demandas por medidas de reparação. Esse posicionamento foi um divisor de águas.[66]

Assim, já em meados do século passado, ganhava força a denúncia de que o mito da democracia racial, na verdade, escamoteava uma estrutura profundamente racista – e, portanto, desigual e violenta – da sociedade. Além disso, o movimento liderado por Abdias assinalou um importante caminho para a mobilização: a ligação indissociável entre o antirracismo e a valorização dos valores e da cultura dos povos africanos e afrodescendentes.

Conforme bem destaca Hamilton Cardoso, as possibilidades de amadurecimento do movimento negro brasileiro, no século 20, foram cerceadas em função de ditaduras (a

[66] A importância da contribuição desse ativista e pesquisador pode ser conferida no ensaio "O Genocídio do Negro Brasileiro", elaborado por ele em 1976 para uma conferência pública internacional que ocorreria no ano seguinte – e para a qual ele acabou proibido de ir. Na obra, Abdias do Nascimento apresenta, além de uma profunda discussão das desigualdades sociais calcadas em discriminação racial, uma série de reivindicações a serem apresentadas ao governo brasileiro. As reivindicações ali resumidas por ele incluem os pontos que até hoje estão entre as mais importantes pautas da luta antirracista no país.

de 1937-1945 e a de 1964-1985). Contudo, nos anos 1970, há uma rearticulação desse movimento, muito conectada às fortes mobilizações por direitos civis das pessoas negras nos Estados Unidos e com a luta dos povos africanos contra a colonização.[67] Naquele contexto, surgiu o Movimento Unificado Contra a Discriminação Racial (MUCDR; posteriormente, MNU – Movimento Negro Unificado), com uma militância antirracista, liderada por nomes como por Lélia Gonzáles e Hamilton Cardoso, que tinha um discurso muito mais contundente e um posicionamento inequívoco de esquerda. O MNU teve uma importância histórica decisiva, pois

> dava origem ao protesto negro, movimento de rua, de mobilização, de agitação política, que marcaria as organizações antirracistas brasileiras das décadas de 1970 a 1990. [Esse movimento tinha] uma estratégia centrada na denúncia do racismo, na exigência do respeito à diferença cultural e racial, nas demonstrações do orgulho negro e defesa de suas origens africanas e das lutas antiescravistas. Esse movimento dizia não às políticas de assimilação cultural e de branqueamento da população. (CARDOSO, 2012, p. 323)

Essas problematizações do MNU nos anos 1970 se firmaram como importantes eixos da mobilização por direitos das pessoas negras até os dias atuais. E foi também naqueles anos 1970 que a luta teve considerável expansão: milhões de brasileiros e um amplo leque de novas organizações se aliaram ao movimento negro, aderindo à causa antirracista, incorporando-a a outros âmbitos de ativismo social. Coletivos e entidades sociais, educacionais e culturais as mais variadas se somaram ao movimento negro, atuando como importantes parceiros nos esforços para colocar na agenda de debates públicos o problema do racismo e a reivindicação de medidas orientadas para a transformação dessa estrutura de opressão e violência.

A cena pública passou a ser ocupada, assim, por um forte clamor por reparação de quatro séculos de escravidão e de cem anos de discriminação racial. Esse foi o tom de uma grande marcha nacional, realizada em 1995, quando foram comemorados os 300 anos de Zumbi dos Palmares. A Marcha Zumbi dos Palmares, organizada pelas principais entidades e grupos da luta antirracista da nação, levou milhares de pessoas a Brasília. Em

[67] Ainda que o movimento antirracista norte-americano tenha até hoje grande influência nas lutas do Brasil e de todo o mundo, a mobilização brasileira acontece num contexto de colaboração e influência mútua entre os movimentos dos países latino-americanos e africanos – tendência que vem se intensificando no século 21, com os debates decoloniais.

decorrência dessa intensificação da mobilização popular, o então presidente Fernando Henrique Cardoso reconheceu que o Brasil era uma sociedade racista e se comprometeu a desenvolver políticas de ações afirmativas – medidas especiais, calcadas no princípio de reparação histórica, de mitigação de desigualdades e de desvantagens acumuladas e vivenciadas por um grupo racial ou étnico. No período do governo FHC ocorreram, assim, debates embrionários em torno de políticas afirmativas. Em paralelo, o período foi de grande visibilidade para um amplo conjunto de pesquisas acadêmicas, que confirmavam as denúncias do ativismo.

O fim dos anos 1990 foi também o período de preparação da III Conferência Internacional contra o Racismo, Xenofobia e Intolerâncias Correlatas, que aconteceu em 2001 em Durban, na África do Sul. Naquele evento, a delegação brasileira apresentou uma proposta de adoção de políticas de cotas para negros no ensino superior. À época, o debate acerca das cotas já não era novo: desde a metade do século anterior, já havia experiências desse tipo de política pública em diversos países.

Em 2003, no início do governo Lula, foi implementada a Secretaria de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), que promoveu diversos estudos e debates relacionados ao tema do enfrentamento ao racismo. Além disso, no âmbito das políticas públicas, naquela década, foram instituídos: em 2003, a lei 10.639, que tornou obrigatório o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana na educação básica; em 2004, o Programa Universidade Para Todos (ProUni), que subsidiou a ocupação de vagas nas universidades privadas por estudantes de baixa renda, com subsídio estatal e com uma política de cotas para os autodeclarados pretos, pardos ou indígenas; em 2012, a Lei de Cotas (lei federal 12.711), que definiu que todas as universidades e institutos federais deveriam destinar metade das vagas aos alunos oriundos das escolas públicas e, dentre essas vagas, reservar cotas para as pessoas com baixa renda familiar, bem como para pretas, pardas, indígenas e, desde de 2016, pessoas com deficiência.

De 2003 a 2016, houve grande aproximação entre os movimentos relacionados à causa antirracista e o governo federal. Tal aproximação gerou importantes avanços em termos de legislações e políticas públicas, como os mencionados acima. Contudo, na avaliação crítica de Cardoso (2012, p. 328), as organizações e movimentos acabaram por, muitas vezes, assumir um papel de "correia de transmissão de agendas governamentais e internacionais", em detrimento da "mobilização das populações afro para a vivência democrática.

De 2016 a 2022, o país viveu um forte retrocesso democrático – uma "avalanche conservadora", nas palavras da pesquisadora Sueli Carneiro (2018, p, 41). Carneiro identifica, no período, uma maciça busca, pelos setores conservadores da sociedade, por deter e destruir os incipientes avanços alcançados em relação ao reconhecimento da desigualdade racial e ao enfrentamento de tal desigualdade. Para ela, tal retrocesso está ligado a

> um novo tipo de ativismo: um suposto antirracismo que se afirma pela negação do racismo existente. Convergem, nessa estratégia, posições de direita e de esquerda em que a classe social ou a cordialidade racial retornam aos discursos para nublar as contradições raciais (...) Tal ofensiva traz em seu bojo uma convocação à sociedade para um enfrentamento às políticas raciais. (CARNEIRO, 2018, p. 40-41)

Como tentei mostrar na análise das estatísticas relacionadas à desigualdade e à violência letal, na prática, tais retrocessos significaram o aprofundamento das desigualdades e das mazelas sociais, o recrudescimento da ação da polícia nas favelas e a escalada ainda maior da violência letal contra as pessoas negras. Significaram, ainda, um sem-número de projetos de alteração na legislação para o desmonte das políticas de promoção de direitos.

A guerra escancarada aos direitos sociais encontrou resistência durante todo o período que foi do golpe de 2016 ao fim do governo Bolsonaro. A mobilização social que sempre fez frente à necropolítica, levando ao espaço público o clamor pelas vidas negras, seguiu viva, apesar de todos os ataques. É dessa luta que não cessa que trataremos a seguir.

### 3.2.2. Vidas negras importam

> Devemos compreender "democracia racial" como significado da metáfora perfeita para designar o racismo estilo brasileiro: não tão óbvio como o racismo dos Estados Unidos e nem legalizado qual o apartheid na África do Sul, mas institucionalizado de forma eficaz nos níveis oficiais de governo, assim como difuso e profundamente penetrante no tecido social, psicológico, econômico, político e cultural da sociedade do país. Da classificação grosseira dos negros como selvagens e inferiores, ao enaltecimento das virtudes da mistura de

> sangue (...) a **história não oficial do Brasil registra o longo e antigo genocídio que se vem perpetrando contra o afro-brasileiro**. Monstruosa máquina denominada "democracia racial", que só concede aos negros um único "privilégio": aquele de se tornarem brancos, por dentro e por fora. A palavra-senha desse imperialismo da brancura, e desse capitalismo que lhe é inerente, responde a apelidos bastardos como assimilação, aculturação, miscigenação; mas sabemos que embaixo da superfície teórica permanece intocada a crença na inferioridade do africano e seus descendentes. (NASCIMENTO, 2016, p. 111, grifo nosso)

Em sua fundamental obra *O genocídio do negro brasileiro*, Abdias do Nascimento, no ano de 1976, inseria no debate nacional aquela que se tornaria uma das maiores bandeiras da luta antirracista no Brasil: a denúncia do genocídio da população negra.

Já na folha de rosto de tal obra, Nascimento apresentou duas definições, retiradas de dicionários, para indicar o sentido que atribuía à expressão "genocídio do povo negro":

> GENOCÍDIO – geno-cídio
> O uso de medidas deliberadas e sistemáticas (como morte, injúria corporal e mental, impossíveis condições de vida, prevenção de nascimento) calculadas para a exterminação de um grupo racial, político ou cultural, ou para destruir a língua, a religião ou a cultura de um grupo.
> *Webster's Third New Internacional Dictionary of the English Language, Springfield: G&C Merriam, 1967*
> GENOCÍDIO – geno-cídio
> Genocídio s.m (neol.). Recusa ao direito de existência a grupos humanos inteiros, pela exterminação de seus indivíduos, desintegração de suas instituições políticas, sociais, culturais, linguísticas e de seus sentimentos nacionais religiosos. Ex.: perseguição hitlerista aos judeus, segregação racial, etc.
> *Dicionário Escolar do Professor, organizado por Francisco da Silveira Bueno. Brasília: Ministério da Educação e Cultura, 1963, p. 580.*

Nascimento destaca, ao trazer essas duas acepções, que o genocídio envolve o extermínio de um povo por meio de diversas violações imbricadas: além da violência e dos assassinatos sistemáticos, a precarização extrema da vida e a desintegração de

instituições e práticas culturais, sociais e religiosas de um povo. Destaca, ainda, outra dimensão da violência: a invisibilidade dos processos de extermínio, o escamoteamento do racismo por meio do mito da democracia racial.

A denúncia a esse genocídio, orquestrado por diversas dinâmicas de exclusão e que vitima o povo negro em todo o planeta, é realizada desde o século passado por movimentos antirracistas norte-americanos, africanos e latino-americanos. Ativistas da Coalizão Negra por Direitos contam que, em 1951, movimentos negros denunciaram os Estados Unidos à ONU pela violação da Convenção para a Prevenção e Repressão do Crime de Genocídio pelos EUA em função do genocídio negro estadunidense. "Em 'We charged genocide' ('Nós acusamos o genocídio', em livre tradução), o grupo apresentava às Nações Unidas as principais condições sociais, políticas, econômicas e culturais que matavam o povo negro".[68]

Denunciar a injustiça da não condenação do assassino de um jovem negro e afirmar o valor da vida brutalmente encerrada foi a intenção de três ativistas norte-americanas, em 2013, ao postarem mensagens de indignação nas redes sociais frente à absolvição do homem que assassinou, a tiros, o jovem negro Trayvon Martin (de 17 anos, que caminhava pacificamente e desarmado por uma rua vazia à noite), tendo alegado que o fez porque o jovem, que era negro e usava um moletom com capuz, "parecia suspeito". A escritora, professora e ativista Alicia Garza publicou, ao saber do ocorrido, uma postagem no Facebook, que chamou de Carta de Amor ao Povo Negro, com o seguinte texto: "Não merecemos que nos matem com impunidade. Precisamos amar a nós mesmos e lutar por um mundo onde as vidas negras importem. Pessoas negras, amo vocês. Amo-nos. Importamos. Nossas vidas importam".[69] Sua amiga e também ativista Patrisse Cullors compartilhou a mensagem e cunhou a hashtag #BlackLivesMatter (Vidas Negras Importam). Já uma terceira ativista, a escritora Opal Tometi, ao ver as duas mensagens, procurou pelas autoras para organizarem um movimento.

Fortemente impulsionado pelas redes sociais, o movimento Black Lives Matter, desde o episódio de Trayvon Martin, tem sido agregador de atos públicos e marchas do movimento negro norte-americano, e seus aliados na luta antirracista, de denúncia e

---

[68] BELCHIOR, Doulgas *et al*. Coalizão Negra por Direitos e a denúncia internacional ao genocídio negro. *Folha de S. Paulo*, 04 mar. 2020. Disponível em: https://www.uol.com.br/ecoa/colunas/opiniao/2020/03/04/coalizao-negra-por-direitos-e-a-denuncia-internacional-ao-genocidio-negro.htm. Acesso em: 10 fev. 2021.

[69] SANDOVAL, Pablo Ximénez de. Alicia Garza, a ativista cuja mensagem nas redes deu origem ao 'Black Lives Matter'. *El País*, 12 out. 2020. Disponível em: https://brasil.elpais.com/internacional/2020-10-11/alicia-garza-uma-ativista-para-o-seculo-digital.html. Acesso em: 05 nov. 2020.

expressão de indignação frente a assassinatos de pessoas negras. Em 2020, articulou uma imensa onda de protestos de rua, que acabou se espalhando não só pelos EUA, mas por todo o mundo, em função do assassinato de George Floyd, homem negro de 46 anos, que em junho daquele ano foi asfixiado durante 8 minutos e 46 segundos sob o joelho de um policial branco. Suas últimas palavras – "Eu não consigo respirar" (*I can't breath*) – repercutiram mundialmente. O caso gerou, inclusive, protestos de rua nas maiores cidades brasileiras, mesmo em meio à pandemia.

"Vidas negras importam", conforme veremos adiante, é uma frase que, no Brasil – a exemplo do que ocorre em todo o mundo –, tem sido apropriada como mote para ações e campanhas antirracistas e atos públicos contra assassinatos de pessoas negras e chacinas cometidas pelas forças policiais nas favelas.

Ainda que sejam dezenas de assassinatos de negros e negras todos os dias, certos casos, em função de algum elemento especialmente dramático, acabam gerando uma comoção que vai além dos movimentos sociais mais diretamente relacionados à causa. Foi assim que, em março de 2018, centenas de milhares de pessoas foram às ruas protestar contra o assassinato a sangue frio da vereadora negra jovem Marielle Franco – cujos mandantes até hoje não foram indiciados.

Casos de crianças e adolescentes vitimados pelas operações policiais nas favelas também têm gerado atos públicos em diversas cidades brasileiras nos últimos anos. São crianças e adolescentes como Marcos Vinícius, morto aos 14 anos de idade enquanto ia para a escola; Ágatha Félix, assassinada aos 8 anos, dentro de uma Kombi, no colo da mãe; Emily Victória (4 anos) e Rebeca Beatriz (7 anos), alvejadas enquanto brincavam em frente de casa. Sempre, casos ocorridos em grandes complexos de favelas. Quase sempre, as vítimas são crianças negras.

Dentre os casos de assassinato brutal de cunho racista, podemos citar os também homicídios de João Alberto de Freitas, espancado até a morte por seguranças do Carrefour em Porto Alegre (RS), e o do imigrante negro Moise Kabagambe, morto a pauladas no Rio de Janeiro (RJ).

As chacinas que deixam um saldo muito grande de vítimas fatais também têm ganhado visibilidade midiática e gerado protestos públicos. A maior onda de manifestações de rua contra elas aconteceu em maio de 2021, em reação à Chacina do Jacarezinho, decorrente de operação policial na favela homônima (que fica na zona norte da cidade do Rio de Janeiro), na qual foram assassinadas 29 pessoas.

O episódio, que foi a operação policial mais letal da história da cidade do Rio de Janeiro, gerou o 13 de Maio das Lutas[70]: 41 atos espalhados pelo país e três atos em outros países (dois nos Estados Unidos e um na Inglaterra). Os atos foram convocados pela Coalizão Negra Por Direitos[71] e escolheram a data em que se comemora a Abolição da Escravatura para assinalar que o fim da escravidão, no país, é uma farsa, dada a extrema exclusão do povo negro à esfera dos direitos, que persiste até os dias atuais.

Como veremos adiante, a irrupção dessas mobilizações que ocupam os espaços públicos com a denúncia das mortes e a pauta do genocídio são momentos em que a luta antirracista amplia sua visibilidade e dialoga de forma mais ampla com a sociedade.

A comoção gerada, contudo, ainda é muito desproporcional à enormidade do problema. É o que indicam os índices de letalidade juvenil, já apresentados. A filósofa e ativista do feminismo negro Djamila Ribeiro (2018, p. 102-103) nos lembra que, no Brasil, há uma comoção seletiva em relação aos casos de violações de direitos e assassinatos. Ao discutir a parca mobilização da sociedade brasileira frente a inúmeras chacinas e crimes bárbaros cometidos pelos aparatos do Estado contra pessoas negras, ela lança as seguintes perguntas: "Vidas negras importam ou a comoção é seletiva?" "Por que o corpo negro estendido no chão não comove?".

Mobilizar e gerar comoção, contudo, são processos que vão muito além dos episódios que ganham os holofotes da mídia e dos grandes protestos de rua. Eles dizem respeito a um amplo conjunto de ações, espalhadas no tempo e nos espaços do cotidiano, que constituem os passos por meio dos quais a luta antirracista avança.

É nesse contexto que se situa a mobilização social voltada à sensibilização quanto ao valor da vida da juventude negra – que, como já demonstramos, é o segmento que enfrenta a maior vulnerabilidade à violência e à morte. Tal mobilização, no Brasil, tem dois protagonistas principais: os movimentos juvenis e as redes de mães e familiares das vítimas de violência.

---

[70] COALIZÃO Negra Por Direitos convoca "13 de maio de lutas" em manifestações em todo o Brasil pelo fim do racismo, do genocídio negro, das chacinas e pela construção de mecanismos de controle social da atividade policial. *Coalizão Negra por Direitos*, [*s.d.*]. Disponível em: https://coalizaonegrapordireitos.org.br/2021/05/11/coalizao-negra-convoca-13-de-maio-manifestacoes-pelo-fim-genocidio-negro/. Acesso em: 20 mai. 2021.

[71] A Coalizão Negra Por Direitos é uma frente que atua para pautar o racismo na mobilização social e na política institucional brasileira. É constituída por mais de 250 grupos, entidades, coletivos, alianças e organizações negras e antirracistas e está presente nos 27 estados brasileiros. Segundo o portal de notícias RioWatch (Disponível em: https://rioonwatch.org.br/?p=59868, Acesso em: 22 abr. 2022), a Coalizão, nascida em 2019, é hoje é um dos movimentos sociais mais atuantes do Brasil.

### 3.2.3. As juventudes e a luta pelas vidas jovens negras

No início dos anos 2000, frente ao cenário que vimos caracterizando de expressivo aumento da violência letal, a vitimizar massivamente os jovens negros, de produção social da indiferença e mesmo de legitimação social da violência, coletivos, grupos, fóruns e movimentos ligados à juventude e à negritude de todo o país perceberam a necessidade de se movimentar em torno dessa contundente problemática em comum. O trecho a seguir é um dos chamados à ação que se destacaram à época:

> Em 12 de maio de 2005, sob muita chuva, uma noite fria. Diante de olhares curiosos, olhares inimigos à espreita e uma militância jovem, amedrontada, mas disposta (...) anunciamos o começo formal e político do Movimento Nacional Contra o Genocídio do Povo Negro no Brasil.
> Não falávamos mais em brutalidade policial, isso era uma observação limitada visto que deveríamos enfrentar a própria estrutura do Estado que naquele momento já denominávamos Estado Racista Brasileiro, demarcando um 'lugar de fala' que colocava o ódio contra os pretos como o centro mesmo do problema brasileiro, a contradição principal desse país.[72]

Esse texto integra um relato do lançamento, que envolveu uma marcha pelas ruas de Salvador e uma vigília diante da Secretaria de Segurança Pública da Bahia, do movimento *Reaja ou será Mort@*. O "Reaja" marca, no âmbito das redes da sociedade civil brasileira voltadas ao enfrentamento ao racismo no século 21, a emersão de uma mobilização que se pretendia nacional e que tinha uma pauta específica: a denúncia do genocídio do povo negro. A escolha da palavra genocídio, desde que foi apresentada por Abdias do Nascimento, em 1976, demarca um campo de luta política que conclama a luta antirracista a ir além da denúncia da violência policial e chama a atenção para algo muito mais grave em curso: um extermínio em massa.

Outro marco significativo dessa mobilização social data do ano de 2007. Naquele ano, o Fórum Nacional da Juventude Negra (FONAJUVE) assinalou que o genocídio não tinha apenas raça, mas também um recorte etário, ao lançar a campanha nacional "Contra o Genocídio da Juventude Negra". Já em 2008, foi realizada a 1ª Conferência Nacional de Políticas Públicas de Juventude, e das 22 prioridades eleitas naquela Conferência, a mais votada foi a indicada pela juventude negra, que tematizava justamente os homicídios de jovens negros.[73]

---

[72] Extraído do blog *Reaja Organização Política*. Disponível em: http://reajanasruas.blogspot.com.br/. Acesso em: 10 set. 2017.

[73] A VIOLÊNCIA contra jovens negros no Brasil. *Carta Capital*, 15 ago. 2012. Disponível em: https://www.cartacapital.com.br/sociedade/a-violencia-contra-jovens-negros-no-brasil. Acesso em: 15 jun. 2018.

No início dos anos 2010, variados coletivos, entidades e redes constituídas por jovens ou com atuação junto a jovens definiram o enfrentamento à violência contra a juventude e ao assassinato da juventude negra como bandeira prioritária. Conforme já destacamos em seção anterior do texto, esse enfrentamento é, segundo Novaes (2015), a principal pauta dos movimentos por direitos juvenis brasileiros, na atualidade.

Dessa forma, nos últimos 20 anos, diversas têm sido as articulações em rede, constituídas por jovens ou ligadas a jovens, que se formam em torno dessa pauta. Manifestos, denúncias a órgãos nacionais e internacionais, atos de rua e campanhas de comunicação são as principais formas de ação dessas articulações.

Para dar uma dimensão dessa mobilização social, em maio de 2020, a organização nacional Coalizão Negra por Direitos lançou o "Manifesto Luto em Luta por João Pedro e todas as pessoas negras vítimas de violência do Estado".[74] Assinaram o manifesto mais de 500 coletivos, organizações e movimentos que promovem ações relacionadas à denúncia do genocídio – em sua grande maioria, iniciativas protagonizadas ou fortemente constituídas por jovens negros.[75]

O manifesto afirma:

> O que aconteceu com João Pedro tem nome: é genocídio. Por ser um jovem negro, seu corpo foi alvo fácil! Nosso manifesto é por João Pedro e também por todas as pessoas que estão na mira do genocídio! Não estamos, nem ficaremos calados diante do genocídio!
> Exigimos providências!
> Este crime bárbaro é mais um, que, por comover todo país, torna-se símbolo da necropolítica colocada em prática pelo Estado brasileiro, capaz de manter violentas operações policiais em favelas e periferias mesmo em tempos da mais mortal pandemia que o país já viveu. Pedro e sua família obedeciam a orientação do Governador Witzel e dos organismos internacionais de saúde, como forma de se proteger da Covid19. Estavam em casa. Mas, para famílias negras no Brasil, a casa, a rua, a comunidade não são sinônimo de segurança.

[74] João Pedro, adolescente de 14 anos, foi morto, em 18/05/2020 com um tiro de fuzil na barriga, disparado por um policial durante uma ação da Polícia Militar no Complexo de Favelas do Salgueiro. João brincava dentro de casa com amigos quando, segundo familiares, policiais entraram atirando. O mencionado manifesto foi publicado pelo *Portal Geledés*, entre outros. Disponível em: https://www.geledes.org.br/manifesto-luto-em-luta-por-joao-pedro/. Acesso em: 03 jan. 2021.

[75] Vale mencionar que na própria Coalizão Negra por Direitos também há expressiva participação de movimentos ligados às juventudes.

> Construímos este manifesto a várias mãos. Mãos essas que nas últimas décadas vêm apontando o quão excludente e genocida é a sociedade brasileira. Seguiremos escrevendo a história desta luta com todas e todos que também não compactuam com esse cotidiano de barbárie!
> Organizações, Movimentos e Coletivos juntos![76]

Juventude Negra – e ações de denúncia ao genocídio dessa juventude – é, ainda, um dos três eixos de ação do Fórum Permanente Pela Igualdade Racial (Fopir)[77], outra importante coalização antirracista brasileira, articulada por organizações tradicionais como o Odara Instituto da Mulher Negra, a Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN), a Articulação de Organização de Mulheres Negras Brasileiras e o Observatório de Favelas do Rio de Janeiro.

Em 2017, o Fopir protocolou junto à Organização das Nações Unidas (ONU) a petição "Denúncia Internacional do Genocídio da Juventude Negra como Política Pública do Estado Brasileiro". O documento solicitava que a ONU realizasse averiguações para que fosse comprovado que o governo brasileiro não estava seguindo as recomendações do Relatório da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) dos Assassinatos de Jovens no Brasil, do Senado Federal, que buscou identificar as causas do elevado número de mortes de jovens no país.[78]

Em 2020, a Coalizão Negra por Direitos apresentou uma denúncia da violência do Estado Brasileiro, em especial a violência contra a juventude negra, em audiência da Comissão Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos (CIDH/OEA), realizada no Haiti.

A Coalizão Negra por Direitos mantém uma agenda de encontros com autoridades e organizações nacionais e internacionais, bem como de ações de incidência política e jurídica, voltadas à denúncia do genocídio. Foi assim em 12/05/2022, quando, junto com diversos movimentos de mães e familiares de vítimas de violência do Estado, mais de 250 organizações e seis partidos de esquerda, protocolou junto ao Supremo Tribunal Federal uma ação de Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental,

---

[76] *Idem*.

[77] Os outros dois eixos são Estratégia e Mulheres Negras.

[78] Comissão Parlamentar instalada em maio de 2015 e concluída em junho de 2016, que ouviu mais de 200 pessoas sobre o tema, ao longo de 29 audiências públicas, promovidas em vários estados.

> com pedido de medida liminar a fim de que sejam reconhecidas e sanadas as graves lesões a preceitos fundamentais da Constituição praticadas pelo Estado brasileiro por ações e omissões reiteradas que culminam na violação sistemática dos direitos constitucionais à vida, à saúde, à segurança e à alimentação digna da população negra, e especialmente no que tange ao exacerbado e crescente aumento da letalidade de pessoas negras em decorrência da violência institucional (sobretudo fruto da atuação policial), no desmonte de políticas públicas voltadas à atenção da saúde da população negra e nas políticas de redistribuição de renda que dificultam e impossibilitam o acesso às condições de vida digna, inclusive o acesso à alimentação saudável.[79]

Na mobilização pela vida dos jovens negros, organizações de grande porte e tradicionais unem forças a coletivos, grupos e movimentos juvenis, em sua maioria com um ativismo que entrecruza pautas políticas, arte e cultura. E é nessa mescla que as manifestações e campanhas encontram as linguagens mais potentes. Os principais atos e campanhas em curso no país têm forte presença dos integrantes e das linguagens artísticas dos coletivos e redes do movimento hip hop, da poesia juvenil (como saraus e slams) e da intervenção artística urbana jovem. Atos públicos se combinam a saraus, slams e batalhas de hip hop; peças de comunicação têm sua estética calcada em versos, músicas, traços do grafite e diversos outros elementos relacionados a esse universo artístico-cultural.

"Eu pareço suspeito?" já foi o mote de campanhas, debates e eventos de mobilização social que questionam violências e homicídios de jovens negros e favelados brasileiros. A frase alude ao repúdio à justificativa que, conforme já indicamos, foi apresentada pelo assassino de Trayvon Martin, em 2011: a alegação de que o jovem "parecia suspeito".[80] A figura do jovem vestindo um casaco de moletom, com o capuz cobrindo a cabeça, com a frase "do I look suspicious?", tornou- se um símbolo de protesto em relação à violência contra jovens motivada por racismo que se disseminou pelo mundo.

---

[79] Trecho da ADPF protocolada em 12/05/2022. Disponível em: https://ponte.org/entidades-entram-com-acao-no-stf-contra-genocidio-negro/. Acesso em: 14 mai. 2022.

[80] Conforme indicamos em trecho anterior do texto, a indignação pela impunidade do assassino de Trayvon daria origem, no ano seguinte, ao movimento Black Lives Matter.

O coletivo paulistano WAPI – Word and Picture Brasil, criado naquele ano, desde então trabalha com esse slogan questionador. Para um dos coordenadores do coletivo, Gildean Silva "Panikinho", tal frase "potencializou uma ideia, organizou o movimento; aquela era uma imagem muito forte, que nos tocava muito, pois vivemos esse tipo de coisa na pele, todo dia".[81]

O exemplo da campanha "Eu pareço suspeito?" apresenta os elementos principais que podem ser verificados na grande maioria dos atos públicos e das campanhas contra o genocídio da juventude negra do Brasil – das realizadas por coletivos pequenos e informais às grandes campanhas interinstitucionais de abrangência nacional.

Os atos públicos e as campanhas denunciam o genocídio sublinhando a potência das vidas que têm sido consideradas matáveis: "Juventude Marcada pra Viver" (Observatório de Favelas), "Instinto de Vida" (de uma coalizão latino-americana contra o genocídio), "Vidas Negras" (da ONU) são alguns dos nomes das maiores campanhas já realizadas no Brasil. E a afirmação dessa potência, via de regra, se dá a partir de linguagens também potentes, relacionadas às culturas das juventudes. É o caso da "Jovem Negro Vivo", uma das mais destacadas campanhas nacionais, que foi promovida de 2012 a 2015 por Anistia Internacional, Redes de Desenvolvimento da Maré e Observatório de Favelas. A campanha, que teve um manifesto que recolheu mais de 60 mil assinaturas e mobilizou coletivos e grupos em treze cidades do país, combinou eventos e produções artístico-culturais sobre o tema e ampla disseminação de produções audiovisuais e gráficas, veiculadas em redes sociais, que se utilizavam de música, poesia e outras estéticas juvenis.[82]

"A morte não pode ser o destino de tantos jovens, especialmente quando falamos de jovens negros (...) O destino de todos os jovens é viver. Você se importa? Eu me importo!" – assim a campanha Jovem Negro Vivo, como tantas e tantas outras, interpelou a sociedade a se importar com essas vidas.[83]

No percurso do texto até aqui, destacamos a emersão da mobilização por direitos juvenis no país, desde o início dos anos 2000, quando o governo federal reconheceu a

---

[81] Depoimento dado à pesquisadora por Gildean Silva "Panikinho" em 08/09/2017.

[82] Verbete "Campanha Jovem Negro Vivo" do Dicionário de Favelas Marielle Franco. Disponível em: https://wikifavelas.com.br/index.php?title=Campanha_Jovem_Negro_Vivo. Acesso em: 10 fev. 2021.

[83] *Idem*.

lacuna de políticas públicas de juventude no país e deu início a ações nesse campo. Frente a tal reconhecimento, o Brasil viveu um período de rearticulação de amplos processos de debate e de mobilização em torno do tema.

Na década seguinte, anos 2010, o grande fator que movimentou o campo da mobilização social pelos direitos juvenis foi a visibilidade dos estudos que apontavam, de forma cristalina, o fenômeno do genocídio da juventude negra. Diante das evidências cabais, que indicavam que a grande maioria das pessoas assassinadas no Brasil eram homens jovens negros e periféricos, nasceram amplas campanhas e mobilizações nacionais, como apresentamos acima.

Até aquele momento – primeira metade dos anos 2010 –, os grandes protagonistas das mobilizações e articulações eram as grandes organizações da sociedade civil que se voltaram ao tema dos direitos desse segmento. Na sequência, num contexto de paulatino enfraquecimento das políticas públicas e do golpe parlamentar de 2016, que destituiu a presidenta Dilma Roussef, o cenário político foi de degradação, culminando com o fim das PPJs no governo Bolsonaro, como vimos.

Vale destacar que, diante de todos esses fatores, aconteceu um fenômeno, que tenho notado na prática do ativismo nesse campo e que foi ressaltado pelo grande estudioso e ativista dessa pauta, Juarez Dayrell, em entrevista para esta pesquisa. Na última década, as lutas por direitos juvenis têm deixado cada vez mais o âmbito das grandes organizações – ou seja, da institucionalidade – e se multiplicado pelos grupos, coletivos e redes protagonizados por jovens. O fenômeno, na análise de Dayrell, é motivado por dois aspectos. De um lado, foi resultado da própria ação formativa realizada pelas grandes organizações desde o início do milênio. Havia uma grande ênfase no fomento e no fortalecimento da ação dos grupos juvenis. Com isso, eles efetivamente assumiram o protagonismo das lutas.

O outro lado destacado por Juarez Dayrell é o do recrudescimento cada vez maior do âmbito da institucionalidade: de 2016 a 2022, o país foi do escasseamento das PPJs até a negação de direitos e o recrudescimento da criminalização da juventude negra e periférica, ocorrida no governo Bolsonaro. Em tal contexto, aprofunda-se o sentimento de descrença dos coletivos e dos movimentos em relação à dimensão

institucional, e a mobilização passa a buscar outros contextos, mais diretamente relacionados ao cotidiano da juventude. A ação de diálogo e embate com as instâncias do poder público perde a centralidade, e os grupos passam a levar as discussões políticas para o cotidiano dos espaços de sociabilidade e produção cultural das juventudes.

O Fórum das Juventudes da Grande BH, nascido em 2004 e em curso até hoje, encarna toda essa história de mutações da mobilização juvenil no país. Um pouco adiante, trataremos da história dessa rede e discutiremos, a partir das práticas dela, toda essa dinâmica.

Figura 2 – Registros de atividades do Fórum das Juventudes divulgadas na rede social Facebook.

Fonte: Acervo do Fórum das Juventudes.

### 3.2.4. Mulheres em luto e luta contra o genocídio

Mobilizações protagonizadas por mulheres cujos filhos ou outros familiares foram assassinados ou sofrem graves violações de direitos se multiplicam pelo Brasil desde os anos 1990. O aspecto central desse ativismo é a afirmação do valor das vidas violadas ou perdidas, responsabilizar o Estado pelas mortes e violações, além de cobrar reparações.

Uma forte referência dessas mobilizações são as Mães da Praça de Maio, grupo de mulheres argentinas que, em 1977, passaram a se reunir na praça que acabou por dar nome ao seu movimento, localizada em frente à Casa Rosada (sede da Presidência da Argentina), com um propósito: "Viemos testemunhar nossa dor, tiraram nossos filhos, pedimos ao governo que nos diga onde estão, o que lhes passou".[84] A busca pelos filhos desaparecidos, assassinados pelo Estado ao longo da ditadura militar, levou tais mulheres a ocupar a praça ininterruptamente, ao longo de toda a ditadura e até os dias de hoje. Todas as semanas, elas ainda se reúnem na Praça de Maio, buscando manter o desaparecimento de seus filhos vivo na memória dos argentinos.

Conforme já discutimos, no Brasil, em 1990, surgia um grupo com propósito semelhante: as Mães de Acari, constituído pelas mães dos desaparecidos na Chacina de Acari, que vitimou 11 adolescentes e jovens. Também foi para dar visibilidade ao luto e para exigir justiça que nasceu o movimento Mães de Maio, criado por mães e familiares de pessoas que foram assassinadas em maio de 2006, num massacre que vitimou mais de 500 pessoas na Baixada Santista (São Paulo), em um episódio de confronto entre o Primeiro Comando da Capital (PCC) e grupos ligados às forças de segurança do Estado. Ao longo dos anos, as Mães de Maio foram acolhendo outras mães, de diversas partes do país, que também haviam perdido familiares pela violência do Estado ou do crime organizado. Com isso, hoje, elas se constituem numa rede de abrangência nacional.

As Mães de Maio, assim como as de Acari, denunciam a violência do Estado e buscam manter viva a memória dos que foram mortos:

> A gente luta por essa memória. Para que nunca mais se repita. Por nossos filhos que pagaram por uma guerra que não foi nossa. Em uma semana se mataram mais de 500 meninos, negros, pobres, de periferia, todos indefesos. No meu entender como mãe, nada mais justo no país genocida da nossa população, nosso povo, que é esquecido das políticas sociais, seja lembrado" (depoimento de Débora Maria da Silva, líder do Mães de Maio[85]).

---

[84] Depoimento extraído de BOUSQUET, 1983, p. 48.

[85] LIMA, Lívia. "Tenho que fazer valer a existência de todas nós", afirma líder do Mães de Maio. *Nós*, 10 mai.

Silva, Santos e Ramos (2018, p. 6) assinalam que foi em reação às chacinas que geraram maior comoção nacional que se constituíram não só os principais movimentos de mães e familiares das vítimas, mas "todo o campo político que se organiza a partir dos anos 1990 e que tem como bandeira o combate à violência e a garantia do direito à vida". Para esses autores, as chacinas de Acari (RJ, 1990), Carandiru (SP, 1992), Vigário Geral (RJ, 1993), Candelária (RJ, 1993), Carajás (PA, 1996), os Crimes de Maio (SP, 2006), Cabula ( BA, 2015) "são momentos críticos de problematização da violência e reivindicação de ações públicas para a garantia da vida como um direito de todos no país". (SILVA, SANTOS E RAMOS, 2018, p. 6)

A palavra chacina, que significa execução em série de pessoas, em geral perpetrada pela polícia, pelas milícias ou pelo tráfico, como forma de intimidação e retaliação, é descrita pelos autores, a partir de uma publicação do jornal *The Washington Post*, como a mais assustadora do português brasileiro. Com origem no abate de porcos em matadouros, chacina significa, literalmente, massacre ou abate.

Há grupos de mães mobilizadas pelo enfrentamento ao horror e ao massacre em todo o país. Há, ainda, redes que os articulam, como variados fóruns locais e regionais, além da Rede Nacional de Mães, Familiares e Amigas de Vítimas da Violência do Estado.

Segundo informações disponibilizadas pela entidade ao Fundo Brasil de Direitos Humanos,

> a Rede atua pelo fim da violência institucional e policial discriminatória contra pobres e negros. Os principais eixos de atuação são o acolhimento e a solidariedade entre familiares e amigos de vítimas do Estado; a denúncia sistemática dos casos e o acompanhamento da situação de investigações e processos; a luta, de diversas formas, pela verdade e por Justiça, participando de debates, seminários, encontros, conferências e, principalmente, organizando protestos, marchas, vigílias etc; e o fortalecimento de lutas e campanhas das vítimas do Estado.[86]

Desde 2016, tal rede promove um encontro anual para pensar ações conjuntas e para dar visibilidade à causa que as une.

---

2016. Disponível em: http://nosmulheresdaperiferia.com.br/noticias/eu-tenho-que-fazer-valer-a-minha-existencia-e-a-de-todas-nos- afirma-lider-do-movimento-maes-de-maio/. Acesso em: 15 nov. 2018.

[86] Extraído de: https://fundodireitoshumanos.org.br/projeto/rede-nacional-de-maes-e-familiares/. Acesso em: 15 nov. 2018.

Na carta produzida pelas participantes do 1º Encontro, ocorrido em São Paulo, no ano de 2016, as ativistas assim caracterizam o seu movimento:

> LUTO para nós sempre foi verbo e substantivo, desde que nós nascemos. Nós lutamos desde sempre, desde muito antes, e nunca deixaremos de encarar de frente os inúmeros lutos cotidianos que sempre nos foram impostos com muita violência.
> [Lembrem-se: Nós somos Mães. Todos vocês têm Mães. Nós não combinamos com Morte. Nós somos Vida.]
> Atualmente, no Brasil, são assassinadas mais de 60.000 PESSOAS – DE CARNE, OSSO E MUITAS HISTÓRIAS – POR ANO, sendo a enorme maioria de jovens negros moradores das periferias; atualmente, nesse território que eles chamam de Brasil, nós ostentamos o índice absurdo de MAIS DE 700.000 ADULTOS ENCARCERADOS EM VERDADEIRAS CELAS MEDIEVAIS, na sua maioria jovens negros primários, sem contar DEZENAS DE MILHARES DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES PAGANDO SOFRIMENTO BRUTAL EM MEDIDAS NADA SOCIOEDUCATIVAS e outros tantos aprisionados em instituições totais de "$aúde mental"; atualmente, ainda nessa infame mercadoria-Brasil, nós enfrentamos UM SEM-NÚMERO DE ABORDAGENS VIOLENTAS, TORTURAS COTIDIANAS E UMA CRESCENTE CRIMINALIZAÇÃO DE TODO O NOSSO POVO E DE NOSSOS MOVIMENTOS SOCIAIS.(...)
> nós sabemos – sentimos na pele e em nossas almas, todos os santos dias – que a Ditadura nunca havia terminado para o nosso Povo Negro, Indígena, Pobre e Periférico. Temos como provar isso, começando pelas cicatrizes de nossos próprios corpos junto aos dos nossos meninos mortos ou desaparecidos(...)[87]

Além do trabalho diário de cobrar do Estado a apuração dos assassinatos e a punição dos envolvidos, esses coletivos realizam encontros de articulação, passeatas, vigílias, rodas de conversa em todo o país, além de eventos e campanhas temáticas. Nos aniversários das chacinas e nos julgamentos relacionados aos casos, as integrantes se juntam para fazer pressão por justiça e para prestar apoio mútuo.

Elas trabalham ainda pela criação de leis que instituam, no calendário oficial dos Estados, a Semana Estadual de Luta das Mães e Familiares de Vítimas da Violência do Estado, já vigente no Rio de Janeiro e em São Paulo, no período de 12 a 19 de maio.

---

[87] Extraído de: https://www.facebook.com/maes.demaio/photos/i-encontro-internacional-de-m%C3%A3es-e-familiares-de- v%C3%ADtimas-do-estado-democr%C3%A1ticopo/782410935227942/. Acesso em: 10 nov. 2018.

Os movimentos de mães levam ao espaço público os gritos de indignação e o pranto dessas mulheres. Uma marca fundamental da presença pública delas, conforme já discutido, é a expressão do luto. As marcas do luto estão nas vigílias nos espaços públicos que são palco de assassinatos e chacinas, para as quais as mulheres levam fotos e objetos de quem foi assassinado, além de flores. Estão, ainda, nas mais variadas intervenções artísticas urbanas – uma das mais tradicionais é a ocupação de grandes espaços em praias, com a instalação de centenas de cruzes, adornadas com objetos fúnebres, que evocam a imagem de grandes cemitérios, lembrando os assassinatos em massa.

As mães também promovem dezenas de atos públicos ao longo do ano, para dar visibilidade às suas reivindicações. Os atos sempre são marcados por um cortejo com cantos que falam de luta e dor. Além disso, no chão, as mulheres estendem bandeiras e faixas com os símbolos e dizeres de sua luta, junto com fotos e objetos dos filhos executados.

O luto afirma o valor das vidas perdidas, na busca para que não sejam esquecidas. Gritar os nomes e mostrar as imagens dos jovens assassinados é, portanto, fundamental. Fundamental, ainda, é registrar as histórias de vida e morte, por meio dos relatos das mulheres. É o que as Mães de Maio buscam na publicação "Memorial dos Nossos Filhos Vivos", por exemplo. Em diversos documentários criados pelos movimentos e colaboradores das redes de mães, as histórias de vida também são um elemento muito forte. O foco recai em depoimentos nos quais mulheres exibem fotos de seus filhos, falam de como era o cotidiano de convivência com eles, de como foram violentadas pelos assassinatos deles e da doída falta que sentem. Familiares e amigos também trazem elementos da vida em comum com as pessoas que lhes foram tiradas, e destacam o sofrimento da perda.

Na narrativa de cada mãe ou familiar, o bandido sem face dos jornais policialescos, a figura estereotipada que encarnaria o mal, cede lugar a histórias de seres humanos brutalmente assassinados – inocentes alvejados em ações aleatórias de afirmação de poder de grupos criminosos, forças do Estado e milícias; ou, então, pessoas marcadas para morrer por situações de conflito com esses mesmos aparatos: a polícia, as milícias e o tráfico. E as histórias desses jovens são narradas por mães e outras pessoas que tiveram suas vidas dilaceradas pelas perdas. Em contraposição à indiferença, convida-se ao reconhecimento da singularidade de cada história de vida, à comoção, ao luto compartilhado.

A luta dessas mulheres vem ganhando cada vez mais visibilidade nos últimos dez anos: tem sido registrada e discutida em documentários independentes,[88] em publicações especializadas em direitos humanos[89], além de ser abordada por diversos artistas e movimentos de arte e cultura.[90]

Figura 3 – Montagem com registros das ações da Rede Mães de Luta publicada na rede social Facebook

Fonte: Acervo da Rede Mães de Luta.

[88] Alguns exemplos recentes de destaque nos últimos anos: *Nossos mortos têm voz*, documentário dirigido por Fernando Souza e Gabriel Barbosa e realizado pela Quiprocó Filmes, que foi lançado em 2019 e tem sido amplamente divulgado em festivais e eventos de direitos humanos no Brasil e outros países; *Luto para nós é verbo*, vídeo de Natasha Neri, Juliana Farias, Karla da Costa e Renato Martins lançado na *Sur Revista Internacional de Direitos Humanos* de dezembro de 2018 (Disponível em: https://sur.conectas.org/luto-para-nos-sempre-foi-verbo/; Acesso em: 01 jun. 2019); e o filme *Autos de resistência*, de Natasha Neri e Juliana Farias, sobre a mobilização das mães sob o viés da problemática da violência policial – documentário que foi lançado em 2018 e também contou com ampla circulação e reconhecimento internacional.

[89] Como dossiês publicados pelo *Geledés Instituto da Mulher Negra*, pela agência *Alma Preta* e pela *Sur Revista Internacional de Direitos Humanos* e grandes reportagens já publicadas por veículos como *El País*, *Le Monde Diplomatique* e *Deutsche Welle*.

[90] Um exemplo conhecido são a música e o clipe "Chapa", de Emicida (2016), que aborda o movimento das Mães de Maio e teve mais de 900 mil visualizações no YouTube (Disponível em: https://youtu.be/qjFQA9MswkM; Acesso em: 10 abr. 2023).

# 4. LU-
# -TAR

Como destacamos nas seções anteriores, o enfrentamento ao genocídio da juventude negra, no Brasil, tem como principais protagonistas os movimentos juvenis e os movimentos de mães e familiares de vítimas da violência do Estado.

Os movimentos juvenis, como indicamos, viveram uma grande onda de fortalecimento e ampliação no início dos anos 2000, com os primeiros debates nacionais voltados à implantação das PPJs. Originalmente integrada por organizações que atuavam junto a jovens, essa mobilização foi se tornando, cada vez mais, protagonizada diretamente pelos coletivos e pelas redes constituídas pelos próprios jovens. Para tratar da dinâmica dessa mobilização, dirigiremos nosso foco ao Fórum das Juventudes da Grande BH. Criado em 2004, ele apresenta, em sua história, importantes características associadas a essas grandes tendências que aqui indicamos.

Para discutir os modos de atuação e as dinâmicas de ação cotidiana dos movimentos de mães e familiares, abordaremos a Rede Mães de Luta, iniciativa que se articula na RMBH desde 2019 e que abarca grupos direta e indiretamente ligados a esses movimentos.

## 4.1. Fórum das Juventudes da Grande BH

> Lutar pelos direitos das juventudes é compromisso e desafio que dá sentido à existência do Fórum das Juventudes da Grande BH. Desde 2004, quando iniciamos a construção de uma rede de pessoas, organizações e movimentos para reivindicar políticas públicas voltadas à população jovem da Região Metropolitana de Belo Horizonte, temos aprendido que o coração desse trabalho é um encontro poderoso de linguagens, saberes e formas de resistência das juventudes. (FÓRUM DAS JUVENTUDES DA GRANDE BH, 2016, p. 9)

O Fórum das Juventudes da Grande BH nasceu em 2004 com o propósito de articular a sociedade civil e cobrar do Estado a construção de respostas efetivas para "a precariedade das políticas públicas de juventude e a situação generalizada de violação dos direitos juvenis no Brasil, evidenciada, sobretudo, no genocídio da juventude negra e periférica" (FÓRUM DAS JUVENTUDES DA GRANDE BH, 2016, p. 11). Para efetivar tais propósitos, desde então aposta no encontro entre diversas culturas, linguagens e modos de expressão das juventudes.

A trajetória dessa rede se constitui por dois momentos bastante distintos: o primeiro iniciou-se com a própria criação do Fórum, em 2004, a partir de um processo

anterior, realizado pelo Observatório da Juventude da UFMG, de formação de agentes culturais juvenis. Em tal etapa, que se estendeu até 2008, ele funcionou como uma articulação, sobretudo, de organizações e entidades que atuavam junto a jovens. A tônica daquele momento era ocupar as conferências de juventude e estabelecer uma interlocução com o poder público do estado de MG e das cidades da RMBH, interpelando os governos pela construção participativa de PPJs.

Os esforços de interlocução com as instâncias governamentais foram totalmente frustrados, o que levou a uma suspensão quase total das ações do Fórum entre 2009 e 2011. Contudo, em 2011, o Fórum renasceu e ganhou novas perspectivas de atuação. A prioridade se deslocou da ação no âmbito institucional – a interlocução com o poder público – para duas frentes prioritárias, interconectadas: a formação política direta das juventudes e a construção participativa e colaborativa de amplas campanhas de sensibilização da sociedade quanto aos direitos juvenis violados.

São 19 anos de lutas e de muitas invenções de modos de promover debates e de sensibilizar a sociedade. Ao descreverem a atuação do Fórum das Juventude, seus integrantes falam de ações mobilizadoras que são fruto de um *desejo de mudança que vibra em seus corpos*, de sua vontade de *pulsar formas criativas de fazer política*, de *acabar com fronteiras* e *radicalizar a democracia*. Destacam sua presença vigorosa nas praças, nas ruas, nas quebradas, e arrematam: *ocupar é o nosso lema!*[91]

Olhando para o amplo conjunto de experiências espalhadas na linha do tempo de quase duas décadas de vida do Fórum das Juventudes, é possível visualizar quatro conjuntos menores, de acordo com o tipo de atividade realizada. São eles:

- **Ciclos de mobilização:** estabelecem marcos temporais e temáticos, funcionando como uma agenda de atuação integrada, aglutinadora das diversas atividades.
- **Intervenções de ocupação da cidade:** são os momentos de encontro e de produção de visibilidade para a rede e se caracterizam pela proposta de ocupar os espaços públicos de forma singular. As intervenções, geralmente, são culminâncias de longos processos de preparação, calcados em metodologias participativas. São, ainda, momentos destacados de expressão das linguagens das culturas juvenis, que são caros ao FJ.

[91] Definições e frases extraídas de: FÓRUM DAS JUVENTUDES DA GRANDE BH, 2016, encarte.

- **Atividades transversais participativas e colaborativas:** os ciclos, plataformas, campanhas e intervenções de ocupação dos espaços públicos realizados pelo Fórum são construídos ao longo de processos colaborativos ampliados que envolvem encontros cotidianos da rede; encontros imersivos aprofundados de concepção, planejamento e avaliação de ações; diagnósticos participativos e processos formativos. São atividades criativas alicerçadas em um conjunto de princípios da educação popular e em metodologias participativas.
- **Amálgama institucional:** é a estrutura e o cotidiano de atividades de articulação, administração, gestão e comunicação institucional do Fórum das Juventudes. Tais atividades dão a ele a conformação de um todo articulado, uma mescla de coletivos que tem uma identidade própria – a de um "coletivo de coletivos", [92] com propósitos compartilhados e atuação concatenada. Diz respeito, enfim, a arranjos – sempre flexíveis e dinâmicos – que conferem ao FJ uma face organizacional.

Segue uma descrição de como o Fórum desenvolve as atividades dessas quatro grandes frentes de atuação.

### 4.1.1 Os ciclos de mobilização do Fórum das Juventudes

O Fórum das Juventudes opera no tempo estendido dos processos de mobilização social – tempo que atravessa gerações e é marcado por avanços e retrocessos; tempo no qual, muitas vezes, não é possível distinguir, à primeira vista, que as sonhadas transformações sociais estão em curso.

Por outro lado, os jovens rejeitam o velho clichê de que a juventude seria "o futuro do Brasil" e reivindicam a potência do presente. Querem se mostrar e exigir o reconhecimento como sujeitos de direitos já, querem experimentar as possibilidades e os limites da ação em todos os âmbitos da existência – inclusive, no âmbito da atuação política.

O tempo lento da construção da luta pelas transformações sociais contrasta com a urgência de ser reconhecido e agir no presente. Para lidar com esse par dialético de urgência e lentidão, a rede se articula em torno de uma engenhosidade que pode ser percebida na construção das lutas sociais ao redor do mundo: os ciclos periódicos de

[92] "Coletivo de coletivos" é uma caracterização do Fórum das Juventudes apresentada no anexo de "Fazendo Junt@s" (FÓRUM DAS JUVENTUDES DA GRANDE BH, 2016).

mobilização, desenvolvidos a partir de recortes de pautas prioritárias, em diálogo com o horizonte ampliado das propostas gerais de luta. Organizados a partir desses recortes no tempo e nas pautas, blocos de atividades são planejados, organizados e implantados.

**a. 2004 a 2008: Ação centrada nas Políticas Públicas de Juventude (PPJs)**

Conforme o panorama apresentado na seção anterior demonstra, nos anos iniciais do Fórum das Juventudes era grande a efervescência do cenário de construção das PPJs. Enquanto a rede nascia e dava seus primeiros passos, o mesmo acontecia com os marcos legislativos, as estruturas e os mecanismos de construção das políticas, como SNJ, o Conjuve e as conferências de juventude.

No ciclo dos primeiros anos do Fórum, portanto, a ênfase foi formar os jovens para a compreensão dos direitos negados e a mobilização por políticas voltadas a assegurar tais direitos, bem como para a análise e a incidência coletiva na construção das PPJs, reivindicando o diálogo entre poder público e sociedade civil nessa construção. Atuar na elaboração das grandes pesquisas que estavam em curso e nas mobilizações por políticas públicas, cobrar a criação de políticas e órgãos locais, buscar cadeiras nos conselhos e nas conferências eram as prioridades.

Naquele momento histórico, o Fórum desempenhou um importante papel na difusão da pauta das PPJs e teve uma vigorosa incidência nos diversos espaços de debate e representação. Seminários, materiais e eventos informativos e formativos, encontros e mobilizações para a atuação nos principais espaços marcam o período e inserem o FJ como rede de destaque no cenário local e nacional.

Contudo, uma limitação estrutural arraigada na vida política brasileira faria com que os processos se tornassem cada vez mais desgastantes e esvaziados: o clientelismo, ou seja, a antiga fórmula dos arranjos de poder baseados em trocas de favores e em práticas assistencialistas implementadas como moeda eleitoral.

A lógica clientelista se fez presente na composição dos primeiros órgãos municipais e estadual (MG) do executivo voltados às PPJs, que foram construídos na base do velho “toma lá, dá cá” dos partidos políticos. Também contaminou os espaços dos conselhos e conferências. Políticos conservadores, muitas vezes, lotaram ônibus de jovens de suas bases, com os quais estabeleceram relações calcadas na troca de favores, para eleger delegados. Com isso, a tão sonhada construção participativa das PPJs não se efetivou na dimensão concreta da vida cotidiana das juventudes da RMBH. O caráter meramente consultivo de todos os conselhos e conferências já realizados foi outro

mecanismo da política daqueles tempos que, na verdade, era um sintoma de uma lógica que, no fim das contas, era esvaziadora da participação.

Desse modo, em 2008, o ciclo de atuação do Fórum voltado à incidência institucional de construção das PPJs chega a um total esgotamento e a rede se desmobiliza. Não era o fim, contudo. Veio uma longa hibernação, que durou quase três anos.

### b. 2011 a 2014: Juventudes contra violência

Nos anos de 2011 e 2012, o FJ renasceu das cinzas. Após um período de amadurecimento e fortalecimento de trajetórias das pessoas e das entidades, os jovens e as organizações mais participativas dos primeiros anos da rede começaram, espontaneamente, a se reconectar. Indignados diante do estado lamentável das políticas públicas locais e impactados pelos dados da letalidade da juventude negra, esses atores e essas atrizes percebem a premência de rearticular o Fórum. Na segunda vida do Fórum das Juventudes que se iniciava, havia, contudo, uma certeza: a incidência estéril na política institucional não seria um caminho.

Duas premissas orientaram os esforços daquele momento: seria necessário eleger uma pauta mobilizatória que se traduzisse de forma bem concreta na vida das juventudes negras e periféricas e seria fundamental criar processos vivos e criativos, que dialogassem com os contextos e os modos de expressão das juventudes.

Desse modo, a partir de 2011, foram realizados um amplo e profundo conjunto de diagnósticos colaborativos, encontros da rede e imersões criativas para redesenhar a causa do FJ e o modo de atuar da rede. A partir dessa intensa agenda, o enfrentamento às violências – entendidas na perspectiva ampla das violações de direitos – emergiu como a grande pauta das juventudes. Afinal, "juventude sem direitos é juventude violada".[93]

Os esforços da retomada deram origem à mais emblemática campanha de mobilização social já realizada pelo Fórum: Juventudes contra violência. O movimento abriu caminho para uma guinada fundamental: desde aquele ano, o enfrentamento às violências e à letalidade da juventude negra e periférica tem sido a prioridade absoluta do FJ.

[93] Nome da campanha Juventudes contra violência, discutida a seguir.

A campanha, criada entre 2012 e 2013, reuniu ações e produtos de comunicação – identidade visual, banners, cartazes, site (www.juventudescontraviolencia.org.br[94]), assessoria de comunicação e eventos –, além de um ciclo de oficinas multiplicadoras que, em 2014, levou as discussões a milhares de jovens, de variados contextos e territórios.

Figura 4: Capa de Facebook da campanha Juventudes contra violência[95].

Fonte: Acervo do Fórum das Juventudes da Grande BH.

**c. 2014 aos dias atuais: Ciclos anuais a partir do oKupa e de plataformas agregadoras**

- **Plataforma[96] Juventudes contra violência (desde 2014)**

Em 2014, a partir de um amplo processo participativo, o FJ criou a plataforma Juventudes contra violência. Ela reúne, num site (www.juventudescontraviolencia.org.br/plataformapolitica/[97]), dez eixos programáticos

[94] No período de finalização desta tese, no primeiro bimestre de 2023, o site da campanha estava fora do ar, mas a visualização do mesmo foi possível com a utilização da ferramenta Way Back Machine. O conteúdo da URL do site da campanha está armazenado na seguinte URL do Way Back Machine: https://web.archive.org/web/20220616214456/https://juventudescontraviolencia.org.br/. Acesso em: 05 mai. 2023.

[95] Plataforma Política "Juventudes contra Violência". *Capa de Facebook da campanha Juventudes contra violência*. Facebook: @juventudescontraviolencia. Disponível em: https://www.facebook.com/juventudescontraviolencia. Acesso em: 10 jan. 2023.

[96] Plataforma, para o FJ, é plataforma política (conjunto de princípios, ideias e propósitos ligados à causa de interesse público defendida) e, também, plataforma web: *website* que abriga materiais informativos e formativos, articulando e difundindo determinada plataforma política do Fórum.

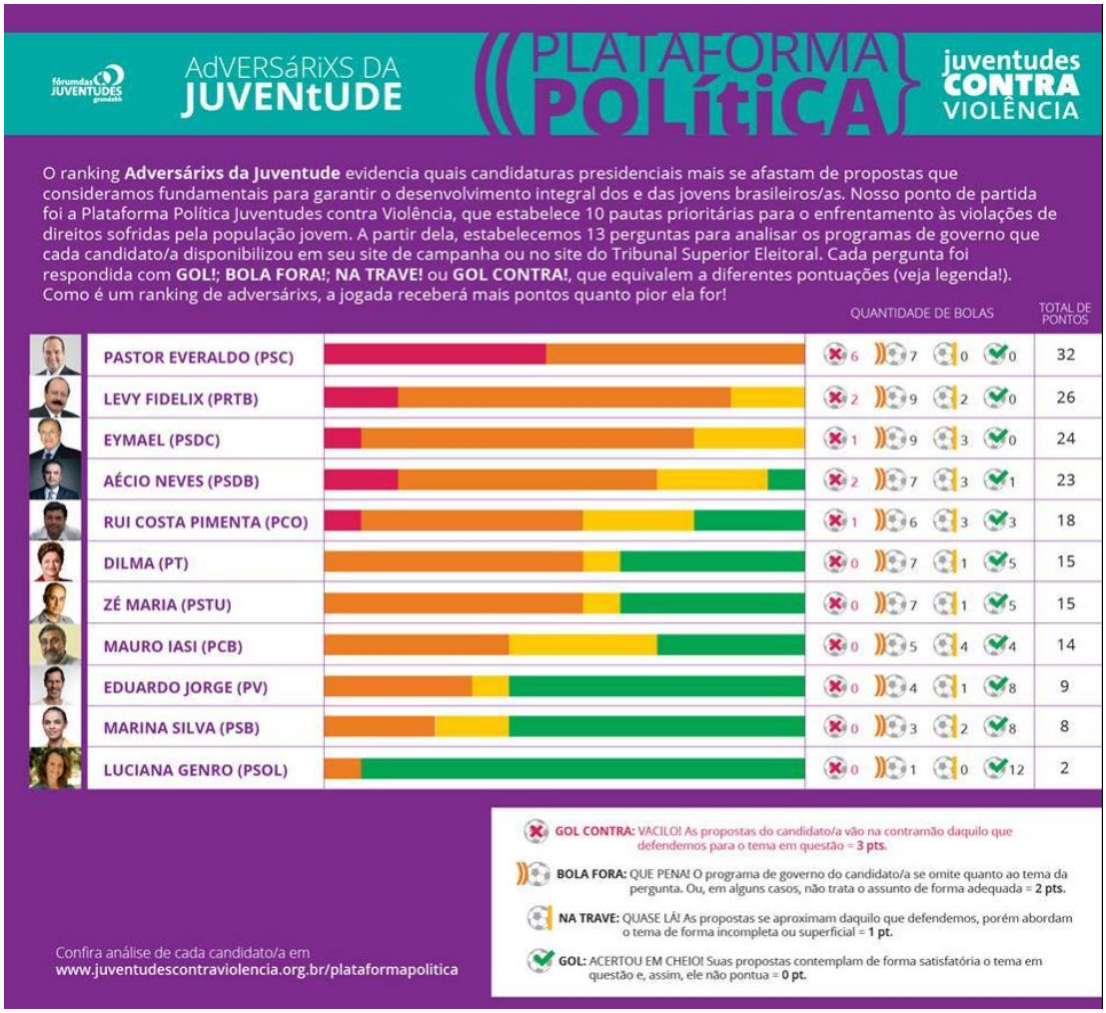
[97] No período de finalização desta tese, no primeiro bimestre de 2023, o site da plataforma estava fora do ar, mas a visualização do mesmo foi possível com a utilização da ferramenta Way Back Machine. O

para políticas públicas de mitigação das violências contra as juventudes: Acesso à Justiça, Democratização das Comunicações, Direito à Cidade, Enfrentamento ao Genocídio da Juventude Negra, Fortalecimento da Democracia Participativa, Fortalecimento do Sistema Socioeducativo, Novo Modelo de Política sobre Drogas, Novo Modelo de Segurança Pública e Desmilitarização das Polícias, Orçamento Público para Juventude e Políticas Sociais.

Cada eixo conta com um amplo conjunto de informações e reivindicações, que expressam o posicionamento do FJ. Os dez eixos são atualizados pela rede do Fórum por ocasião das eleições legislativas e executivas. Além disso, em tais ocasiões, os candidatos aos variados cargos são convidados a aderir à plataforma, comprometendo-se com as pautas. Também são criados e divulgados rankings dos/as "adversárixs das Juventudes" – candidaturas cujas propostas se chocam com as proposições da plataforma.

Figura 5 – Reprodução de páginas da plataforma Juventudes contra Violência.

conteúdo da URL do site da campanha está armazenado na seguinte URL do Way Back Machine: https://web.archive.org/web/20220529093449/http://juventudescontraviolencia.org.br/plataformapolitica/. Acesso em: 05 mai. 2023.




Fonte: Acervo do Fórum das Juventudes da Grande BH.

No mesmo ano de 2014, em que a plataforma política era lançada, um grande encontro de mobilização das juventudes, que reunia debates sobre direitos juvenis e performances artísticas e culturais, o "A Juventude oKupa a Cidade", que chegava à sua quarta edição, passou a ser realizado pelo Fórum. O evento havia sido criado pelo Observatório da Juventude em 2011 e, até aquele ano, tinha o FJ apenas como parceiro. Dada a vitalidade das ações do início da década, o Observatório propôs ao Fórum que se tornasse realizador da ação, e assim aconteceu.

Desde aquela edição, os processos de mobilização e de formação que constituem o oKupa, além do evento de culminância de tais processos, funcionam como uma grande agenda de articulação, organização e coordenação de ações do Fórum.

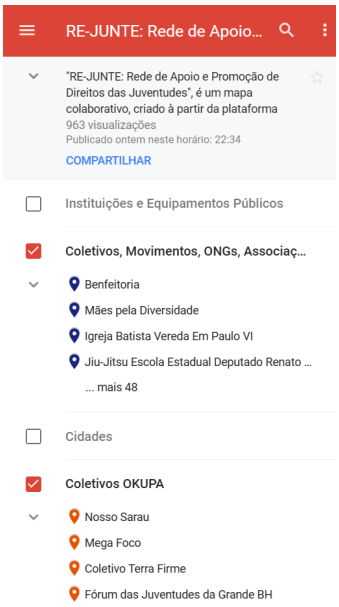
Junto com o oKupa, os ciclos de atualização e mobilização da plataforma Juventudes Contra Violência, bem como processos de construção e difusão de plataformas criadas para tratar de problemas prioritários, constituem uma agenda de ciclos anuais marcados por temas, propostas e arranjos metodológicos específicos.

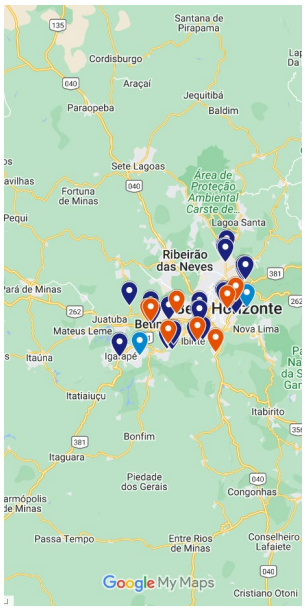
A partir de 2014, além do oKupa (que abordaremos com vagar adiante no texto), foram criadas a plataforma “RE-JUNTE: Rede de Apoio e Promoção de Direitos das Juventudes” e a campanha “Caso de Polícia”, ambas de 2018; além da plataforma “Baculejo”, de 2020.

- **RE-JUNTE: Rede de Apoio e Promoção de Direitos das Juventudes (2018)**

RE-JUNTE (https://bit.ly/3aaYvgg) é um mapa colaborativo, criado a partir da ferramenta My Maps do Google,[98] que reúne a rede de apoio e promoção aos direitos das juventudes de oito territórios da Região Metropolitana de BH: Belo Horizonte, Ibirité, Sarzedo, Mario Campos, Betim, Contagem, Nova Lima e Vespasiano. O mapeamento, feito por 11 coletivos juvenis de BH e RMBH que participaram da oitava edição do oKupa, buscou dar visibilidade às instituições, equipamentos públicos, coletivos, grupos e ativistas que apoiam e/ou fomentam iniciativas de promoção dos direitos das juventudes em Belo Horizonte e Região Metropolitana. A ideia é que esse mapeamento também seja um recurso importante para, além de tornar as ações culturais, sociais e/ou políticas conhecidas pela população dos territórios, aproximar movimentos, grupos, coletivos juvenis, espaços institucionais formais e informais, para uma atuação conjunta e colaborativa.

Figura 5 – Reprodução de páginas da plataforma Re-Junte




Fonte: Acervo do Fórum das Juventudes da Grande BH.

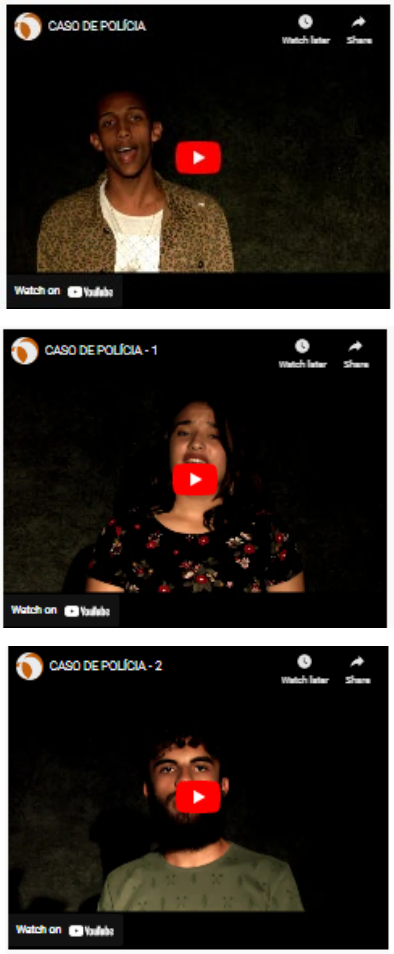
[98] Segundo o Google, o My Maps é uma ferramenta de personalização do Google Maps, que é um serviço de pesquisa e visualização de mapas e imagens de satélite disponibilizado online, de forma gratuita, pelo Google. Com o My Maps, é possível criar (individual ou colaborativamente) e compartilhar (inclusive incorporando a um site) mapas personalizados, assinalando, classificando e adicionando dados sobre locais específicos.

- **Caso de Polícia (2018)**

Edição da campanha Juventudes contra Violência especificamente voltada ao enfrentamento à violência institucional. A proposta foi denunciar a violência cometida pelos agentes de segurança pública contra as juventudes de BH e Região Metropolitana. Além disso, a campanha chamou a atenção para as falhas que existem nos próprios canais e instrumentos de denúncia da violência, levando a um processo de revitimização.

A campanha reúne nove vídeos, que foram publicados no YouTube,[99] com depoimentos reais de violência institucional, apresentados em interpretações cênicas feitas por jovens que não foram os que vivenciaram tais violências.

Figura 6: Reprodução de páginas da rede social Youtube
com os vídeos da campanha "Caso de Polícia".



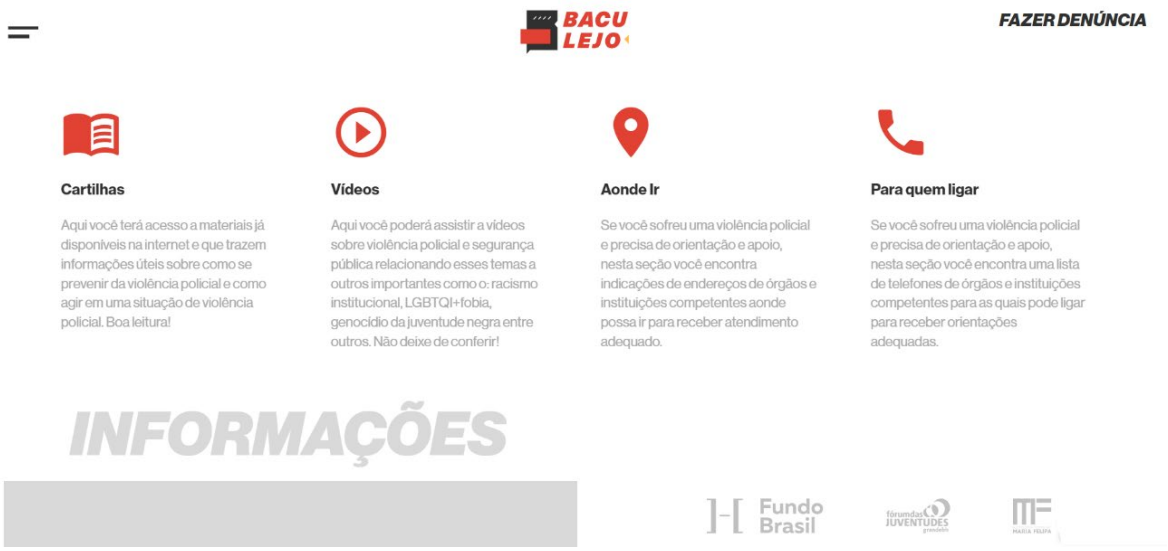

[99] As nove pílulas foram reunidas em quatro vídeos, disponibilizados em: https://youtu.be/U8wXwEFwSzw, https://youtu.be/fOgt7Xu_XXk, https://youtu.be/7XNVciuHvdo e https://youtu.be/VlClmbfalIA. Acesso em: 15 fev. 2023.

Fonte: Acervo do Fórum das Juventudes da Grande BH.

- **Plataforma Baculejo (2020)**

Elaborada a partir de uma série de encontros de formação e colaboração com coletivos juvenis, a Baculejo (www.baculejo.org) é um repositório de informações úteis sobre como se proteger, denunciar e buscar apoio em casos de ser ameaçado ou sofrer violência policial. Também conta com um canal de denúncia anônima (denúncias são reportadas pelo FJ a autoridades parceiras, como o Ministério Público).

Figura 7 – Reprodução de páginas da plataforma Baculejo.




Fonte: Acervo do Fórum das Juventudes da Grande BH.

### 4.1.2. Intervenções que ocupam a cidade: o coração pulsante do Fórum das Juventudes

Ocupar: apoderar-se, tomar para si. Esse verbo é central para a ação do Fórum das Juventudes. Para fazer política e intervir na cena pública de forma marcante, é preciso construir experiências criativas de ocupação dos espaços, nos diz a cartilha Fazendo Junt@s. Desde o seu surgimento, portanto, essa rede tem um modo próprio de tornar as pautas juvenis visíveis na cidade: realizando intervenções artístico-culturais que convocam os públicos à reflexão e à conversa.

Praças, ruas, viadutos, centros culturais, parques, escolas, universidades, câmaras municipais, prefeituras, audiências públicas, conferências. O FJ se faz presente, em todo e qualquer espaço, a seu modo: preenchendo os quatro cantos com poesia, música, dança, instalações multimídia, criações visuais de coletivos juvenis de periferia – espalhando arte e celebrando a diversidade cultural das juventudes. Com esse modo performático de ocupar, as intervenções do Fórum na cidade capturam a atenção, provocam, fomentam e aquecem debates relacionados aos direitos das jovens e dos jovens.

O exemplo mais célebre e longevo desse modo de atuar do FJ é o evento "A juventude oKupa a cidade". Conforme já indicamos, o oKupa – que acontece desde 2011, sendo uma realização do FJ desde 2013 – reúne um amplo e exuberante leque de apresentações de coletivos juvenis artísticos das periferias para colocar na cena pública a denúncia das violências.

Em seu nome, o evento se apropria do termo anarquista “okupa”, associado por sua vez ao movimento dos “okupas”, nascido em diversos países da Europa nos anos 1960, quando grupos juvenis de orientação anarquista ocuparam imóveis vazios para fins de moradia e de realização de atividades artísticas, culturais e de mobilização política.

Antonio Cleber Rudy (2019) explica que os okupas eram ocupações urbanas singulares e que a grafia da palavra com k assinalava a especificidade em relação às demais ocupações, que se voltavam especificamente à questão da moradia. Os okupas iam além: a proposta era, ao ocupar os imóveis, reivindicar e experimentar também outra perspectiva de cidade e de cidadania, calcada em ideais libertários. A ação era a um só tempo política, artística e cultural.

O oKupa, nas três primeiras edições, no período em que foi realizado pelo OJ/UFMG, aconteceu nos arredores da Praça da Estação, que fica no hipercentro de Belo Horizonte. Na quarta e na quinta edições, em 2013 e 2014, quando se tornava uma ação do Fórum, o evento ainda permaneceu no hipercentro da capital mineira, e voltou-se a lançar e disseminar as peças e atividades da campanha Juventudes contra violência. Mas, a partir de 2015, o FJ torna o evento descentralizado, deslocando-o da região central de BH para territórios periféricos da RMBH. Há uma preocupação em fazer dele um grande mote de mobilização das juventudes: desde que foi assumido pelo Fórum, o evento oKupa é um encontro de culminância de um longo processo, que dura de seis meses a um ano, de diagnósticos participativos, formações e debates levados pelos coletivos juvenis aos mais variados territórios.

Desde a quarta edição, o evento também conta com o oKupinha, que é um espaço de cuidado com as crianças, criado por voluntárias e voluntários da rede do Fórum para possibilitar que as jovens mães possam participar do evento com tranquilidade.

**a. Histórico dos oKupas**

As três primeiras edições aconteceram nos anos de 2011, 2012 e 2013, com discussões relacionadas às diversas formas de participação e expressão juvenil na denúncia às violações de direitos e na reivindicação por políticas públicas. Os eventos começavam com debates em espaços da universidade (Centro Cultural UFMG e Conservatório de Música da UFMG), no hipercentro de BH. Depois, havia um cortejo até o viaduto Santa Tereza (também localizado no hipercentro de BH), onde acontecia o Duelo de MCs, realizado pelo coletivo Família de Rua, evento simbólico da ocupação dos espaços públicos centrais pelas culturas juvenis de periferia. Sob o viaduto, acontecia um grande encontro artístico, com apresentações de grupos ligados, sobretudo, ao hip-hop.

O quarto e o quinto oKupas ocorreram no espaço cultural CentoeQuatro (localizado na Praça da Estação, também no hipercentro de BH), em 2013 e 2014. Os dois eventos foram grandes encontros de lançamento e debates em torno da campanha Juventudes contra violência. A partir de então, o evento passa envolver, também, um amplo percurso prévio, incluindo tanto a construção participativa da proposta, quanto debates e processos formativos relacionados ao tema em pauta.

Da sexta à nona edições (2014 a 2019), a tônica foi a descentralização e o oKupa deslocou-se para as periferias da RMBH, tendo sido realizado nas seguintes localidades: Santa Luzia (6º oKupa, 2016), Barreiro/BH (7º oKupa, 2017; vale destacar que os encontros de preparação envolveram juventudes das regiões belorizontinas Leste, Oeste e Barreiro), Ibirité (8º oKupa, 2018); espaço público localizado entre as ocupações Rosa Leão e Helena Greco, no bairro Jaqueline, em BH (9º oKupa, 2019).

Suspenso em 2020 e 2021, em função da pandemia da Covid-19, o oKupa chegou à sua décima edição, em 2022, com as propostas de fazer um balanço da mobilização construída em dez oKupas e de comemorar os 18 anos de vida do Fórum. Para isso, tornou a ocupar o hipercentro de BH, dando visibilidade às lutas juvenis junto à cidade ao levar a mostra e o evento de culminância mais uma vez à Praça da Estação – dessa vez, ao Teatro Espanca, que é um espaço de referência para a cultura alternativa em BH.

## b. Cronologia dos oKupas

Figura 8 – Flyer do oKupa 1.

**A juventude ocupa a cidade?**

**1º oKupa**

**Data:** 08/04/2011

**Locais:** Centro Cultural UFMG e Viaduto Santa Tereza (hipercentro de BH)

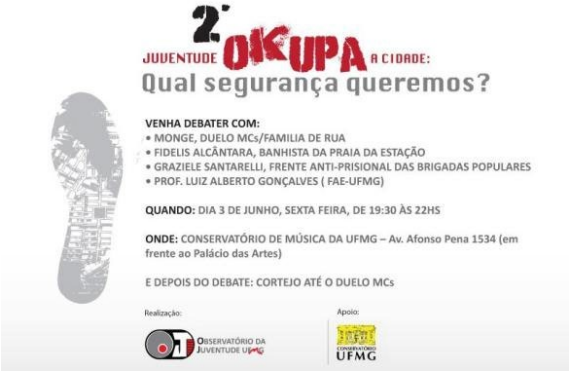
**Realização:** OJ/UFMG

**Apoio:** Centro Cultural UFMG.

Fonte: Acervo do Observatório da Juventude da UFMG.

**Sinopse:** Reuniu debate sobre direitos das juventudes no Centro Cultural UFMG, performance cênica e cortejo até o viaduto Santa Tereza, culminando num Duelo de MCs (tradicional batalha de rimas de rappers realizada pelo coletivo Família de Rua em tal viaduto).

Figura 9 – Flyer do oKupa 2.




## Qual segurança queremos?

## 2º oKupa

**Data:** 03/06/2011

**Locais:** Conservatório de Música da UFMG e Viaduto Santa Tereza (hipercentro de BH)

**Realização:** OJ/UFMG

**Apoio:** Conservatório de Música da UFMG

Fonte: Acervo do Observatório da Juventude da UFMG

**Sinopse:** Teve início no Conservatório, com debate sobre o modelo de segurança pública calcado em criminalização, aprisionamento e assassinato em massa da juventude negra. Em seguida, foi realizado cortejo até o viaduto Santa Tereza, culminando num Duelo de MCs.

Figura 10 – Cartaz do oKupa 3.

## Qual é o seu grito?

## 3º oKupa

**Data:** 13/04/2012

**Locais:** Centro Cultural UFMG e Viaduto Santa Tereza (hipercentro de BH)

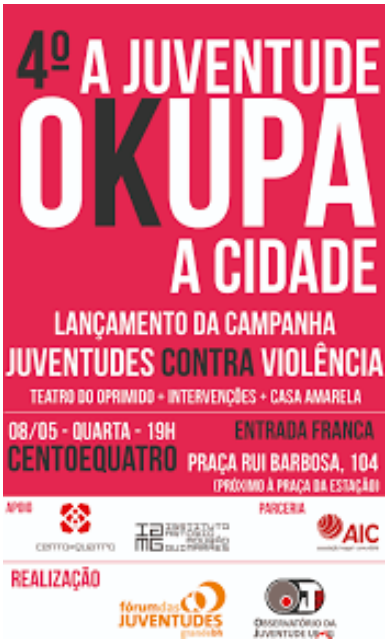
**Realização:** OJ/UFMG e Fórum das Juventudes

**Apoio:** Centro Cultural UFMG

Fonte: Acervo do Observatório da Juventude da UFMG.

**Sinopse:** Teve início no Centro Cultural, com debate sobre as diversas formas de violência cometidas contra as juventudes. Em seguida, cortejo seguiu até o viaduto Santa Tereza, culminando num Duelo de MCs.

Figura 11 – Cartaz do oKupa 4.




Fonte: Acervo do Fórum das Juventudes da Grande BH.

## Juventudes contra violência

## 4º oKupa

**Data:** 08/05/2013

**Local:** Espaço Cultural CentoeQuatro (hipercentro de BH)

**Realização:** Fórum das Juventudes

**Apoio:** AIC, OJ/UFMG, Instituto C&A, Gráfica e Editora O Lutador.

**Sinopse:** Encontro de lançamento da campanha Juventudes contra violência. Teve um público de mais de 400 pessoas (em sua maioria, juventudes periféricas; jovens das ocupações urbanas Dandara e Guarani-Kaiowá estiveram presentes; representantes do poder público, como o subsecretário estadual de juventude, compareceram) e reuniu mais de 30 organizações e coletivos que aderiram à campanha e se somaram ao evento. Performances: MC Kdu, MC Russo, coletivos As Mina Rima e Casa Amarela (improviso, rimas e dança), Concerto para o Erro (poesia, imagens e projeção, com Renato Negrão), cena curta de Teatro do Oprimido, miniestúdio de fotografia (com cenário inspirado na identidade visual da campanha), intervenções em grafite. A edição contou com transmissão online ao vivo pelo coletivo Conexão Periférica.

Figura 12 – Flyer do oKupa 5.

Fonte: Acervo do Fórum das Juventudes da Grande BH.

## Fazendo política além dos limites

## 5º oKupa

**Data:** 25/04/2014

**Local:** Espaço Cultural CentoeQuatro (hipercentro de BH)

**Realização:** Fórum das Juventudes

**Apoio:** AIC, OJ/UFMG, JUVIVA, Instituto C&A, CentoeQuatro

**Sinopse:** Teve como temática o direito das juventudes à participação social por meio de diferentes formas de ocupação do espaço urbano. Performances: grupo IP4:20 (Barreiro/BH), Praça Hip Hop (Venda Nova, BH), Bloco das Pretas (várias regiões de BH), Família Vandal (Santa Luzia), As Mina Rima (Contagem), Sarau do Vagal e Grupo de Teatro Deunateia (Nova Lima). O evento marcou o lançamento do jogo oKupa, ferramenta lúdica de discussão de entraves e possibilidades de ação política das juventudes, peça ligada à campanha Juventudes contra violência.

Figura 13 – Flyer do oKupa 6.

Fonte: Acervo do Fórum das Juventudes da Grande BH.

## Onde a quebrada se junta!

## 6º oKupa

**Data:** 09/05/2015

**Local:** Praça da Savassi (Palmital – Santa Luzia) – é o primeiro oKupa descentralizado.

**Realização:** Fórum das Juventudes

**Parceria:** Instituto Tucum (Santa Luzia)

**Apoio:** OJ/UFMG e Instituto C&A

**Sinopse:** Chamou a atenção para a invisibilidade e o precário acesso das juventudes periféricas aos direitos. Foram realizadas performances de grupos juvenis da RMBH de dança, rap, poesia, percussão, intervenções circenses, capoeira, teatro, videocabine e grafite.

Figura 14 – Flyer do oKupa 7

Fonte: Acervo do Fórum das Juventudes da Grande BH.

## Um rolê por direitos

## 7º oKupa

**Data:** 08/07/2017

**Local:** Pista de Skate do Barreiro (BH)

**Realização:** Fórum das Juventudes

**Patrocínio:** Lei Municipal de Incentivo à Cultura de BH / Fundo Municipal de Cultura de BH – é o primeiro oKupa com recursos de tal lei

**Apoio:** AIC e Oficina de Imagens

**Sinopse:** Concebido e desenvolvido em diversos encontros colaborativos com coletivos das regiões Leste, Oeste e Barreiro (BH), discutiu os temas propostos por tais juventudes: desvalorização da cultura das quebradas, violência policial, preconceito territorial, gênero, espaços com a cara das juventudes e transporte público. Grupos juvenis da RMBH realizaram atividades de dança, rap, funk, poesia, skate, patins, grafite, entre outras atrações.

Figura 15 – Cartaz do Okupa 8.

Fonte: Acervo do Fórum das Juventudes da Grande BH.

## Onde as lutas se encontram

## 8º oKupa

**Data:** 29/09/2018

**Local:** Praça Nossa Senhora de Lourdes (Ibirité)

**Realização:** Fórum das Juventudes

**Parceria:** Coletivo Terra Firme (Ibirité)

**Apoio:** OJ/UFMG, AIC e Fundo Brasil Direitos Humanos

**Sinopse:** O evento teve como tema a violência institucional, ou seja, a violência cometida contra as juventudes por agentes e órgãos do poder público. Nesse 8º oKupa, foram lançadas a plataforma RE-JUNTE: Rede de Apoio e Promoção de Direitos das Juventudes; conteúdos atualizados dos dez eixos da plataforma Juventudes contra violência, e a campanha Caso de Polícia, também integrante da plataforma. Além disso, grupos juvenis da RMBH realizaram intervenções cênicas e poéticas, e apresentações musicais (rap, funk, pagode, reggae, rock) e intervenções visuais.

## oKupar os direitos!

## 9º oKupa

**Data:** 21/09/2019

**Local:** Praça Roman Laranja (Campinho do Ubirajara), entre as ocupações Rosa Leão e Helena Greco, no Bairro Jaqueline (BH)

**Realização:** Fórum das Juventudes

**Patrocínio:** Lei Municipal de Incentivo à Cultura de BH

**Parceria:** Jovens das ocupações Dandara, Rosa Leão e Eliana Silva

**Apoio:** AIC, OJ/UFMG, Instituto Macunaíma, das Brigadas Populares, do MLB, do Observatório das Quebradas, da Nossa BH, do Internet sem Fronteiras e de Túlio Nobre

Figura 16 – Flyer do oKupa 9.

Fonte: Acervo do Fórum das Juventudes da Grande BH.

**Sinopse:** Reuniu expressões culturais das juventudes das ocupações urbanas Dandara, Rosa Leão e Eliana Silva e discutiu o direito à moradia digna. Teve colaborações de: Coletivo Terra Firme (Ibirité), Batalha da Rocha (Ibirité), Coletivo Flores do Beco (Betim), Cooperativa Muda (Betim), Coletivo Nosso Sarau (Sarzedo), Academia TransLiterária (Belo Horizonte), SLAM Valores de Minas (Região Metropolitana), REJUDES (Região Metropolitana), Coletiva Manas (Belo Horizonte) e Roleta Crew (Betim).

Figura 17 – Cartaz nº 1 do oKupa 10

Fonte: Acervo do Fórum das Juventudes da Grande BH

Figura 18 – Cartaz nº 2 do oKupa 10.

Fonte: Acervo do Fórum das Juventudes da Grande BH

## Garantir os presentes, coletivar os futuros

## 10º oKupa

**Data:** 18/09/2022

**Local:** Teatro Espanca (hipercentro de BH)

**Realização:** Fórum das Juventudes

**Patrocínio:** Lei Municipal de Incentivo à Cultura de BH

**Parceria:** Jovens das ocupações Dandara, Rosa Leão e Eliana Silva

**Apoio:** AIC, Muquifu e Vira Filmes

**Sinopse:** Primeiro oKupa após o período de isolamento social e restrição à circulação impostos pela pandemia, foi realizado na Praça da Estação (BH), mas reuniu um amplo leque de juventudes da região metropolitana (vide programação acima). O tema foi o direito das juventudes à circulação pela cidade com liberdade, segurança e acesso a serviços e equipamentos públicos.

A combinação entre as linguagens e culturas juvenis e o debate dos direitos das juventudes, como vimos destacando, é marca registrada do Fórum. É assim que ele, para além do grande evento oKupa, se apropria do espaço do debate público sempre que um tema importante está em questão. Alguns episódios de ocupação de espaços com arte e reivindicação política podem ser identificados no breve mosaico de imagens, a seguir.

Figura 19: Banners de intervenção em Audiência Pública na Câmara Municipal de BH sobre o Genocídio da Juventude Negra (27/04/2015).

Fonte: Acervo do Fórum das Juventudes da Grande BH.

Figura 20 – Cartazes com silhuetas representando jovens que não tiveram condições de estar na audiência pública sobre o Genocídio da Juventude Negra (27/04/2015)[100].

Fonte: Acervo do Fórum das Juventudes da Grande BH.

[100] As silhuetas de jovens ausentes sinalizam que o evento aconteceu em horário e local pouco acessíveis à juventude periférica. Intervenções com as silhuetas de jovens ausentes, com o objetivo de sinalizar essa interdição à participação, são recorrentes na trajetória do Fórum

Figura 21 – Intervenções com performances de poesia e dança realizadas no Seminário "Segurança cidadã em Belo Horizonte" (Câmara Municipal de BH, 29/09/2017).

Figura 22 – Cartaz da intervenção artística "Juventudes em Luta" (Praça da Estação, 26/09/2017).

Fonte: Acervo do Fórum das Juventudes da Grande BH.

Figura 23 – Intervenção artística "Juventudes em Luta" (Praça da Estação, 26/09/2017)[101].

Fonte: Acervo do Fórum das Juventudes da Grande BH.

[101] Liderada pelo Fórum, a intervenção teve ações de mídia tática como o "projetaço" – a projeção, no espaço e em corpos dos jovens, de frases relacionadas a pautas de luta.

Figura 24 – Estandartes com palavras-chave do Fórum
que são espalhados nos espaços das intervenções.

Fonte: Acervo do Fórum das Juventudes da Grande BH.

É importante mencionar, por fim, que o Fórum das Juventudes fez parte de uma ação de ocupação de espaço público nos moldes mais tradicionais: a ocupação do CRJ, Centro de Referência das Juventudes de BH, que aconteceu de 23 de maio a 20 de junho de 2016, como medida extrema para exigir a abertura imediata e a gestão compartilhada do espaço, depois de dez anos de tentativas infrutíferas de diálogo com o poder público municipal – governo de Belo Horizonte – e estadual – governo de Minas Gerais.

A ocupação do CRJ foi liderada pelo Fórum e por dois outros movimentos juvenis com viés mais político-partidário: a UJS (União da Juventude Socialista), e a UNE (União Nacional dos Estudantes) / UMES União Municipal dos Estudantes Secundaristas de Belo Horizonte. O FJ teve o importante papel de fazer mediações e construir diálogos entre os jovens que ocuparam o prédio (especialmente nos numerosos momentos de conflito que ocorreram), bem como com parceiros capazes de fazer pressão junto ao poder público municipal para que as reivindicações fossem aceitas (como o Ministério Público e a UFMG).

Também coube principalmente ao Fórum o desenvolvimento de ações sistemáticas de divulgação da ocupação em um documentário, notas em redes sociais e assessoria de imprensa. O CRJ só passou a funcionar de forma efetiva e a estabelecer algum diálogo com as juventudes da cidade após a ocupação – nas negociações, a PBH concordou com a criação de um conselho gestor com representações juvenis.

Figura 25 – Atividades culturais realizadas durante a Ocupação do CRJ.

Fonte: Acervo do Fórum das Juventudes da Grande BH.

Naquele ano de 2016, diversas ocupações se espalhavam pelo país em protesto ao golpe do impeachment da presidenta Dilma Rousseff e à PEC 55/2016.[102] O Fórum apoiou cerca de 20 ocupações de escolas públicas de BH, realizando oficinas curtas de audiovisual e produzindo documentários sobre as propostas, reflexões e o cotidiano daquelas mobilizações, e ainda sobre as reivindicações em curso.

### 4.1.3. Atividades transversais participativas e colaborativas

Os ciclos, campanhas e plataformas, bem como as intervenções de ocupação dos espaços públicos, que são os eixos articuladores da atuação do Fórum das Juventudes, têm um modo próprio de construção: todos esses processos são calcados em atividades participativas e colaborativas que conjugam criação (concepção e desenvolvimento de ações e produtos), mobilização das juventudes e formação política.

Há, portanto, um conjunto de atividades que são transversais a todas as ações do FJ. São elas: os encontros e as imersões, os diagnósticos participativos e os processos formativos.

#### a. Encontros e imersões: planejamento participativo

Desde o ano de 2012, ao menos uma vez por ano, o FJ realiza um "encontro ampliado" (aberto a toda a rede), cujo propósito é promover interações e trocas entre os e as integrantes, avaliar as ações em curso e planejar as linhas de ação. Geralmente planejados e organizados também de forma participativa, tais encontros costumam ser de longa duração. Às vezes, duram várias horas ou um dia inteiro.

Quando se faz necessário realizar reflexões e planejamentos ainda mais aprofundados, envolvendo decisões sobre amplas diretrizes, são realizados os chamados "encontros imersivos", que reúnem os ativistas e grupos mais atuantes da rede. As pessoas que ouvi na construção desta tese destacam as imersões como momentos muito especiais, ricos em interações; como oportunidades de conhecer e aprender com os demais, entabular conversas importantes e, a partir daí, pensar os rumos do FJ de forma aprofundada. As imersões costumam durar entre dois e três dias.

[102] Aprovada pelo Congresso em 13/12/2016, a Proposta de Emenda à Constituição 55/2016 limitou o aumento dos gastos públicos à variação da inflação – o que, na prática, significou uma expressiva redução nos investimentos públicos nas áreas de saúde e educação. Durante todo o tempo da tramitação da emenda, houve grande mobilização da sociedade civil para tentar barrar a PEC, sem sucesso.

Os encontros ampliados e as imersões geralmente têm, na programação, várias atividades de integração da rede: dinâmicas de interação entre as pessoas, vivências lúdicas e culturais, atividades de compartilhamento de saberes entre os coletivos. Esses encontros têm, ainda, momentos de construção e de sistematização de avaliações de atividades ou ciclos anteriores e de concepção e planejamento de ações futuras. Essas avaliações e esses planejamentos costumam ter facilitadores (integrantes do próprio Fórum ou colaboradores de entidades parceiras), que estimulam a participação de todos. As ideias e propostas vão sendo construídas e sistematizadas em tarjetas coloridas, cartazes de papel kraft, varais com folhas de papel A4 penduradas. Os modos de registro e sistematização variam, mas o principal aspecto é serem processos bem simples e visuais, e o clima de abertura e acolhida às contribuições de todos e todas.

- **Cronologia dos encontros imersivos desde a retomada do Fórum**

| Datas e locais | Pautas e atividades |
|---|---|
| 3 e 4/08/2013 – sítio em Rio Acima (município da RMBH) | Criação de um grupo gestor com os objetivos de orientar o trabalho da secretaria executiva e coordenar as ações cotidianas, constituído por quatro organizações (AIC, Brigadas Populares, Observatório da Juventude da UFMG e Oficina de Imagens) e três jovens autônomos. |
| 16, 17 e 18 de maio de 2014 – sítio em Mário Campos (município da RMBH) | Ampla análise de conjuntura das PPJs, concepção da plataforma política Juventudes contra violência. |
| 19 a 21 de fevereiro de 2016 – sítio em Mário Campos | Definições sobre linhas de atuação referentes a mobilização, formação interna e externa; planejamento do oKupa 2016. |
| 23 a 25/03/2018 – sítio em Mário Campos | Encontro de preparação do 8º oKupa, reuniu 50 jovens de dez coletivos. Permeado por trocas, tratou das violências institucionais que atingem as juventudes e das formas de resistência criadas pelos coletivos juvenis frente a tais violências. Contou com rodas de conversa, grupos de trabalho, atividades de Teatro do Oprimido e momentos culturais. |
| 16 a 18/08/2019 – Escola Sindical (Barreiro, BH) | *II Encontro Imersivo do Projeto Juventudes Contra o Genocídio: formAção em Redes*. Discussão da temática "Direito à Cidade: mobilidade e moradia" e planejamento do oKupa. Contou com oficinas nas seguintes linguagens culturais: teatro do oprimido, performance e produção de sarau; além de noite cultural. |
| 25 a 27/10/2019 – Escola Sindical | *II Encontro Imersivo do Projeto Juventudes Contra o Genocídio: formAção em Redes*. As discussões tiveram como eixo o tema "Bem Viver". As juventudes participaram de experiências de valorização do alimento, da terra e do corpo. |

**b. Diagnósticos participativos**

Diagnóstico é, em linhas gerais, um processo de identificação e análise de um problema. Diagnóstico participativo, por extensão, é um processo no qual a própria coletividade afetada por determinado problema atua no processo de análise e de produção de conhecimento sobre ele. O estudioso do tema Ailton Dias Santos (2005) indica que o diagnóstico participativo é, ainda, um processo progressivo de reflexão sobre a realidade vivida, que muitas vezes tem o objetivo de mobilizar os atores sociais concernidos, de convocá-los a agir: a planejar e "disparar" ações coletivas voltadas ao enfrentamento do problema.

O Fórum das Juventudes utiliza amplamente o diagnóstico participativo como processo de produção, pelos próprios jovens e coletivos juvenis, de conhecimento acerca de problemas das juventudes. Os propósitos de fomentar o pensamento crítico e de mobilizar são marcas dos diagnósticos que realiza – os quais, usualmente, são o primeiro passo para o desenvolvimento de um determinado ciclo de ações, como as campanhas temáticas.

Para realizar esse tipo de diagnóstico de modo coerente com seu propósito democrático, o FJ utiliza uma estrutura metodológica participativa, que detalharemos logo adiante.

**c. Processos formativos**

Os processos formativos estão entre as ações principais do Fórum das Juventudes. Quem convive com o Fórum ou dele participa sabe o quanto esses processos, além de serem o alicerce das campanhas, das plataformas e do oKupa, são uma grande força do FJ em sua relação com os públicos: são uma frente de ação que legitima o FJ no cenário local e nacional.

Pessoalmente, pude perceber, em mais de dez anos dividindo o espaço com a Secretaria Executiva (posto que AIC e Fórum funcionam em espaços compartilhados desde 2011), a abundância de atividades formativas criadas pelo Fórum como elemento de articulação e de qualificação da ação de sua rede de integrantes – e, ainda, como um modo de levar os debates a outras redes. São inúmeros e constantes os convites para que os integrantes do FJ realizem ações formativas junto a organizações parceiras. Os convites partem de todo o tipo de instituição e coletivo, abrangendo da sociedade civil às empresas e ao poder público. Atender a essa intensa demanda sempre foi muito desafiante, mas nunca deixou de ser um compromisso da rede.

Essas ações são fundamentais para que o Fórum possa se multiplicar. E multiplicar, palavra importantíssima para os integrantes do FJ, tem mesmo um significado muito próximo ao do verbo formar. Nas conversas feitas para a tese, pude notar que multiplicar a causa e ampliar a presença do Fórum das Juventudes significa, para quem dele participa, a ação de formar pessoas capazes de levar a ação da rede a outros contextos.

Os integrantes do FJ também contam, na cartilha Fazendo Junt@s, que a ação de educar os vincula ao Fórum, pois veem nela um caminho para acreditar na transformação social; na história como tempo de possibilidade, e não de determinismo. E os processos educativos, avaliam, são valiosíssimos para todos os que se envolvem – sobretudo, porque deslocam quem participa de lugar, abrem caminho a novos olhares e atitudes.

Vale lembrar que os nomes aqui agrupados sob a expressão "processos formativos" são variados: formação, atividade formativa, encontro formativo, oficina. Mas, qualquer que seja o nome dado, o sentido é o de encontros nos quais as pessoas se apropriam de conhecimentos relacionados ao ativismo do Fórum ao longo de um percurso de atividades calcadas nos princípios da educação popular, que é um pilar metodológico da rede.

O Fórum das Juventudes defende que a ação educativa deve partir dos saberes das experiências concretas de quem participa, gerar conhecimentos para cada um e cada uma e, principalmente, fazer emergirem saberes coletivos. Compreendendo os jovens em sua dimensão política e a profunda conexão entre o envolvimento, as interações, as trocas e a construção de posicionamento crítico, o FJ também acredita que os processos educativos precisam ir muito além dos espaços institucionais, como as escolas, e acontecer nos mais variados contextos de sociabilidade em que esses jovens se inserem.

Há ainda um aspecto que a Fazendo Junt@s faz questão de ressaltar: o entendimento da rede de que processos formativos não podem ser vistos como "moeda de troca" – como meios para buscar adesão das juventudes às ideias e propostas do Fórum; mas sim como oportunidades para que elas possam problematizar questões relacionadas ao contexto de vida individual e coletivo.

Na Fazendo Junt@s, o Fórum das Juventudes, enfim, não apenas afirma sua profunda crença nos princípios da educação popular, como o faz de maneira poética, indicando que tal prática educativa é a "agulha que nutre e fortalece" a grande costura que é a rede – um tecido que entrelaça experiências e saberes: retalhos e fios com variadas cores e texturas. A ligação entre vida, compartilhamento e conhecimento é muito destacada no documento-síntese do Fórum: "Nossas vivências são nosso grande laboratório, e nossas experiências nossa grande biblioteca" (FÓRUM DAS JUVENTUDES DA GRANDE BH, 2016, p. 24-25).

### 4.1.4 Amálgama institucional

#### a. A estrutura

Como qualquer movimento social, o Fórum das Juventudes, para existir, precisa de uma estrutura de sustentação material, humana e organizacional. A estrutura material envolve itens como espaço(s) de funcionamento, equipamentos, material de consumo e outros insumos, como transporte, alimentação, internet e telefonia. Já a estrutura humana engloba uma equipe – ou seja, um grupo de pessoas, preferencialmente remuneradas, que atue de forma sistemática e perene na realização de ações de suporte ao trabalho da coletividade. A estrutura organizacional, por fim, engloba um modo coordenado de articular e gerir recursos e de se apresentar como um todo coeso, organizado e sólido: como uma entidade da sociedade civil capaz de atuar no desenvolvimento de ações de relevância social e política.

No Fórum das Juventudes, um elemento essencial dessa estrutura tem sido uma equipe profissionalizada, que tem funções de representação, articulação e comunicação institucional – a Secretaria Executiva (SE), em atividade desde 2012.

A SE recebe, faz circular entre os participantes e encaminha as demandas de representação em espaços institucionais, processos formativos, palestras, parcerias. Ela também exerce o papel de mobilizar, coordenar e dar suporte técnico às mais variadas atividades realizadas. Tem, por fim, o papel de identificar questões que mereçam a atenção do Fórum. Evidentemente, não é só a SE que realiza o papel articulador, mas a existência dela assegura que a articulação da rede aconteça de modo sistemático e perene. As funções da equipe se dividem entre mobilização, coordenação e comunicação – o que sinaliza bem as principais ações do grupo, centrais para que a rede do FJ se mantenha em movimento.

A estrutura institucional tem ainda um grupo gestor: existente desde o início das atividades do FJ, a instância é uma referência de gestão institucional hoje constituída pelo OJ, AIC, Nosso Sarau e outros diferentes coletivos, entidades e ativistas autônomos que fazem parte do Fórum desde o seu nascimento. O grupo usualmente realiza ações como: processos de seleção e contratação da SE, articulações institucionais, mediação na resolução de conflitos exacerbados.

O cotidiano institucional do FJ conta com reuniões periódicas deliberativas, abertas a toda a rede do Fórum. São reuniões, convocadas pela SE, para analisar os contextos e planejar as ações; tratar de demandas institucionais (como a participação do Fórum em grandes eventos e mobilizações); combinar e dividir tarefas relacionadas às atividades; por fim, discutir eventuais conflitos e procurar soluções para problemas de mobilização e articulação eventualmente identificados. Já as reuniões do grupo gestor são pontuais e costumam ser convocadas pela SE, quando necessário.

Cabe à SE a realização (eventualmente, contratando profissionais especializados para apoio) de ações de comunicação institucional – criação, edição, editoração, finalização, publicação de peças de divulgação impressas e multimídia que integram os ciclos das campanhas, do oKupa e das plataformas. Ela também é responsável pela produção de conteúdos sobre o Fórum para as redes sociais (grupos de transmissão de WhatsApp e perfil no Instagram[103]) e o site institucional[104]; produção e assessoria de imprensa de lançamento das campanhas e de eventos institucionais do Fórum, tais como os oKupas e debates temáticos com convidados (ativistas, pesquisadores, autoridades e políticos) sobre temas relacionados às campanhas em curso.

A SE teve, ainda, nos primeiros anos da retomada do Fórum, o papel de articular a construção e sistematizar publicações de referência, que seriam, nos anos seguintes, materiais estratégicos para a difusão dos propósitos e das metodologias. Apresentamos, a seguir, tais publicações.

- **Agenda de Enfrentamento às Violências Contra as Juventudes (2012)**

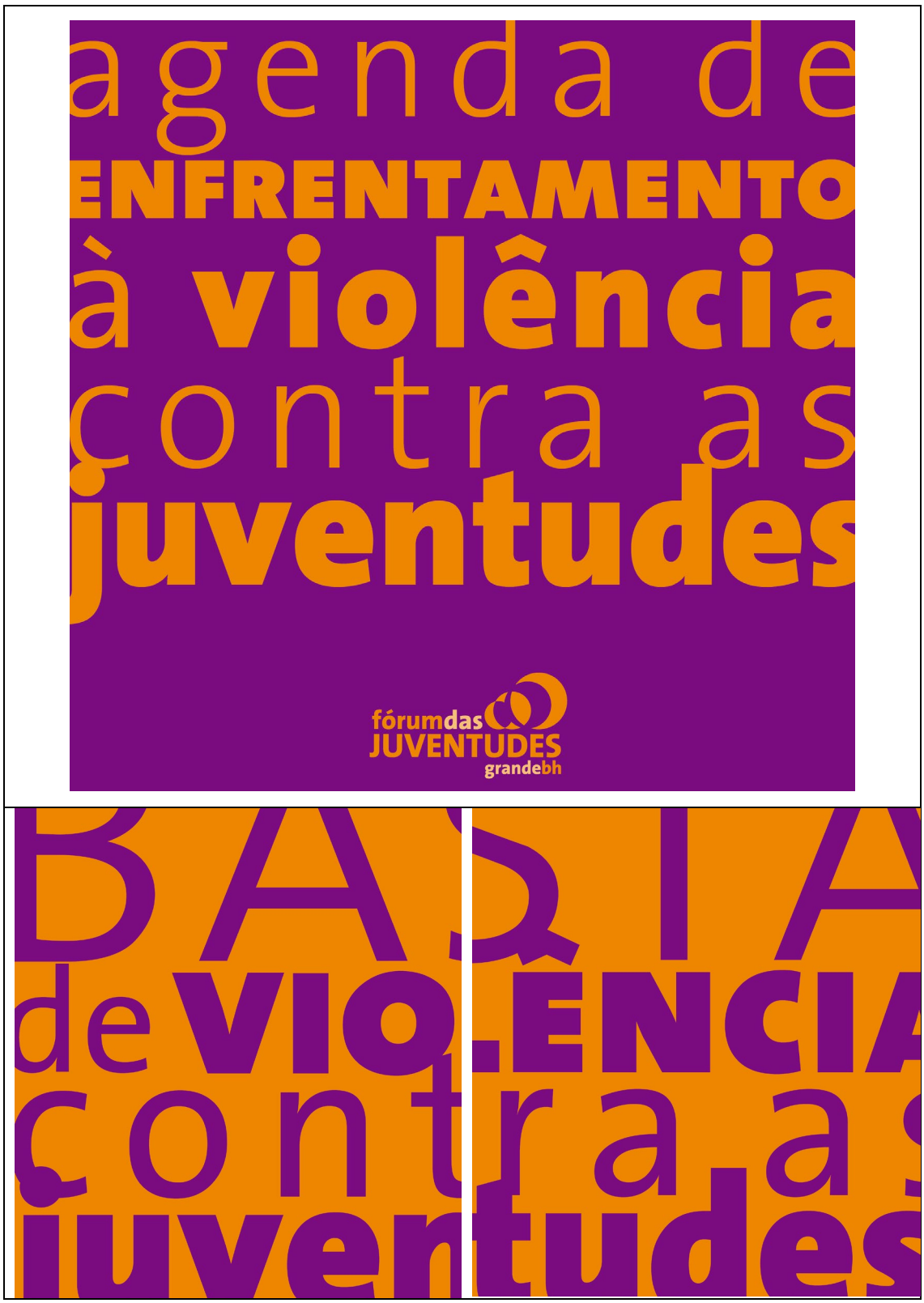
Cartilha, criada em 2012 a partir de encontros colaborativos abertos aos variados grupos da rede, que sintetizou os dados que respaldaram a escolha do tema violências como grande agregador da atuação do Fórum.

---

[103] Até 2018, a principal rede social de divulgação de notícias era o Facebook (https://www.facebook.com/forumdasjuventudesBH/?locale=pt_BR). Desde setembro de 2018, a página de Facebook reproduz conteúdos do perfil de Instagram (https://www.instagram.com/forumdasjuventudesbh/), que se tornou a rede social principal.

[104] Desde 2017, a publicação de conteúdos institucionais do Fórum é concentrada nas redes sociais e nas páginas específicas da campanha Juventudes contra violência e das plataformas. Em função disso, são raras as atualizações do site institucional geral – www.forumdasjuventudes.org.br. No primeiro bimestre de 2023, período de fechamento da pesquisa, tal site estava fora do ar. Ele foi recuperado com a ferramenta Way Back Machine. Link da página arquivada pela ferramenta: https://web.archive.org/web/20170919102445/http://forumdasjuventudes.org.br/.

Figura 26 – Páginas da Agenda de Enfrentamento à Violência Contra as Juventudes (2012).



A cidade oficial parece não se dar conta da tragédia cotidiana que são os diversos tipos de violência contra as juventudes. Será preciso maltratar e dizimar toda uma geração para que essa realidade se torne visível? Quantos homens e mulheres jovens ainda serão sacrificados até que o Estado resolva tomar providências efetivas para conter os vários casos de abuso, agressão e extermínio que ocorrem diariamente?

Nós, do Fórum das Juventudes da Grande BH, não toleramos essa situação. Por isso gritamos pela vida, pela dignidade, pela integridade da juventude. E acreditamos que é possível virar o jogo. Desde o início de 2012, quando decidimos levantar a bandeira pelo fim da violência contra as juventudes, estamos mobilizados e mobilizadas para sensibilizar as pessoas e construir estratégias de enfrentamento ao problema, pautando a sociedade civil e o poder público. Em abril de 2012, demos um importante passo nesse sentido: realizamos, em parceria com o Observatório da Juventude da UFMG, o evento *"A Juventude oKupa a Cidade: qual é seu grito?"*, que chamou a atenção para as diversas formas de violência cometidas contra os e as jovens na capital.

A partir das questões discutidas no evento e de reflexões e pesquisas posteriores, elegemos alguns temas para iniciarmos o debate acerca das violências sofridas pelos jovens em nossa cidade. Reunimos, neste documento, informações que mostram a extensão e a gravidade desse fenômeno em Belo Horizonte e Região Metropolitana. Vamos além dos números e posicionamos nossa compreensão sobre o que está se passando, tendo em vista as lutas pelos direitos das juventudes que o Fórum e os movimentos sociais e entidades que ele agrega acumularam nos últimos anos.

Sabemos que a pauta da violência não se restringe às questões aqui apresentadas. Tomamos a palavra em seu sentido amplo - ou seja, entendemos violência como a não garantia de direitos. A proposta deste documento é apontar algumas vulnerabilidades e suscitar um debate amplo e franco que possa envolver poder público, universidades e sociedade civil. Mais do que dar visibilidade e denunciar violações de direitos, nosso intuito é reivindicar políticas públicas que possam reverter o quadro atual. A nossa intenção, assim, é evidenciar o problema e colocá-lo em pauta no debate público.

JUVENTUDES vulneráveis

O Índice de Vulnerabilidade Juvenil à Violência (IVJ) revela que a realidade da Grande Belo Horizonte é preocupante. Para o ano de 2007, o IVJ de Betim é classificado como muito alto e figura em 17º lugar no ranking, entre todas as 266 localidades analisadas – destas, quatro municípios da Região Metropolitana tiveram índices classificados como médios: Ibirité, Ribeirão das Neves, Contagem e a própria capital [1].

[1] O índice abrange pessoas de 12 a 29 anos (portanto, adolescentes e jovens) e sua composição levou em conta quatro variáveis: violência (homicídios e acidentes de trânsito), características individuais (como escolaridade e uso de drogas), contexto socioeconômico (renda, desigualdade e escolaridade) e segurança pública. O IVJ foi desenvolvido pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, em parceria com a Fundação Feade, para todos os municípios brasileiros com mais de 100 mil habitantes.

ADOLESCENTES em conflito com a LEI

JOVENS em privação de LIBERDADE

SAÚDE é DESAFIO

~~VIOLÊNCIA~~ CONTRA as mulheres jovens

HOMOFOBIA orçamento

NÃO PARA por AQUI

Fonte: Acervo do Fórum das Juventudes da Grande BH.

- **Kit/Jogo oKupa (2014)**

O kit oKupa reúne uma cartilha e um jogo cooperativo que problematizam situações de violação de direitos e fomentam a reflexão acerca de possibilidades de promoção da cidadania de adolescentes e jovens em contextos urbanos. A brincadeira funciona da seguinte forma: três ou quatro grupos devem ocupar espaços públicos de uma cidade-tabuleiro, inicialmente fechados, reunindo cartas de recursos de "desenvolvimento integral", "qualidade de vida", "política e justiça" e "acesso à cidade". Para ganhar esses recursos, os jogadores precisam resolver desafios ligados a violações de direitos da juventude e à promoção da cidadania. O grupo vencedor é aquele que consegue abrir primeiro três espaços que lhe foram designados, por sorteio, no início do jogo. O material foi concebido e elaborado pelo Fórum ao longo de um intenso trabalho colaborativo que durou oito meses e envolveu dezenas de jovens participantes de grupos da Grande BH, além de educadores/as e profissionais que atuam com juventudes.

Os grupos atuaram na concepção do jogo, em parceria com profissionais especializados no desenvolvimento de materiais lúdicos, e, em seguida, jogaram (testaram e aprimoraram protótipos). A SE esteve à frente da articulação dos parceiros para a viabilização da ação, do processo de criação dos materiais básicos e, depois, da criação e ajustes no material final, em parceria com os especialistas parceiros.

Figura 27 – Kit do jogo oKupa.

Fonte: Acervo do Fórum das Juventudes da Grande BH.

- **Fazendo Junt@s: Experiências e Metodologias do Fórum das Juventudes da Grande BH (2016)**

A publicação, que foi criada numa oficina colaborativa, faz um breve apanhado do histórico de luta do Fórum pelos direitos das juventudes, num contexto de emergência e institucionalização das políticas públicas de juventude no Brasil. Em seguida, apresenta princípios, metodologias e práticas do FJ relacionadas aos principais eixos de atuação da rede: comunicação, mobilização, educação popular e incidência política.

A cartilha conta ainda com um encarte: página A3 com um conjunto de verbetes-chave sobre a ação do Fórum. Num lado da folha, tais verbetes são apresentados como peças de um jogo de dominó, de modo a indicar as conexões entre eles. No outro lado, são apresentadas caixas de texto com conceituações sintéticas dos verbetes.

Figura 28 – Capa e página 1 da cartilha Fazendo Junt@s.

Fonte: Acervo do Fórum das Juventudes da Grande BH.

**b. Caminhos de estruturação**

Em diferentes momentos históricos, o Fórum assumiu arranjos específicos de sujeitos, forças e ações. Por meio dessa plasticidade, criou as condições necessárias para que a vida não parasse de pulsar. Afinal, a vida só se mantém se o organismo vivo não se cristaliza: se transforma em congruência com o meio, como bem nos ensinam Maturana e Varela. Para que ela – a vida – se conserve, o ser vivo, ao longo do fluir das interações, se adapta e se reconfigura.

Nos primeiros anos (2004 a 2007), no pátio e nas amplas salas do casarão antigo do Centro Cultural UFMG, os principais integrantes eram os participantes do Programa de Formação de Agentes Culturais Juvenis, a equipe de professores de tal programa, a equipe da AIC e outras organizações com atuação junto a jovens. Não por acaso, o nome da rede era "Fórum de Entidades e Movimentos Juvenis".

Todos aqueles sujeitos estavam interessados em incidir no cenário de debate e articulação inéditos em torno dos direitos das juventudes e das políticas públicas de juventude (PPJ). Foi um período efervescente, com seminários para conhecer e trocar experiências, muitos encontros para debater e construir juntos estratégias para incidir nos emergentes espaços de construção das PPJs, articulações entre os coletivos para somar forças e realizar ações culturais nos territórios. Processos coletivos de experimentação midiática também estavam em pauta, especialmente envolvendo as produções da Rede Jovem de Cidadania (rede de comunicação comunitária juvenil da RMBH, que a AIC desenvolvia), e buscavam dar visibilidade aos coletivos, às questões das juventudes periféricas e aos debates da dimensão política.

De 2009 a 2011, no âmbito nacional, as bases das PPJs já haviam sido instituídas, ainda que com muitas limitações. No âmbito da RMBH, as possibilidades de diálogo com o poder público para a construção participativa de políticas locais haviam se esgotado. O viés da política institucional havia chegado em seu limite. Diante de um beco sem saída, o Fórum foi ficando sem condições para se movimentar, até que paralisou. Mas, como já indicamos, não era morte: era uma hibernação.

No final de 2011, num dos momentos de maior impermeabilidade do poder público à participação juvenil em Belo Horizonte, diferentes sujeitos do Fórum percebem que é hora de se reagrupar e de inventar novos jeitos de fazer política. Compreendem, ainda, a importância de assegurar uma estrutura mínima de funcionamento.

Surgem ações de mobilização de recursos, uma delas é bem-sucedida (parceria com o Instituto C&A) e, assim, é criada uma equipe profissionalizada para a articulação

e a mobilização: a Secretaria Executiva. Na sequência, a construção colaborativa de campanhas, intervenções nos espaços, eventos e processos formativos passa a ser a tônica do Fórum. A busca pelo protagonismo das juventudes se traduz num novo nome: Fórum das Juventudes da Grande BH. Os coletivos juvenis fomentados nos primeiros anos haviam se consolidado e se multiplicado, e esses sujeitos passam a assumir, junto com as organizações mais antigas, o importante papel de dar o tom das ações.

Diferentes gerações de integrantes da Secretaria Executiva se constituíram desde 2011. Cada uma delas teve um estilo próprio e, com isso, realizou diferentes processos de articulação e mobilização. Além disso, o Fórum, desde 2015, tem como prioridade sair de BH e realizar ações com coletivos das periferias das cidades do entorno. Com isso, a rede foi se tornando cada vez mais plural e descentralizada, passando a abranger uma variedade muito maior de coletivos e a contar com uma participação muito expressiva de ativistas autônomos.

O FJ é uma coletividade que, para manter-se viva, está sempre em transformação: é um fluir de experiências de interação, é um corpo coletivo que se renova a cada "geração" que o integra. Contudo, o medo de engessamento, de institucionalização excessiva, é mencionado por diversos dos integrantes. Em função desse medo (acredito eu), foi feita a opção por não formalizar a rede; por não criar uma instituição com CNPJ próprio.

A opção pela não formalização, no entanto, é contraditória. Afinal, para ações concretas – como receber recursos financeiros, contratar e remunerar as pessoas da Secretaria Executiva, viabilizar as ações – é preciso que entre em cena algum CNPJ ou, no mínimo, o CPF de alguém. Dois tipos de arranjo têm possibilitado isso. O primeiro é o uso, nos projetos e na ação cotidiana, do CNPJ da AIC e, em alguns casos, do CNPJ do OJ – que tradicionalmente destina estagiários bolsistas ao Fórum e, recentemente, recebeu recursos de emenda parlamentar de Áurea Carolina destinadas à rede.

O segundo arranjo é o uso do CPFs de jovens integrantes para o encaminhamento de projetos do Fórum para os mecanismos de fomento do Fundo Municipal de Cultura de Belo Horizonte. Algumas edições do oKupa e um projeto com produções sobre a memória do Fórum (livro e documentário, em elaboração) têm sido viabilizadas por essa via.

A imagem de um organismo vivo em movimento se aplica também à atuação do FJ no que diz respeito à busca por recursos para manter-se em atividade. Toda e qualquer ação do Fórum coloca em movimento uma engrenagem constituída por colaborações as mais variadas: um coletivo empresta a estrutura de som, vários contribuem com apresentações

culturais, uma organização ajuda com assessoria de imprensa e faz a cobertura, parceiros no território mobilizam a comunidade, um patrocinador público ou privado destina recursos financeiros. Em outras palavras, podemos afirmar que o Fórum das Juventudes assegura as condições necessárias ao seu funcionamento por meio da mobilização de recursos.

Mobilização de recursos é um conceito proposto por Domingos Armani no lugar da tradicional expressão "captação de recursos". O verbo captar remete a uma ação de retirar o recurso de uma fonte e usualmente, quando combinado com a palavra recursos, é associado à busca por uma ou mais fontes de recursos financeiros. Armani propõe o uso da expressão mobilização de recursos exatamente para assinalar uma ação que precisa ser muito dinâmica, estar em constante movimento, e basear-se numa visão ampliada da palavra recurso, capaz de abarcar muito mais do que a dimensão financeira:

> fatores como recursos técnicos, recursos humanos, recursos políticos, recursos logísticos, recursos tecnológicos, recursos financeiros (públicos, privados, individuais), entre outros, são componentes desta visão ampliada. Todos estes elementos compreendem o que chamamos de fontes de recursos diversificadas. Esta visão se inscreve em uma percepção de que, ao olharmos uma organização, todas as dimensões nela existentes – identidade, valores, ação técnica, gestão, recursos – são enxergadas como vivas, dinâmicas e corroboram com o movimento da sua sustentabilidade (ARMANI, 2013, p. 98).

A partir de Armani, é possível compreender que o status de "iniciativa sustentável", muito em voga e muito cobrado das entidades da sociedade civil, não existe como uma condição dada e estanque. Acredito que o mais adequado é falarmos de um perene movimento de construção de condições de sustentabilidade. Sustentável não é uma condição institucional cristalizada (ao menos, essa condição não existe como algo dado para as organizações que não são ligadas a famílias ricas e a fundos herdados). O que existe é o movimento de sustentar.

As condições de sustentabilidade têm, assim, múltiplas dimensões: dizem respeito a credibilidade, influência, parcerias, trocas materiais e imateriais (troca-se tudo nesse universo: de equipamentos e serviços a conhecimentos e estratégias). É vital mobilizar – colocar em movimento – todo tipo de recurso.

Portanto, a mobilização de recursos faz parte, ainda segundo Armani (2013, p. 71), de um conjunto integrado de ações sistemáticas que uma iniciativa do terceiro setor precisa empreender para que seja capaz de exercer protagonismo em processos de

mudança social. São as ações de Desenvolvimento Institucional (DI), que abarcam o desenvolvimento da dimensão interna da instituição e da projeção pública da mesma e criam as condições para que tal iniciativa assegure e fortaleça seu posicionamento estratégico na sociedade (ARMANI, 2001, p. 26).

A preocupação com essa dimensão estratégica – e não apenas com a ação direta do cotidiano – precisa estar no radar das entidades e dos movimentos da sociedade civil. Ou seja: é preciso estar sempre atento a questões como a compreensão, pelos membros, do papel político exercido na sociedade; a realização de ações de planejamento, monitoramento e avaliação; a capacidade de produzir conhecimentos; o grau de envolvimento e participação dos/as integrantes; a presença institucional em espaços de influência no debate e na construção de políticas públicas, bem como em círculos que garantam visibilidade e influência; as práticas de transparência e prestação de contas.

Na escuta aos integrantes do Fórum feita para esta pesquisa, pudemos notar que ele é uma rede que, por sua ação eminentemente dialógica, educativa e problematizadora dos sujeitos e grupos, constrói de forma muito orgânica e profunda a compreensão coletiva do seu papel político. Outro aspecto muito admirável é o modo próprio e participativo como realiza consistentes ações de planejamento, monitoramento, avaliação e sistematização de conhecimentos. Isso não é gratuito: é alicerçado nas metodologias participativas, construídas com tanto zelo.

Uma terceira dimensão muito valiosa da ação do Fórum é a sua capacidade de influência junto aos mais diversos parceiros. Bárbara Pansardi (2023[105]) chama a atenção para o quanto essa dimensão se destaca. Ela conta que o Instituto C&A, que financiou o FJ no início dos anos 2010, fez um levantamento global de práticas exitosas e escolheu o projeto do Fórum como o mais destacado: como o "*case* de sucesso". Por isso, uma pesquisadora do Instituto foi designada para sistematizar o *case*. Ela realizou, em Belo Horizonte, uma pesquisa junto a pessoas do poder público, instituições de ensino, pesquisadores e especialistas, entidades e equipamentos culturais, além de organizações da sociedade civil as mais diversas. A pesquisadora ficou admirada ao constatar o reconhecimento unânime, por todos esses públicos, da legitimidade e da relevância do Fórum. Mesmo os que apontaram divergências em relação a algum posicionamento do FJ demonstraram profundo reconhecimento e respeito pelo trabalho.

[105] Vide https://quandoolutoeluta.org.br/vivencia/barbara-pansardi/. Publicação eletrônica. Acesso em: 20 jan 2023. Não paginado.

Acredito que, também nessa dimensão da relevância, da legitimidade e da influência, pesa muito o fato de o trabalho do Fórum ser assentado em metodologias participativas, em processos abertos e que buscam formar multiplicadores. As metodologias, em si, são admiradas pelos públicos. Além disso, o jeito coletivo, colaborativo e afetivo de atuar faz com que as atividades e os eventos realizados tenham muita potência e beleza. Cada jovem e cada coletivo juvenil encarna o Fórum das Juventudes. Por isso, coloca muita energia em cada atividade construída. O modo de agir e de aparecer em público dessa rede é muito singular e cheio de paixão. Essa presença pública marcante também é fonte de legitimidade.

Advém ainda do esmero metodológico outro elemento legitimador: a produção de conhecimento relevante. O Fórum das Juventudes elabora e coloca em circulação conhecimentos que são considerados referências locais e nacionais para os debates das questões juvenis. Isso acontece desde os primeiros tempos, com a publicação, em parceria com a AIC, de séries de conteúdos sobre políticas públicas de juventude, e permanece até as plataformas e publicações dos dias atuais.

Na dimensão da influência pesam ainda, evidentemente, as raízes e os alicerces no Observatório da Juventude da UFMG, e também o fato de que várias das instituições que o constituem terem se consolidado e se fortalecido ao longo do tempo.

Uma última – mas não menos relevante – observação a ser feita em relação a isso é que o Fórum formou lideranças que hoje se espalham por importantes espaços: nomes de destaque na cena cultural, no âmbito acadêmico e na política. Um grande exemplo é Áurea Carolina, que foi um fenômeno eleitoral. Em 2016, ela se tornou a vereadora mais votada da história de BH até então, com 17.420 votos. Em 2018, foi eleita deputada federal com 162.740 votos, tendo sido a mulher com maior número de votos para o cargo em Minas Gerais. Além disso, os mandatos de Áurea se tornaram referências em gestão participativa e na defesa de pautas fundamentais no campo dos direitos humanos. Instituições e lideranças fortes, como bem lembra Bárbara ao relatar sua experiência na SE, dão legitimidade e ampliam muito as esferas de influência do FJ.

Contudo, em meu entendimento e no de diversas pessoas que ouvi, o Fórum enfrenta historicamente importantes contradições e percalços que têm ligação com seu modo de funcionamento orgânico e participativo. Um deles diz respeito à gestão. O princípio da horizontalidade é caro e essencial para essa rede, mas ele traz consigo o permanente risco de entropia (desorganização e pulverização da energia). Por vezes, as ações são desarticuladas – a desejável atuação autônoma dos coletivos não acontece de

forma concatenada, por falta de referências de coordenação. Há ainda uma certa rejeição à ideia de um espaço deliberativo constituído por um grupo de entidades e lideranças – por um grupo de referência, com um papel de conselho gestor. Esse modo de gestão é interpretado por muitos como centralizador. Contudo, esse grupo de referência, na prática, precisa existir e é constantemente acionado para a garantia de aspectos muito concretos, que vão dos CNPJs para a movimentação de recursos à capacidade de "passar o bastão" adiante, entre as diversas gerações que já assumiram a Secretaria Executiva.

Mas, ainda que essa seja uma contradição e um aspecto causador de desgaste, penso que esse funcionamento híbrido – a possibilidade de transitar entre a descentralização e a centralização, sem se fixar em nenhum dos dois polos – cria uma dialética interessante para o Fórum, que possibilita que ele tenha seu modo tão singular de existir. Fazendo uma analogia, é quase como essa rede incorporasse ela própria as características da condição juvenil: um modo de agir que tem um pé na experimentação mais livre e outro na lida com as questões da vida adulta; uma configuração fluida e aberta, mas que, para atender as demandas da institucionalidade, também tem uma face mais cristalizada. Trata-se de um arranjo que, embora gere conflitos (pois essas duas faces por vezes se atritam), e seja delicado (por ser sempre provisório, sem garantias), é sem dúvida alguma uma criativa invenção do Fórum das Juventudes.

Em sua dimensão organizativa, cabe destacar um outro dilema: a incidência sobre a política institucional. O trauma do diálogo completamente estéril com várias instâncias do poder público dos primeiros anos gerou uma indisposição em relação à incidência direta nas instâncias da política institucional. Por isso, desde os anos 2010, o Fórum tem optado por não buscar cadeiras nos conselhos de direitos e de gestão de equipamentos públicos como o Centro de Referência da Juventude (CRJ).

O FJ também escolheu não exercer, de forma direta e sistemática, o papel de representação da sociedade civil nos espaços institucionalizados de vigilância e de interpelação do Estado em relação às políticas públicas de juventude. Foi essa escolha que possibilitou à rede a grande guinada de 2011, quando direcionou suas energias à radicalização na aposta da ação educativa e participativa com as juventudes. Foi uma escolha acertada, pois os embates infrutíferos com o poder público eram desmobilizadores e insistir neles estava, de fato, minando as energias do Fórum.

Mas o notável trabalho que essa rede vem realizando, desde o início da década passada, de empoderamento dos sujeitos para a ação política cotidiana, acaba não se traduzindo na construção de avanços na política institucional. Sem uma vigilância civil

ferrenha, as políticas públicas não avançam – e isso é bem evidente no campo das PPJs, que têm oscilado entre a estagnação e os retrocessos nos últimos anos.

No âmbito política institucional, acaba se instaurando um círculo vicioso: os espaços de poder são absolutamente refratários, são constituídos por lógicas e gramáticas completamente inacessíveis às juventudes negras e periféricas. Isso afasta tais juventudes de tais espaços – que, uma vez que não são interpelados e cobrados de forma sistemática por tais juventudes, permanecem funcionando com a mesma lógica excludente e impermeável.

Arranjos híbridos e fugazes, contradições, fraquezas, conflitos; potência, beleza, vivacidade. Esse "coletivo de coletivos" é tudo isso misturado. Nunca foi uma coisa só, e nunca deixou de se movimentar. Mesmo quando parecia parado, hibernava: o coração, ainda que fraco, pulsava, aguardando o inverno passar. Como toda forma de vida, o Fórum das Juventudes é um acontecimento extraordinário e sempre em (re)construção.

## 4.2. Rede Mães de Luta

A Rede Mães de Luta nasceu no dia 25 de maio de 2019, durante um encontro em que, originalmente, a ideia era lançar um documentário sobre a luta de mães de vítimas de violência do Estado moradoras da Baixada Fluminense frente às chacinas, e criar um espaço inicial de diálogo e de articulação entre mulheres, com lutas similares e conexas àquela, moradoras da RMBH.

Para viabilizar o encontro, haviam se juntado o Fórum Grita Baixada, rede de coletivos e entidades da Baixada Fluminense, e as seguintes iniciativas belo-horizontinas: N'Zinga Coletivo de Mulheres Negras, tradicional grupo da luta feminista e antirracista de MG; Agência de Iniciativas Cidadãs (AIC), OSC de comunicação, mobilização social e educação; grupo Mães que Choram, de mulheres do bairro Paulo VI com filhos encarcerados e assassinados; Projeto Romper/Casa Acolher, OSC de apoio a mulheres, crianças e adolescentes do Morro das Pedras; Grupo de Amigos e Familiares de Pessoas em Privação de Liberdade de Minas Gerais; além do coletivo "Vidas com Arte: Enfrentamento à Violência Doméstica e Geração de Renda", do Taquaril.

O evento foi marcado por forte comoção. Diversas mulheres afetadas por violências e em busca de um espaço de partilha e de mobilização ocuparam os espaços de fala para relatar suas vivências, angústias, demandas e lutas. Todos os tempos previstos para as falas foram extrapolados, e criou-se um espaço de acolhida às narrativas de

sofrimento que se apresentavam. A partir da força das falas e da comoção gerada, nascia uma rede.

Já no encontro inicial, as mulheres começaram a esboçar uma agenda de ações, que chamaram de Calendário de Resistência – que é, até hoje, eixo articulador, ou mesmo avivador, da ação em rede.

Desde então, o cotidiano da Rede Mães de Luta é constituído por rodas de conversa entre as mulheres, nas quais o principal elemento é o compartilhamento das experiências de sofrimento, que se combinam a momentos de preparação de atos públicos e de ações de comunicação pública do grupo. Esses momentos, bem como os atos públicos e as ações de comunicação em si, são as experiências nas quais a Rede se concretiza como um público mobilizado.

A Rede das Mães de Luta se expandiu e, hoje, é composta por mais de 30 coletivos e entidades, de Minas Gerais, São Paulo, Rio de Janeiro e Salvador. Para analisar os modos como essa rede tão jovem e já tão marcante se movimenta, também propomos uma mirada panorâmica aos fazeres cotidianos. Assim como no caso do Fórum das Juventudes, organizamos o conjunto de experiências acumuladas nos quatro anos de vida da Rede Mães de Luta em quatro conjuntos menores, de acordo com o tipo de atividade realizada. São eles:

- **Calendário de Resistência:** agenda anual de atividades da Rede voltadas à população em geral, cujo papel é organizar a mobilização e dar visibilidade às ações da rede.
- **Atos públicos e atividades de multiplicação:** os atos públicos são intervenções em espaços públicos emblemáticos da cidade de Belo Horizonte, voltadas a conferir visibilidade à rede e suas pautas. Já as atividades de multiplicação buscam levar as mesmas pautas às comunidades periféricas, promovendo reflexões e debates nas localidades dos coletivos de mulheres. Os atos e as atividades de multiplicação acontecem em datas significativas da luta contra a violência do Estado e de outras grandes lutas por direitos humanos.
- **Circuito de compartilhamento e articulação:** constituído por rodas de conversa, voltadas sobretudo ao compartilhamento de histórias de vida, e pela articulação permanente com movimentos de mulheres, ativistas e artistas-ativistas que não são diretamente ligadas às questões do encarceramento em massa e do genocídio da juventude negra, mas se posicionam como aliadas na construção das ações; bem como com movimentos de mulheres em luta contra a violência do Estado de diversas outras partes do país.

- **Amálgama institucional:** expressão que, também aqui, utilizamos para indicar a estrutura e as atividades de articulação, administração, gestão e comunicação da Rede Mães de Luta em seu viés institucional.

A próxima seção do texto dedica-se à caracterização dos conjuntos de atividades da rede. Conforme já indiquei, acredito que tal caracterização é uma contextualização necessária para o movimento seguinte: a discussão do fazer da Rede Mães de Luta a partir da costura das histórias vividas e dos saberes construídos por esse coletivo de mães unidas para fazer do luto o verbo lutar.

### 4.2.1. Calendário de Resistência

O Calendário de Resistência é uma agenda anual de atividades de mobilização voltadas ao público em geral, cuja realização é prevista para algumas datas emblemáticas da luta contra a violência do Estado e do campo dos Direitos Humanos. As atividades acontecem nos territórios das instituições e dos coletivos das mulheres integrantes da rede, bem como em espaços públicos que são referência para as lutas sociais e a aplicação da Justiça. Há, ainda, momentos de participação de representantes da rede em eventos nacionais, bem como a realização, na RMBH, de ações articuladas nacionalmente.

Tal agenda é uma ferramenta que organiza e mobiliza a ação coletiva, bem como um recurso usado para atrair visibilidade para as Mães de Luta, ao associar o ativismo que constroem às grandes mobilizações nacionais e internacionais por direitos.

O Calendário é constituído por atos públicos e por atividades de multiplicação da rede nos territórios de BH. É importante indicar que a preparação desses dois grandes conjuntos de atividades é feita num circuito de compartilhamento e articulação, que será detalhado na próxima seção do texto.

### 4.2.2. Os atos públicos e as atividades de multiplicação

#### a. Panorama dos atos

Os atos das Mães de Luta têm início logo após o nascimento da rede. Em 2019, primeiro ano da iniciativa, foram quatro grandes momentos de ocupação de espaços públicos pelas mulheres para dar visibilidade e avançar na articulação de sua luta política: três deles (6 de agosto, 2 de outubro e 10 de dezembro) combinaram intervenções artísticas, espaços de fala para as ativistas e momentos voltados a tratar da demanda por

projetos de lei ligados ao reconhecimento da violência praticada pelo Estado e das vítimas de tais violências, e ainda de instauração de medidas de reparação. Além disso, naquele ano, as mulheres foram às ruas nos dias 1 e 2 de novembro, realizando ações conectadas à campanha nacional #VidaViva, fruto da convergência de ações de coletivos e redes de denúncia do genocídio da juventude negra de todo o país.

No ano de 2020, apenas um momento de presença da rede como um todo nas ruas se fez possível: a participação no grande ato, reunindo diversas mobilizações feministas, que aconteceu no Dia Internacional da Mulher (8 de março). Com o advento da pandemia, foi necessário direcionar a atuação para atividades online. No final daquele ano, contudo, foi feita uma pequena intervenção, reunindo um grupo bem reduzido de representantes das Mães de Luta na Praça da Estação – posto que as medidas de isolamento social impediam ações mais expressivas. Elas levaram os símbolos da luta à emblemática praça de BH, para destacar seu clamor por justiça no Dia Internacional dos Direitos Humanos (10 de dezembro).

Por fim, no biênio 2021/2022, ainda impactadas pelas questões da pandemia, as Mães de Luta foram retomando, aos poucos, a ação de rua. Voltaram a ocupar espaços públicos com dois atos próprios, no ano de 2021: o Ato Por Justiça e Contra a Violência (de 28 de julho de 2021) e o ato Do Luto à Luta: Nossas Vozes Exigem Justiça (do Dia Internacional dos Direitos Humanos – 10/12/2021). Além disso, somaram-se a atos de outras redes: estiveram no Ato Nacional por Comida e por Vacina (de 18/02/2021) e no 8M Unificado – Mulheres do Fim do Mundo em Luta por Justiça Social (de 08/03/2022).

**b. Cronologia dos atos**

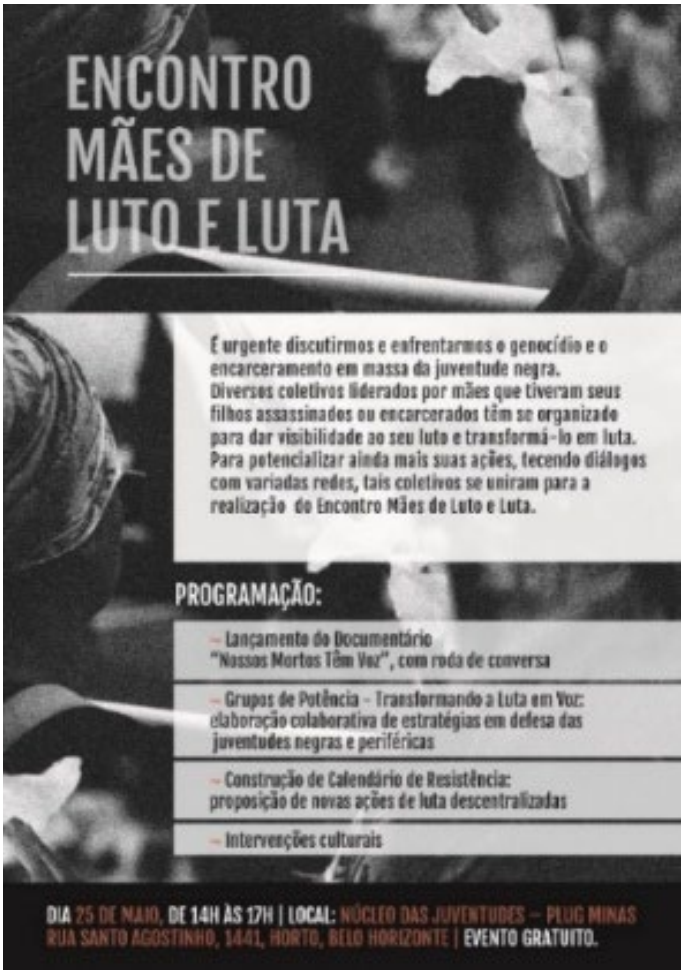
- **Calendário de Resistência 2019**

***Encontro Mães de Luto e Luta (25 de maio)***

Como já indicado, a Rede Mães de Luta nasceu num evento de maio de 2019, em que mulheres de movimentos por cidadania da RMBH se juntaram a outras, de localidades como a Baixada Fluminense (RJ) e Juiz de Fora (interior de MG). O objetivo era discutir o genocídio da juventude negra e outras violências que as afetavam.

No evento, mães vítimas de horrores ligados a violências e assassinatos de seus filhos se reuniram num pranto coletivo e num clamor por justiça. As mulheres decidiram, então, criar uma rede para organizar sua luta em comum contra as violências e assassinatos de jovens negros e periféricos.

Figura 29 – Detalhe do flyer de divulgação do Encontro de 25/05/2019.




Fonte: Acervo da Rede Mães de Luta.

***Ato Público: Memorial dos Nossos Filhos Vivos (06 de agosto)***

O evento, realizado no pátio da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, apresentou a Rede Mães de Luta à cidade e promoveu o lançamento do livro das Mães de Maio "Memorial dos Nossos Filhos Vivos: as vítimas invisíveis da democracia". O lançamento do livro contou com a participação de Débora Silva (Mães de Maio) e de Mirian Duarte (Associação de Amigos/as e Familiares de Presos/as de São Paulo – AMPARAR SP).

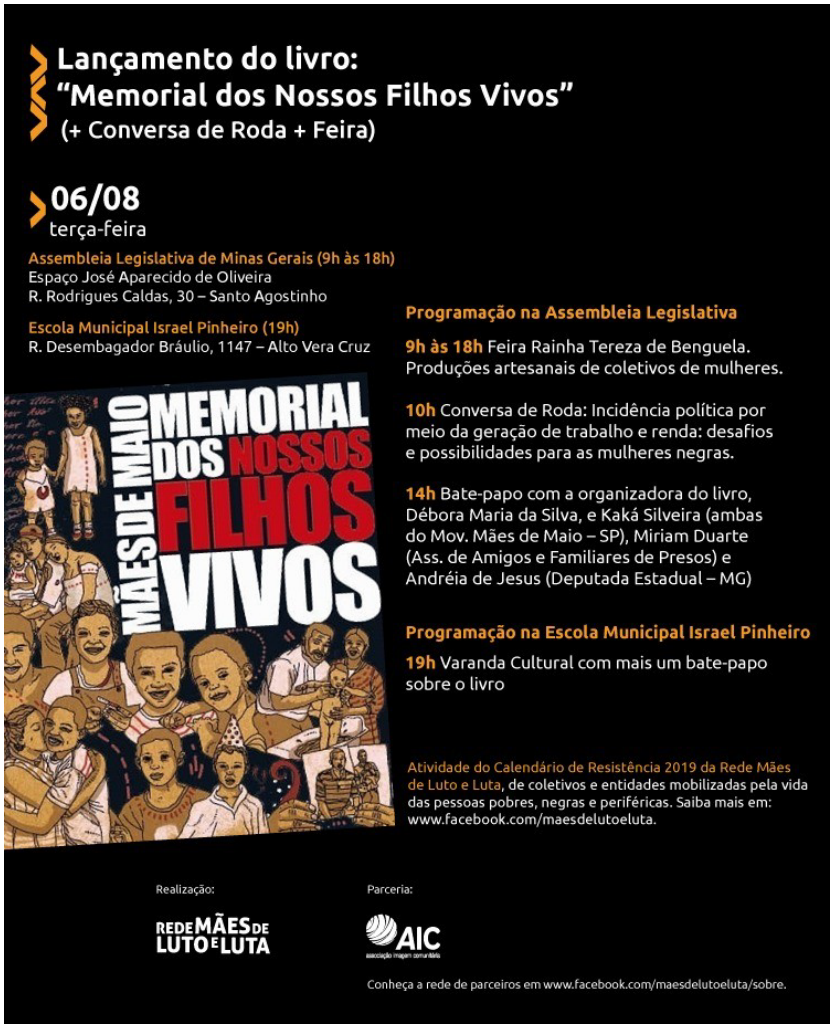
Outra atividade do dia foi a Feira Rainha Thereza de Benguela, na qual mais de 20 mulheres da rede expuseram e comercializaram produtos artesanais feitos por elas. A feita ganhou tal nome em referência à líder do Quilombo de Quariterê (localizado no atual estado do Mato Grosso), que resistiu à escravidão de 1750 a 1770.

A programação teve, ainda, uma roda de conversa sobre empoderamento da mulher a partir do trabalho e da renda, com a participação do SEBRAE-MG e de mulheres com experiência na área.

Na ocasião, por fim, a deputada estadual Andréia de Jesus lançou um grupo de trabalho para a construção de um projeto de lei (PL) com objetivo de instituir a Semana Estadual de Pessoas Vítimas de Violência do Estado de Minas Gerais.

No evento de nascimento da Rede Mães de Luta, a construção de tal PL havia sido reivindicada pela ativista do Movimento Mães de Maio Kaká Silveira. A instituição dessa Semana das Vítimas é uma das grandes bandeiras de luta dos movimentos contra a violência do Estado no Brasil.

Figura 30 – Flyer de divulgação do Ato do dia 06/08/2019.




Fonte: Acervo da Rede Mães de Luta.

Figura 31 – Registros do Ato do dia 06/08/2019.

Fonte: Acervo da Rede Mães de Luta

***Atividade de Multiplicação: Mulheres que Acolhem e Lutam – 21 de setembro de 2019***

Roda de conversa realizada na Casa Acolher, do Morro das Pedras, voltada a apresentar a Rede Mães de Luta às mulheres da localidade. Também foi um momento de acolhida e compartilhamento de histórias de vida e de sofrimento relacionado a violências, e de levantamento de palavras-chave que, depois, constituiriam literalmente as bandeiras de luta: grandes estandartes, inspirados em peças semelhantes que haviam sido criadas pelo Fórum das Juventudes da Grande BH em 2017, que foram produzidos por uma costureira colaboradora das Mães de Luta. Esses estandartes com as palavras de ordem da rede foram utilizados em todos os eventos públicos seguintes.

Figura 32 – Cartaz de divulgação da Atividade de Multiplicação do dia 21/09/2019.

Fonte: Acervo da Rede Mães de Luta.

Figura 33 – Registros da Atividade de Multiplicação do dia 21/09/2019.

Fonte: Acervo da Rede Mães de Luta.

***Ato público: Protocolo do Projeto de Lei (PL) Helenira Resende de Souza Nazareth (02 de outubro)***

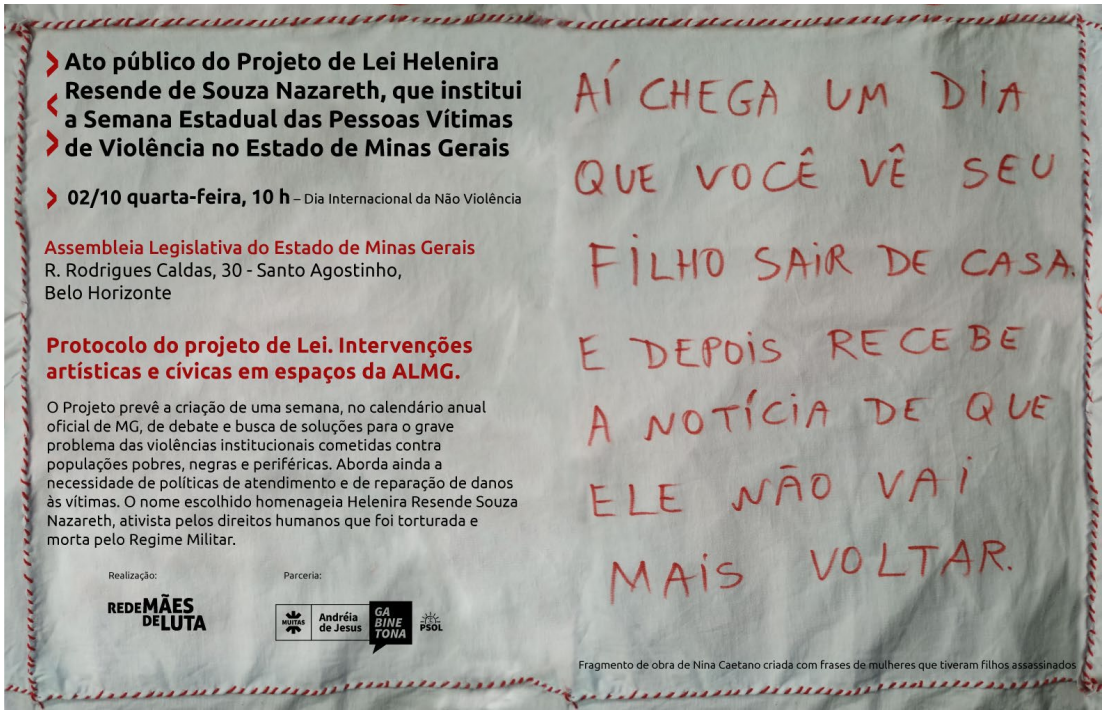
Foi realizado, na entrada principal da Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG), um amplo evento de lançamento do Projeto de Lei Helenira Resende de Souza Nazareth (PL nº 1.160/2019), construído pela deputada estadual Andréia de Jesus em parceria com a Rede Mães de Luta, voltado à instituição da Semana Estadual das Pessoas Vítimas de Violência do Estado de Minas Gerais. O evento foi iniciado com uma grande roda de conversa, da qual participaram as lideranças da Rede, a deputada Andréia de Jesus, Débora Silva (Movimento Mães de Maio), mães da Rede de Comunidades e Movimentos Contra a Violência do RJ, além de Marta Costa, sobrinha de Helenira Resende de Souza Nazareth, de SP. O nome do PL foi uma homenagem a Helenira, militante do Partido Comunista do Brasil e da Guerrilha do Araguaia, presa e torturada até a morte pelo regime militar nos anos 1970.

O lançamento do PL reuniu mais de 150 pessoas, relacionadas a dezenas de movimentos sociais, além de representantes do poder público. Também contou com mais uma edição da feira Rainha Thereza de Benguela.

Outro momento significativo do evento foi a ocupação dos corredores da Assembleia pelas mulheres, levando seus estandartes e entoando seus cantos de luta, num emocionado cortejo até o local em que o PL foi protocolado junto à ALMG.

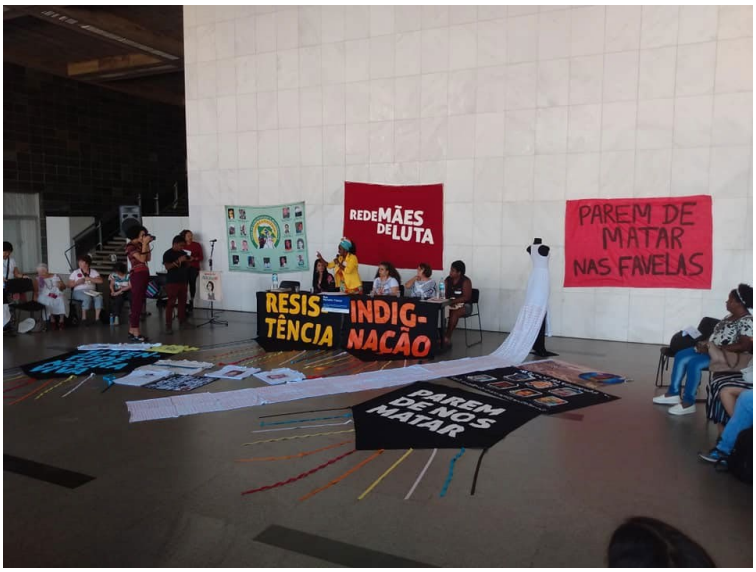
Na ocasião, a luta também foi assinalada pela obra Chorar os Filhos, criação da artista plástica Nina Caetano que é um grande vestido branco constituído por retalhos que trazem, em vermelho, depoimentos de mulheres que tiveram os filhos assassinados. Outra produção artística que se fez presente foi o bordado de palavras de ordem da luta, criado ao longo do encontro pelo grupo Pontos de Luta, de BH. O coletivo Pontos de Luta realiza exatamente esse trabalho: suas integrantes participam de ações das diversas lutas por direitos, oferecendo gratuitamente o seu bordado. Em cada evento, as integrantes do coletivo bordam inúmeros pedaços de pano com palavras e frases marcantes do momento e os distribuem aos participantes, como um registro poético. As mulheres do Pontos de Luta se tornariam, a partir daquela data, fortes colaboradoras das Mães de Luta.

Figura 34 – Flyer do Ato do dia 02/10/2019.




Fonte: Acervo da Rede Mães de Luta.

Figura 35 – Registro do Ato Público do dia 02/10/2019.




Fonte: Acervo da Rede Mães de Luta.

**Atividade de multiplicação: Comunidade de Peito Aberto (30 de outubro)**

Realizado no bairro Ribeiro de Abreu, o encontro reuniu mais de 120 pessoas, entre mulheres do bairro e estudantes de EJA de escola pública local, para falar da Rede Mães de Luta. A programação contou ainda com um debate sobre Masculinidades, em que estereótipos que associam a masculinidade a comportamentos de opressão da mulher foram problematizados.

Figura 36 – Flyer da Atividade Multiplicadora do dia 30/10/2019.

Fonte: Acervo da Rede Mães de Luta.

***Atos públicos da Campanha Nacional #Vida Viva (01 e 02 de novembro)***

Vida Viva foi uma campanha nacional de coletivos e redes de denúncia do genocídio da juventude negra. A Rede Mães de Luta assumiu o papel de realizar as ações da campanha em Minas. Produziu fitinhas no estilo "Senhor do Bonfim", para as pessoas amarrarem nos pulsos, com a frase "Em luto pelo genocídio da juventude negra".

O bordado ativista de Chorar os Filhos e dos Pontos de Luta também compôs a ação, que aconteceu nos seguintes locais: em frente ao Cine Acaiaca / Centro de BH, no dia 1o de novembro; no evento Cidades Pela Democracia, na Faculdade João Pinheiro / Centro de BH, também em 1o de novembro; na Praça Duque de Caxias, Bairro Santa Tereza, em 02 de novembro; na Praça da Estação / Centro de BH, em 02 de novembro; na frente da penitenciária Nelson Hungria / Contagem, em 02 de novembro.

Figura 37 – Detalhe do flyer dos Atos Públicos dos dias 01 e 02/11/2019.

Fonte: Acervo da Rede Mães de Luta.

Figura 38 – Registros dos atos públicos na Praça de Santa Tereza
e na Praça da Estação (BH/MG) da campanha #Vida Viva.

Fonte: Acervo da Rede Mães de Luta

Figura 39 – Ato público da campanha #Vida Viva
em frente à Penitenciária Nelson Hungria.

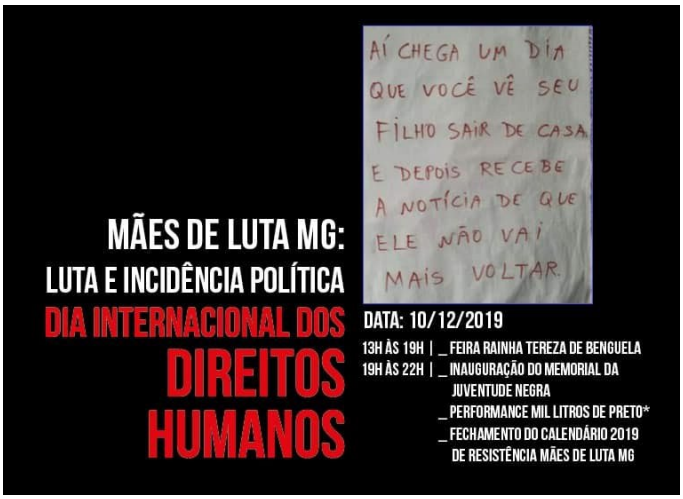
Fonte: Acervo da Rede Mães de Luta

**Ato público do Dia Internacional dos Direitos Humanos (10 de dezembro)**

Dia dos atos públicos de fechamento do Calendário de Resistência Mães de Luta MG de 2019. Foram realizadas uma audiência pública da Comissão de Direitos Humanos da ALMG e o protocolo, também na Assembleia Legislativa, de Projeto de Lei que institui a Política de Atendimento e Reparação às Pessoas Vítimas de Violência do Estado de Minas Gerais (que, assim como o outro PL, foi proposto à ALMG pela deputada Andréia de Jesus).

Na data, a Rede também promoveu, no Centro de Referência da Juventude de BH, a performance Mil Litros de Preto, em que a artista Lucimélia Romão se juntou às mães da Rede que tiveram filhos assassinados para encher uma piscina de plástico de mil litros com baldes de um líquido vermelho, em referência ao sangue derramado pelo assassinato em massa da juventude negra. A Feira Tereza de Benguela, a instalação Chorar os Filhos e o lançamento de um informativo com o balanço das ações da Rede Mães de Luta em 2019 completaram as atividades do dia.

Figura 40 – Flyer de divulgação do Ato Público de 10/12/2019.




Fonte: Acervo da Rede Mães de Luta.

Figura 41 – Registro da atividade do Ato Público de 10/12/2019 (manhã).

Fonte: Acervo da Rede Mães de Luta.

Figura 42 – Registro da atividade do Ato Público de 10/12/2019 (manhã).

Fonte: Acervo da Rede Mães de Luta.

- **Calendário de Resistência 2020**

***Participação no Ato Público 8M 2020 – "Só da luta brota a esperança" (08 de março)***

Representantes de diversos coletivos da Rede estiveram na edição belo-horizontina da grande marcha municipal pelos direitos das mulheres. O cortejo que percorreu ruas do centro de BH chamou a atenção para a necessidade de ampliação da luta nas ruas frente aos retrocessos nos direitos e ao aumento da violência machista no governo Bolsonaro.

Figura 43 – Registros do Ato Público de 08/03/2020.

Fonte: Acervo da Rede Mães de Luta.

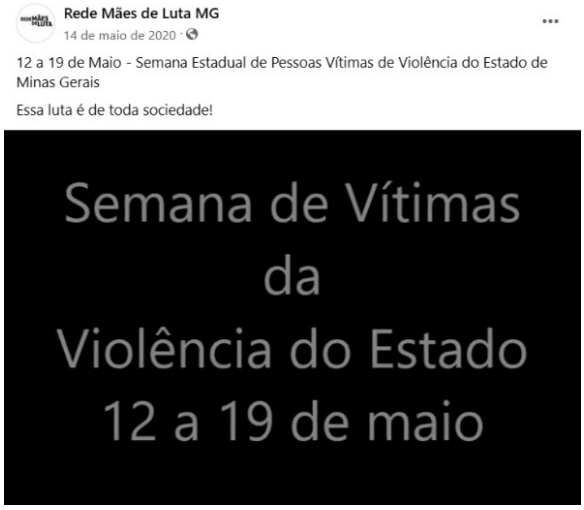
***Atividade de multiplicação: Divulgação online da Semana das Vítimas da Violência do Estado – 2020 (12 a 19 de maio de 2020)***

Com a pandemia da Covid 19, foram necessárias medidas de isolamento social, impedindo atos de rua. Em função disso, a Rede Mães de Luta criou uma estratégia para atuar nas ações da Semana das Vítimas da Violência do Estado no período. Divulgou em suas redes sociais (perfis de Instagram e Facebook[106]) os encontros online previstos para Belo Horizonte e diversas outras localidades. Além disso, várias de suas integrantes atuaram em encontros online de redes locais e nacionais.

[106] Instagram: https://www.instagram.com/maesdelutamg/. Facebok: https://www.facebook.com/maesdelutamg. Acesso em: 15 fev. 2023.

Para assinalar a Semana de 2020, também foram lançados os dois primeiros podcasts da série “Rede Mães de Luta”, que foi veiculada de maio a dezembro de 2020 nas redes sociais e apresentou a Rede Mães de Luta como um todo, além de diversos dos coletivos integrantes.

Figura 44 – Reprodução de post de divulgação em redes sociais.




Fonte: Acervo da Rede Mães de Luta.

***Atividade de multiplicação: Podcast Mães de Luta (maio a dezembro de 2020)***

No ano de 2020, dada a pandemia, a principal ação de multiplicação nas comunidades foi uma série de podcasts, chamada Rede Mães de Luta, lançada na abertura da Semana das Vítimas da Violência do Estado (12/05) e veiculada entre maio e dezembro daquele ano.

Os processos de criação dos podcasts mobilizaram as mulheres nas comunidades – das suas casas, elas participaram da produção das peças, gravando conteúdos. Outro aspecto importante foi que a iniciativa divulgou informações sobre os coletivos da Rede Mães de Luta.

Os podcasts foram criados pelas integrantes da Rede, com a coordenação de Cristiane Ribeiro (AIC) e Nina Caetano (artista integrante da Rede, professora do departamento de Artes Cênicas da Universidade Federal de Ouro Preto – UFOP e coordenadora do NINFEIAS, que é o Núcleo de INvestigações FeminIstAS, também ligado à UFOP). A ação contou com o apoio técnico da equipe da AIC.

Figura 45 – Reprodução de canal da Rede Mães de Luta no Spotify.

Fonte: Acervo da Rede Mães de Luta.

No período, foram produzidos os seguintes podcasts:

***Podcast 1 – Apresentação (12/05/2020):*** Cristiane Ribeiro (AIC) fala da proposta da série de podcasts e faz uma apresentação geral da Rede, indicando os principais objetivos e elencando as ações desenvolvidas desde o nascimento das Mães de Luta, em 2019.

***Podcast 2 – Movimento Mães de Maio MG: (19/05/2020):*** Kaká Silveira e Ana Paula Nunes, fundadoras do movimento, falam da história, propósitos e ações das Mães de Maio MG.

***Podcast 3 – Movimento Mães pela Diversidade (02/06/2020):*** Myriam Salum e Makota Cássia Kidoialê apresentam o Movimento Mães pela Diversidade-MG, que tem como principal bandeira a luta em defesa dos direitos da população LGBTQIA+.

***Podcast 4 – Grupo Mães que Choram (16/06/2020):*** Elizete Marques e Sheila Castro contam um pouco da história do grupo Mães que Choram, de acolhimento a mães que perderam seus filhos de forma violenta e/ou que têm familiares em situação de encarceramento.

***Podcast 5 – Especial Orgulho LGBT - Rede Afro LGBT (28/06/2020):*** Em comemoração ao dia do Orgulho LGBT, Larissa Borges e Sandra Munhoz tratam da Rede Afro LGBT, que luta pelos direitos da população negra LGBTQIA+.

***Podcast 6 – Associação de Amigos e Familiares de Pessoas Privadas Liberdade (14/07/2020):*** A presidente da Associação de Amigos e Familiares de Pessoas Privadas de Liberdade, Dona Maria Tereza dos Santos, fala da história deste coletivo que reivindica os direitos das pessoas encarceradas.

***Podcast 7 – Projeto Romper e Casa Acolher (28/07/2020):*** Jhutay Nogueira (idealizadora) e Cleo Alves (colaboradora) apresentam um panorama da história e da atuação da iniciativa, voltada ao acolhimento às pessoas em condição vulnerável, principalmente mulheres, da região do Morro das Pedras, na Grande BH.

***Podcast 8 – Fórum das Juventudes da Grande BH (12/08/2020):*** Marcando o Dia Internacional da Juventude (12 de agosto), o podcast traz Luana Setragni, integrante da Secretaria Executiva do Fórum, para falar sobre a mobilização pelos direitos juvenis e pela construção de políticas públicas, realizada por tal rede desde 2004.

***Podcast 9 – Vidas com Arte (25/08/2020):*** O Vidas com Arte, do Conjunto Taquaril (BH/MG), acolhe e apoia mulheres vítimas de violência. A iniciativa é apresentada por uma de suas fundadoras, Ednéia de Souza.

***Podcast 10 – N'zinga (08/09/2020):*** O coletivo de BH promove, desde 1987, a incidência política, social e econômica de mulheres negras. Ayala Santerio, coordenadora, e Benilda Paiva de Brito, uma das fundadoras, falam da história, proposta e pautas do N'zinga.

***Podcast 11 – Rede de Mães e Familiares de Vítimas da Violência do Estado da Baixada Fluminense (22/09/2020):*** A Rede surge em 2005, em resposta a uma chacina ocorrida em tal território, e oferece apoio jurídico e psicossocial a famílias que perderam seus entes em razão da necropolítica do Estado. A história dessa luta é apresentada por uma de suas lideranças, Nívia do Carmo Raposo.

***Podcast 12 – Pontos de Luta (06/10/2020):*** Por meio do bordado, esse coletivo dá visibilidade às bandeiras de luta de movimentos ligados às pautas dos Direitos Humanos. O Pontos de Luta é apresentado por Lúcia Pinheiro, uma de suas fundadoras.

***Podcast 13 – Frente Estadual pelo Desencarceramento (20/10/2020):*** Nana Oliveira, advogada da Assessoria Popular Maria Filipa, e Miriam Estefânia dos Santos, da Associação de Amigos e Familiares de Pessoas Privadas de Liberdade, falam da luta pelo abolicionismo penal construída pela Frente Estadual e pela Agenda Nacional pelo Desencarceramento.

***Podcast 14 – Movimento Moleque RJ (03/11/2020):*** Movimento criado por mulheres do estado do RJ para a defesa dos direitos de adolescentes em privação de liberdade. O movimento é apresentado por uma de suas fundadoras, Mônica Cunha.

***Podcast 15 – Movimento Mães de Maio (18/11/2020):*** Na Semana da Consciência Negra, o tema é o Movimento Mães de Maio – rede que luta pelo direito à memória e justiça das quase 500 pessoas que foram assassinadas durante chacina, ocorrida na Baixada Santista em maio de 2006, que ficou conhecida como Crimes de Maio. O movimento é apresentado por uma de sua fundadoras, Débora Silva.

***Podcast 16 – Carta a Uma Mãe de Luta (22/12/202):*** A artista e colaboradora das Mães de Luta Nina Caetano narra uma carta para as mulheres da rede, lembrando o Ato Público pelo Dia Internacional dos Direitos Humanos (10/12) e destacando a força das mães na luta por justiça.

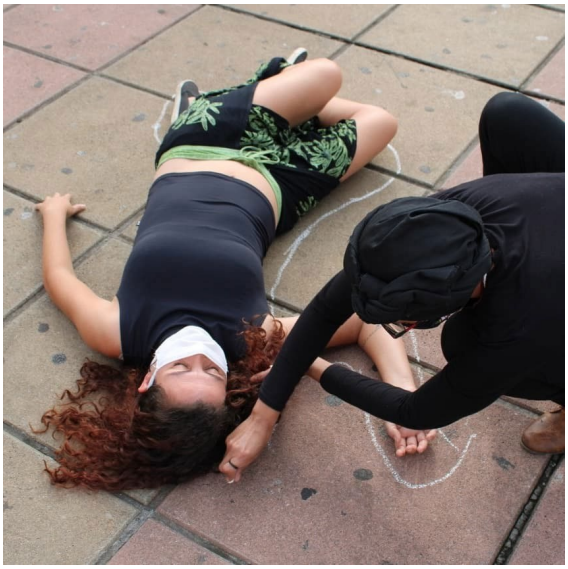
***Ato público do Dia Internacional dos Direitos Humanos – 2020 (10 de dezembro)***

Apesar da pandemia, no Dia Internacional dos Direitos Humanos de 2020, um pequeno grupo de integrantes da Rede realizou um ato simbólico na Praça da Estação, com poucas pessoas e distanciamento social. Levaram para o ato a mortalha Chorar os Filhos e suas bandeiras de luta, e desenharam no chão da praça corpos com os nomes dos filhos perdidos, ressaltando a luta por justiça.

Figura 46 – Flyer de divulgação do ato público de 10/12/2020.

Fonte: Acervo da Rede Mães de Luta.

Figura 47 – Registros do ato público de 10/12/2020.



Fonte: Acervo da Rede Mães de Luta.

Figura 48 – Intervenção artística Chorar os Filhos no ato público de 10/12/2020.

Fonte: Acervo da Rede Mães de Luta.

- **Calendário de Resistência 2021**

***Ato Nacional por Comida e por Vacina (18 de fevereiro)***

Articulado pela Coalizão Negra por Direitos e realizado em diversas cidades brasileiras, o ato foi um protesto em relação às altas taxas de mortalidade da pandemia da Covid-19, o negacionismo e a ação morosa do governo federal em relação à vacinação, bem como à escalada da miséria e da fome. Em Belo Horizonte, o ato aconteceu em frente à Assembleia Legislativa e contou com a participação de representantes das Mães de Luta.

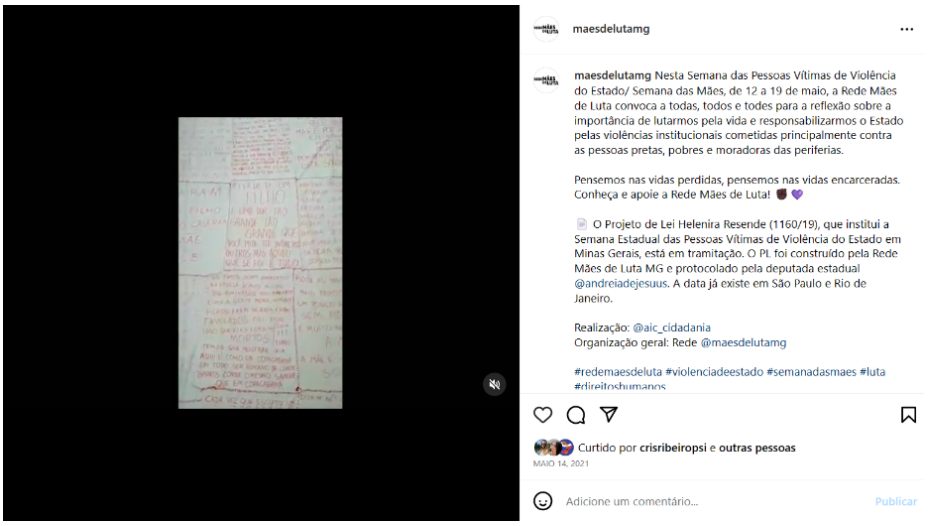
Figura 49 – Flyer de divulgação do ato público de 18/02/2021.

Fonte: Acervo da Coalizão Negra por Direitos

***Semana das Vítimas da Violência do Estado 2021 (12 a 19 de maio)***

O período ainda era contraindicado para atos públicos, em função dos riscos da pandemia da Covid 19. Assim, mais uma vez, a estratégia adotada foi a realização de ações online. Na Semana de 2021, as mulheres da Rede produziram e veicularam nas redes sociais um vídeo em que apresentaram reflexões sobre a causa defendida por elas e convidaram o público a se somar à mobilização.[107]

Figura 50 – Reprodução de post da Rede Mães de Luta na rede social Instagram.



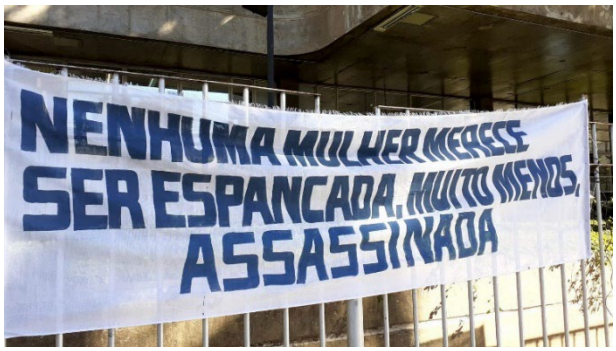

Fonte: Acervo da Rede Mães de Luta.

[107] Vídeo disponível no Instagram (https://www.instagram.com/tv/CO3yfCYjCPR/?utm_source=ig_web_copy_link). Desde março de 2021, a Rede Mães de Luta só atualiza o Instagram – portanto, no período da Semana de Vítimas de Violência do Estado daquele ano, já não eram mais veiculados conteúdos no Facebook.

***Ato Público Por Justiça e Contra a Violência (28 de julho)***

Realizado pelas Mães de Maio Minas em frente ao Fórum Municipal de BH, a ação foi uma intervenção com fotos e faixas exigindo justiça para vítimas de assassinatos pelas forças do Estado e de feminicídio.

Figura 51 – Registros do Ato público de 28/07/2021.



Fonte: Acervo da Rede Mães de Luta

***Ato Público Do Luto à Luta: Nossas Vozes Exigem Justiça – Dia Internacional dos Direitos Humanos (10 de dezembro)***

Na data, as Mães de Luta realizaram duas ações. Pela manhã, entregaram ao Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos do Ministério Público de MG (CAODH-MPMG, representado pelo promotor Francisco Angelo Silva Assis) a Carta à Justiça, carta-manifesto contra as violações de direitos cometidas pelo Estado (documento que havia sido criado por elas numa série de encontros de articulação e formação que ocorreu de setembro a dezembro de 2021).

Além disso, à tarde, realizaram uma intervenção em frente ao Tribunal de Justiça de Minas Gerais, na qual fizeram uma performance coletiva com a mortalha Chorar os Filhos e leram em coro a Carta à Justiça.

Figura 52 – Registros do ato público de 10/12/2021.

Fonte: Acervo da Rede Mães de Luta.

- **Calendário de Resistência 2022**

Em 2022, enquanto se rearticulavam no pós-pandemia, as Mães de Luta atuaram nos seguintes eventos das lutas nacionais:

***Ato Público 8M Unificado2022 – "Mulheres do Fim do Mundo em Luta por Justiça Social"***

No Dia Internacional das Mulheres, o Ato 8M Unificado da RMBH levou milhares de mulheres à tradicional marcha pelas ruas do centro de Belo Horizonte, numa união das lutas feministas. A marcha de 2022 destacou a importância de as mulheres estarem de volta à luta nas ruas, defendendo suas fundamentais reivindicações frente ao cenário catastrófico para os direitos no país, naquele ano.

Representantes da Rede Mães de Luta participaram da mobilização e do evento. Kaká Silveira, líder das Mães de Maio Minas, teve uma fala no caminhão de som do evento, na qual falou da reivindicação pelo fim da violência do Estado.

Figura 53 – Identidade visual do 8M Unificado RMBH 2022 (crédito: Divulgação).

Fonte: Acervo do 8M Unificado RMBH 2022

**Atividade de Multiplicação: Encontro da Agenda Nacional pelo Desencarceramento e Desmilitarização**

Integrantes da Rede Mães de Luta divulgaram e debateram pautas da Rede nesse encontro dos coletivos, entidades e movimentos que denunciam o encarceramento em massa do povo negro e defendem o abolicionismo penal – realizado, em 2022, na cidade de Mateus Leme, MG, de 22 a 24 de abril.

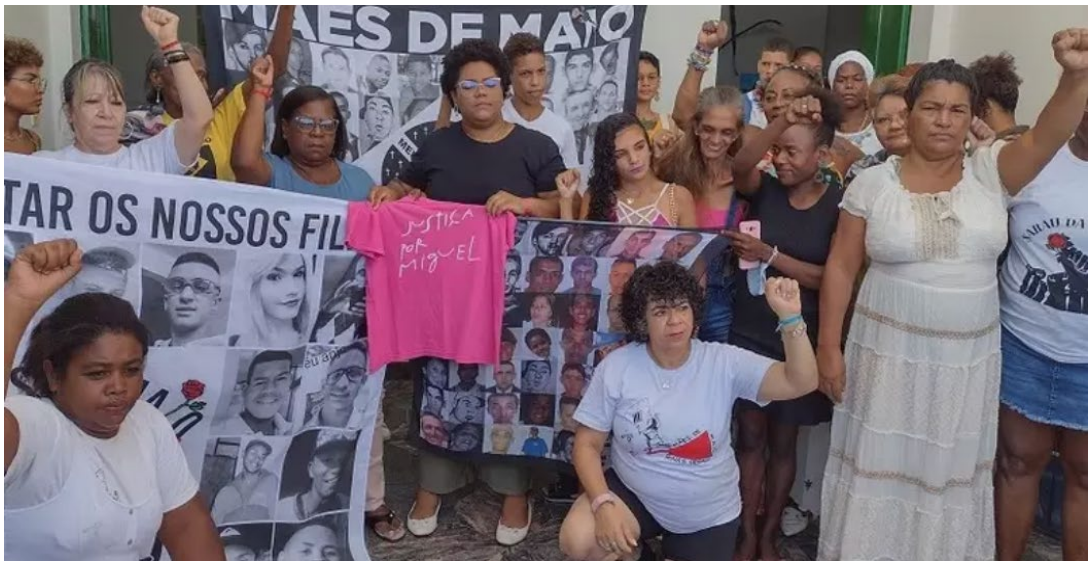
Figura 54 – Registro do Encontro da Agenda Nacional pelo Desencarceramento e Desmilitarização (crédito: Divulgação).

Fonte: Acervo do Movimento Desencarcera – MG

**Ação do Movimento Mães de Maio na Semana das Vítimas de Violência do Estado**

As Mães de Luta também se fizeram presentes, com suas pautas e os símbolos da mobilização social que promovem, no Encontro Regional do Movimento Mães de Maio, realizado em em Salvador / BA, de 16 a 20/05.

Figura 55 – Registro do Encontro do Movimento Mães de Maio na Semana das Vítimas da Violência do Estado – 2022 (crédito: Divulgação).




Fonte: Acervo do Movimento Mães de Maio

### 4.2.3. Circuito de compartilhamento e articulação

No dia a dia da Rede Mães de Luta, ocorrem basicamente dois movimentos: atividades de compartilhamento entre as mulheres da rede e atividades de articulação com outras redes. O primeiro movimento é o dos encontros, que costumam acontecer como rodas de conversa, e são voltados sobretudo à interação e ao compartilhamento de histórias de vida pelas mulheres mineiras. Com maior ou menor periodicidade e com um quórum que vai de duas mulheres a todas as integrantes, esses encontros nunca deixam de acontecer, pois são considerados o alicerce, a base relacional que vincula as participantes umas às outras e à rede, e também um espaço em que cada uma, em contato com outras histórias, descobre possibilidades de ressignificar a própria história.

Já o segundo movimento, que também acontece de forma contínua e é considerado vital, é o de articulação com mulheres de outras redes afins e com mulheres de outras realidades, que se tornam colaboradoras das Mães de Luta. Essa articulação é feita, de forma espontânea ou tácita,[108] por diferentes mulheres da Rede, que estão em diálogo todo o tempo com outras iniciativas de mulheres que lutam contra a violência do Estado, bem como com ativistas e artistas-ativistas que não são diretamente ligadas às questões do encarceramento em massa e do genocídio da juventude negra, mas se posicionam como aliadas na construção das ações.

Da combinação desses dois movimentos, acreditamos, vêm as possibilidades de posicionamento crítico e político das mulheres e ainda, conforme indicamos na seção anterior, o repertório simbólico que é acionado nos atos públicos.

Tomemos como exemplo a roda de compartilhamento de histórias de vida, que é o formato por excelência dos encontros cotidianos internos das mulheres da Rede. Reunidas em círculo, elas compartilham suas experiências de vida, dando vazão às narrativas das mortes que as assombram – num exercício contínuo de evocação e ressignificação de narrativas da memória. Esse cotidiano de compartilhamento pode ser uma importante dinâmica de desnaturalização e de problematização das violências sofridas. Afinal, cada história compartilhada pode ganhar variadas possibilidades de sentido, quando analisada pelas óticas cruzadas de diferentes mulheres.

---

[108] Tácito aqui se refere ao universo do conhecimento prático: às ações que as pessoas realizam naturalmente, sem precisar parar para pensar em seu valor estratégico, mas que são fruto de um acúmulo de experiências de vida, a partir do qual se realiza algo porque se sabe que aquilo é importante. É um conhecimento subjetivo e singular de cada pessoa.

Numa cartilha que dissemina os princípios e as causas defendidas pelo Movimento Nacional Mães de Maio, as ativistas Elaine Lima e Sulamita Assunção (MÃES DE MAIO, 2019) defendem que o compartilhamento de histórias entre mulheres é uma experiência que pode parecer simples, mas é transformadora, pois possibilita um ato que rompe com as amarras da invisibilidade e do silêncio: o ato de nomear a realidade, ao desnaturalizá-la na experiência dialógica.

Para Elaine e Sulamita, os encontros das redes de que participam são momentos em que se fortalecem pela via do "reconhecimento de histórias nas histórias de outras mulheres, nos ajudando a entender juntas que a violência do Estado não é nossa culpa ou algo individual" (MÃES DE MAIO, 2019, p. 9).

A reflexão dessas ativistas condensa os principais elementos que pude perceber nas interações cotidianas e na construção da expressão pública da Rede Mães de Luta. O coração do processo de mobilização que constroem é o momento em que, reunidas em círculo, as mulheres, ao falar do que vivem e ouvir o que as companheiras vivem, inauguram um processo de experimentação de uma nova consciência sobre as trajetórias pessoais e coletivas e sobre o contexto em que tais trajetórias se desenrolam. E esse processo de experimentação é, também, "de afeto, de renascer da palavra, do amor por nós mesmas e descoberta de coisas diferentes sobre nós (...) transformador do nosso dia a dia, no modo de encarar o mundo e na maneira como nos vemos" (MÃES DE MAIO, 2012, p. 10).

Essa troca pode, efetivamente, ser um caminho importante para a travessia do luto (o ato estrito de sofrer e prantear a perda) à luta (o ato de politizar as mortes e reivindicar justiça). As psicanalistas Cristiane Ribeiro e Bárbara Afonso, colaboradoras da Rede, alertam, contudo, que essa travessia se faz na conexão com histórias semelhantes, mas não pode prescindir do exercício de contrastar a própria história com histórias diferentes.

As psicanalistas consideram essencial a heterogeneidade da rede: o fato de ela ser constituída por mulheres de várias realidades, e não apenas da realidade do luto pelo assassinato de um filho, e mesmo por mulheres em diferentes estágios do luto. Tal heterogeneidade, afirmam, é importante para assegurar que os encontros não sejam momentos de puro pranto; que o transbordamento emocional, frente a realidades efetivamente dilacerantes, não tome conta de tudo. É preciso que a dor do luto seja acolhida e respeitada. É necessário que ela seja tomada como dor a ser pranteada, mas, também, objetivada em reivindicações por justiça.

A troca com realidades semelhantes e diferentes abre caminho à emersão de um novo olhar sobre a própria realidade – um olhar crítico. Essa dinâmica é totalmente conectada com o conceito e os princípios da educação problematizadora de Paulo Freire, que abordamos ao falar do Fórum das Juventudes.

Além disso, as rodas e a problematização gerada nelas se combinam e são potencializadas pela colaboração com coletivos parceiros – simpatizantes da luta, mas não diretamente afetados pelas mesmas dores das Mães de Luta. Artistas e coletivos feministas variados se tornam colaboradores e, ao fazê-lo, ampliam o repertório de elementos estéticos da Rede Mães de Luta. Somam seus elementos simbólicos aos rituais de luto dos atos públicos. É o caso de variados exemplos que já foram mencionados, como o bordado político dos Pontos de Luta e as performances colaborativas Chorar os Filhos, de Nina Caetano, e Mil Litros de Preto, de Lucimélia Romão.

Por fim, conforme também já indicamos, a dimensão política da rede mineira se dá, em boa medida, no diálogo e na colaboração com mulheres de variados outros coletivos de mães (Movimento Mães de Maio, Movimento de Vítimas de Violência do Estado da Baixada Fluminense, Mães de Manguinhos, Mães de Acari, entre diversos outros). Conforme já indicamos, elas estão em permanente e intenso diálogo com as Mães de Luta, conectando as mulheres com as pautas nacionais de mobilização, e têm uma forte presença em todos os grandes atos públicos da rede mineira.

### 4.2.4. Amálgama institucional

A Rede Mães de Luta é ainda bastante jovem – tem menos de quatro anos de vida – e, assim como o Fórum das Juventudes, se configura como um "coletivo de coletivos". É bom termos isso sempre em mente, de modo a não nos esquecermos de que os arranjos que têm viabilizado as ações dessa rede ainda estão amadurecendo e dependem de uma estrutura ainda difusa, espalhada entre entidades e coletivos.

Outra semelhança entre essa rede e o FJ é que ambas são iniciativas que contaram com certa ação indutora. No caso do Fórum, a articulação inicial foi fomentada pelo grupo do Observatório da Juventude da UFMG, frente à constatação de que a afirmação dos direitos das juventudes se fazia imprescindível na cena pública mineira, no início dos anos 2000.

Já no caso das Mães de Luta, o evento de maio de 2019, que juntou variados coletivos majoritariamente femininos que se conectavam à questão do genocídio da juventude negra, mas até então não se articulavam em rede, foi articulado por diversas iniciativas. O evento foi

uma realização que reuniu a AIC, o N'Zinga Coletivo de Mulheres Negras (da RMBH), o grupo Vidas Com Arte (Taquaril), a Casa Acolher (Morro das Pedras), a Frente Estadual pelo Desencarceramento de MG, o coletivo Mães que Choram (Paulo VI) e a Secretaria Municipal de Segurança e Prevenção de Belo Horizonte (que buscava estabelecer conexões comunitárias para a promoção de ações inspiradas na ideia de segurança pública cidadã, com ênfase preventiva, na cidade). Curiosamente, o evento que originou a Rede não nasceu espontaneamente a partir dessas iniciativas de BH, e sim da provocação do Fórum Grita Baixada (da Baixada Fluminense), que naqueles idos de 2019 estava articulando espaços de debate para o lançamento do documentário *Nossos Mortos Têm Voz*.

Há, portanto, um quê de acaso no nascimento dessa rede, impulsionado por um coletivo de outro estado. Mas há, em paralelo, uma convergência óbvia entre lutas, que acabou se evidenciando com bastante contundência no evento de 27 de maio de 2019. Absolutamente todas as pessoas que foram ouvidas pela pesquisa e estiveram presentes naquele momento falam de um transbordamento, de uma experiência de ser tocada de forma muito intensa, de ser impelida a fazer algo com o que foi compartilhado naquele momento. Aquilo tudo que vivemos não podia morrer ali; era importante demais, sofrido demais, não seria ético passar por aquela experiência sem ao menos tentar criar algo a partir dela. Dito de variadas formas, foi mais ou menos isso que ouvi de todas as pessoas (e o que, pessoalmente, também senti).

O acontecimento do nascimento dessa rede me lembra, assim, o aforismo de Carlos Drummond de Andrade (1990, p. 9): "o amor dinamita a ponte e manda o amante passar". Há no mundo inúmeras organizações e redes cuidadosamente orquestradas. Essas nascem com uma garantia de que o chão para caminharem já está minimamente pavimentado. Mas há (e provavelmente isso tem uma incidência bem grande no campo das lutas sociais) as redes, como a das Mães de Luta, que nascem de um chamado à ação que, em última instância, é um convite a lançar-se no ar, sem rota a seguir e sem ponte para garantir a viabilidade da travessia.

Assim, sem rumo pré-definido e sem garantias, começa a história da Rede Mães de Luta. Desde o dia em que ela se formou, portanto, planejar e estruturar as ações são os maiores desafios enfrentados. Para cada passo do caminho, é necessário conceber e construir um arranjo capaz de garantir as condições estruturais mínimas.

Há, evidentemente, um caráter criativo e aberto nessa conformação. Mas há, também, um alto grau de entropia, uma forte tendência à dispersão das energias. Na tensão entre essas duas tendências, a Rede, aos poucos, avança.

No que diz respeito à possibilidade de agregar diferentes forças – ou, se quisermos, diferentes públicos – em torno da causa, a experiência dessa jovem rede é bastante exitosa. A pauta do enfrentamento ao genocídio da juventude negra, quando apresentada a partir das mães e familiares das vítimas, tem demonstrado possuir um forte potencial de atração, sobretudo junto a mulheres e a iniciativas de ativismo lideradas por mulheres.

O caráter dramático da perda de um filho e o horror dessa luta para as mulheres parecem ser apelos que sensibilizam parcerias com entidades as mais variadas, mas majoritariamente de cunho feminino e feminista. Foi esse apelo de uma luta excruciante travada por mulheres que fez a artista feminista Nina Caetano sair correndo de Ouro Preto em direção ao encontro de 27/5/2019, e que parece ter feito com que todas as convidadas daquele dia comparecessem, sem exceção, e também que saíssem dali profundamente comprometidas com aquela causa.

Esse apelo também parece estrar por trás do êxito nas parcerias tecidas nesses quatro anos: todas as pessoas e instituições convocadas a colaborar, em diferentes momentos, efetivamente se esforçaram para tentar dar alguma contribuição. Não é o acaso que faz um evento da Rede Mães de Luta ser uma responsabilidade não só das mulheres diretamente afetadas pela questão do genocício, mas também das mulheres bordadeiras do Pontos de Luta, das Mães Pela Diversidade, da AIC, de variadas outras redes espalhadas pelo Brasil. Isso é muito significativo e especial.

Essa rede tem uma capacidade considerável de promover mobilização social – de convocar vontades, gerar sensibilização e sentido de corresponsabilidade diante de um problema de interesse público, como nos ensinam Henriques e colaboradores (2004, p. 35-40). Mas a mobilização social é, também, coordenar ações dos sujeitos sensibilizados. Esse é um ponto nevrálgico do processo e um grande dilema para a Rede Mães de Luta.

Nos dois primeiros anos da Rede, a responsabilidade por coordenar as ações, desde o momento de convocar as mulheres a pensá-las, foi assumida por Cristiane Ribeiro, integrante da AIC e de muitas outras lutas. Até 2020, ela foi a grande liderança articuladora, fazendo um trabalho que ia muito além da sua função como integrante de uma entidade que havia se engajado na iniciativa.

Como já dissemos, desde o início, há um interesse genuíno de várias pessoas e entidades em contribuir com a viabilização das atividades da Rede, mas é muito necessária uma ação de sistematizar as informações dispersas, provocar e articular as conversas, organizar as ações. Cristiane fez esse papel. Desde 2021, depois da saída dela,

essa ação tem sido feita sobretudo por algumas mulheres da AIC, como a gestora de projetos Viviane Coelho e a mobilizadora Alga Marina. Mas nenhuma delas teve condições de ter um protagonismo tão grande quanto o que havia sido assumido anteriormente pela Cris. E o trabalho de articulação demanda muito tempo.

A falta de um grupo articulador – não uma pessoa, mas um grupo, de modo a garantir perenização da ação estratégica de articular as condições institucionais – faz com que as atividades da Rede sejam, ainda, instáveis. Em certas ocasiões, é possível realizá-las; em outras, não. Por mais importante e exitosa que seja uma atividade, não há garantia de continuidade ou de reedição dela em outros momentos.

Em contrapartida, não podemos perder de vista o amplo conjunto de ações já realizadas, basicamente com a mobilização de recursos não financeiros. Nas grandes ações da Rede Mães de Luta, cada pessoa e cada entidade contribuiu com algo disponível em sua estrutura. A única ação que envolveu a captação de recursos financeiros diretos foi o ciclo "Fortalecendo a Resistência", do segundo semestre de 2021, que contou com uma doação do Fundo de Pequenos Projetos da Comunidade Ecumênica de Serviço (Cese).

De todo modo, a falta de um núcleo articulador é sempre muito sentida. No ano de 2022, por exemplo, em que as entidades estavam especialmente assoberbadas em função das vulnerabilidades enfrentadas pelo terceiro setor naquele momento de extrema criminalização da sociedade civil organizada e de desmonte das políticas sociais, a atuação da Rede Mães de Luta teve um grande refluxo. As atividades foram escassas e esparsas.

Outro aspecto diretamente ligado à coordenação de ações de que nos lembra Henriques é a comunicação institucional da rede. Por vezes via colaborações da AIC, por vezes via colaborações pessoais de Cristiane Ribeiro e de Nina Caetano, foram criadas, à medida que surgiam as demandas, as peças de divulgação e produtos de comunicação que apresentaram, a públicos variados, a luta e as atividades em curso – posts para redes sociais, podcasts, vídeos, flyers, boletins informativos. A construção planejada, organizada e contínua do trabalho de comunicação é um desejo da Rede, mas ainda se constitui numa realidade distante.

No que concerne a questões materiais básicas para as atividades, como o recurso necessário para que as mulheres se desloquem para participar das reuniões, também ainda há um longo caminho a ser percorrido. O único momento em que a questão foi de fato equacionada foi no breve período de financiamento pela Cese. Há esforços de algumas

pessoas em buscar editais e elaborar projetos, mas, a exemplo de todas as demais ações dessa Rede, a energia é disputada com as urgências dos grupos e organizações aos quais as integrantes originalmente se filiam.

Em 2022, provocada por Débora Silva e Kaká Silveira, do Movimento Mães de Maio, a AIC encaminhou um projeto de emenda parlamentar para a deputada Áurea Carolina, prevendo recursos de transporte, hospedagem e alimentação para viabilizar um pequeno encontro, a ser realizado pela Rede Mães de Luta em BH, de lideranças nacionais dos movimentos que enfrentam as violências cometidas pelo Estado. Realizar esse encontro é um desejo que a Rede acalenta desde 2019. É o segundo projeto enviado em nome das Mães de Luta e ele foi aprovado, dando origem ao segundo financiamento já obtido (a se concretizar no 1º semestre de 2024).

A aprovação dos únicos dois projetos já elaborados indica que a Rede Mães de Luta tem potencial de captação de recursos financeiros para o subsídio das condições materiais mínimas necessárias às suas atividades. Contudo, mais uma vez, pesa a questão da articulação – no caso, a necessidade de ter um grupo responsável pela captação mais direta de recursos financeiros e pela mobilização de recursos[109] de forma mais ampla.

No entanto, é muito importante que não deixemos de notar um potencial bastante destacado dessa rede: conforme já indicamos ao discutir as ações de articulação, todas as mulheres que a constituem têm amplos conhecimentos tácitos e naturalmente se lançam à ação de estabelecer vínculos com parceiras as mais diversas – e, assim, mobilizar recursos. Vem da força dessa ação, profundamente enraizada no modo como elas enxergam a luta, a grande energia que torna possível a realização de eventos que reúnem tantas pessoas, provenientes de tantos lugares, que se juntam para gerar condições materiais e potência simbólica para aos atos da Rede Mães de Luta. O desafio, não nos esqueçamos, é a combinação das energias, para que não se dispersem e a rede possa se manter em movimento – portanto, viva.

Outros aspectos relacionados à estrutura necessária para que um público mobilizado consiga manter-se vivo e relevante também se fazem presentes na construção da Rede Mães de Luta. A informalidade da rede, que não tem uma conformação de pessoa

[109] Conforme já indicado, mobilização de recursos, aqui, tem um sentido bastante específico, atribuído por Domingos Armani na discussão sobre a sustentabilidade das organizações do terceiro setor. Diz respeito a todas as formas de recursos que precisam ser acionadas para que uma iniciativa social se mantenha; e ao fato de que, para colocar todos esses recursos em movimento, é preciso construir um modo de agir colaborativo em rede. É um conceito que lembra que ser sustentável exige muito mais ação e criatividade do que meramente buscar dinheiro.

jurídica, não é sequer percebida, hoje, como uma questão pelas integrantes, dada a pouca idade e a ainda pequena escala das ações. Embora esse assunto ainda não esteja em discussão, sabemos, por exemplo, que o Movimento Mães de Maio é contra a institucionalização na forma de um CNPJ, por acreditar que esse caminho se opõe à ideia mais aberta e livre de uma rede. Não cabe aqui discutir esse aspecto, dada a sua complexidade e, especialmente, porque ele ainda não aparece como um problema para as próprias mulheres da RMBH. Contudo, certos processos de estabelecimento de parcerias e de recebimento de recursos financeiros demandam efetivamente um CNPJ, e a solução tem sido, como no Fórum, a de utilizar o CNPJ de uma entidade parceira – o que é uma improvisação que pode, em algum momento, não funcionar.

Mas há uma questão muito mais importante e profunda que não podemos perder de vista: o difícílimo diálogo, de cada mulher e da Rede como um todo, com as estruturas de poder e com as instâncias e políticas de garantia de direitos. Uma burocracia kafkiana perpassa os processos que as mulheres movem na justiça em busca de investigação dos casos dos assassinatos de seus filhos e de medidas de reparação pelo Estado. E, nesse aspecto, por mais que o ativismo na Rede seja um exercício de luta histórica e de vocalização da indignação perante as estruturas de injustiça, é muito desalentador para essas mulheres saber que, não importa o quanto lutem, na lida com os seus casos tramitando na Justiça, ainda estarão diante de um muro quase intransponível de preconceito e burocracia – por isso, a grande maioria delas desiste da luta antes de começar.

O mesmo podemos dizer em relação ao racismo e à estrutura genocida das políticas de segurança pública. O que se conquista na luta coletiva contra esses horrores tão impregnados em nossa sociedade são, no máximo, fissuras. Isso fica evidente, por exemplo, nos mais de dois anos de tramitação, em passos lentíssimos, dos projetos de lei, criados pela deputada estadual Andréia de Jesus em parceria com as Mães de Luta, que propõem a instituição da Semana Estadual das Vítimas de Violência de Estado em MG, além de medidas de reparação quanto a essas violências.

Então, por que essas mulheres seguem lutando? A resposta para essa pergunta não é difícil: porque seria muito pior sem lutar. Porque uma luta social não é um cálculo matemático de ações versus possíveis resultados práticos em termos de transformação da sociedade.

A luta é o exercício de não se curvar frente aos mecanismos que levam à negação da própria humanidade, mesmo que esse ato de não se curvar não gere, no tempo de uma vida inteira, nenhuma alteração na macroestrutura social. Mas é esse ato que desloca do luto para a luta uma mãe que, no diálogo com outras mulheres que passaram por sofrimentos absurdos como os dela, entende que não é a culpada pelo assassinato do filho, e sim, como ele, vítima de uma estrutura genocida.

O que se obtém ao lutar, então, é da ordem do que os capitalistas chamam de "valores intangíveis", mas que nós, que estamos com as mulheres nessa lida, preferimos chamar de amorosidade, dignidade e senso de justiça – valores que são, sim, muito tangíveis, pois significam a diferença entre ser objetificado pelo olhar do outro e ser humanizado a partir do próprio olhar, construído na luta coletiva. São valores que, ao afirmar a humanidade, impulsionam cada pessoa, mas também dão forma e conferem energia vital e relevância aos públicos nos processos de mobilização social. A mobilização construída por essas mulheres, portanto, é, sim, o salto para onde se sabe que não há ponte aguardando. Mas também é, como bem resumiu Manoel de Barros (2010, p. 302), a poesia de "voar fora da asa".

# 5. QUAN-DO O LUTO É LUTA

## 5.1. Entre admirar e mirar

Guardar uma coisa não é escondê-la ou trancá-la.
Em cofre não se guarda coisa alguma.
Em cofre perde-se a coisa à vista.
Guardar uma coisa é olhá-la, fitá-la, mirá-la por admirá-la, isto é, iluminá-la e[110] ser por ela iluminado.
Guardar uma coisa é vigiá-la, isto é, fazer vigília por ela, isto é, velar por ela, isto é, estar acordado por ela, isto é, estar por ela ou ser por ela.
Por isso, melhor se guarda o voo de um pássaro
Do que de um pássaro sem voos.
Por isso se escreve, por isso se diz, por isso se publica, por isso se declara e declama um poema:
Para guardá-lo:
Para que ele, por sua vez, guarde o que guarda:
Guarde o que quer que guarda um poema:
Por isso o lance do poema:
Por guardar-se o que se quer guardar.
*Antonio Cicero* (2006, p. 11)

Antes de adentrar no tema deste capítulo, vale um preâmbulo para comentar brevemente o propósito e os caminhos que levaram ao formato que ele acabou, por fim, ganhando. A tarefa aqui é imensa: tentar mostrar quão singulares, valiosas e cheias de ensinamentos são as experiências de duas protagonistas fundamentais da luta contra o genocídio da juventude negra.

O caminho que consigo construir para dar conta dessa tarefa é o da minha vida: tentar contar aqui o que vivenciei, observei e ouvi acerca da construção cotidiana dessas duas redes. Afinal, é na ação miúda de cada dia que emerge *a arte do fraco* (nas palavras de Certeau, 1994, p. 102): os fazeres sutis, fugazes, bricoladores, poéticos e tenazes que subvertem os sentidos instituídos por sistemas de opressão. O cotidiano é o terreno da invenção.

É necessário, então, dar muita atenção aos movimentos do tempo do cotidiano: os fazeres ínfimos do dia a dia, que tecem lentamente as mais extraordinárias (mas por vezes invisíveis ou nada valorizadas) invenções. Mas também é preciso ter atenção aos movimentos da história, pois estamos diante de corpos coletivos: organismos vivos que constroem uma trajetória no tempo, ao elaborar diversos arranjos e adaptações em sua

[110] Cometi a ousadia de trocar uma palavra aqui. O texto original é: "iluminá-la ou ser por ela iluminado".

incessante busca por garantir as condições para se manterem vivos. Ambos – o pequeno movimento do cotidiano e o estendido movimento ao longo da história – são fascinantes.

É muito desafiador falar de algo tão fugaz como o movimento. Seria possível analisar o movimento sem cometer o pecado de, ao tentar congelá-lo, deixar escapar o que ele tem de mais precioso? Escrevo este texto já sabendo a resposta: isso é impossível. O encantamento da vida, do viver em movimento, não cabe aqui. Mas espero conseguir, por vezes, dar uma ou outra pista dele.

Meu modo de falar do miúdo do cotidiano e do movimento histórico da luta acontece, nessa pesquisa, na dialética entre mirar e admirar. Freire ensina que mirar é olhar de fora, a distância. É a posição do não sujeito da educação bancária, que toma aquilo com o que se depara como algo dado. Mas "a operação de mirar implica outra – a de 'ad-mirar'. Admiramos e ao adentrar-nos no admirado o miramos de dentro e desde dentro, o que nos faz ver" (FREIRE, 2011, p. 51). O movimento de mirar está ligado às confortáveis ações de classificar e rotular. O de ad-mirar está ligado à comichão do problema – que nos convoca ao risco, mas que também é a aventura do conhecer.

> Ad-mirar implica pôr-se em face do "não eu", curiosamente, para compreendê-lo. Por isso, não há ato de conhecimento sem admiração do objeto a ser conhecido. Mas se o ato de conhecer é um processo – não há conhecimento acabado – ao buscar conhecer ad-miramos não apenas a objeto, mas também a nossa ad-miração anterior do mesmo objeto. (FREIRE, 2011, p. 78)

O ato de admirar traz, portanto, uma reflexão crítica sobre a própria percepção do mundo. Ao problematizar, a um só tempo, o que se busca compreender e o próprio processo de construção da compreensão, é possível romper com a falsa dicotomia entre teoria e prática, pois o conhecer incide no agir e vice-versa. Teoria e prática também se mostram, portanto, par dialético.

A presente pesquisa (como de resto toda e qualquer pesquisa) é, de um lado, um exercício duro de mirar os processos. Ao construí-la, muitas vezes senti a necessidade de separar e organizar, a meu modo, os elementos que observei e investiguei – vide o capítulo anterior, em que apresentei uma cronologia e uma descrição da ação dos movimentos, a partir de uma categorização, que eu mesma criei, com o objetivo de facilitar o entendimento de um conjunto muito grande de práticas. Peço paciência com a minha tendência a tentar ordenar o mundo no texto, fruto da formação e do exercício de três décadas de jornalismo e de redação de projetos e relatórios. Por ser essencialmente uma redatora, sinto a necessidade de construir narrativas que esmiúcem como os processos acontecem e os ordenem.

Mas sei que, assim como acontece na minha própria vida, esta pesquisa é uma mescla entre mirar e ad-mirar. Porque meu lado jornalista e nerd que entrou para o curso de Comunicação Social em 1990 sofreu um forte abalo três anos depois, quando veio a paixão pela comunicação comunitária. Desde então, sou um misto de Manual de Redação e Pedagogia do Oprimido. É por isso que vêm exatamente de Paulo Freire essas duas palavras – mirar e admirar – a partir das quais encontrei um jeito de entender então a dialética da minha própria busca pelo conhecer, que acredito ser frutífera na inteireza da fricção entre essas duas forças que constituem meu pensar/experimentar/sentir o mundo.

Esta tese busca, assim, ser um processo de construção do conhecimento em que eu, pesquisadora, assumo o lugar de onde falo, sem escamotear as marcas do meu olhar, mas sem esquecer que meu lugar é, também, o do sujeito social. Portanto, não cabe a ideia isolada de "eu penso", mas sim a implicação no "nós pensamos".

Nessa implicação do "nós pensamos", eu trouxe para o presente capítulo, abrindo a discussão de cada tema, textos geradores (mais uma vez, Paulo Freire abre os meus caminhos): trechos dos relatos das 30 pessoas que se dispuseram a ser minhas parceiras na empreitada de construção da tese. A íntegra dos valiosos relatos delas estão, como já indicado, num site que foi especificamente construído para abrigá-los sem cortes, dada a sua riqueza.

Os trechos aqui destacados são resumos de pontos dos relatos que mais se conectam com as discussões da pesquisa, trazendo a ela imprescindíveis e instigantes olhares. Frente aos saberes desses sujeitos, o meu exercício, por toda a vida, tem sido de reverente admiração. Espero ter conseguido fazer o mesmo nesta tese.

Os textos geradores foram agrupados de acordo com questões que dizem respeito à ação dos públicos nos processos de mobilização social, que é o campo de pesquisa ao qual me filio. Foram, ainda, colocados em diálogo com o meu olhar – tanto em relação ao campo de pesquisa, ao qual ambiciono dar uma contribuição por meio da tese, quanto em relação às reflexões dos sujeitos que colaboraram com a pesquisa.

Trago, então, nossos olhares cruzados, e em conexão com outros autores – de fontes bibliográficas mais tradicionais, os livros – relacionados aos temas da pesquisa. Entusiasta que sou da diversidade – riqueza que viabiliza e confere encanto à vida –, acredito que toda essa mistura pode nos conduzir por bons caminhos para refletir sobre os fazeres e saberes dessas redes em movimento.

**Breve nota sobre a expressão "meu olhar"**

Quando uso aqui a expressão "meu olhar", estou falando, na verdade, do olhar reflexivo que construí junto com as 30 integrantes das lutas com as quais dialoguei, cuja colaboração também foi fundamental à construção desta tese.

Falo ainda do meu mundo de inquietações caóticas, muitas vezes disformes, que só ganharam forma e sentido a partir de um processo de escuta paciente e de diálogo aberto com um coautor fundamental, que habita os bastidores das dissertações e teses: o orientador. Acho importante destacar aqui meu grande parceiro de orientação, Márcio Simeone Henriques.

Ao dizer "meu olhar", abarco ainda as super importantes contribuições que recebi da banca de qualificação: Valter Filé, Laura Guimarães e Vanessa Veiga. Saí do diálogo com a banca com a provocação de apostar numa escrita menos protocolar e ancorada nas vivências da autora e dos sujeitos da pesquisa, e isso foi essencial para todo o caminho que se seguiu.

Ao explicitar essas contribuições que foram tão importantes no processo de criação, quero de um lado assumir a responsabilidade pelo que aqui vai escrito, mas sem deixar de reconhecer e expressar gratidão à contribuição tão generosa e importante que recebi do Márcio, ao longo de todo o caminho, e das pessoas da banca de qualificação, naquela parada que a gente faz no meio do processo de construção da pesquisa, para avaliar as trilhas escolhidas e, assim, melhorá-las.

# Públicos em ação

## 5.2. Públicos em ação

***Fórum das Juventudes: rede que alicerça a ação política***

*Russo APR – Flávio da Silva Paiva*[111]

O Fórum das Juventudes é um alicerce da nossa atuação política. Ele nos possibilita pensar, debater e agir em relação aos problemas que afligem o jovem, especialmente o jovem que tem seus direitos violados. Coloca em debate temas urgentes, que muitas vezes são invisíveis ou mesmo rejeitados. Um dos mais urgentes temas que ele coloca em discussão, hoje, é a questão do genocídio da juventude negra.

Uma rede comprometida com essa e outras pautas relacionadas aos direitos juvenis se faz necessária, pois ela pode articular recursos, vindos de várias instituições e coletividades, que muitas vezes são inacessíveis para os grupos marginalizados.

O Fórum trabalha por uma articulação efetiva e participativa em rede, envolvendo dos mais informais coletivos até grandes organizações. Por isso, ele é uma referência para as discussões, em BH e redondezas, e até mesmo no estado e no país, das pautas juvenis.

O Fórum tem três papéis principais, a meu ver: o primeiro é a escuta e o diálogo com as juventudes; o segundo é o enfrentamento / educação institucional na lida com o poder público; e o terceiro é a ação direta, criando espaços formativos, campanhas e eventos.

As campanhas e os eventos são estratégias de comunicação, formação e mobilização cultural para incidir na política. Um dos mais importantes eventos, a meu ver, é o oKupa. Os processos formativos, mais que os eventos de culminância, são espaços de discussão e construção de entendimentos das questões que afetam a juventude negra e periférica. Já os eventos de culminância são espetáculos de expressão cultural livre e diversa muito ricos, que fizeram história nas comunidades.

O Fórum, hoje, conhece a fundo as juventudes de toda a Região Metropolitana de Belo Horizonte, pois desenvolve um trabalho de diálogo com elas há quase 20 anos. Os jovens que atualmente assumem um lugar de protagonismo nessa rede podem, então, contar com o peso dessa história, que os empodera perante a sociedade civil e o poder público.

---

[111] Russo APR é o nome artístico de Flávio da Silva Paiva. APR remete a Artilharia Pesada da Rima, grupo de hip-hop no qual ele iniciou a carreira artística. O presente texto foi extraído de https://quandoolutoeluta.org.br/vivencia/russo/. Com o objetivo de síntese, o texto original foi editado pela autora da tese em parceria com Flávio da Silva Paiva.

***A imaginação transformada em expressão e em ação política***

*Lopo – Gabriel Lopo Silva Ramos* [112]

O Fórum das Juventudes é um espaço de formação e de mobilização calcado na experiência, que traz sabedoria e saberes. Partimos da experiência e nela os jovens desempenham o papel de mobilizar e de educar, lidando com termos com os quais muitas vezes não estão familiarizados, como comunicar, sistematizar, escrever, pôr no papel, e contando histórias, através de produções comunicativas. O jovem sai dessas experiências com outro repertório, outras possibilidades de atuação. Por isso, embora não tenhamos a pretensão de ser uma escola de formação de jovens, temos uma ação importantíssima nesse campo.

Um exemplo de experiência profundamente formativa e transformadora é o oKupa, que promove uma movimentação política que é fundamental, mas que acontece fora dos espaços da institucionalidade. Nele, o jovem pode externar o que pensa e, de um modo dinâmico, construir e multiplicar compreensões fundamentais à luta social.

Percebo que o oKupa envolve muito os coletivos justamente por ser uma mostra de culturas juvenis, ou seja, ele parte de uma experiência que é muito forte para o jovem – os coletivos de arte e cultura – para construir intervenções, em espaços da cidade, que denunciam as violências que a juventude sofre. Com isso, ele é um espaço de expressão política e cultural. Tem, assim, um papel fundamental de mobilização social e de dinamização da cultura juvenil de Belo Horizonte e de municípios do entorno. Por consequência, o oKupa é um patrimônio não só cidade, mas de toda a RMBH.

A construção do oKupa é participativa em todos os momentos. A curadoria, a escolha do tema, a montagem da programação, tudo é feito coletivamente. Além disso, o processo envolve e estimula a criação artística juvenil da cidade. A arte nos permite pensar a quebrada, o bairro, a cidade que queremos e merecemos. Quais sonhos queremos ter. Com a arte e a cultura, podemos imaginar mundos melhores. O oKupa permite que tal imaginação seja transformada em expressão e em ação política.

---

[112] Extraído de https://quandoolutoeluta.org.br/vivencia/lopo/. Com o objetivo de síntese, o texto original foi editado pela autora da tese em parceria com Gabriel Lopo Silva Ramos.

***Quando um coletivo está presente, toda a rede se faz presente***

*Bim Oyoko – Fabrício Tadeu de Paula* [113]

O Fórum das Juventudes tem o fundamental papel de conectar coletivos que atuam em causas as mais variadas, tendo em comum o enfrentamento às violações de direitos que culminam no genocídio da juventude negra.

O tempo todo, essa rede promove o debate e a formação. Então, ela forma, o tempo todo, multiplicadores, e esses multiplicadores levam a luta adiante. Assim, o Fórum possibilita que sejam construídas conexões numa perspectiva emancipatória, e não paternalista. Quando queremos discutir ou nos aprofundar em uma determinada questão, podemos procurar diretamente um dos coletivos para nos apoiar nesse debate, sem precisar passar pelo comitê gestor, pela secretaria executiva ou qualquer outra instância institucional do FJ.

Isso tem ampliado demais nossas possibilidades de ação conjunta e de atuação. A rede que o Fórum reúne nos dá a sensação de acolhimento, de que não estamos sozinhos – e de que, dessa forma, podemos aprender e crescer juntos, nos apropriando de metodologias, dinâmicas e processos formativos para diferentes públicos e temáticas.

O Fórum funciona como rede. Então, é importante que as pessoas compreendam que, mesmo que a instância mais institucional – a secretaria executiva ou representantes do grupo gestor – não esteja num determinado debate, quando o Coletivo Terra Firme está, a Batalha da Rocha está, a AIC está, o Fórum se faz presente, a partir da presença dos integrantes da rede de entidades e coletivos que o compõem.

Somos uma rede formada por vários coletivos que possuem uma atuação bastante capilarizada e incisiva na sociedade. Isso nos dá força para incidir no debate sobre a segurança pública, que é dominado por discursos que apresentam o jovem negro e periférico como bandido em potencial, como aquele que é uma ameaça, e que por isso pode ser encarcerado e eliminado. É só em rede que o Fórum consegue travar a disputa política, questionando e desconstruindo essa lógica fascista que sustenta o genocídio da juventude negra.

[113] Extraído de https://quandoolutoeluta.org.br/vivencia/bim-oyoko. Com o objetivo de síntese, o texto original foi editado pela autora da tese em parceria com Bim Oyoko (Fabrício Tadeu de Paula).

***Luta para ensinar e aprender: a mudança acontece na gente e a gente leva adiante***

*Ednéia Aparecida de Souza*[114]

Sou de um dos grupos fundadores da Rede Mães de Luta: o Temperando Vidas Com Arte, que tem na geração de renda um caminho de superação da violência de gênero e é fruto de décadas de luta da comunidade do Taquaril.

Participando da Rede, aprendi com a Dona Tereza[115] sobre o abolicionismo penal, que denuncia que o nosso sistema penal tem raízes na escravidão e é seletivo: criminaliza a população pobre, negra e periférica. E também que a guerra às drogas é, na verdade, um mecanismo de criminalização da pobreza. Eu devo tanto à Dona Tereza... Eu tinha uma visão muito turva. Ela abriu a minha visão.

Também devo muito à Kaká. Ouvir o relato de vida dela mudou a minha própria vida, pois fui tocada. Uma coisa é ver a história contada na televisão. Outra coisa é estar olhando nos olhos da mãe que viveu a situação de ter o filho jovem assassinado.

Tudo isso vai dando um outro sentindo pra vida... Eu tenho mais de 40 anos de luta social e não tinha a visão crítica sobre o sistema carcerário que adquiri ao participar da Rede. A mudança acontece na gente e a gente leva adiante. Apesar da enorme dificuldade em sensibilizar a sociedade, creio é possível multiplicar a luta assim. E a visão crítica que ela nos dá gera um empoderamento de nossas ações nas comunidades e das nossas falas nos debates com o poder público.

Participar da Rede é ensinar e aprender. Eu, por exemplo, tento contribuir com a discussão da geração de renda como condição para a superação da violência, porque não tem jeito de fazer luta se você não tiver dinheiro. Nós, Mães de Luta, trocamos saberes, aprendemos e levamos adiante. É isso o que fazemos. É costurando essas sabedorias que a gente vem construindo essa história toda.

---

[114] Extraído de https://quandoolutoeluta.org.br/vivencia/edneia-aparecida-de-souza/. Com o objetivo de síntese, o texto original foi editado pela autora da tese em parceria com Ednéia Aparecida de Souza.

[115] Trata-se de Tereza dos Santos, presidente do Grupo de Amigos e Familiares de Pessoas em Privação de Liberdade de Minas Gerais e uma das grandes lideranças do movimento Desencarcera, articulação nacional que denuncia a seletividade penal no Brasil e combate a violência estrutural dos presídios.

***Ser acolhida e acolher: dinâmica essencial da luta***

*Juthay Nogueira*[116]

Desde nossas primeiras atividades na Rede Mães de Luta, percebo que um elemento fundamental é a acolhida. A acolhida é muito importante porque a mulher é capaz de gerar muita coisa, e de transformar. Mas ela só consegue encontrar a sua força e experimentar o que é capaz se, ao invés ser só violentada, é acolhida e amparada. Quando uma mulher é verdadeiramente acolhida, ela encontra força no grupo. E uma mulher fortalecida é capaz de fazer muito. Por isso, a acolhida fortalece cada uma e possibilita que o grupo tenha forças pra lutar.

Mas, do outro lado, tem o acolher: o compromisso de estar ali umas pelas outras. E esse acolher, às vezes, é com coisa simples, como um abraço, arrumar o cabelo da colega, ir com ela num médico. Às vezes, é ligado a coisas mais complicadas, mas sempre há de existir alguém das nossas redes pra somar. Essa dinâmica da acolhida e do acolher é, portanto, importantíssima. Porque vou te dizer uma coisa: dificilmente uma mulher acolhida se perde. E a mulher que é acolhida quer acolher também.

As mulheres que lutam para sobreviver nas favelas enfrentam dificuldades imensas, todos os dias, a partir dos vínculos de amor, solidariedade e apoio mútuo que criam. Na rede, essa nossa capacidade é o combustível da luta.

Mas a batalha da nossa rede é muito profunda, viu? Porque não é a droga que deixa o favelado vulnerável. O que deixa o nosso povo em situação de vulnerabilidade é a miséria. É a miséria que faz uma mãe ter que sair para trabalhar em jornada tripla e deixar o filho na mão de calango, pois não existe uma creche pra recebê-lo com dignidade. É por isso que temos que juntar as nossas lutas. E é por isso, também, que a questão da renda tem sido pautada na Rede Mães de Luta, que em todos os seus eventos tem feira de artesanato.

Enfim... Nessa nossa luta, que no fundo é uma luta por sobrevivência, uma coisa que nos une como uma rede é o trabalho para quebrar o ciclo da miséria e, assim, enfrentar a violência.

---

[116] Extraído de https://quandoolutoeluta.org.br/vivencia/juthay-nogueira/. Com o objetivo de síntese, o texto original foi editado pela autora da tese em parceria com Juthay Nogueira.

***A injustiça que acontece com cada uma dói no coração de todas***

*Kaká Silveira*[117]

Quando mulheres marcadas pela dor da perda do filho assassinado se encontram e se juntam, a injustiça sofrida por cada uma passa a doer no coração de todas, e aí todas lutam unidas. Sem isso, cada uma estaria gritando sozinha para o vazio.

A Ana Paula fala que ela, antes da Rede, estava calada, mas por dentro gritava. Ninguém merece sofrer em silêncio, nem perder o filho aos poucos – pela dependência química, por problemas de saúde mental, pelo círculo vicioso que acontece quando se entra no sistema prisional. Tudo isso é passar pelo luto de um filho vivo.

Juntas, choramos, cantamos, gritamos, trocamos ideia, discutimos, rimos, brigamos, fazemos as pazes. Nem sempre conseguimos realizar todas as ações que gostaríamos. Mas resistimos. O Estado não está mais sem vigilância e contestação. Existe uma rede que denuncia violências e assassinatos que ele comete, e que exige reparação.

Quando tem atividade, fazemos de tudo pra ir. Tem mulher que vai mesmo sem ter tempo, mesmo exausta depois de um dia de trabalho duro desde a madrugada, mesmo morrendo de sono. Nós vamos porque nos faz muita falta o espaço do desabafo e do acalento. Amamos o encontro, a conversa, as trocas, o lanchinho. Porque é só ali que temos pra falar das nossas dores – ora chorando, ora rindo, ora fazendo as duas coisas juntas. É tanta emoção ao mesmo tempo que deve ter quem nos olhe e pense: "que mulherada doida!".

Mas não são todas que se sentem à vontade pra falar. Tem as mulheres que não gostam de falar sobre o que estão passando. Cada uma sabe o que quer falar e qual é a hora de fazer isso. O papel de quem está há mais tempo é convidá-las a falar, dizer pra elas que ali é pra gente se abrir, dar a elas essa segurança. Eu faço esse papel na rede. E é um alento saber que consigo ajudar as demais, e que posso dar meu grito de guerra, junto com elas, nas avenidas, na Assembleia, no tribunal. Mas sei que precisamos crescer muito, que nosso grito precisa chegar em muito mais lugares, ser ouvido por muito mais gente.

---

[117] Extraído de https://quandoolutoeluta.org.br/vivencia/kaka-silveira/. Com o objetivo de síntese, o texto original foi editado pela autora da tese em parceria com Maria do Carmo Silveira (conhecida, na luta social, como Kaká Silveira).

**A ação dos públicos em três dimensões**

Os integrantes do Fórum das Juventudes e da Rede Mães de Luta nos falam, de forma entusiasmada, que tais redes são uma articulação fundamental de pessoas que decidiram pelo caminho da ação política para fazer frente a injustiças – injustiças que, nas redes, são tomadas como dores de todas e todos. São instâncias de ação coletiva que nascem, se sustentam e se ampliam pela ação cotidiana de pessoas e coletividades que se juntam para enfrentar um grave problema de violação de direitos que as afeta.

A ação coletiva, contam, acontece em diferentes frentes, sempre com o objetivo de combinar da melhor forma as capacidades e os recursos de cada integrante para, além de buscar soluções, manifestar, em público, as injustiças e violências que os afetam.

O fazer dessas redes, indicam essas pessoas, é ao mesmo tempo um saber. Nessas lutas, o conhecimento é encarnado na prática. E os atos de aparecimento público são espaços essenciais para elas se perceberem, se mostrarem e se expressarem como públicos mobilizados em prol da causa que têm em comum: o enfrentamento ao genocídio da juventude negra.

Nas descrições da ação das Juventudes e das Mães de Luta feitas por integrantes dessas redes, podemos perceber as três dimensões imbricadas da experiência dos públicos em processos de mobilização social das quais nos fala Márcio Simeone Henriques (2017): cognitiva, performática e organizativa.

A dimensão cognitiva, destaca o autor, é a da autopercepção e da construção do "saber-fazer". Há, de um lado, o ato imbricado de perceber-se como um público em processo de mobilização social ao ver-se afetado por um problema e agir em relação a tal afetação. Há, de outro, um agir cotidiano a partir do qual emerge um conhecimento sobre o contexto da mobilização, sobre o modo de mobilizar e sobre o sentido da ação.

A dimensão performática, lembra Henriques (2017), abarca as diversas formas por meio das quais um público aparece e se afirma, como tal, no espaço público. A performance, destaca, é expressão e demonstração do próprio movimento, e abarca a dimensão não só das ruas, mas dos mais variados espaços de visibilidade, como o espaço midiático.

Por fim, a dimensão organizativa de um público, nas palavras do autor, é a da "estrutura de ação menos ou mais definida, menos ou mais abstrata, menos ou mais difusa, menos ou mais mobilizada, menos ou mais organizada, conforme se efetivem dinamicamente as interações e os vínculos entre os seus membros" (HENRIQUES, 2017, p. 60-61). Um público nasce da projeção (da imaginação sobre a qual nos falou Lopo, do FJ) de uma coletividade, que percebe uma causa, começa a se ver como um público reunido em

torno dessa causa e a identificar um âmbito de interação com outros públicos. Contudo, só há um público, de fato, quando essa projeção ganha concretude: quando uma coletividade se assume e dá-se a ver como um todo, que tem uma unidade e um modo de organização.

Ao se lançarem em processos de mobilização social, portanto, os públicos instituem uma dinâmica na qual, a um só tempo, compreensões, modos de ação e expressão, e meios de sustentação da ação, são continuamente construídos e reconstruídos, configurados e reconfigurados.

A Rede Mães de Luta e o Fórum das Juventudes ganham vida, sentido e relevância num contexto de interações entre sujeitos e coletivos que se conectaram no ato de perceberem-se afetados pelo mesmo problema público – por um problema que é fruto da estrutura desigual da sociedade. Ao mesmo tempo em que constroem essa percepção, esses públicos emergem e se lançam à ação: passam a atuar ativamente e a se fazerem visíveis no contexto de disputas de sentido em torno das questões relacionadas ao racismo, ao encarceramento e ao genocídio da juventude negra e periférica.

**O agir dos públicos**

A luta política dessas redes é uma ação que acontece num ambiente de disputa de sentidos. Agir nesse ambiente é, pois, algo que envolve questionar, problematizar, argumentar, apresentar narrativas, dialogar. Não nos filiamos a abordagens que consideram a comunicação um mero processo de transmissão de olhares pré-concebidos sobre o mundo, e a política como mero campo de manipulação e coerção, como estritamente um domínio em que só haveria lugar para os mecanismos capazes de fazer valer a lei dos mais poderosos. Acreditamos – e os fazeres/saberes dessas redes nos mostram vividamente – que a comunicação é um agir em interação, e que o mundo que temos em comum não está dado; há, portanto, espaço para a luta política. Ele está em permanente construção: numa construção incessante que acontece nas diversas e complexas tramas relacionais do cotidiano.

Para discutir as experiências comunicacionais dessas duas redes elegemos, portanto, uma compreensão específica do campo da comunicação. Uma compreensão que postula o ato de comunicar como um agir vivo, dinâmico, compartilhado: fruto da interação dos sujeitos. A partir desse olhar, a comunicação se evidencia como um fazer que conecta, coloca em movimento, e abre caminho a transformações – de indivíduos, de coletividades e da sociedade.

Nossa compreensão dos processos de comunicação e de mobilização social se filia às perspectivas do pragmatismo e, mais especificamente, da praxiologia. Em contraposição à abordagem funcionalista da comunicação, que postula os lugares cindidos de emissor e receptor, sendo a conexão entre os dois considerada uma operação linear de transmissão de informação (representações do mundo que seriam formuladas previamente na mente do emissor), buscamos compreender a comunicação como um fazer em comum dos sujeitos.

No pragmatismo, corrente filosófica nascida na segunda metade do século 19,[118] o representacionismo, ou a concepção segundo a qual o conhecimento seria uma representação do mundo, produzida pela mente do sujeito, é colocado em xeque. Segundo Paula Simões, para o pragmatismo, não há verdades apriorísticas e absolutas (2010, p. 70).

Para Richard Sennett (2007, p. 329), os pragmatistas têm a experiência como seu conceito unificador. Em linhas gerais, podemos dizer que sua ênfase recai sobre a experiência vivida: o agir no mundo, o *continuum* de interações que o ser-no-mundo estabelece com o meio em que vive. Toda e qualquer formulação de sentido emerge desse contexto do agir em interação: "o mundo [ou a compreensão de mundo] é fruto da experiência do ser, resultado do ser-no-mundo e de seu existir concreto como agente atuante sobre o real". (BOUYER, 2010, p. 166)

A praxiologia, perspectiva de abordagem que ganha centralidade nas Ciências Sociais desde a segunda metade do século 20, é tributária do pragmatismo, e propõe "uma ontologia radicalmente processual do mundo societário". (PETERS, 2020, p. 170) Para essa corrente, a sociedade é tecida continuamente pelas práticas dos agentes que a constituem. Não existe nem como algo dado, que transcenda os sujeitos; nem como um mero somatório de pessoas: é um arranjo sempre em construção, ao longo das interações.

Louis Quéré propõe um modelo praxiológico da comunicação. Ele toma como base uma formulação do biólogo e filósofo chileno Francisco Varela, que entende o ato de comunicar como "modelagem mútua de um mundo comum por meio de uma ação conjugada" (VARELA apud QUÉRÉ, 2018, p. 15), e conceitua a comunicação como atividade de construção de um mundo compartilhado, de uma perspectiva comum a partir da qual os sujeitos especificam o modo como se relacionam entre si e com o mundo. Ela permite aos sujeitos em interação

[118] O pragmatismo nasce do trabalho dos norte-americanos Charles S. Peirce (1839-1914), William James (1841-1910) e John Dewey (1859-1952); suas formulações contemporâneas (desde o final do século 20) têm como referências autores como o alemão Hans Joas (nascido em 1948) e Richard Rorty (1931-2007).

> construir, de maneira coordenada e de acordo com o modo do "sentido encarnado", aquilo que torna mutuamente manifesto ou sensível na interação: a saber, uma forma de tecer vínculos, uma estrutura de expectativas recíprocas, um mundo e um horizonte comuns e certamente um conteúdo da comunicação (...) Essa definição se aplica tanto à comunicação ordinária quanto à social na cena pública (espaço no qual a construção de uma perspectiva comum sobre os acontecimentos é o objeto de uma ação coletiva. (QUÉRÉ, 2018, p. 24-25)

Cefaï (2013) sublinha que públicos e problemas públicos são indissociáveis, posto que um problema público é uma perturbação, "um incômodo que provoca uma arena pública com sensibilizações, preocupações, com a mobilização de investigações, experimentos". (CEFAÏ, 2013, tradução nossa)

Frente à perturbação, instaura-se a dinâmica de problematização, que abre sentidos antes instituídos: os critérios de normal e patológico, legítimo e inaceitável, legal e desviante, justo e insuportável são colocados em xeque, testados, discutidos, experimentados. Na arena pública temporária que se institui, grupos variados emergem, ganham consistência, se nomeiam e se confrontam. É instaurada uma trama de disputas e controvérsias, de tensões entre públicos e contra-públicos (WARNER, 2016), de embate entre forças de mobilização e desmobilização (SILVA, 2016).

Para Cefaï, problemas públicos e públicos, em sua emersão imbricada, dizem respeito a uma exploração – por sentidos, atos e palavras –, a uma busca por reconfiguração dos sentidos desestabilizados. Nessa dinâmica de exploração, os públicos buscam produzir reenquadramentos. Denunciam, questionam e criticam percepções, crenças e moralidades. Pressionam convenções e instituições. Promovem investigações, experimentações e discussões – exercícios de reinvenção da sociedade, segundo o autor. O problema público, conclui Daniel Cefaï, é um movimento reflexivo em que a sociedade se autoproduz, criando novas descrições, categorizações e interpretações de si mesma. (CEFAÏ, 2013)

Fórum das Juventudes e Rede Mães de Luta são experiências de mobilização social nas quais dois públicos distintos incidem na controvérsia em torno do genocídio da juventude negra, buscando desestabilizar sentidos instituídos em relação ao problema.

Conforme destacam os participantes dessas redes, o que já está fortemente instituído no senso comum é a percepção que associa juventude negra e periférica a crime, não atribui valor às vidas de tais jovens e naturaliza o assassinato em massa deles. A ação das duas redes, eles nos indicam, é, pois, voltada à construção e se dá pelo espalhamento

de compreensões radicalmente distintas do problema: que consideram os profundos processos de exclusão e falta de oportunidade que fazem as juventudes vulneráveis ao crime e à morte; que humanizem o olhar em relação às vidas jovens negras, destacando o valor e a importância de tais vidas; por fim, que denunciem como um horror inadmissível o genocídio dessas juventudes.

A seguir, discutiremos como tais redes nascem e como agem pela instituição de novos sentidos na causa do enfrentamento ao genocídio da juventude negra. Nossa atenção vai se voltar à ação em curso – aos atos por meio dos quais elas se constroem, de forma ininterrupta.

# Acontecer: irromper e entrar em erupção

### 5.2.1. Acontecer: irromper e entrar em erupção

***Processos que marcam a vida dos jovens e da cidade***

*Alga Marina Silva*[119]

O Fórum das Juventudes realiza processos formativos e promove eventos que marcam a vida dos jovens e a vida da cidade. Comecei a participar dele justamente no momento de um acontecimento muito impactante, que foi o processo de ocupação do Centro de Referência da Juventude (CRJ).

Estar naquela ocupação, no calor de tantos debates e tensões, construindo um movimento de resistência, marcou a vida de quem participou. E nossa luta pressionou o poder público e foi essencial para que aquele centro começasse a funcionar, depois de muitos anos fechado, e para que houvesse um mínimo diálogo com os movimentos juvenis. Então, o Ocupa CRJ marcou a minha vida (ali, identifiquei que as juventudes eram a minha pauta, a minha luta), a vida de vários outros jovens, e a vida da cidade.

Desde que comecei a fazer parte dessa rede, em 2016, ela vem acumulando inúmeras outras ações marcantes. Um exemplo muito citado, dada a potência dele, é o oKupa. Ele é um processo de mobilização e formação das juventudes que tem como culminância um grande encontro de arte, cultura e debate de temas de interesse das e dos jovens negros e de periferia. O oKupa já teve dez edições e todas elas foram muito significativas para os movimentos juvenis e as comunidades.

O 7° oKupa foi o primeiro de que eu participei, e logo me encantei pela efervescência que vi ali. Naquele oKupa e nos seguintes, o processo sempre foi muito marcante, por misturar formações intensas, nas quais há muita discussão para que possamos amadurecer, pessoalmente e como rede, nosso entendimento sobre as questões juvenis. Além disso, há um processo de construção coletiva da programação do evento de culminância. E o evento de culminância, por fim, gera muito impacto, pois é um grande festival, com apresentações dos coletivos de arte e cultura, combinadas com debate político.

De processo em processo, de um modo muito espontâneo e apaixonante, o Fórum me formou. Ao longo de tantas experiências incríveis, me tornei ativista.

---

[119] Extraído de https://quandoolutoeluta.org.br/vivencia/alga-marina-silva/. Com o objetivo de síntese, o texto original foi editado pela autora da tese em parceria com Alga Marina Silva.

***Fazendo política além dos limites***

*Priscylla Ramalho*[120]

Desde 2002, por ter atuado no movimento estudantil, convivo com pessoas ligadas à história do Fórum das Juventudes. Mas foi em 2012 que entrei para a Secretaria Executiva do Fórum. Ali, nasceu um vínculo com o FJ que permanece até hoje.

Em 2012, o Fórum se reinventou, a partir de dois pilares. O primeiro foi um plano estruturado de ações, com uma orientação temática – o enfrentamento às violências – e metodológica – uma proposta de atuação calcada em atividades participativas formativas e em ações e campanhas de sensibilização. O segundo pilar foi a criação de condições estruturais: a implantação de uma Secretaria Executiva e o financiamento das ações, que foi obtido por meio de projeto selecionado num edital de fomento do Instituto C&A.

Naquele contexto intenso da reestruturação, nasceu a emblemática campanha Juventudes contra Violência, que foi lançada num evento que também foi um marco histórico: o 4º Juventude oKupa a Cidade, de 2013, que foi o primeiro oKupa realizado só pelo Fórum. Aquele oKupa foi inesquecível. Um grito contra a violência foi expresso pelas incríveis peças da campanha e por um conjunto muito bonito de intervenções culturais juvenis.

O ciclo de 2012 a 2014 instituiu um novo modo de atuar do FJ. Em 2012, fizemos várias rodas de conversa para lançar a Agenda de Enfrentamento à Violência, que sistematizava nossos propósitos. Em 2013, a Juventudes contra violência foi lançada, naquele 4º oKupa tão especial. Em 2014, fizemos um seminário de lançamento do jogo oKupa, ferramenta lúdica para discussões sobre participação política. Em 2014, realizamos, ainda, uma ampla série de atividades de formação e multiplicação da campanha.

A potência das criações e das atividades fizeram daquele ciclo um divisor de águas. Consolidava-se uma nova forma de organização e de incidência institucional e política, aliada a uma base metodológica participativa. Vivenciávamos, ali, o que o slogan do 5º oKupa resumiu: estávamos "fazendo política além dos limites".

[120] Extraído de https://quandoolutoeluta.org.br/vivencia/priscylla-ramalho/. Com o objetivo de síntese, o texto original foi editado pela autora da tese em parceria com Priscylla Ramalho Dias Ferreira.

***O genocídio gritava em cada luta de mulheres. Desse grito, nasceu nossa rede.***

*Sheila Castro*[121]

Me apaixonei e passei a atuar com comunicação comunitária nos anos 1990, quando era adolescente e participei de uma atividade de comunicação comunitária realizada pelo projeto TV Sala de Espera (promovido pelo grupo que depois fundaria a AIC) na escola pública em que eu era aluna. Desde então, sou ligada à AIC e à Rafa.

Em 2019, me envolvi com o grupo Mães que Choram, que atua junto a mães vítimas de violências do Estado dos bairros Paulo VI e Ribeiro de Abreu (região de BH onde nasci e vivo, e onde aconteceu o projeto TV Sala de Espera), e contei dele pra Rafa. No contato com o grupo, ela percebeu que teria que falar dos movimentos das mães na pesquisa de doutorado que fazia sobre a luta contra o genocídio da juventude negra.

Contei essa história para falar que, naquele ano de 2019, nós duas estávamos às voltas com a temática do genocídio, que era profundamente sentida na região em que havíamos nos conectado, décadas atrás. O mesmo que acontecia conosco, acontecia com diferentes mulheres. Havia um burburinho no ar, envolvendo mulheres e grupos que tinham longas histórias de luta na cidade. Em cada luta de mulheres de BH, a pauta do genocídio gritava. Foi isso que fez daquele evento "Mães de Luto e Luta", do dia 27/05/2019, um momento histórico. Naquele encontro, aconteceu uma convergência muito intensa e especial de mulheres de várias lutas. Tenho orgulho de dizer que fiz parte daquela convergência.

O evento foi surreal. Ali, nós fomos chamadas à ação por falas contundentes como a da Kaká, que contou a história de luta solitária dela na denúncia do assassinato do filho no sistema prisional. Para nascer uma rede de mulheres, unidas numa luta contra o genocídio, só faltava elas se juntarem em torno daquela bandeira. E isso aconteceu ali, de uma forma muito bonita. Ali, começamos a entender as lutas umas das outras e a conectar uma luta com a outra. Isso teve, e tem até hoje, um impacto muito grande na trajetória dos grupos e nas vidas de todas nós.

[121] Extraído de https://quandoolutoeluta.org.br/vivencia/sheila-castro-queiroz/. Com o objetivo de síntese, o texto original foi editado pela autora da tese em parceria com Sheila Castro Queiroz.

***Luta: herança e legado, movimento ínfimo rumo ao abalo sísmico e à erupção***

*Áurea Carolina de Freitas*[122]

A violência contra o jovem negro é muito invisibilizada e naturalizada. Além disso, hoje, está aí escancarada uma visão que antes era mais disfarçada: "essas pessoas têm mais é que morrer". Para enfrentar essa devastação, temos que buscar a tão escassa comoção. Precisamos reconstruir o inconsciente coletivo, sabe? Nosso senso de humanidade se perdeu, precisamos reconstruí-lo. Reconstruir a possibilidade de ser tocado pela condição do outro, de estancar o ódio e fortalecer outras possibilidades de experiência emocional.

Na campanha Juventudes contra Violência, há uma imagem em que parece que o jovem levou um tiro na testa. Ela é pesada demais, expressa de um jeito visceral muitas formas de violência. A nossa aposta é que pode ser que essa expressão visceral dos horrores da violência que massacra as juventudes tenha uma força capaz de desestabilizar o discurso pronto do "bandido bom é bandido morto".

Sabemos que ir contra a política de morte é enfrentar algo gigantesco. Mas também sabemos enxergar o horizonte ampliado das lutas. A luta é algo imenso: é uma construção que nos transcende, que herdamos de quem veio antes e deixaremos pra quem virá depois de nós. E é uma busca – das mulheres negras, das juventudes periféricas, do nosso povo – por abalar estruturas que estão aí tão firmes.

Mas eu vejo a luta na perspectiva de um abalo sísmico ou de um vulcão em erupção, sabe? De milhares de pequenos abalos, sutis, que nem são percebidos, mas que estão movendo as placas tectônicas, e que por vezes desencadeiam grandes acontecimentos: o terremoto tira tudo do lugar, o vulcão expele a lava fervente.

Pra construir esse abalar das estruturas que por vezes vem à tona, é preciso ter a noção do ínfimo: ela é necessária pra suportar o que parece inalcançável. Pra mim é um alento esse olhar: existe um horizonte histórico, existe um propósito. Estou aqui porque as que vieram antes de mim conseguiram criar as condições do meu agir, em situações ainda mais terríveis, mais adversas.

---

[122] Extraído de https://quandoolutoeluta.org.br/vivencia/aurea-carolina-de-freitas/. Com o objetivo de síntese, o texto original foi editado pela autora da tese em parceria com Áurea Carolina de Freitas.

**Acontecer**

**08/05/2013.** No Espaço Cultural CentoeQuatro, na Praça da Estação, hipercentro de BH, acontecia o "4º A Juventude oKupa a Cidade: Lançamento da Campanha Juventudes contra violência". Naquele dia, o Fórum das Juventudes assumia, pela primeira vez, a realização do oKupa, que nos anos anteriores já havia se consolidado como um importante evento de expressão e debate de questões relacionadas à cidadania das juventudes em Minas Gerais. No segundo andar de um imóvel histórico de BH (um enorme galpão que um dia havia sido uma fábrica de tecidos), as mais diversas juventudes orquestravam suas linguagens artísticas vibrantes num grande clamor contra a violência e o assassinato de jovens negros, pobres e periféricos. Expressões musicais as mais variadas pulsavam: dança, poesia, expressão corporal, vídeo, grafite. Por todos os lados, a arte reverberava e potencializava o clamor. E, em todos os cantos, uma obra coletiva que tinha sido construída ao longo de vários meses que antecederam o evento marcava o espaço: gigantescos banners tinham imagens de cédulas de identidade juvenis com os rostos violentados – faces desfiguradas, indicando violências encarnadas. Identidades violadas simbolizavam a campanha que ali era lançada: Juventudes contra violência. "Juventude sem direitos é juventude violada", afirmava o slogan da campanha.

**25/05/2019.** No Plug Minas, espaço do bairro Horto que um dia abrigou uma unidade da FEBEM,[123] mulheres da RMBH, de Juiz de Fora e de cidades da Baixada Fluminense (Rio de Janeiro) se reuniam no encontro "Do Luto à Luta". Num grande galpão do Plug, edificação que um dia havia sido capela para os adolescentes confinados na FEBEM, variadas mulheres cujos filhos foram discriminados, presos e assassinados, gritavam e choravam a sua dor e clamavam por justiça. A luta frente ao luto impregnava bandeiras, camisas, livros, documentários, performances cênicas, falas, música, dança, e até mesmo produtos artesanais criados por mulheres periféricas, numa pequena feira à entrada do espaço. As imagens dos jovens assassinados e os relatos de situações devastadoras faziam do evento um momento de forte comoção coletiva. Um vínculo se formava entre as mulheres e uma rede – que se tornaria a Rede Mães de Luta – começava a ser tecida.

[123] A FEBEM, ou Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor, foi uma instituição criada nos anos 1960 e desativada entre os anos 1990 e 2000. Suas unidades foram espaços de confinamento e segregação de adolescentes (então chamados de "menores de idade") em situação de abandono, vítimas de violência e em conflito com a lei.

Os relatos das e dos integrantes da Rede Mães de Luta e do Fórum das Juventudes trazem, com muita ênfase, esses dois momentos históricos que foram marcos fundadores de caminhos para as duas iniciativas. Eu estava nos dois momentos e, em minha memória, são muito vívidas, até hoje, as sensações que experimentei em ambos: o espanto; o arrebatamento; a sensação de estar participando de experiências que, de tão intensas, me marcariam para sempre.

"Acontecimento", palavra muito estudada no campo da Comunicação, é uma experiência que irrompe tão intensamente que gera uma fissura no tempo, nas narrativas e nos campos do possível e do impossível.

Muniz Sodré escolheu o seguinte aforismo nagô para falar da natureza do acontecimento: *Exu matou um pássaro ontem com a pedra que atirou hoje*.

Sodré explica que o acontecimento não é um mero evento de destaque no interior de uma história, mas "um corte no fluxo contínuo das coisas, logo, uma gênese como invenção possível de um tempo" (SODRÉ, 2020, p. 186). É precedido por um contexto com o qual rompe, por sua absoluta singularidade. Inaugura algo novo e com isso gera o tempo presente, uma retrospecção – o passado, que o acontecimento, ao irromper de um fluxo indistinto, institui e significa – e uma prospecção – campo de novos possíveis que abre (SODRÉ, 2020, pp. 174-190).

Nas narrativas das pessoas que, assim como eu, estavam no 4º A Juventude oKupa a Cidade e no encontro Mulheres de Luto e Luta, os dois eventos são mencionados como acontecimentos que, no contexto da RMBH, marcaram o espaço público, os debates e as compreensões sobre juventudes, sobre violência e sobre as consequências da violência letal do Estado na vida da juventude negra e periférica e das mulheres.

A partir das considerações de Henriques (2017, 2018) sobre os processos de formação e de movimentação de públicos, podemos afirmar que os públicos, em sua dinâmica imbricada de emersão e aparecimento em público, são acontecimentos. Coletividades de pessoas afetadas por determinados problemas decorrentes de injustiças sociais há muitas, como virtualidade e potência. Mas um público vai muito além dessas coletividades latentes. Para o autor, um público é um agregado coletivo dinâmico constituído por pessoas que se percebem afetadas por um problema em comum – problema, esse, que consideram ser de interesse da sociedade como um todo – e passam a se ocupar de tal problema, denunciá-lo, agir em relação a ele e conclamar outras pessoas e grupos a também agirem.

Mas uma coletividade latente só se materializa como um público quando, conforme lembra o autor, passa a manifestar-se em público para denunciar o problema que a afeta e que postula como uma questão concernente a toda a sociedade. Ou seja: uma performance pública irrompe em público, dando vida a um público.

Sheila Castro nos fala dessa irrupção ao destacar que, no encontro de maio de 2019, uma pauta que estava latente nos movimentos de mulheres irrompeu numa mobilização conjunta, a partir daquele evento: aparecer juntas em público possibilitou a percepção comum de uma pauta que gritava nas lutas de mulheres. Nascia, assim, a Rede Mães de Luta.

Também foi um acontecimento público que marcou o renascer do Fórum das Juventudes, no começo dos anos 2010, conforme destaca Priscylla Ramalho. No 4º oKupa, evento de lançamento da campanha Juventudes contra violência, um novo modo de promover a mobilização política se evidenciava com toda a potência – vocalizado exatamente pela força da expressão poética dos variados coletivos juvenis de arte e cultura que se mostravam, naquele momento, a grande energia a dar fôlego à retomada da ação em rede do Fórum das Juventudes.

Ao manifestar-se e ser percebido, o público emerge e, com ele, abre-se um campo de conversações, a partir das quais surgem um sentimento e uma identidade de grupo, que gera e fortalece vínculos entre os membros. Abre-se, ainda, um espaço de experimentação: de problematização da realidade, ao denunciá-la como injusta; de ruptura com o sentido já instituído – a naturalização da injustiça.

Mendonça (2007), numa análise da dinâmica dos movimentos sociais, aponta que tais movimentos são acontecimentos e têm uma dinâmica recursiva. Ele assinala que o acontecimento – a emersão de um movimento social – é a ruptura que traz consigo um campo aberto de sentido e, com ele, interpretações, discursos, ações. Novos atos discursivos irrompem na esfera pública, desnaturalizando o instituído e se constituem, eles próprios, na própria base da existência da ruptura que configura o acontecimento: movimentos sociais e novos atos discursivos irrompem de forma imbricada.

Se assumimos que públicos são acontecimentos, nosso entendimento passa a ser, na verdade, que eles são o todo, e que cada aparecimento em público se constitui numa parte desse todo. Ou, considerando que um público em processo de mobilização social é um público em movimentação, cada ato de aparecer em público pode ser entendido como um movimento dessa dinâmica.

Os eventos que tanto me marcaram, e tantos outros que integram a movimentação do Fórum das Juventudes e da Rede Mães de Luta, podem ser entendidos, assim, como microacontecimentos: ações coletivas de experimentação de possibilidades de reconfiguração interpretativa dos sentidos instituídos que integram a ruptura que o público, ao irromper, instaura.

**Irromper e entrar em erupção**

Vale destacar que os acontecimentos de que falamos nada têm de espontaneidade ou de instantaneidade. É o que nos ensina Áurea Carolina – que, para falar da mobilização construída pelo Fórum das Juventudes, usou a metáfora do silencioso e lento mover-se das placas tectônicas, até que elas se chocam, gerando o terremoto que faz ruir estruturas e a erupção explosiva e efusiva da lava flamejante que irrompe pelo vulcão.

A partir de tudo o que ouvi nesta pesquisa e que constatei acompanhando toda a trajetória do Fórum das Juventudes da Grande BH e da Rede Mães de Luta, acredito que as duas redes têm esse caráter de irrupção: são ações coletivas que irrompem na cena pública e, ao fazê-lo, afirmam, em ato, o que até então não existia nos campos do possível e do legítimo.

As juventudes negras, pobres e periféricas ocupam, com seus saberes e linguagens potentes, a cidade e os espaços da política – espaços absolutamente interditados a elas na "ordem natural das coisas". As integrantes da Rede Mães de Luta mostram que as mães de bandido têm coisas importantes a dizer sobre a segurança pública, para que tal política pública deixe de ser um mero aparato de violência e assassinato em massa de jovens pretos e periféricos. Além disso, a voz, o rosto, a biografia do jovem negro morto ecoam pelos espaços públicos ocupados pelas mães e pelas juventudes em mobilização: a vida não foi inteiramente apagada, como se sem valor fosse.

Mas o irromper dessas duas redes, como nos indicou Áurea, é também erupção: calor, explosão, ruído trovejante tomam conta do ambiente quando a lava é violentamente expelida pelo vulcão. A mobilização social que essas redes constroem tem, portanto, uma qualidade peculiar: o modo como se constitui é pulsante e vívido; as interações entre quem participa têm a marca profunda da emoção e da afetuosidade; nas ações realizadas, há um intenso experimentar de possibilidades de expressão.

Fórum das Juventudes e Rede Mães de Luta são, enfim, acontecimentos que desestabilizam o debate público e são, ainda, experiências. Marcadas por porosidade e intensidade de sensações e emoções, as interações recorrentes que se dão nessas redes geram significativas mudanças recíprocas entre os sujeitos.

A produção expressiva que é tecida pelas e pelos integrantes das duas redes gera reconfigurações não só de narrativas acerca das problemáticas colocadas em público, mas também das subjetividades das pessoas que rompem o silêncio e irrompem do silêncio para criar, elas próprias, a sua própria e singular voz.

# Ter uma experiência

### 5.2.2. Ter uma experiência

***Uma experiência de participação que forma, mobiliza e incide na política***

*Bárbara Pansardi*[124]

O Fórum das Juventudes promove a construção, efetivamente participativa e colaborativa, de narrativas sobre os maiores problemas que afligem a juventude negra e periférica, como a criminalização, a falta de oportunidades, o encarceramento e o genocídio. Com isso, está constantemente formando pessoas. E, como ele leva essas narrativas para a cidade, tem um papel formativo junto à sociedade, também. Por fim, atuando como articulador de narrativas e como formador, incide de forma bem direta na esfera da política institucional e é muito legitimado.

O FJ realiza uma formação pela e para a própria experiência da participação. Viver as experiências promovidas pelo Fórum te ensina, te forma e te molda. E isso é fundamental, porque ele é um espaço de luta emancipatória por direitos – o que o conecta a uma perspectiva muito freiriana de formação, que é a da formação encarnada na experiência.

Por tudo isso, ele tem um peso institucional gigantesco. Há alguns anos, o Instituto C&A fez uma pesquisa internacional para levantar experiências exitosas já realizadas com o fomento do Instituto, e o Fórum das Juventudes foi a experiência escolhida como referência em articulação.

A pesquisadora de tal estudo conversou com os mais diversos sujeitos relacionados aos debates juvenis da cidade, e me falou o seguinte: "É muito impressionante. Vocês podem estar num embate direto com as pessoas o poder público, mas é admirável o respeito e a legitimidade que vocês têm, que vocês construíram junto às mais diversas instâncias. Independentemente das diferenças de posicionamento, todos falam de vocês com muito respeito, com muita admiração, inclusive pelo que vocês construíram".

Eu acho até que o Fórum possui uma força institucional que excede a capacidade operacional que tem. As pessoas sempre têm uma ideia do Fórum que é maior do que ele efetivamente é. É isso: ele transcende as condições concretas em que existe e pauta as juventudes na construção da cidade. E isso é incrível. É bonito demais.

---

[124] Extraído de https://quandoolutoeluta.org.br/vivencia/barbara-pansardi/. Com o objetivo de síntese, o texto original foi editado pela autora da tese em parceria com Bárbara Pansardi.

***Uma experiência estética atravessada pela presença e pela expressão das diferenças***

*Sebastião Everton de Oliveira*[125]

Acontece algo muito singular na dimensão estética quando o Fórum decide descentralizar as atividades e ir para espaços além do centro de BH. Uma estética própria se constrói quando vamos a cada comunidade específica – uma ocupação, por exemplo – realizar uma atividade de comunicação em que há espaço para que as pessoas falem e criem a partir das referências, da cultura, do modo de ser delas. E isso em diálogo com nossa equipe e com outras juventudes, de outros contextos. Tem todo um modo de envolver as pessoas naquela produção. Em primeiro lugar, elas não são passivas. Não existe aquela ideia de só transmitir, tipo "a gente só vai lá oferecer, eles vão receber, é um depósito de conteúdo". Então, já começa por aí, pelo modo de fazer.

Há, portanto, uma estética que permeia tudo o que se faz. Quando eu falo estética, não me refiro apenas ao visual, mas a algo que passa por aquela experiência: pelo menino que canta o rap, pelo outro que produz uma camisa, pelo outro que vai ver se a doninha da comunidade pode vender o lanche para o evento. A atividade construída coletivamente tem uma configuração singular, muito significativa e que produz muito efeito, pois tem um modo de comunicar que é diferente.

O jeito diferente de comunicar começa no modo como os públicos são mobilizados. Até o modo de chamar, de convidar a pessoa pra fazer parte, pra construir, é diferente. E assim eu, que sou um público do Fórum, vejo valor naquele espaço ao vivenciar algo que é tão diferenciado, porque tem uma estética própria envolvida... Nada é feito com desdém, há todo um cuidado pra criar uma experiência presencial muito aberta, diversa, em que se respeita muito a presença e a expressão das diferenças. O Fórum zela muito pelas experiências coletivas.

Por exemplo, nos oKupas, a gente sempre teve o cuidado de ter meninos e meninas de MCs. Tentamos buscar ali uma inclusão de gênero e se cuidava muito do que ia ser articulado no evento. Isso gera muita confiança e pertencimento.

---

[125] Extraído de https://quandoolutoeluta.org.br/vivencia/sebastiao-everton-de-oliveira/. Com o objetivo de síntese, o texto original foi editado pela autora da tese em parceria com Sebastião Everton de Oliveira.

***Caminhos em comum das lutas de mães pretas contra o genocídio***

*Benilda Brito*[126]

Tenho uma conexão intensa com a Rede Mães de Luta desde que ela nasceu, em 2019. Naquela época, eu estava em Salvador (BA), atuando no Odara - Instituto da Mulher Negra, em um grande projeto ligado exatamente à questão do enfrentamento que mulheres pretas fazem ao genocídio da juventude negra. Sigo ligada às Mães de Luta até hoje. Eu respeito, adoro e admiro muito essa Rede.

Uma coisa que achei muito significativa, logo quando o movimento surgiu, foi a mudança do nome de "Mães de Luto" para "Mães de Luta". Foi uma escolha muito expressiva, que mostrou uma ação de resistência, ao invés de uma passividade. Mães de Luto pode soar como algo definitivo, como uma sina para o resto da vida. Mas o luto virou luta. Isso me encantou e me encanta no projeto.

Na mesma época em que a Rede Mães de Luta surgia, eu realizava no Odara um projeto que chamei de "Minha mãe não dorme enquanto eu não chegar". A partir dos versos de Adoniran Barbosa, destaquei no nome do projeto a luta da mãe preta que passa a noite em claro enquanto o filho não chega, pois sabe que a violência racial expõe tal filho ao risco de assassinato.

Na Rede Mães de Luta, assim como no projeto baiano, as mulheres se juntaram para vencer o desalento que a perda violenta do filho gera e para fazer do luto uma luta de denúncia da lógica racista e genocida. Nas duas iniciativas, as ações de mobilização social são baseadas na acolhida e no compartilhamento dos relatos de sofrimento entre as mulheres. Em busca de gerar comoção social, há a preocupação de, nos atos de rua, dar visibilidade ao genocídio a partir da dor das mães.

Nas nossas lutas, também trazemos a música, a arte, a poesia, porque sabemos que é preciso dialogar com a sensibilidade, ir na contramão da lógica que nos desumaniza.

Irmanada com todas essas mães, mesmo com toda a aridez da luta, tenho fé em Exu, que é o dono dos caminhos, e na nossa ancestralidade, para nos fortalecer. É muita violência, muito absurdo. Mas estamos juntas para mostrar para a sociedade que nossos mortos têm voz e que não vamos silenciar.

---

[126] Extraído de https://quandoolutoeluta.org.br/vivencia/benilda-brito/. Com o objetivo de síntese, o texto original foi editado pela autora da tese em parceria com Benilda Regina de Paiva Brito.

***Comunicação: a linha que costura as histórias das mulheres numa luta comum***

*Sheila Castro*[127]

Quando seu filho se machuca, você na mesma hora grita, sem nem sentir: "Ai, meu Deus!" O grito é a expressão visceral da mãe que se afeta pela dor que aflige o filho. No grito de dor da mãe diante da morte do filho, então, vem algo que realmente não dá pra falar, o que vem é o grito, mesmo. Uma dor dessas a mulher expressa é gritando. E esse grito pode ser uma comunicação potente, porque ele expressa essa dor da mãe que perdeu o filho. Acredito que as pessoas podem ser impactadas por esse grito.

Na Rede Mães de Luta, o grito também tem outra forma. É um grito de vozes juntas, que dizem: "A gente está aqui. Nossos filhos morreram, mas nós estamos aqui para contar as histórias deles. Não vamos nos calar". As dores comuns das diferentes maternidades e das diferentes existências de mulheres que sofrem violências nos conectam. E nosso grito também é de protesto, reivindica direitos.

A performance do vestido (Chorar os Filhos) me remete a essa conexão que nós construímos na Rede Mães de Luta. No vestido, uma linha vai costurando um quadrado de pano, no qual está registrada uma história de violência e dor vivida por uma mulher, em outro, que tem outra história, e vai tecendo uma história maior… que é uma rede de dores e de lutas de mulheres.

A linha é o elemento que faz a conexão. Ela faz com que aquele mundo individual que está num quadradinho seja parte de um mundo maior, que é o vestido. A linha conecta e costura essas dores em uma longa história, em uma luta comum. Acho isso muito poderoso.

E o vestido representa outra coisa fundamental da Rede Mães de Luta: a arte, que é um jeito muito especial de expressar a luta. Uma mulher de periferia, que perdeu o filho assassinado, chega numa praça e se depara com aquele vestido. Ela não entende nada de arte contemporânea. Ela não sabe o que é uma performance. Mas ela não precisa saber ou tentar entender, porque ela vê aquilo, lê aquelas mensagens, vê aquelas mulheres, e sabe que tem um pouco dela ali também.

---

[127] Extraído de https://quandoolutoeluta.org.br/vivencia/sheila-castro-queiroz/. Com o objetivo de síntese, o texto original foi editado pela autora da tese em parceria com Sheila Castro Queiroz.

**A experiência da mobilização social**

Jovens pretos e periféricos que criam um modo absolutamente singular de ocupar e de dialogar com a cidade, produzindo uma estética de participação, cuidado e afeto, frontalmente oposta ao rótulo de risco social com o qual o preconceito lhes marca. Mulheres que, atropeladas pela tragédia do assassinato dos filhos, passam por uma travessia que as obriga a uma ação pública: para não sucumbirem ao horror da morte, têm que confrontar o Estado e reivindicar o valor da vida dos filhos que lhes foram tirados. E, para fazer tal denúncia, essas mães levam as suas dores para a rua – dores que expressam em atos nos quais, assim como acontece com as juventudes, arte e luta se conectam.

Vítimas de um genocídio, esses coletivos reagem – criam um modo próprio de agir diante do que experienciam. Para o pragmatista John Dewey, nisso consiste a experiência: ela é a interação da criatura viva com o meio, numa dinâmica em que a criatura sofre – é afetada pelas contingências do meio – e age. Agir e sofrer é o par dialético que configura o processo do viver: "nas situações de resistência e conflito, os aspectos e elementos do eu e do mundo implicados nessa interação modificam [reciprocamente] a experiência com emoções e ideias". (DEWEY, 2011, p. 109)

Para Dewey, há uma experiência incipiente, que se dilui no fluxo de distração e dispersão da vida cotidiana. Em contrapartida, acontece uma experiência quando um sentido singular emerge, demarcando o vivido do fluxo disperso das interações rotineiras.

A experiência, em seu sentido "forte", afirma, é um todo que integra fazer e perceber, e que carrega em si um caráter individualizador e autossuficiente. Plena e ordenada, a experiência destaca-se do burburinho e da repetição; tem um sentido integral e forte, reconfigura os quadros de sentido.

A partir da explanação de Anísio Teixeira sobre esse conceito deweyano, podemos afirmar que, quando as interações são recorrentes e significativas, as relações se modificam e, com isso, os sujeitos envolvidos passam a ser, uns para os outros, algo diferente do que eram inicialmente; passam a existir de modo diverso uns para os outros. Há uma transformação que altera, de certa forma, o mundo desses sujeitos. (TEIXEIRA, 2010, p. 34)

Recorrência, intensidade e integralidade das interações são atributos que dão singularidade à experiência, fazendo dela um tipo de interação em que algo realmente novo e marcante emerge.

Interações intensas e recorrentes; uma ação que integra ação, reflexão, conhecimento e expressão de forma indissociável: esses são atributos da Rede Mães de

Luta e do Fórum das Juventudes, conforme nos contam seus integrantes. Essas duas redes não são, pois, iniciativas incipientes ou indistintas de mobilização social. Esses públicos são experiências significativas; transformadoras de quem as constrói e revestidas de potência de transformação coletiva e social.

John Dewey, em *Arte como Experiência* (2010), tratou do sentido "forte" da experiência a partir da arte por perceber a criação artística como um processo repleto da possibilidade de consumação, de integralidade.

Não por acaso, o autor dedicou grande parte de sua obra, também, a explorar a conexão entre experiência e educação. Os pesquisadores argentinos Fabio Campeotto e Claudio Marcelo Viale (2018), em uma análise crítica de *Arte como Experiência* à luz de questões contemporâneas, avaliam que a maior contribuição da obra está em conectar "arte", "educação" e "experiência estética". Três conceitos que, na acepção proposta por Dewey, têm o mesmo sentido unificador: a potência de se constituírem em processos essenciais à construção de uma vida plena de significados.

Ainda a partir da leitura dos pesquisadores argentinos, o crucial da experiência estética, segundo a ênfase dada pelo pragmatista norte-americano, é que ela irriga as interações de sentido a partir participação e da comunicação.

Na conceituação apresentada por Dewey em *Democracia e Educação* (1979, p. 15), a comunicação é caracterizada como o compartilhamento da experiência, até que ela se torne um bem comum; como a interação que modifica a disposição de ambas as partes que dela participam. Além disso, tal interação, quando significativa, incrementa a qualidade da experiência de vida dos envolvidos.

Afinal,

> Há mais do que um nexo verbal entre os termos comum, comunidade e comunicação. Os homens vivem em comunidade em virtude das coisas que têm em comum; e a comunicação é o meio por que chegam a possuir coisas comuns. O que eles devem ter em comum para formar uma comunidade ou sociedade são os objetivos, as crenças, as aspirações, os conhecimentos – um modo comum de compreender (...) Não se pode transmitir fisicamente tais coisas de uma a outra pessoa, do modo como se passam tijolos de mão em mão; não se pode dividir, como se parte um bolo em pedaços materiais. Para a comunicação assegurar a participação em uma compreensão comum, necessitará assegurar análogas disposições emotivas e intelectuais – isto é, modos análogos de reagir em face de uma atividade em perspectiva e dos meios de realizá-la. (DEWEY, 1979, p. 4)

A partir da formulação acima, podemos afirmar que, se a comunicação é elemento central da experiência estética, a produção de deslocamentos nas disposições emotivas e intelectuais também o são. Dewey destaca, ainda, a perspectiva da constituição de uma ação em comum, na qual um modo compartilhado, uma experiência de um mundo em comum, se faz possível.

Como na metáfora apresentada por Sheila ao destacar a peça central da intervenção artística "Chorar os Filhos", da Rede Mães de Luta, a comunicação é o fio que conecta individualidades. Um fio de emoções, compreensões e experiências em comum cria a conexão de sentido que dá intensidade à experiência estética.

Há um efeito de fundamental importância nessa experiência plena de sentido, discutida pelos autores argentinos, em sua revisão crítica de *Arte como Experiência*. Eles apresentam inquietações da filósofa Martha Craven Nussbaum, que alerta que o sistema capitalista, em seu estágio atual, produz – e reproduz nos sistemas educacionais – a desumanização, ao regrar as relações a partir da perspectiva financeira. Essa desumanização, segundo a autora, corrói a convivência democrática.

A arte e a experiência estética se mostram, para a filósofa, como campos em que a lógica de desumanização pode ser quebrada a partir da empatia, que é fruto da "imaginação narrativa" acerca do outro: a capacidade de "interpretar com inteligência o relato dessa pessoa, e compreender os sentimentos, os desejos e as expectativas que essa pessoa possa ter" (NUSSBAUM apud CAMPEOTTO e VIALLI, 2018, p. 135, tradução livre).

A capacidade de pensar como seria estar no lugar de outra pessoa rompe com a objetificação do outro. Nussbaum lembra que considerar os outros seres humanos como entidades profundas, com pensamentos, anseios e sentimentos, não é algo natural nos nossos tempos. O mais frequente, ela alerta, é vermos o outro como apenas um corpo a ser usado para nossos fins. Por isso, "a possibilidade de ver uma alma naquele corpo é uma conquista" (NUSSBAUM apud CAMPEOTTO e VIALLI, 2018, p. 135, tradução livre). A experiência estética é o lugar de construção dessa conquista, afirma.

Esses autores elaboram o que a sabedoria dos movimentos populares sabe há muito. Fórum das Juventudes e Rede Mães de Luta são redes que sempre viram a arte e os elementos estéticos como meios essenciais em sua busca por quebrar a lógica de desumanização de certas vidas e gerar comoção, como vimos na fala de Benilda Brito – que resume uma percepção que ouvi de praticamente todas as pessoas com as quais conversei.

Retomando as preocupações de Dewey em *Arte como Experiência*, é preciso perceber que esse potencial imaginativo, empático e transformador da experiência estética acontece por meio da mobilização de tempo, emoções, esforço interpretativo frente ao que se recebe; reflexividade, elaboração, ação frente ao que se cria, ao que se experimenta e ao que se compartilha – processos de amadurecimento e consumação. A experiência não é fragmentada, faz parte de um todo de significações interconectadas. De significações que amadurecem e se adensam a partir da ação criativa, interpretativa e reflexiva dos sujeitos envolvidos.

Nesse processo contínuo e profundo, algo se aprende, a partir de dois princípios fundamentais, que Dewey ilustra com o exemplo do ensino do ofício de carpinteiro: o sentido de realizar uma ação no mundo que é muito valiosa e na qual se está profundamente envolvido (criar algo *feito pelas próprias mãos*), e um conhecimento de como configurar um agir no mundo, ao lidar com os desafios envolvidos na realização de algo bem-feito, experimentando a relação entre métodos e resultados. Essa aprendizagem é necessariamente experiencial. Ninguém pode aprender pelo aprendiz, nenhum ofício pode ser ensinado a um aprendiz que não queira se envolver. É um labor no qual a lida de talhar e dar forma à matéria também forma quem labuta.[128]

O agir no qual o sujeito se implica, experimenta os sentidos e se forma nos foi descrito nos relatos iniciais, e em diferentes outros, que estão nas próximas páginas desta tese. Eles nos falam, ainda, do labor no qual o sujeito que busca transformar a sociedade também se transforma. Assim como John Dewey, essas pessoas associaram a possibilidade de educar a sociedade à experiência estética e artística.

Nas duas redes de mobilização social que aqui analisamos, a dimensão estética da experiência tem um grande destaque. Intensamente participativas e comunicativas, as ações das duas redes mobilizam emoções, compreensões e imaginação, convocando à humanização e à empatia.

Trazemos ainda o exemplo da carpintaria – um ofício artesanal – porque buscamos uma compreensão sobre as dinâmicas das juventudes e das mães de luta que dirija o olhar à mobilização social no que ela tem de labor valioso, de processo experimental ao longo do qual modos de agir e uma ação preciosa vão sendo moldados.

Entendemos, portanto, que a construção da mobilização, nos contextos que aqui estudamos e na concepção que defendemos, é ato criativo.

---

[128] DEWEY, 2003 *apud* CARVALHO, Aline Hernandes; CUNHA, Marcus Vinicius. Uma genealogia das teses de John Dewey acerca da arte na educação. *Educar em Revista*, Curitiba, v. 37, nov. 2021. Disponível em: https://revistas.ufpr.br/educar/article/view/81888. Acesso em: 14 feb. 2023.

# Criar e transfor--mar(-se)

### 5.2.3. Criar e transformar(-se)

***Metodologias coloridas: criatividade e experimentação de sentidos coletivos***

*Alga Marina Silva*[129]

No Fórum das Juventudes, o que nos anima, o que faz o olho brilhar, são os processos. A gente fala que o Fórum tem "metodologias coloridas": um jeito vibrante de colocar as pessoas pra dialogar e pra criar juntas. E as metodologias só são coloridas porque nos dedicamos muito a elas e porque elas são criadas coletivamente, de verdade.

Na lida com as juventudes das periferias, nós do Fórum construímos, então, essa que é a maior riqueza dessa rede: exercícios experimentais – práticas criativas e abertas, que utilizam metodologias participativas e são pautadas no diálogo – para identificar e amadurecer pautas, propostas de ação e ações. Discutimos com coletivos de diferentes regiões da RMBH e, com real participação deles, construímos nossas propostas e cada uma de nossas atividades. Eu amo ir aos territórios e organizar atividades presenciais, na ponta! Essas metodologias de construção coletiva são muito enriquecedoras, gosto bastante de trabalhar com elas.

É por conta desse modo particular de atuar que o Fórum faz muita diferença na vida concreta dos e das jovens junto aos/às quais realiza ações educativas. Possibilitamos problematizações e aprendizados importantes, a partir dos quais as pessoas ressignificam muitas coisas que vivem, ao entendê-las como processos ligados a preconceitos e a lógicas de exclusão social. Essa ressignificação leva a ações, impacta as trajetórias de vida – mesmo que algumas pautas que o Fórum defende ainda estejam muito distantes de uma perspectiva de transformação efetiva, num futuro próximo.

Em relação a pautas como as de construção de novas políticas de drogas e de segurança pública, bem como a da luta pelo fim do genocídio da população negra, nós do Fórum conseguimos testemunhar debates e mobilizações tomando forma, pequenos avanços e vários retrocessos. Mas não é pouca coisa criar condições para que essas questões sejam percebidas e encaradas de modo diferente por pessoas e coletivos com os quais dialogamos.

---

[129] Extraído de https://quandoolutoeluta.org.br/vivencia/alga-marina-silva/. Com o objetivo de síntese, o texto original foi editado pela autora da tese em parceria com Alga Marina Silva.

***Ao participar, perceber-se um sujeito político***

*Zerê – Leandro Pereira da Silva* [130]

Ao participar das atividades do Fórum das Juventudes, o jovem vai se enxergando como sujeito político. Começa a usar as batalhas, os saraus, o rolê de MC, como espaços para mandar vários recados. Na minha vivência no Fórum, isso se mostrou de forma muito intensa no oKupa. Ele nos forma politicamente porque, como várias outras ações do FJ, é espaço de debate, de construção coletiva e democrática, e também de expressão.

O oKupa acontece da seguinte forma: as formações são momentos de escuta, atividades para pensar o que está pegando na quebrada. Instigamos os participantes a pensar na sua experiência de juventude, no tempo presente. A partir dessas questões, pensamos as intervenções do evento de culminância.

Os encontros do oKupa discutem questões bem concretas da vida do jovem: conversamos sobre violações de direitos e pensamos juntos em como falar de tais questões a partir da, realizando intervenções artísticas. A combinação de todas essas coisas, sempre presente nas ações do Fórum, é muito formativa, na perspectiva política.

Ingressei no Fórum das Juventudes em 2017, integrando as atividades do 7º oKupa, no Barreiro, e que envolviam também pessoas, como eu, do coletivo Terra Firme, de Ibirité. A galera com a qual conversamos naquela época criou três batalhas de MC e dois saraus. Hoje, há uma efervescência de eventos de rua em Ibirité e a sementinha multiplicadora vai sendo passada. Isso é potencializador demais.

Esse processo gera um impacto que a própria sociedade vê. Infelizmente, o que ouvimos do senso comum em relação ao nosso trabalho são afirmações do tipo: "legais essas ações que afastam os jovens da criminalidade". Esse é o modo como o público mais amplo, que tem contato superficial com nossas atividades, nos enxerga. Evidentemente, quem acompanha de forma contínua o que realizamos vai incrementando o olhar. Mas mesmo essa primeira percepção, esse momento em que as pessoas começam a ver nosso trabalho como algo positivo, tem muito valor. Afinal, há um imenso preconceito em relação às ações das juventudes, e o Fórum tem se mostrado capaz de provocar rupturas na estrutura social de preconceito e discriminação.

---

[130] Extraído de https://quandoolutoeluta.org.br/vivencia/zere/. Com o objetivo de síntese, o texto original foi editado pela autora da tese em parceria com Leandro Pereira da Silva (nome artístico: Leandro Zerê).

**Sobre criar e transformar(-se)**

Os sujeitos das lutas falam de suas experiências na mobilização social, essencialmente, como atividades produtivas. No centro, está sempre a ideia de criar algo a ser oferecido à sociedade – um evento, um ato público, um grafite num muro. Compartilhamos dessa compreensão da mobilização social como atividade produtiva, e destacamos uma importante característica dessa atividade: ela é um fazer artesanal, construído com cuidado e autoria; [131] criado especificamente para um contexto comunitário.

Acreditamos que um olhar sobre as dinâmicas produtivas pode ser um modo interessante de abordar os processos de mobilização social. Por isso, nossa atenção se dirige ao fazer em processo: à artesania. Conforme sintetiza o Dicionário Informal,[132] artesania é uma palavra que tomamos emprestada do espanhol para indicar um labor em que os envolvidos transitam entre variados espaços produtivos e processos de experimentação e investigação, numa busca por criar o melhor produto possível para um determinado propósito.

A artesania é a arte do fazer, processo que tem forte comprometimento e envolvimento de quem cria e que conjuga a produção propriamente dita a um processo de criação experimental, em que modos de fazer, materiais, relações, formas, são continuamente testados e (re)criados.

Na Rede Mães de Luta e no Fórum das Juventudes, o caráter aberto e experimental são valores importantes das práticas. Para a integrante do FJ Alga Marina, como vimos, o investimento nas "metodologias coloridas", em processos que instigam a participação e a experimentação, é um grande encanto do Fórum.

Richard Senett também vê no fazer do artesão ou artífice importantes saberes. Frente a desafios práticos, ele testa processos, materiais, ferramentas. Na lida com a detecção e a resolução de problemas, com os erros e com as limitações do seu contexto, aprimora o jeito de fazer e o próprio pensamento, que se torna problematizador. Por vezes, dá saltos intuitivos: frente à inadequação das ferramentas e materiais de que dispõe, "quebra os moldes" estabelecidos e experimenta possibilidades até então inusitadas.

---

[131] Utilizamos aqui a definição de "fazer artesanal" cunhada pelo coletivo Revolução Artesanal. Disponível em: https://revolucaoartesanal.com.br/quem-somos/. Acesso em: 10 fev. 2023.

[132] ARTESANAL. *Dicionário Informal*, [*s.d.*]. Disponível em: https://www.dicionarioinformal.com.br/artesania/. Acesso em: 02 fev. 2022.

A experimentação, que é a característica principal desse fazer, desenvolve habilidades para lidar com a complexidade. Desnaturaliza o olhar frente a práticas tomadas como neutras e rejeita ações realizadas sem reflexão quanto às consequências. A artesania exige o exercício de problematizar e investigar.

Outra possibilidade de experimentação está ligada ao caráter aberto da artesania: ela acontece na incompletude e no desafio, no confronto com as resistências impostas pela matéria. E é na lida com o contexto que o artesão improvisa, adapta, cria novos procedimentos e práticas. Veremos, ao longo desta tese, em variados relatos, o quanto as duas redes das quais tratamos têm a inventividade como marca – uma inventividade nascida da experimentação de modos de fazer, que são exigidos para dar resposta às contingências do contexto. Fazer e experimentar são, ainda, experiências que, conforme já nos indicaram os diferentes relatos até aqui, formam e transformam os sujeitos dessas lutas.

Fayga Ostrower (1996, p. 9-10) faz reflexões semelhantes. Para ela, a existência humana é uma busca constante por interpretar, ordenar e construir significados em relação ao viver. Na busca incessante por sentido, o ser humano é impelido a formar – a ordenar em determinadas formas[133] os elementos com os quais interage. Em qualquer campo de atividade humana, criar é dar forma às coisas da vida com as quais nos relacionamos, explica a artista e teórica da arte.

Ostrower afirma que "O ato criador abrange, portanto, a capacidade de compreender; e esta, por sua vez, a de relacionar, ordenar, configurar, significar" (1996, p. 9). Ao estabelecer relações entre os múltiplos eventos que ocorrem ao redor e dentro de si, configurando-os no contexto de sua experiência de vida – dando a eles significado – o sujeito cria. Ao buscar soluções, fazer perguntas, agir, testar possibilidades, imaginar, ele sempre relaciona e forma.

Vinícius Siqueira (2014), ao comentar os conceitos de trabalho e alienação de Karl Marx, lembra que, para o filósofo alemão, o trabalho, idealmente, é um fazer que podemos associar à ideia de ato criador. É o "esforço material da transformação do mundo e satisfação das necessidades"; o "processo de colocar para fora nossa mais pura humanidade". É, ainda, "a capacidade de modificarmos o ambiente de acordo com nossos projetos (e modificar nossos projetos de acordo com a realidade material)".

---

[133] Assinalamos que a autora compreende forma no sentido amplo de "uma estruturação, não restrita à imagem visual" (OSTROWER, 1996, p. 5).

Mas esse sentido criativo do trabalho é negado pelo sistema capitalista, posto que uma classe dominante monopoliza os meios de produção (tecnologias, matérias-primas, estruturas, equipamentos, ferramentas). Com isso, só resta ao trabalhador vender sua força de trabalho, passando a atuar numa linha de produção, em meio a um processo fragmentado. Assim, não se reconhece nem no processo, tampouco no produto. O trabalho deixa de ser experiência de humanidade e de transformação do mundo para se tornar sofrimento, algo compulsório para a garantia do sustento (SIQUEIRA, 2014). O trabalho passa a ser alienado.

Essa alienação, por sua vez, gera outra, bem mais profunda: o sujeito é separado de seu mais valioso fazer – o de realizar, no trabalho, algo próprio, singular. Também perde a ligação com a comunidade e se um torna indivíduo solitário – seu valor passa ser reduzido ao de força de trabalho, apenas. Há uma desconexão com o sentido do humano: uma desumanização.

Nas palavras de Fayga Ostrower (1996, p. 6) – que sinaliza a alienação como uma de suas preocupações centrais –, o sujeito "em vez de se integrar como ser individual e social, sofre um processo de desintegração. Aliena-se de si, de seu trabalho, de suas possibilidades de criar e de realizar em sua vida conteúdos mais humanos".

A partir de Marx, vemos que o mecanismo básico, e cada vez mais radical, de expropriação da vitalidade do trabalho em prol da acumulação do capital, está na base do processo, que já discutimos acima a partir de Dewey, de esvaziamento do sentido da experiência humana.

Tal lógica, contudo, não é sina. Para o cientista político irlandês radicado no México John Holloway (2021, p. 691), o mapa do mundo não é só o mapa da dominação capitalista; é também um mapa de revoltas, de fissuras se abrindo por todos os lados. Fissuras, diz Holloway, são autonomias. Nascidas em oposição ao trabalho alienado da lógica capitalista, são experiências da ordem do fazer: atividades das quais participamos porque nos agradam; porque nos parecem importantes; porque restituem, à ação, o potencial criativo, a dignidade, o envolvimento e a satisfação.

"A opção do fazer tem um encanto ético e emocional muito forte", avalia Holloway (2021, p. 689). Por isso, ainda que sejam frágeis, muitas vezes passageiras, contraditórias, à beira do impossível, as fissuras não param de se espalhar. Disseminam-se como espaços do fazer concreto, contra o trabalho abstraído, desconectado da vida. Como "espaços onde as pessoas estão afirmando que não permitirão a prisão de seus poderes criativos pelo capital e que farão aquilo que considerarem necessário ou desejável" (HOLLOWAY, 2021, p. 699).

O fazer que resiste à conformação alienadora do mundo, que se insinua como fissura nos processos de opressão, e que reveste a ação de criatividade, dignidade, envolvimento e prazer. Atributos semelhantes são associados às lutas dos jovens e das mães contra o genocídio. E é como esse fazer dotado de vitalidade e sentido que nossa pesquisa percebe e aborda tais mobilizações sociais.

Retomando a defesa apaixonada da criatividade feita por Fayga Ostrower, a artista nos diz que, seja na arte, seja na tecnologia, seja na ciência, ou mesmo no modo de ver de uma pessoa, criação é sinônimo de transformação – desde o artesão anônimo da Pré-História, que moldou a terra e fez um pote, ordenando a matéria, há milhares de anos. Naqueles tempos longínquos, o objetivo era produzir o pote para carregar água ou óleo, mas o artesão exercitou ali necessidades internas; algo da percepção da vida se desenvolveu, amadureceu, naquele processo de criação. "O ato criativo sempre deixa um lastro, seja na pessoa que cria, seja na pessoa que recria mentalmente as formas já criadas. Constitui uma fonte de eterna renovação espiritual, de desdobramento e de transformação." (OSTROWER, 1981, p. 1)

O artesanal mobiliza o que há de mais humano em nós:
imaginar, criar e fazer,
dar sentido às emoções, memórias, relações,
dar formas, cores, sabores, funções,
dar movimento e beleza.
Nosso ativismo artesanal acontece no "fazendo":
no olhar sobre e para o mundo,
na escolha de como consumimos e ocupamos o mundo,
na valorização do pequeno, do local e do autoral,
no manejo do corpo com as ferramentas e os materiais,
no aprendizado com o erro, a repetição e o tempo do fazer,
no contato com a natureza e nossas raízes artesãs.
É no "fazendo" que nos colocamos
corajosamente em atrito com o nosso fazer;
é no "fazendo" que transformamos
as coisas, a nós mesmos e o mundo para,
aos poucos,
reacender a sabedoria que está dentro de nós,
de cada um de nós,
de nossa ancestralidade e
do que queremos criar com sentido neste mundo.
Por um mundo feito à mão, um mundo feito por nós!
*Manifesto da Revolução Artesanal*[134]

[134] QUEM Somos. *Revolução Artesanal*, [*s.d.*]. Disponível em: https://revolucaoartesanal.com.br/quem-somos/. Acesso em: 15 fev. 2023.

# Ato expressivo

# Atos no espaço público

## 5.3. Ato expressivo

### 5.3.1. Atos no espaço público

***Lutar contra a violência e oKupar: mobilizações vitais para as juventudes***

*Juarez Dayrell*[135]

O Fórum das Juventudes cria modos muito interessantes de articular ações nos espaços públicos e campanhas de sensibilização. Há, ao longo dos anos, um aprofundamento dos processos de participação e mobilização. Isso fica bem evidente no oKupa, originalmente uma ação do Observatório da Juventude voltada a levar o debate sobre a juventude para além da universidade. A partir da quarta edição, o Fórum assumiu a realização do oKupa. Ou seja: ele ganhou vida própria. Saiu de debaixo das asas do OJ, ampliou sua atuação, e está aí até hoje como um grande evento que promove a mobilização a partir das linguagens artísticas e das culturas juvenis.

O oKupa foi mudando de eixo: partiu de um debate com viés acadêmico para um debate encarnado nos movimentos juvenis. Hoje, caminha de uma forma muito mais orgânica. A decisão de fazê-lo itinerante trouxe avanços significativos, ao sair do centro e ir para as periferias. Esses momentos de transformação e aprofundamento foram muito fortes.

Na minha percepção, um marco do sucesso do oKupa foi a quarta edição, que foi assumida pelo Fórum. Foi uma explosão, em que se articularam diferentes linguagens. Eu tenho uma lembrança dessa articulação de linguagens como um elemento forte, no sentido de participação e de criatividade. Outro oKupa que foi contundente pra mim foi o que ocorreu na ocupação Rosa Leão, cujo caráter de força é em outro sentido, de inserção no movimento comunitário. Acho que essa inserção foi um passo muito significativo.

Destaco ainda a ocupação do CRJ como um momento de grande importância na trajetória do Fórum, que foi resultado direto dos caminhos de refinamento das temáticas e do aprofundamento da participação. Ela foi a ocasião em que o FJ teve a maior visibilidade pública. Justamente pelo acúmulo que tinha na promoção do debate e em relação às temáticas, o Fórum liderou o processo, que chamou muito a atenção da cidade, e que foi exitoso: levou a PBH a democratizar aquele equipamento público.

---

[135] Extraído de https://quandoolutoeluta.org.br/vivencia/juarez-dayrell/. Com o objetivo de síntese, o texto original foi editado pela autora da tese em parceria com Juarez Dayrell.

***Vamos às ruas, do nosso jeito, pra pisar no calo do sistema***

*Débora Silva*[136]

No Movimento Mães de Maio, sempre buscamos, em todos os lugares, fazer ações com mulheres e jovens. Eles são o sentido maior da nossa luta e dão energia para ela. Também sempre trabalhamos com teatro, música (rap, funk, o que for), dança, vídeo, com o pessoal das artes plásticas. Sabemos que temos que trabalhar junto com a arte. É que, sem arte, não dá para mostrar o que de fato precisa ser mostrado: o que a gente é, que é super ligado ao que a gente sente.

Essa luta não é só da mulher que perde o filho, ou que tem um filho torturado, desaparecido ou encarcerado. Temos um apoio gigantesco de mulheres que não perderam filhos, mas que se identificam com a nossa busca por mobilizar a sociedade. O apoio delas é fundamental, pois a nossa luta é contra o poder, é contra o Estado.

Uma tática essencial que sempre tivemos é a da presença nas ruas, fazendo atos de protesto nos dias dos massacres, nas datas de Direitos Humanos, em protesto a alguma decisão do governo ou do judiciário. E, quando a gente vai pras ruas, é com o nosso jeito de nos expressarmos. Levamos sempre muitas fotos: pirulitos com as fotos dos meninos assassinados, camisas e bandeiras com as fotos deles, as fotos deles plastificadas. Essas fotos são uma marca do nosso movimento, porque queremos chamar a atenção para todo o horror da ação do Estado e toda a dor que ela gera. E também queremos lembrar que as vidas ceifadas eram amadas e tinham valor. A foto chama a atenção e mexe com as pessoas, que param para ver.

Também levamos sempre as faixas, porque elas mexem com o sistema. Elas pisam no calo do sistema. A polícia, por exemplo... no que ela repara primeiro e com o que ela mais implica? Exatamente com as frases das faixas, porque geralmente elas dão o recado de um jeito direto, muito forte. Uma das primeiras faixas que fizemos, e que usamos até hoje, diz: "Nossos mortos têm voz". Esse é um jeito de dizer que não aceitamos a impunidade e que não vão conseguir nos calar.

---

[136] Extraído de https://quandoolutoeluta.org.br/vivencia/debora-silva/. Com o objetivo de síntese, o texto original foi editado pela autora da tese em parceria com Débora Silva.

**Sobre ato público e ato expressivo**

Nas falas de Juarez Dayrell e de Débora Silva, os atos públicos, ou as ações de expressão da luta nos espaços públicos, são apontadas como um dos elementos centrais dos processos de mobilização social das duas redes. Afinal, manifestar a luta nas ruas é um ato político. Esse também é o entendimento de Pierre Favre, para quem a expressão manifestação de rua se associa à ideia de "uma ação organizada de deslocamento coletivo sobre uma via pública, com vistas a produzir um efeito político pela expressão de uma opinião ou reivindicação". (FAVRE, 1990, p. 15, tradução livre)

Nessa ação, destaca-se a compreensão da cidade como espaço de expressão pública de algo que determinado conjunto de pessoas acredita que precisa sair dos espaços privados e ter sua visibilidade ampliada. Outro sentido que a expressão *ato público* evoca é a da cidade como palco de uma performance construída por uma coletividade. Aqui, a palavra ato se conecta ao universo da dramaturgia e significa um ciclo de ação completo que integra uma trama cênica (trama essa que seria a própria trajetória de manifestações públicas de determinado movimento social).

Queré (2011), a partir de Dewey, nos apresenta uma formulação que vai na mesma direção. Ele nos fala que a experiência dos públicos tem uma qualidade dramática: se constitui como uma situação dinâmica que tem a estrutura de uma intriga e, assim, convoca uma narrativa.

> Como uma intriga, está repleta de suspense; enlaça-se e desenlaça-se; coloca um problema que é necessário resolver; evolui, desenvolve-se e transforma-se sob o efeito das iniciativas tomadas, das peripécias e das reviravoltas de situação; e o seu termo, que é objeto de expectativas, não é simplesmente uma conclusão, mas o momento em que culmina tudo o que o precedeu.
> Quanto à experiência, ela é um pouco da mesma ordem: processo em devir, ela requer um ato de composição de elementos heterogêneos para se desenvolver e formar uma totalidade integrada, dotada de uma qualidade única. (QUÉRÉ, 2010, p. 35)

Para esse autor, no domínio da ação pública, a experiência se organiza mediatizada por discurso e encenação. É estruturada em um processo que envolve formulação de problemas, argumentos, explicações, descrições, propostas de ação, denúncias, disputas, intrigas.

A experiência dos públicos tem, pois, um caráter de narrativa. Na experiência do Fórum das Juventudes e da Rede Mães de Luta, essa narrativa tem uma singularidade importante: ela é constituída por muitos elementos que são da ordem do drama. Ao ir a público, essas redes colocam em cena o drama de um genocídio.

Em sua raiz latina ou grega, a palavra drama tem o sentido de tragédia. O termo adquiriu novas acepções ao longo da história, mas, mesmo nos dicionários dos dias atuais, aparece associado a "acontecimento patético ou comovente", "circunstância caracterizada pela tragédia, desgraça, acidente, crime ou outros eventos de teor idêntico", "condição de comoção causada por uma experiência desgastante ou de sofrimento".[137]

No grego, drama também significava, originalmente, ação. Vem dessa acepção o conceito de gênero dramático: textos literários feitos com o intuito de serem encenados; ou seja, peças teatrais.

A tragédia, segundo Aristóteles, é "a imitação de uma ação de caráter elevado que suscita o terror e a piedade e tem por efeito a purificação das emoções". O filósofo alude à catarse, palavra grega cujo significado é "purificação", purgação experimentada pelo público da tragédia. A perspectiva é a de apaziguar angústias internas via emoções representadas nas cenas.[138]

Pudemos perceber que a performance pública da Rede Mães de Luta se desenrola quase sempre como tragédia. As mulheres ocupam a cena pública escancarando, nela, o horror que vivem, como bem destacou Débora Silva. Levam aos públicos a experiência da morte violenta.

Já na ação dramática do Fórum das Juventudes, a ocupação da cena pública se dá como celebração que afirma – brada – o direito à vida. Há uma profusão de elementos dramatúrgicos (música, corpos em movimento, poesia declamada, esquetes teatrais). O genocídio é denunciado, mas o palco é tomado pelas vívidas manifestações das culturas juvenis. No oKupa, maior e mais tradicional evento público do FJ, o espaço da cena é aberto a manifestações artísticas diversas.

---

[137] DRAMA. *Dicio*, [*s.d.*]. Disponível em: https://www.dicio.com.br/drama/. Acesso em: 13 fev. 2023.

[138] GUIMARÃES, Leandro. Gênero Dramático. *Brasil Escola*, [*s.d.*]. Disponível em: https://brasilescola.uol.com.br/literatura/genero-dramatico.htm. Acesso em: 6 mai. 2023.

Da ideia de uma dramaturgia, depreende-se outra, que é própria das artes cênicas: a dos atos que constituem uma peça teatral. Consideramos profícuo observar a dimensão dramatúrgica da expressão “ato público”, que utilizamos acima e é mesmo a expressão usualmente utilizada para designar as atividades de protesto e/ou mobilização social. Os atos públicos, geralmente, são momentos ritualizados, carregados de elementos dramatúrgicos, criados para deixar uma marca.

Como tentamos evidenciar na descrição dos processos, os atos de aparecimento em público do Fórum das Juventudes e da Rede Mães de Luta são frutos de cuidadosos, intensos e extensos processos de criação. No Fórum, a construção passa por momentos imersivos de concepção e por longos períodos de construção das intervenções – construção, essa, que acontece em uma série de encontros de criação coletiva, discussão dos temas e preparação da programação.

Já no caso das Mães de Luta, há um lento processo de “chorar os filhos” nos encontros da rede; na preparação coletiva da performance com a mortalha que carrega as histórias das mães; nos relicários que as mães carregam e compartilham com imagens, objetos, livros, bandeiras e bordados que aludem aos filhos perdidos e às lutas. Há, ainda, a conexão com elementos simbólicos e a atuação de artistas e mães de outras localidades, que sempre se fazem presentes, ampliando o repertório de recursos expressivos.

# Faces violadas e cenas de violência: Atos das Juventudes

***Uma campanha nascida dos nossos corpos***

*Áurea Carolina de Freitas*[139]

Na campanha Juventudes contra Violência, decidimos interferir nas imagens dos nossos rostos, para mostrar que a violência do não acesso a direitos viola nossa essência, nossa face: a parte do corpo que expressa tanto o que somos. Queríamos que a campanha partisse de como cada um e cada uma vivia essa violência e era impactado/a por ela… porque era importante falar não só da violência física, mas do que ela provoca na nossa subjetividade, de como ela vai maltratando pouco a pouco.

A violência vai fazendo marcas nos nossos corpos, na nossa alma, e isso nem sempre é visível… a violência vai apagando a vida … E foi muito forte o modo como cada um/a expressou isso tudo. Foi doído, foi difícil. Cada um/a falou da intervenção que fez na própria imagem e explicou suas escolhas. Compartilhamos relatos muito sofridos.

Rasguei e costurei a minha foto de um jeito bem tosco. Ficou macabro. E tinha que ficar mesmo, porque a violência despedaça. Além disso, era a melhor técnica possível pra mim… Os meninos estavam usando tinta, estavam usando altas coisas, mas eu não tinha muito domínio daqueles processos artísticos; então, fiz com o que tinha à mão.

Considerando a minha limitação artística, pensei: vou rasgar e costurar. Foi uma escolha prática. Mas que teve um forte significado, também. Só sai essa técnica porque há algo intrínseco.

A campanha partiu justamente dos nossos corpos, da nossa história. Foi algo encarnado – que criamos na nossa própria carne, mesmo.

Não ter direitos é a violação que nos retira a dignidade, é uma agressão que causa danos irreversíveis, e que a gente só supera, talvez, no entendimento da luta. Pra mim, pelo menos, essa é a minha saída, a minha cura. Porque imagina você tentar resolver isso sozinho ou só na família, sem ter a perspectiva política do que sofreu. Sobra só trauma.

---

[139] Extraído de https://quandoolutoeluta.org.br/vivencia/aurea-carolina-de-freitas/. Com o objetivo de síntese, o texto original foi editado pela autora da tese em parceria com Áurea Carolina de Freitas.

***Contra a indiferença, uma imagem do horror da qual não dá pra fugir***

*Hélio Silva*[140]

Durante a elaboração da campanha Juventudes contra violência, eu pude e tive que olhar para a minha vida – a minha identidade –, porque era a partir dela que o processo criativo se desenrolava. Com isso, ressignifiquei muitas coisas ao longo da experiência.

Marcamos as imagens dos nossos rostos com sinais de destruição, detonação... Porque direitos das juventudes era algo que não conhecíamos; conhecíamos só pelo lado negativo, pelo que é negado ao jovem negro pobre. Muita coisa que a gente engolia, deixava passar, ia levando, apareceu ali, enquanto detonávamos nossas imagens. E isso foi importante pra nossa formação política.

Criamos uma imagem de alguém violado e esquecido. Violência tem a ver com memória, e cada imagem daquela mostra algo/alguém que está se perdendo ali, e que não vai ser lembrado depois.

Eu lixei, amassei, cortei, furei a minha foto. Eu queria que fosse a imagem de alguém invisível: que não desse pra ver direito o rosto, mas sim o sofrimento, a violência, a face ferida. Queria mostrar um ser humano desumanizado. Porque somos desumanizados o tempo todo. Sofremos uma agressão que é existir, mas não de uma forma humanizada.

Todo mundo quer ser jovem, mas ninguém enxerga a juventude que é violentada. Então, as pessoas têm que olhar de novo. A campanha diz: "a juventude negra vive uma realidade horrorosa. Presta atenção. Prestou? Então, o que vamos fazer pra mudar isso?"

A campanha não tem imagem bonita, ela é uma porrada. Eu acho que, por conta disso, ela é mais política. Se as pessoas estão pouco se lixando em relação às violências absurdas que essa juventude passa, tem algo muito errado. Falar com elas de um jeito suave nunca vai funcionar. Tem que jogar na cara o que está podre, tem que deixá-las com aflição, com nojo, com alguma coisa. Se as pessoas não conseguem / não querem enxergar o jovem como sujeitos com direitos, elas precisam se deparar com alguma imagem da qual não dê pra fugir. Aquelas imagens de rostos violados tentam fazer isso.

---

[140] Extraído de https://quandoolutoeluta.org.br/vivencia/helio-douglas/. Com o objetivo de síntese, o texto original foi editado pela autora da tese em parceria com Hélio Silva.

***Rasurar a imagem para falar do dano da violência***

*Luíza Alcântara*[141]

O processo de construção das peças da campanha Juventudes contra Violência foi muito profundo e intenso, mexeu com a gente. Cada um de nós criou uma imagem do próprio rosto, que depois foi inserida numa peça semelhante a uma carteira de identidade. As imagens que criamos eram muito danificadas, justamente para falar dos danos que a violência causa à vida e à identidade dos jovens.

Eu tenho a pele branca, mas tinha um cabelão longo e cacheado, meio *black power*. Resolvi interferir na foto lixando a parte do rosto, para ele quase não aparecer, e deixando o cabelo à mostra. E deu certo: o rosto ficou bem desbotado.

Eu queria, com a imagem, falar de outro apagamento, subjetivo e simbólico. O rosto apagado tem a ver com o apagamento da identidade das pessoas negras, em função do preconceito. E a coisa do cabelo é super forte quando a gente pensa na pessoa se afirmar negra. Por isso, eu quis dar destaque para a minha cabeleira. Ela era importante. Porque eu sou branca, mas tenho boca grossa, nariz largo, cabelo cacheado, não estou dentro de nenhum estereótipo. Lixei o meu rosto e deixei o cabelo porque, afinal de contas, quantas meninas negras não sofrem preconceito e bullying em função do cabelo? Eu pensei nelas.

Aquela campanha foi toda nossa: juntos, construímos cada elemento dela. E queríamos que ela partisse de um lugar realmente do jovem. Pensando na campanha com o meu olhar de hoje, eu acho que ela partiu mesmo de um lugar diferente, que tinha a ver com o nosso grupo, não com a estética da publicidade, que coloca em circulação imagens bem estereotipadas da juventude.

Não foi uma campanha padrão. Um exemplo é a foto da Áurea, toda rasgada e costurada. Tem uma coisa diferente ali: ela mostra um rosto que foi cortado em vários pedaços, e que foram feitas emendas naquele rosto. Dá pra pensar em muita coisa sobre esse rosto cheio de emendas. E a campanha foi isso: o que a gente queria era criar imagens que fizessem as pessoas pensarem em um monte de coisas nas quais elas não costumam pensar.

---

[141] Extraído de https://quandoolutoeluta.org.br/vivencia/luiza-alcantara/. Com o objetivo de síntese, o texto original foi editado pela autora da tese em parceria com Luíza Alcântara.

***Faces violadas para denunciar as violências contra as juventudes***

*Sâmia Bechelane*[142]

Em 2012, as violências contra as juventudes ganhavam visibilidade em diversas pesquisas e publicações. Nós, do Fórum, estávamos cientes da gravidade do problema e acreditávamos que a denúncia e o enfrentamento a ele poderiam ser uma grande bandeira de luta. A campanha Juventudes contra Violência nasceu desse entendimento.

A construção das bases da campanha, do final de 2012 ao início de 2013, foi um grande processo colaborativo, que envolveu uma série de encontros com jovens da rede do Fórum. Neles, trabalhávamos com jogos, desafios criativos e rodas de conversa. Assim, foram definidas as diretrizes das produções e elaborada a série de imagens de rostos violados dos jovens – o principal elemento visual da campanha.

Na atividade de criação das faces violadas, distribuímos aos jovens impressões de fotos de seus rostos e os convidamos a interferir nelas, representando violências que sofriam. Eles, então, fizeram intervenções pesadas: apagamento, corte, mutilação, corrosão das faces – indicando que violências violam identidades. A partir das criações deles, discutimos violências graves e cotidianas. Foi uma discussão difícil, mas também muito importante.

Com base no material e nas diretrizes geradas naqueles encontros, uma equipe técnica elaborou as peças com as imagens cédulas de identidade nas quais a foto tradicional era substituída pelas faces violadas: cartazes e grandes banners, que estiveram no 4º oKupa (2013), que foi dedicado ao lançamento da campanha, e em numerosas ações do Fórum desde então. Também produzimos o site www.juventudescontraviolencia.org.br. Depois, realizamos dezenas de encontros formativos, que se estenderam até 2014 e levaram a campanha a muitos espaços.

Na construção da campanha, pudemos exercitar uma nova forma de incidir nos debates juvenis e na formação das juventudes, calcada na perspectiva participativa, dialógica e prática da educação popular. Essa orientação metodológica é, desde então, uma grande força da nossa rede.

---

[142] Extraído de https://quandoolutoeluta.org.br/vivencia/samia-bechelane/. Com o objetivo de síntese, o texto original foi editado pela autora da tese em parceria com Sâmia Bechelane Cordeiro de Melo.

***Quem morre tem um nome, um RG e uma história***

*Juarez Dayrell*[143]

A campanha Juventudes contra Violência foi uma importante ação para a consolidação do Fórum das Juventudes como referência na cidade. Ela foi a materialização de um salto de qualidade muito significativo daquele início dos anos 2010, com a implantação da Secretaria Executiva.

O tema pautado – a violência contra o jovem – era presente e pungente. E a campanha também deu visibilidade a um tema subjacente à violência, que é o racismo. Não é à toa que, naquele período, a ampliação da noção de juventude acontecia concomitante à de negritude, de identidade negra. Crescia a visibilidade de algo que já acontecia, mas ganhava uma escala cada vez mais assustadora, conforme mostravam os dados dos anuários Mapa e Atlas da Violência – publicações iniciadas em 2010, que representaram um grande passo na visibilidade do genocídio.

A campanha teve um elemento simbólico muito forte: as carteiras de identidade gigantes, com os rostos dos jovens cheios de marcas de violência. Elas são como um tapa porque dão concretude à denúncia: quem morre é um sujeito que tem um nome, um RG e uma história. Tornar aquilo visível – e foi uma escolha muito feliz trazer diferentes rostos de meninas e de meninos – gera uma comoção. Lembro que afixávamos os cartazes em todo lugar: na porta do OJ, na porta da minha sala.

O material que o Fórum produziu para a campanha foi muito didático. Ele desempenhou um papel que é muito maior do que podemos imaginar, porque disseminou o debate. Ele extrapolou todos os nossos objetivos. Acho que teve um efeito muito significativo.

Penso que nossa ação de comunicação do Fórum tem incidência no aumento da visibilidade da violência – o que é até um pouco contraditório. Incide, também, na ampliação do empoderamento juvenil negro: aquele menino que se percebe como sujeito de direitos não abaixa mais a cabeça para a polícia no baculejo. Nosso trabalho, em alguma medida, faz com que a relação do jovem com a polícia e a relação com a marginalidade se tornem, qualitativamente, diferentes.

---

[143] Extraído de https://quandoolutoeluta.org.br/vivencia/juarez-dayrell/. Com o objetivo de síntese, o texto original foi editado pela autora da tese em parceria com Juarez Dayrell.

## *Identidades violadas*: descrição e notas sobre o processo de criação

Conforme já indicamos, a criação da campanha Juventudes contra Violência foi um marco do momento de retomada do Fórum, depois de três anos de hibernação. Naquele início da década passada, todas as energias estavam voltadas à construção de formas mais envolventes e participativas de produzir a incidência política das juventudes – sem o viés institucional direto nos espaços de construção das PPJs.

Uma campanha de sensibilização seria um elemento central da retomada. Por isso, foi construída, com todo o cuidado, uma série de encontros de concepção, envolvendo as equipes do Fórum e da AIC (apoiadora do processo), e principalmente jovens da rede do FJ. Nos encontros, a partir de experimentações criativas, foram elaborados alguns materiais, que eram levados ao designer e ao webdesigner encarregados de elaborar as peças. Os materiais criados nos encontros não eram simplesmente "absorvidos" por esses dois técnicos, mas, sim, tomados como diretrizes criativas. Eles elaboravam as versões das peças a partir do que vinha dos encontros com as juventudes; as peças que criavam eram retornadas aos encontros ampliados; a partir daí, eram sugeridos ajustes. Essa perspectiva de uma criação em que processos coletivos se combinam com contribuições técnicas, numa dinâmica de diálogo, é recorrente no Fórum.

Os encontros ampliados de criação da campanha se iniciaram com a apresentação do conceito de campanha de comunicação e da temática das violências, seguida de um jogo em que cada pessoa, e grupos de participantes, deveriam registrar, em triângulos, palavras, frases e imagens com ideias para a campanha. Em seguida, houve um momento de discussão e síntese de palavras e imagens que expressassem uma visão coletiva do tema.

Por fim, os grupos apresentaram e discutiram suas produções.

Figura 56 – Registros do primeiro encontro de criação
da campanha Juventudes Contra Violência.

Fonte: Acervo do Fórum das Juventudes da Grande BH.

Da atividade, saíram alguns elementos muito importantes. Uma forte imagem surgida foi a do jogo da forca, conjugada com palavras incompletas, para dar a ideia de falta – apagamento – de direitos. A associação entre violência e violação de direitos, e da violação de direitos como algo que machuca e impede a vivência plena da juventude, também foi recorrente. A partir de discussões desses elementos, feita pelos mediadores da atividade em uma reunião após o encontro, surgiu a proposta de que a campanha tivesse como mote a violação da identidade juvenil a partir das violações de direitos, o que seria expresso em imagens dos rostos dos jovens, rasuradas de diferentes formas por eles próprios, e em palavras (uma palavra-síntese para cada imagem criada) que indicassem qual direito estava sendo violado ali.

No encontro de criação das fotos dos rostos associadas às palavras indicando os direitos violados, foi apresentada a proposição de que cada um e cada uma fizesse uma interferência na imagem impressa de seu rosto (as fotos haviam sido tiradas e impressas previamente). Para isso, cada um/a podia utilizar livremente alguns materiais que foram disponibilizados: tinta, miçangas, papéis com texturas, cores e tamanhos variados, tecidos, grampos, pregos, agulhas, arame, carimbo etc.

Ao final, houve uma roda de conversa, na qual cada um/a fazia uma apresentação individual da imagem que havia produzido, contando o sentido que buscou dar àquela imagem que criou. Também foi feito um levantamento de sugestões para a equipe técnica de criação das peças da campanha. Na conversa, surgiram várias ideias, tais como: incorporar as imagens criadas no encontro a uma peça que fosse uma cédula de identidade (originalmente, essas imagens seriam usadas apenas na página de abertura do site da campanha); na assinatura de cada peça/cédula de identidade, colocar, no lugar da assinatura, a palavra com a indicação do direito violado e reivindicado; na grafia de tal palavra, usar diversos tipos de letras, aludindo às variadas linguagens juvenis. Também surgiram, no encontro, o slogan “Juventude sem direitos é juventude violada”; e a assinatura da campanha: “Juventudes contra Violência”.

Figura 57 – Registros do segundo encontro de criação
da campanha Juventudes Contra Violência.

Violado

Fonte: Acervo do Fórum das Juventudes da Grande BH.

A partir do processo, foram selecionadas fotos para a criação de oito peças gráficas com as “identidades violadas”. Para cada uma das oito peças, uma palavra assinalava significados caros à campanha: Diferença, Dignidade, Justiça, Respeito, Expressão, Autonomia, Liberdade, Memória.

Em torno dessas imagens e palavras de referência, foram criadas, então, as peças: um website e conteúdos para o Facebook do Fórum (ambos continham todas as imagens criadas nos encontros ampliados), cartazes, adesivos e panfletos.

Figura 58 – Página de abertura do site www.juventudescontraviolencia.org.br.

Fonte: Acervo do Fórum das Juventudes da Grande BH

Figura 59 – Imagens do cartaz, banner, flyers e adesivos da campanha.

Fonte: Acervo do Fórum das Juventudes da Grande BH

Conforme fica patente nos relatos de quem fez parte do processo, a atividade de concepção da campanha Juventudes contra Violência envolveu intensa experimentação do conceito de violência e de possibilidades de abordagem dele. Mas o fator decisivo e altamente expressivo da equação foi uma experimentação mais radical que ali se deu. Como bem disse Áurea Carolina, a campanha nasceu dos corpos dos jovens que participaram do processo.

Rasurar a imagem do rosto de diferentes formas, sempre violentas, com variados materiais, foi o modo que aqueles jovens escolheram para dar concretude às violências que violam identidades.

Mostrar a desumanização na face humana violada, criar imagens que fossem uma "porrada", ao mostrar o horror da juventude violentada, falar do apagamento. A estética que se construiu naquele momento me foi descrita de modo muito semelhante e vivo pelos participantes, mais de seis anos depois dos encontros de criação da campanha.

Na construção da campanha Juventudes contra Violência, eram experimentadas uma nova forma de promover a mobilização política das Juventudes, uma nova forma de sensibilizar a sociedade em relação às questões da juventude negra e periférica, e uma metodologia de trabalho com os próprios jovens. Nos anos anteriores, o FJ já se utilizava de atividades de criação artística e midiática para provocar debates. Naquele ano de 2013, o espaço do debate se conectou mais fortemente à dimensão da comunicação midiática – à construção de uma campanha.

Começava naquele momento, ainda, um pensamento que integrava processos formativos e de debate, campanhas e eventos do Fórum. A partir daquele ano, ciclos temáticos seriam planejados como articuladores e mobilizadores da atuação do Fórum.

Outro elemento que conferia ainda mais densidade àquele momento era a visibilidade das pesquisas sobre morte violenta de jovens: o drama do genocídio começava a ser percebido como tal, e havia entre as pessoas que estavam à frente da articulação do Fórum uma imensa angústia, uma necessidade forte de dar visibilidade àquele fenômeno de tamanha gravidade.

Humanizar, mostrar que quem morre tem nome, RG e uma história, trazer à tona a memória – ainda que por seu avesso, o apagamento. Todos os relatos de quem participou daquela construção nos remetem a uma juventude à qual se negava a condição de humanidade e se matava em massa. Toda a carga emocional e dramática daquela conjuntura acabou se condensando nas identidades violadas.

## Cenas de violência

### *Teatro do Oprimido: uma intervenção que promoveu o debate a partir da emoção*

*Zerê – Leandro Pereira da Silva* [144]

O Fórum tem um modo especial, sensível, de abordar e de mobilizar as pessoas. Eu sou um trabalhador da arte e da cultura, sempre vou pensar as questões por esse prisma, mas não é por isso que defendo que o elemento sensível é fundamental.

Não é difícil você ir em um sarau ou slam e ver pessoas realmente tocadas com o que viram e ouviram a partir de alguma manifestação artística. Um momento em que isso aconteceu de forma muito forte comigo foi no encontro imersivo do FJ de 2018: as meninas da Academia Transliterária fizeram uma intervenção do Teatro do Oprimido que me pegou de um jeito diferente, muito mais do que estatísticas e números teriam feito.

Até então, eu nunca tinha refletido muito sobre a luta de gênero. Mas, naquele dia, com experiências teatrais, a Academia Transliterária promoveu esse debate de uma forma que emocionou todo mundo. Passamos a tarde inteira chorando e debatendo.

Lembro que, naquele dia, chorei no meio de todo mundo por algo que eu nunca imaginaria que poderia me tocar tanto. A partir dali, compreendi melhor a questão da interseccionalidade, que não é a mesma coisa de tornar a luta uma só, mas entender que a luta é *multiplayer* e que precisamos estar em todos os cantos dela.

Para dialogar com jovens, o Fórum trabalha com as linguagens artísticas deles. E para alcançar cada vez mais pessoas, o FJ também faz uma aposta no artístico-cultural: busca tocar as pessoas a partir das linguagens do sensível – até porque, como sabemos, números não comovem, eles só servem para comprovar algo.

Uma vizinha minha fala que quem gosta de número é só o Estado e o cientista social. A população massiva, o tiozinho eleitor do Bolsonaro, temos que atingir de outra forma, e a expressão artística é um bom caminho. Penso que, quando nossa ação incorpora a expressão artística, conseguimos atingir bem mais pessoas, e com mais intensidade.

---

[144] Extraído de https://quandoolutoeluta.org.br/vivencia/zere/. Com o objetivo de síntese, o texto original foi editado pela autora da tese em parceria com Leandro Pereira da Silva (nome artístico: Leandro Zerê).

***Cenas que nos levaram a compartilhar e transbordar aflições e afetos***

*Alga Marina Silva*[145]

O 8º oKupa teve como tema as violências institucionais sofridas pelas juventudes. Para construí-lo, trabalhamos com dinâmicas criativas e reflexivas do Teatro do Oprimido. Numa delas, cada participante deveria encenar uma violência institucional que tivesse vivenciado. Aí, um rapaz se ajoelhou, entrelaçou os dedos por trás da cabeça e interpretou uma cena de violência rotineira do sistema socioeducativo, pelo qual já havia passado. Foi muito forte, sensível e emocionante! Foi um momento de partilha de dores, mas não só!

Compartilhamos e transbordamos nossas aflições e afetos. Falo em transbordamento porque, ali, nós fomos além de expressar o sofrimento: foi um processo de ressignificação. Ao encenar e assistir encenações de traumas relacionados a experiências de violência, expressar o sofrimento que carregamos e falar dele, tentando entendê-lo juntos, surgia algo diferente. Há uma possibilidade de ressignificação do vivido quando se olha para a vivência do outro e se é olhado pelos olhos do outro.

As cenas criadas e compartilhadas nos provocaram reflexões para a construção do oKupa que ainda não haviam surgido no Fórum. Uma questão que surgiu, por exemplo, foi a problematização dos banheiros, até então limitados aos gêneros masculino e feminino, e o debate de gênero que fizemos naqueles debates nos mostraram o quanto esse olhar redutor é violento. A partir do que ali se tornou público, separamos um banheiro para mulheres cis e trans e outro para quaisquer outras pessoas.

Depois, realizamos uma campanha em vídeo chamada Caso de Polícia.[146] Nela, cada pessoa criou uma cena para relatar uma violência vivida por outra pessoa. Por exemplo: um jovem negro cis hétero contou a violência sofrida por uma mulher – isso em primeira pessoa. A campanha foi muito importante: deu materialidade para as discussões do Fórum acerca das violências institucionais, a partir do acolhimento e da escuta dos jovens.

---

[145] Extraído de https://quandoolutoeluta.org.br/vivencia/alga-marina-silva/. Com o objetivo de síntese, o texto original foi editado pela autora da tese em parceria com Alga Marina Silva.

[146] FÓRUM DAS JUVENTUDES DA GRANDE BH. *Caso de Polícia*. YouTube, 10 out. 2018. Disponível em: https://youtu.be/U8wXwEFwSzw. Acesso em: 30 mar. 2023.

***Cenas de violência*: descrição e notas sobre o processo de criação**

O repertório de atividades do Teatro do Oprimido[147] (TO) foi um importante recurso metodológico utilizado no encontro de concepção do 8º oKupa, em 2018. No encontro, que aconteceu de 23 a 25 de março daquele ano, os coletivos Academia Transliterária [148] e Muda [149] foram propositores de atividades baseadas em tal metodologia, que já utilizavam nas respectivas ações.

Os propositores, de início, convidaram as pessoas a caminhar pelo espaço e explorá-lo, e propuseram um debate sobre as diferentes formas de ocupação expressiva de espaços. Depois, apresentaram brevemente a biografia do dramaturgo brasileiro Augusto Boal e os princípios do Teatro do Oprimido, método teatral e modelo de prática cênico-pedagógica criado por ele, nos anos 1970, com base nas premissas da Pedagogia do Oprimido, de Paulo Freire. Segundo o próprio Boal (1992, p. 53), no Teatro do Oprimido não há espectadores: há os atores propositores, e o público que se junta a eles na construção de gestos ou cenas teatrais – tornando-se, assim, *espectatores*. Os gestos ou cenas teatrais propostos são problematizações de realidades de opressão vividas.

No principal método do Teatro do Oprimido, o teatro-fórum, a ideia é que cada participante se envolva na construção de um gesto ou cena, expresse sua compreensão do que foi criado (qual opressão está sendo apresentada ali) e que, coletivamente, sejam discutidas as estruturas e os processos sociais que levam àquela opressão, bem como possibilidades de ações concretas para transformá-la.

No encontro imersivo, foram realizadas rodas de teatro-fórum. Primeiro, com gestos; depois, com cenas, situações de violência do cotidiano foram mostradas pelas pessoas e discutidas em grupo. Situações encenadas pelos participantes, de violências que haviam marcado as vidas deles, levaram à forte comoção coletiva. Foi o caso, relatado por Alga, do rapaz que se colocou de joelhos, com os dedos entrelaçados atrás da cabeça, representando uma postura que os adolescentes internados em unidades do sistema

---

[147] Para informações sobre o método, ver: verbete "Teatro do Oprimido" da Enciclopédia Itaú Cultural. Disponível em: https://enciclopedia.itaucultural.org.br/termo616/teatro-do-oprimido, Acesso em: 21 dez. 2022. Materiais de Acervo do Instituto Augusto Boal. Disponível em: http://acervoaugustoboal.com.br/busca. Acesso em: 10 fev. 2023.

[148] Segundo o site da iniciativa, "a Academia Transliterária é um coletivo de artistas travestis, transexuais, transgêneros e de pessoas cisgêneras próximas à pauta. Investigamos estratégias, estéticas e linguagens artísticas para difusão e protagonismo da arte e cultura trans e periférica". Disponível em: https://academiatransliteraria.wordpress.com/. Acesso em: 02 abr. 2023.

[149] A coletiva Muda é constituída por mulheres e foi criada, em 2016, na cidade de Betim (MG). Promove a lógica da economia solidária e atua nas áreas de arte, cultura, sustentabilidade e feminismo. Informações coletadas no site Re-junte, do Fórum das Juventudes. Disponível em: https://bit.ly/3aaYvgg. Acesso em 02 abr. 2023.

socioeducativos são obrigados a adotar em abordagens violentas dos agentes. A cena impactou todo o grupo e acabou por gerar um importante momento de discussão sobre aquele tipo de violência, as marcas que ela deixa, e ainda sobre como lidar com aquele tipo de questão, nas perspectivas pessoal e coletiva.

Um dado importante sobre o encontro imersivo foi o fato de ele ter acontecido poucos dias após o assassinato de Marielle Franco, vereadora negra carioca que era uma referência na defesa de pautas relacionadas às juventudes negras e periféricas. Os participantes daquele encontro que ouvi me contaram que, em função disso, estavam à flor da pele. Assim, me disseram eles, expressar as violências nos gestos do corpo, e discuti-las com os demais, além de ter sido uma oportunidade de lidar com aquele trauma coletivo, teve um efeito catártico, com muitos momentos de emoção intensa e choro compartilhado.

Naquele ciclo de atividades do Fórum que se iniciava, a proposta principal era denunciar violências cometidas por agentes do Estado contra os/as jovens – as violências institucionais. Conforme destacou Zerê em sua narrativa do evento, por ser uma linguagem do sensível, o teatro acabou se constituindo num recurso importante para tratar do tema.

Ainda segundo nos fala Zerê, um ponto forte das discussões daquele encontro foram as violências de gênero e a lógica interseccional das violências, considerando no espectro das interseccionalidades as violências sofridas por pessoas trans. Por meio das vivências com o Teatro do Oprimido, participantes do Fórum que, como ele, não tinham uma conexão com tais debates, criaram ali uma compreensão e um vínculo, a partir da experiência artística e emocional e dos diálogos das pessoas do grupo sobre o tema, instigadas por tal experiência.

Conforme nos conta Alga, uma das consequências dos debates da imersão foi a problematização da lógica binária de gênero dos banheiros dos eventos do oKupa, que então foi percebida como violenta com as pessoas trans. Essa questão ganhou visibilidade nas conversas e levou à adoção de uma medida de reformulação da lógica dos banheiros dos eventos, que passou a contemplar as especificidades das mulheres cis e trans.

Alga também nos conta que encenar e assistir encenações de traumas relacionados a experiências de violência possibilitou que as pessoas refletissem sobre tais traumas a partir de novas perspectivas. A ressignificação do vivido, avalia Alga, se faz possível no exercício de olhar para a vivência do outro e de ter suas vivências percebidas a partir do olhar do outro.

Naquele ano, do encontro imersivo até o encontro final do oKupa, foram realizados diversos encontros formativos, que foram momentos de escuta. Jovens de diversas localidades periféricas foram estimulados, nos encontros, a falar, a partir de experiências de suas próprias vidas, sobre como as juventudes são afetadas pelas violências institucionais. Além disso, foram incentivados a denunciar casos de que tivessem sido vítimas. Contudo, o medo de que denúncias gerassem represálias acabava inibindo relatos mais diretos de denúncia.

De todo modo, ainda que encaminhamentos de denúncia direta não tenham sido possíveis, as atividades daquele ciclo produziram significados junto à rede do Fórum. Novas temáticas ganharam visibilidade e passaram a fazer parte da compreensão das violências denunciadas e questionadas pela rede do FJ.

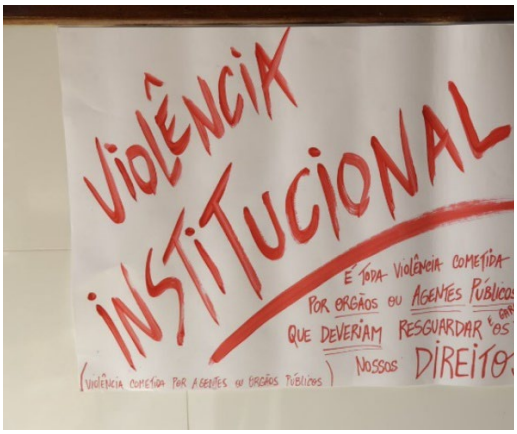
Ao final do processo, a partir de tudo o que foi levantado no encontro imersivo e nos demais encontros, foi construída a campanha "Caso de Polícia", baseada em relatos coletados. Conforme já indicamos, os jovens, para não se exporem a riscos de retaliação, não quiseram fazer denúncias diretas de casos. Para expressar os tipos de violência denunciadas, contudo, o recurso cênico mostrou-se valioso, mais uma vez. Casos de violência foram relatados por jovens, mas cada um deles contava uma violência ocorrida com outro. Os relatos foram gravados, dando origem a nove pílulas videográficas. As pílulas foram apresentadas no evento de culminância do 8º oKupa, junto com as performances artísticas e o convite ao debate do tema, já tradicionais no evento, e disponibilizadas no YouTube.[150]

Figura 60 – Registros do encontro imersivo de concepção do 8º oKupa.

[150] Disponíveis em: https://youtu.be/U8wXwEFwSzw, https://youtu.be/fOgt7Xu_XXk, https://youtu.be/7XNVciuHvdo e https://youtu.be/VlClmbfalIA. Acesso em: 15 fev. 2023.

COMO FAZER?
PEGUE UM ENVELOPE
COLOQUE O SEU NOME
PREGUE NA PAREDE
RECEBA RECADINHOS DURAN
RECADINHO
Polly
FERNANDA GODINHO

NEGOÇ REVOLTA
FRACASSO
GRITOS
OPRESSÃO
OPRESSÃO
#CONTRA a REDUÇÃO da MAIORIDADE PENAL
DEIXA O ERÊ VIVER
#NósTemosUmSONHO


VIOLÊNCIA INSTITUCIONAL
É TODA VIOLÊNCIA COMETIDA POR ORGÃOS OU AGENTES PÚBLICOS QUE DEVERIAM RESGUARDAR OS NOSSOS DIREITOS
(VIOLÊNCIA COMETIDA POR AGENTES OU ORGÃOS PÚBLICOS)

Fonte: Acervo do Fórum das Juventudes da Grande BH

Figura 61 – Reprodução de frame de vinheta de abertura dos vídeos da campanha “Caso de Polícia”.

Fonte: Acervo do Fórum das Juventudes da Grande BH

**A construção dos atos expressivos pelas Juventudes**

Nos dois exemplos apresentados, de ações e produções realizadas em diferentes momentos do FJ – 2013 e 2018 –, podemos identificar elementos que evidenciam um modo de fazer – uma metodologia – dos processos criativos/formativos do Fórum.

De início, é preciso lembrar que esse modo de fazer, conforme indicado na própria publicação *Fazendo junt@s*, que sintetiza propósitos e metodologias dessa rede, é calcado nos princípios da educação popular. Ou seja: na base das experiências está uma aposta na criação coletiva, colaborativa e participativa.

Segundo o que ouvi de diversas pessoas, de variadas gerações do FJ, a base metodológica proposta por Paulo Freire é, de fato, adotada: a problematização é o elemento que dispara e articula os processos. Muitas vezes, isso se traduz numa *proposição*: uma *situação-problema* a ser enfrentada coletivamente por meio de interações, trocas e colaborações entre os participantes.

Em muitas das falas que ouvi, e também em atividades que acompanhei, a palavra proposição foi muito usada para nomear a ação que dispara e alinhava os processos de criação do Fórum das Juventudes. Além de significar sugestão – ou seja, uma possibilidade de desenvolvimento da ação apresentada ao grupo para ser validada, incrementada, alterada –, proposição, nas experiências do Fórum, se associa à acepção dada à palavra, na arte contemporânea, para designar processos artísticos abertos, que só se realizam na interação com o público[151] – de modo que a própria ideia de "obra de arte" acaba cedendo lugar às ideias de processo, vivência, experiência, instalação ou performance artística.

No início dos anos 2000, a equipe da AIC que promovia processos formativos em linguagem audiovisual junto ao Fórum das Juventudes utilizava muito o termo proposição, pois pesquisava referências, ligadas à arte, de processos formativos abertos e experimentais: as proposições de Lygia Clark e Helio Oiticica em sua conceituação de arte relacional – a arte produzida a partir da abertura ao outro, e feita junto com o outro – ; a ideia de "jogo ideal", de Deleuze, que seria um jogo sem regras nem vencedores, um processo de pura experimentação, no qual o foco seria problematizar o próprio processo de pensamento; as discussões de John Huizinga, que via no jogo um elemento da cultura

[151] Sobre a associação entre várias expressões da arte contemporânea e a ideia de proposição – obra aberta e relacional – ver TRINDADE, 2017 e ROLNIK, 2007. Vale destacar que a precursora, no Brasil, da ideia de proposição, foi Lygia Clark, no fim dos anos 1960. Acerca da proposta artística efetivamente participativa e relacional de Clark, ver ROLNIK, 2007.

com potencial de produção de conhecimento e de exercício da imaginação transformadora.[152]

Enfim, seja pelas propostas explicitamente calcadas nas reflexões da arte e dos jogos dos primeiros anos, seja pelo próprio uso que os coletivos artísticos de juventude, abundantes no Fórum, fazem da palavra proposição (que, como dissemos, é uma forte tendência da arte contemporânea), ou pela conjunção desses dois fatores, o fato é que ela define a tônica dos processos de criação e de formação coletiva realizados pelo FJ desde aqueles anos de sua retomada.

Em síntese, a proposição refere-se a um *desafio criativo e lúdico* (que por vezes assume a forma de jogo ou brincadeira), previamente definido por organizadores voluntários da atividade, que é lançado para o grupo como atividade motriz de uma elaboração conceitual, um processo de planejamento ou o desenvolvimento de alguma atividade ou produção.

Proposições evocam *processos abertos*: incompletos, porosos ao erro e à improvisação. Nada é rigidamente pré-definido. Não existe "o" jeito certo de fazer. A proposição convida à experimentação – outra palavra muito evocada pelas pessoas do Fórum para descrever os processos que constroem. Segundo o Dicionário Online de Português, a palavra tem como um de seus significados "ato de conhecer por meio da experiência".[153] Experimentar, o verbo, diz respeito a esse conhecer pelo vivido, e também a outras ideias valiosas: submeter à experiência, ensaiar, testar, pôr à prova; usar para ver se serve ou se fica bem no corpo; provar o gosto, saborear. Experimentar também é, portanto, problematizar o sentido instituído, indagar se esse instituído convém àquela coletividade, e desestabilizá-lo, quando ligado a lógicas de preconceito.

As proposições podem ser, ainda, *jogos cooperativos* – como foi o caso dos jogos teatrais, advindos do Teatro do Oprimido, trabalhados na imersão de concepção do 8º oKupa, em 2018. Nesses jogos, as proposições provocam interações, colaborações e reflexões.

Nas atividades do Fórum, sempre estão presentes, ainda, outros elementos que são utilizados desde o nascimento da rede, como o uso, nas discussões, de recursos de *síntese gráfica e textual*, como cartazes e/ou esquemas visuais constituídos por conjuntos de

---

[152] Sobre as experiências e reflexões da AIC com proposições e jogos no início dos anos 2000, ver MELO *et al*, 2006.

[153] EXPERIMENTAÇÃO. *Dicio*, [*s.d.*]. Disponível em: https://www.dicio.com.br/experimentacao/. Acesso em: 05 mai. 23

tarjetas, elaboradas por todos; além de *mapas interativos*, que são representações visuais, feitas coletivamente, de territórios, redes, conjuntos de ideias (um exemplo é o mapa afetivo, que é uma grande peça de bricolagem, criada sobre um tecido ou papel, na qual as pessoas deixam imagens e palavras sobre suas percepções acerca de determinada questão ou contexto).

Outras proposições comuns nas atividades do FJ são *experiências artísticas* (enquetes teatrais, músicas, versos, colagens e desenhos são propostos como modos coletivos de abordar tema/s em discussão) e *mídia-processos*.

Em diversos processos cotidianos, de modo geral, e em processos de criação de materiais de comunicação institucional – cartilhas, jogos, kits educativos e plataformas –, especialmente, o Fórum das Juventudes se utiliza amplamente da metodologia mídia-processo.

A partir da minha experiência de envolvimento com as ações do FJ, combinada ao que ouvi das pessoas entrevistadas, compreendo que a grande maioria dos materiais de comunicação já criados pelo Fórum, na verdade, não são meros produtos: são mídia-processos. Cada um deles é um todo que combina processos criativos experimentais e produções comunicativas geradas ao longo de tais processos para construir e/ou qualificar um circuito de problematização pública, posicionamento político e mobilização.

Vale indicar, inicialmente, o conceito de mídia-processo, que utilizamos desde os anos 1990 na AIC. É um conceito inspirado na proposição do termo "vídeo-processo", que havia sido feita por Daniel Brazil, em 1992, no boletim da Associação Brasileira de Vídeo Popular (ABVP), com o objetivo de chamar a atenção para a necessidade de não se pensar a tecnologia e o produto vídeo como fins em si mesmos (a tendência sempre presente de fetichização da tecnologia) e de buscar uma perspectiva mais processual: ou seja, compreender o uso daquele recurso tecnológico, à época emergente, como um processo capaz de combinar criação e formação, de modo planejado e alinhado com os propósitos das comunidades e grupos, sujeitos centrais da ação (BRASIL, 1992, p. 06 e 07).

Mídia-processo, para nós da AIC, diz respeito a um modo particular de conceber e empreender a produção midiática. No lugar da tradicional acepção "veículo de transmissão da informação", propomos que a mídia seja entendida como um campo de

experimentação coletiva; como um dispositivo constituído por ferramentas [154] de produção processual e participativa de conhecimento coletivo e de posicionamento político.

Para concretizar essa aposta, apresentamos aos grupos proposições midiáticas: desafios nos quais se deve, de forma coletiva e participativa, expressar algo com a utilização das linguagens e tecnologias dos meios de comunicação. O percurso é, mais uma vez, o da situação-problema, que convoca o grupo a experimentar os recursos tecnológicos e as possibilidades no campo da linguagem, ao mesmo tempo em que provoca e articula diálogos desse grupo em torno de questões que lhe são caras.

A vivência coletiva desse percurso, que envolve escolhas de temas e de angulações de abordagem, mescladas com conversações sobre as questões trabalhadas e sobre os modos de expressá-las, é formativa e política. Dispara e coloca em movimento um processo de identificação, problematização e, por fim, produção participativa de conhecimento acerca das questões de interesse coletivo a serem postuladas no espaço midiático. Nessa concepção, processo e produto midiático se imbricam e se retroalimentam.

Ainda que tenhamos, acima, elencado um repertório de práticas já realizadas e de referências dos próprios integrantes e de outras redes, não há metodologias prontas e estanques no Fórum: para cada processo, os jovens que atuam como facilitadores criam uma combinação singular de atividades voltada a fomentar o diálogo e a ação conjunta, problematizadora e criativa dos participantes.

O diálogo problematizador é o elemento central em todos esses processos – é por meio dele que o conhecimento coletivo é criado. É por isso que, para o Fórum, diálogos são experiências com um sentido amplo: são interações verbais, imagéticas, sonoras e simbólicas por meio das quais são buscados "entendimentos comuns entre os diferentes pontos de vista de quem constrói e se relaciona com o coletivo, para que todas essas forças tenham voz e vez". É o que afirma a cartilha *Fazendo junt@s*, (FÓRUM DAS JUVENTUDES DA GRANDE BH, 2006, anexo).

---

[154] Compreendo ferramenta como misto de utensílio (o insumo material: recurso ou recursos tecnológicos necessários para o desenvolvimento de um processo de criação de algo), habilidades e conhecimentos (insumos imateriais que podem ser utilizados, no processo de criação, para qualificá-lo, dando a ele singularidade, tornando-o adequado às intenções e ao contexto de quem cria).

# Chorar, sangrar, bordar e clamar por justiça: atos das Mães de Luta

***Chorar os Filhos: uma mortalha com o pranto das mães que clamam por justiça***

*Nina Caetano*[155]

Em 2018, fui muito impactada pela imagem da Bruna Silva com o uniforme de escola ensanguentado do filho morto numa operação policial. Fiz uma conexão entre as imagens de Bruna e de Antígona: ambas simbolizam a mulher que, solitária, com seu pranto, clama por justiça e desafia o poder. Decidi criar uma performance sobre aquilo.

Pensei nas Mães da Praça de Maio, da Argentina, e nas Mães de Maio, de São Paulo. Fui em busca de mulheres cujos filhos foram assassinados e concebi o que iria criar: uma grande mortalha em forma de vestido, ou um vestido-mortalha, feito de retalhos com registros de depoimentos daquelas mulheres.

Registrei no vestido, inicialmente, depoimentos de mães do Rio de Janeiro. Escrevi os depoimentos com tinta vermelha sobre retalhos de pano branco (porque seria muito difícil escrever num tecido escuro). E escolhi o vermelho para os textos por remeter a sangue, morte e guerra – ao luto e à luta. Depois, fiz contato com mulheres de Salvador. Incorporei os depoimentos delas e passei a circular com o vestido-mortalha.

Sempre imaginei que Chorar os Filhos seria uma ação artística coletiva, envolvendo intensa participação das mães. Isso se concretizou quando o vestido se tornou uma das ações da Rede Mães de Luta, rede da qual faço parte desde o nascimento, em maio de 2019. O vestido já esteve em quase todos os atos públicos da rede.

Outras mulheres, como a Kaká Silveira e a Ana Paula Nunes, se juntaram a mim nas ações de escrever nos retalhos e costurar o vestido. Algumas delas se propuseram a também bordar nos retalhos. Assim, o vestido passou a ter bordados também.

O vestido contribui com as Mães de Luta ao simbolizar artisticamente a causa que elas defendem. A arte tem muito a contribuir com a luta. Há coisas que o discurso direto não alcança. Então, é preciso provocar afetos, e a arte é um modo potente de fazer isso. O vestido traz a potência artística traduzida em luta: ele foi apropriado pelas mulheres, para elas fazerem da arte um modo de lutar.

---

[155] Extraído de https://quandoolutoeluta.org.br/vivencia/nina-caetano/. Com o objetivo de síntese, o texto original foi editado pela autora da tese em parceria com Elvina Maria Caetano Pereira (nome artístico: Nina Caetano).

***Pra que a frieza não prevaleça, as mães levam toda a sua emoção pra rua***

*Kaká Silveira*[156]

Foi o Estado que arrancou nossos filhos de nós. Por isso, a sociedade tem que nos ouvir.

Para sermos vistas e ouvidas, ocupamos os espaços com as nossas bandeiras, com fotos dos nossos filhos e com o nosso grito. Cada vez que fazemos isso, é especial. O evento da Assembleia, em que lançamos o projeto de lei da Semana Nacional das Vítimas de Violência do Estado em MG, foi um dos nossos momentos especiais de expressar a luta.

Naquele momento, nossa rede estava fortalecida por outras, de várias partes do Brasil, que ocuparam aquela Assembleia conosco. Juntas, invadimos os corredores em que estava a elite, toda enfiada nos seus cantinhos, cada um no seu gabinete. Não nos intimidamos diante daquele lugar que não conhecíamos, que não tinha nada de acolhedor, que parecia um labirinto em que a branquitude ficava lá, toda sentadinha… Mas tiveram que nos ver e nos ouvir: as mulheres do Rio de Janeiro e a própria Débora colocaram fogo na gente, já chegaram nos puxando pra gritar e cantar... E nós fomos entrando, percorrendo aquele labirinto de corredores. Fomos de mãos dadas cantando, gritando, segurando as nossas bandeiras (cada uma pegava uma ponta), as fotos dos nossos mortos... Isso chamou a atenção, com certeza.

A gente denuncia sequelas da escravidão que ninguém quer ver nem ouvir. Então, temos que chegar ocupando e chamando a atenção. A frieza e a indiferença das pessoas, que tanto nos doem, não podem nos intimidar. É como se as pessoas nos dissessem: "Eu não me importo, me deixa quieta aqui no meu canto". Mas temos que responder: "Não deixamos, não. Queremos incomodar".

Se tem frieza de um lado, do outro lado tem a nossa emoção. Ela está no nosso grito; na carta que escrevemos para a Justiça e lemos em frente ao Tribunal de Justiça; no vestido que criamos junto com a Nina. Aquele vestido carrega nossas lágrimas, histórias e dores. Quando bordamos nele as nossas histórias, sentimos que cada pedacinho de pano ali é um lenço em que a gente limpa as lágrimas.

---

[156] Extraído de https://quandoolutoeluta.org.br/vivencia/kaka-silveira/. Com o objetivo de síntese, o texto original foi editado pela autora da tese em parceria com Maria do Carmo Silveira (conhecida, na luta social, como Kaká Silveira).

***A minha dor e a minha luta estão gravadas ali***

*Ana Paula Nunes*[157]

Nós, Mães de Luta, vamos para a porta do Fórum e do Tribunal, praças, Assembleia Legislativa. Levamos nossas bandeiras e gritamos os nomes dos nossos filhos. Queremos que as pessoas prestem atenção e que o Estado não tenha como nos ignorar.

Fazemos passeata, fazemos protesto, fazemos arte. Vamos pra rua com megafone, caixa de som, cartazes, faixas... Mas não é só na rua que você nos encontra. Temos Instagram, Facebook: divulgamos e compartilhamos tudo. Também realizamos e participamos de encontros em vários lugares.

A arte nos ajuda a chamar a atenção. Por exemplo, na ação Mil Litros de Preto, que fizemos lá no Centro de Referência da Juventude (CRJ), não era possível que as pessoas não se emocionassem. Cada mãe que teve filho assassinado jogou um balde com água tingida de vermelho numa piscina de mil litros, representando o sangue derramado do filho dela. A piscina encheu e transbordou. Representamos, ali, o sangue derramado que não acaba mais; derrama pela sociedade toda.

Fazemos parte da criação do vestido que a Nina costura com mulheres que tiveram filhos assassinados. Eu bordei pedaços da minha história naquele vestido, que também dá um recado bem forte pra sociedade. Ele conta histórias dos assassinatos de jovens negros pelo Estado. Costuro, cuido e visto aquele vestido, pra que todo mundo veja, porque a minha dor e a minha luta estão gravadas ali.

A Rede Mães de Luta tem muitos momentos marcantes. Como no ato do protocolo do nosso primeiro Projeto de Lei. Naquele dia, percorremos a Assembleia de mãos dadas, cantando e erguendo faixas, cartazes, fotos. Eu nem me lembro o que aconteceu direito, de tão emocionada que estava.

No encontro nacional das Mães de Maio de 2022, nós penduramos plaquinhas com os nomes dos nossos filhos numa grande árvore, representando a nossa união e a luta pela vida, que vai muito além de nós. Foi um momento muito forte, também.

Esses atos são momentos de mostrar a nossa luta para o mundo.

---

[157] Extraído de https://quandoolutoeluta.org.br/vivencia/ana-paula-nunes-de-oliveira/. Com o objetivo de síntese, o texto original foi editado pela autora da tese em parceria com Ana Paula Nunes.

***No sangue que transbordou, descarreguei a minha dor diante da cidade***

*Dona Tereza*[158]

A Rede Mães de Luta já realizou várias discussões e eventos; criou projetos de lei; e sempre promove encontros entre as mulheres. Também já promoveu vários atos públicos em espaços públicos. Os atos são momentos fortes, que juntam arte e falam de dores profundas, então acredito que eles chamam a atenção da cidade.

O ato que mais me marcou foi a intervenção artística de denúncia que realizamos no dia 10/12/2019, no Centro de Referência da Juventude (CRJ). Havia uma piscina de plástico no meio do espaço e vários baldes de água tingida de vermelho em volta. Cada balde tinha uma etiqueta com o nome de um jovem negro assassinado. E a gente caminhava até aquela piscina, virava um balde de água cor de sangue nela, e falava o nome daquela pessoa assassinada.

E foram tantos baldes que a piscina, que era de mil litros, transbordou. O líquido vermelho escorreu pelo chão. Eu olhava para aquilo e, na minha mente, vinham imagens de diversos corpos, de diversos jovens, que já vi caídos no chão, sem vida. Me vieram também imagens dos meus próprios filhos... Eu via, naquele chão coberto de vermelho, muita tortura e morte, que tenho presenciado ao longo de muitos anos... As imagens de meninos assassinados não paravam de surgir na minha cabeça.

E teve um momento em que eu vi a própria imagem do meu filho assassinado. Vi nitidamente ele caído e revivi a morte dele. E aí veio uma sensação que eu não consigo explicar... Foi como se, naquele momento, eu estivesse colocando pra fora toda aquela dor que estava acumulada dentro de mim, como se eu tivesse jogando ela pra fora junto com aquele sangue que transbordava. Era um descarrego da minha dor que não precisava de palavras, nem de alguém escutando... Descarreguei o sofrimento todo ali.

Acredito que um ato como aquele que fizemos no CRJ tem esse papel para nós, que enfrentamos a morte do filho, de uma grande catarse. Mas quem está presenciando também é afetado, pois é uma cena muito forte, que escancara a própria morte.

---

[158] Extraído de https://quandoolutoeluta.org.br/vivencia/dona-tereza/. Com o objetivo de síntese, o texto original foi editado pela autora da tese em parceria com Maria Tereza dos Santos.

***A luta no corpo coletivo, no grito de revolta e na Carta à Justiça***

*Bárbara Afonso*[159]

No segundo semestre de 2021, a Rede Mães de Luta realizou um ciclo de reconexão das mulheres após o isolamento social. O ciclo teve momentos muito significativos. Num dos encontros, as mulheres contaram as histórias de suas vidas umas para as outras; depois, diante do grupo, uma contava a história da outra. Foi um exercício de deslocamento: algumas delas notaram que não conseguiram falar de si, mas só do filho assassinado, como se a vida tivesse parado no momento daquela perda. Aí, veio a reflexão sobre como se constituir como mulher que luta para ir além daquele ponto de dor.

Num outro momento, o grupo estava muito atado às falas do luto, do choro. Aí, a equipe fez uma provocação: "Não podemos ficar só nisso! Temos que ir para a luta! Vamos nos colocar isso em movimento". Propusemos a elas que andassem pela sala, e depois criassem gestos, sem palavras, que simbolizassem a busca delas por Justiça. Elas já haviam falado muito da situação de um grito de revolta que ficava entalado na garganta. Então, a ideia era criar gestos que pudessem levar à construção de um corpo único que, quando chegasse o momento de se expressar publicamente, se moveria e soltaria o grito contido de revolta e de indignação.

Um dos objetivos do ciclo era realizar um ato público no Dia Internacional dos Direitos Humanos (10/12). As mulheres decidiram que o ato seria na frente do Tribunal de Justiça (TJ), e que também iriam levar suas reivindicações à Coordenadoria de Direitos Humanos do Ministério Público (MP). Elas decidiram, ainda, criar uma carta coletiva: uma mensagem endereçada à Justiça.

Aquela ação foi, então, uma oportunidade de trabalhar uma fala recorrente delas: "É uma injustiça!". Elas escreveram coletivamente a carta, para ser levada aos espaços da Justiça, contando da injustiça. No dia 10/12, a carta foi lida em frente ao TJ, junto com a performance do gesto e do grito coletivo, e entregue ao MP. A carta e o ato foram muito significativos para as mulheres. A carta se tornou um dos símbolos da luta, desde então.

[159] Extraído de https://quandoolutoeluta.org.br/vivencia/barbara-de-faria-afonso/. Com o objetivo de síntese, o texto original foi editado pela autora da tese em parceria com Bárbara de Faria Afonso.

***Bordando para expressar a dor e denunciar a violência do Estado***

*Lúcia Pinheiro*[160]

O grupo Pontos de Luta, que se alia às lutas sociais e produz bordados sobre elas, não poderia deixar de colaborar com a Rede Mães de Luta. A colaboração começou no fim de 2019. Ficamos sabendo do evento que as mães iriam realizar no dia no dia 2 de outubro para lançar o projeto de lei das vítimas da violência do Estado de MG, que aconteceria na Assembleia Legislativa, e decidimos ir lá apoiar com o nosso bordado.

Aquele evento foi muito intenso. Não tem como não se emocionar com a luta dessas mães. Também estavam no evento algumas mães do Rio e de São Paulo, e foram contadas muitas histórias que nos tocaram profundamente. Ali, naquele mesmo dia, nos dispusemos a caminhar junto com aquelas mulheres. Desde então, temos participado de quase todos os eventos que elas realizam.

Antes de começar a bordar, perguntamos o que era importante para elas, o que buscavam. Elas falaram que o fundamental seria falar da dor pela perda irreparável dos filhos, e denunciar que o responsável pelo assassinato dos filhos delas é o Estado. Passamos, então, a criar bordados sobre isso durante os atos das Mães de Luta. Qualquer participante desses atos que deseja pode bordar junto conosco.

Para expressar as causas defendidas pelos movimentos sociais, nosso grupo cria bordados que vão de um pequeno paninho a uma faixa gigante. Mas tudo o que bordamos cumpre o papel de cutucar a sociedade. E, independentemente do formato ou do tamanho do que é produzido, o essencial é, nas peças, dar visibilidade às questões ligadas à luta, e fazer isso juntas e junto com as pessoas.

Em experiências que, como a nossa, juntam emoção e luta política, é essencial que o processo seja transformador para quem participa. As pessoas precisam dar vazão à emoção, mas também criar uma arte que fale da luta, fazer denúncias, ocupar os espaços de construção de leis e de políticas, vigiar os agentes públicos. É como as mulheres da Rede Mães de Luta falam: tem que ir “do luto para a luta”.

---

[160] Extraído de https://quandoolutoeluta.org.br/vivencia/lucia-pinheiro/. Com o objetivo de síntese, o texto original foi editado pela autora da tese em parceria com Lúcia Pinheiro.

***Uma experiência que nem cabe no meu coração de tão intensa***

*Cristiane Ribeiro*[161]

Na Rede Mães de Luta, temos um calendário que organiza a nossa ação, articulando-a em datas importantes para os Direitos Humanos: o Calendário de Lutas. Um elemento central dele são os atos públicos, que a rede constrói em colaboração com mulheres de redes de outros estados, que vêm com suas músicas, palavras de ordem, bandeiras, faixas, roupas, fotos, livros com as histórias dos filhos. Há elementos muito característicos desses coletivos, e eles se mesclaram a outros, dos coletivos mineiros – que têm suas próprias bandeiras, bordados, banners, produções artísticas. Tal mistura compôs o conjunto de símbolos que deu uma cara pra gente.

Uma produção artística que faz parte dos nossos atos é uma instalação-vestido, feita de retalhos com depoimentos de mulheres cujos filhos foram mortos em ações policiais, e que foi proposta à rede por Nina Caetano. Na maioria dos nossos atos, contamos também com a participação do coletivo Pontos de Luta, formado por mulheres que defendem a democracia criando bordados com os temas dos movimentos. Elas participam conosco criando bordados para compor a luta.

Cada ato é muito marcante. No dia do lançamento do primeiro Projeto de Lei, nós ocupamos a Assembleia de MG. O segurança tentou nos barrar, mas desistiu ante uma simples frase: "Nós vamos entrar porque somos mães e estamos aqui pelos nossos filhos mortos". Foi lindo demais percorrer os corredores da Assembleia com aquela mulherada, com aquelas bandeiras na mão, cantando "quem tem medo de formiga não pisa no formigueiro"… Foi de arrepiar, foi muito emocionante.

A ação do dia 10 de dezembro de 2019 também foi memorável. Numa performance com a artista Lucimélia Romão, as mães derramaram numa piscina baldes pretos cheios de líquido vermelho, até o transbordamento, representando a infinita quantidade de sangue derramado da juventude negra. Essa experiência nem cabe no meu coração, na minha razão… de tão intensa. Não há como alguém passar por uma experiência como essa e sair ileso.

[161] Extraído de https://quandoolutoeluta.org.br/vivencia/cris-ribeiro/. Com o objetivo de síntese, o texto original foi editado pela autora da tese em parceria com Cristiane Ribeiro.

## *A arte, a humanização e a estratégia de formiguinha*

*Nivia Raposo*[162]

A linguagem da nossa luta tem que ser diferente da linguagem do opressor, que banaliza as nossas mortes. Nosso caminho tem que ser de humanização. Porque até as crianças negras vêm sendo desumanizadas. Tem gente que as chama de "sementinhas do mal", que acha que a mulher preta gera "bandido mirim".

Precisamos de estratégias pra contrapor outros olhares a esse que é tão cruel. Eu vejo estratégia como a nossa ação de formiguinha: começamos com ideias soltas, melhoramos as ideias, nos organizamos para realizar uma ação, fazemos um rascunho, depois fazemos a ação. E depois outra, e outra.

Estratégia é também estar atento ao que dá certo e ao que dá errado, e ir mudando o jeito de fazer. Quando avaliamos que um ato deu certo, pensamos: "beleza, vamos seguir nesse caminho". Quando é o contrário – o ato dá ruim –, pensamos: "é preciso mudar o jeito de fazer ou fazer outra coisa". Assim, vamos mudando as práticas, pouco a pouco. Vamos ampliando o nosso repertório e realizando coisas mais impactantes.

Eu, por exemplo, homenageei a memória do meu filho com um grafite, feito no muro da minha casa. O impacto foi positivo, então fiz outras ações de grafite, com outras mulheres. Teve um grupo que criou um time de futebol em homenagem ao amigo assassinado – que maneira incrível de manter a memória dele viva! Essas ações que passam pela memória, pela sensibilidade e pela arte marcam muito. Uma coisa é olhar para um número; outra é se deparar com a memória de uma vida.

Nos atos de que participei, aprendi a importância dos símbolos da luta: o cartaz com fotos, a bandeira, a camisa, a logo que associa essas peças a um determinado movimento. Tudo isso é estratégia.

Estratégia, por fim, é achar jeitos de driblar a falta de dinheiro, que é a realidade da nossa luta. Se eu não tenho dinheiro, compro uma tinta guache preta, peço uma caixa de papelão no mercado, pego essa caixa e corto, faço uma cruz, pinto. A luta exige criatividade.

---

[162] Extraído de https://quandoolutoeluta.org.br/vivencia/nivia-raposo/. Com o objetivo de síntese, o texto original foi editado pela autora da tese em parceria com Nivia Raposo.

**A construção dos atos expressivos pelas Mães de Luta**

***Chorar os Filhos.*** Esse é o nome de uma instalação artística criada em 2018 pela performer e professora de arte da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP) Nina Caetano. Desde o primeiro momento, a criação de Nina tem sido uma proposição artística aberta, coletiva e conectada ao ativismo. Nas palavras da própria Nina, a obra é uma enorme mortalha, que tem a forma de vestido, ou um vestido-mortalha, construído de retalhos com depoimentos de mães cujos filhos foram assassinados pela polícia.

Ela conta em seu relato que concebeu a Chorar os Filhos sob o profundo impacto emocional, que sente até hoje, diante da imagem de Bruna Silva segurando a blusa de uniforme ensanguentada do filho Marcos Vinícius, assassinado aos 14 anos, no dia 20 de junho de 2018, quando estava a caminho da escola, no Complexo da Maré (aglomerado da cidade do Rio de Janeiro, RJ). A bala que matou Vinícius foi uma das disparadas numa operação policial que acontecia na Maré naquele dia.

Vale acrescentar que, durante o enterro do filho, no dia seguinte, Bruna estendeu a blusa de uniforme ensanguentada do filho sobre o caixão e afirmou: "Vou fazer desse pedaço de pano um instrumento de Justiça".[163] Desde então, ela está presente nos mais variados espaços de ativismo, levando o uniforme ensanguentado do filho adolescente assassinado. Ao materializar o horror, aquele uniforme se tornou um símbolo muito contundente da luta contra a violência do Estado.

Figura 62 – Bruna Silva, no velório do filho,
cobre o caixão com a blusa de uniforme escolar ensanguentada.

Fonte: *Extra*, 21/06/2018

[163] OUCHANA, Giselle. 'Vou fazer desse pedaço de pano um instrumento de Justiça', diz, durante velório, mãe de jovem morto na Maré. *O Globo*, 21 jun. 2018. Disponível em: https://oglobo.globo.com/rio/vou-fazer-desse-pedaco-de-pano-um-instrumento-de-justica-diz-durante-velorio-mae-de-jovem-morto-na-mare-22807464. Acesso em: 10 fev. 2023.

Nina conta que, de alguma forma, associou a imagem de Bruna carregando o uniforme do filho à de Antígona[164], em seu luto e sua luta solitária contra tudo e todos. Mobilizada pela força de tal imagem, ela passou a criar a obra e foi associando a ideia às Mães da Praça de Maio, às Mães de Maio, e aos diversos movimentos de mulheres enfrentando as forças letais do Estado. Desde então, já estabeleceu diálogos e colaborações com Bruna e muitas outras mulheres do Rio de Janeiro, Salvador e Minas Gerais na criação e na circulação da Chorar os Filhos.

A artista tece o vestido com retalhos brancos nos quais borda, em vermelho, depoimentos das mães. Em certos momentos, as mães também contribuem bordando, elas próprias, os depoimentos. Nina circula com a obra por todos os lugares em que vai, e sempre busca os movimentos de mulheres para colaborar com eles, oferecendo o vestido-mortalha como espaço de expressão, de modo a abrir caminhos para que a tessitura da peça seja o mais coletiva possível. Quando ficou sabendo, em cima da hora, do encontro Mães de Luto e Luta, em maio de 2019, saiu correndo para chegar ao evento a tempo, motivada por esse propósito. Naquele evento, profundamente tocada por tudo o que viu e ouviu, quando foi aberto espaço para sugestões, prontamente pediu a palavra e afirmou: "quero oferecer esse meu trabalho para o que vocês quiserem. Estou aqui disponível".[165]

Assim, desde o primeiro dia de vida da Rede Mães de Luta, o vestido-mortalha está presente. As mulheres mineiras – especialmente Kaká Silveira e Ana Paula Nunes, das Mães de Maio Minas – se conectaram profundamente à instalação. Se encontram periodicamente para bordar mais pedaços de suas histórias na peça, cuidam dela, vestem-na no próprio corpo nos atos públicos.

---

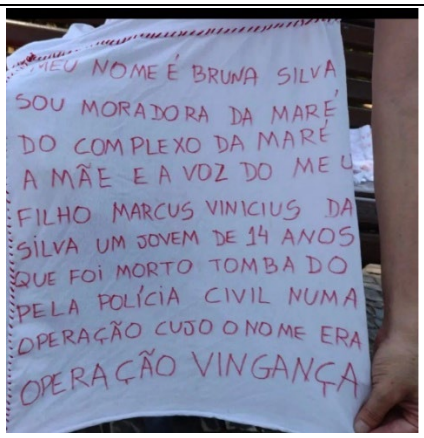
[164] *Antígona* é uma tragédia composta por Sófocles por volta de 442 a.C. e cujo título é também o nome da personagem principal. A tragédia conta que Antígona perdeu dois irmãos – Polinices e Etéocles –, que se mataram mutuamente na luta pelo trono de Tebas. Creonte, tio deles, herda o trono, em decorrência disso. Em vingança a Polinices, que tinha ousado desobedecê-lo e iniciado a batalha, enfurecendo-o, Creonte proíbe que tal sobrinho seja enterrado e determina que o corpo seja deixado ao relento, abandonado à putrefação e a ser devorado por cães e abutres. Já para Etéocles promove um sepultamento com honras e ritos sagrados. Antígona não aceita a ordem de Creonte, por ser contrária às determinações divinas, e ela mesma, sozinha, realiza o ritual póstumo e enterra o irmão Polinices ("juntou o pó ressequido com suas próprias mãos" – SÓFOCLES, 2021, p. 30). A heroína da tragédia age de forma insubmissa à lei humana em função de um senso maior de justiça, que ela associa à ordem divina, e pelo qual se guia ao enterrar o irmão, mesmo sabendo que ir contra a ordem do tirano significaria uma condenação de morte. A morte, ao final, é mesmo o seu fim: Creonte ordena que ela seja aprisionada em uma caverna, só com o alimento indispensável, para assim ter um fim lento. Mas, uma vez na caverna, Antígona se enforca com o próprio véu.

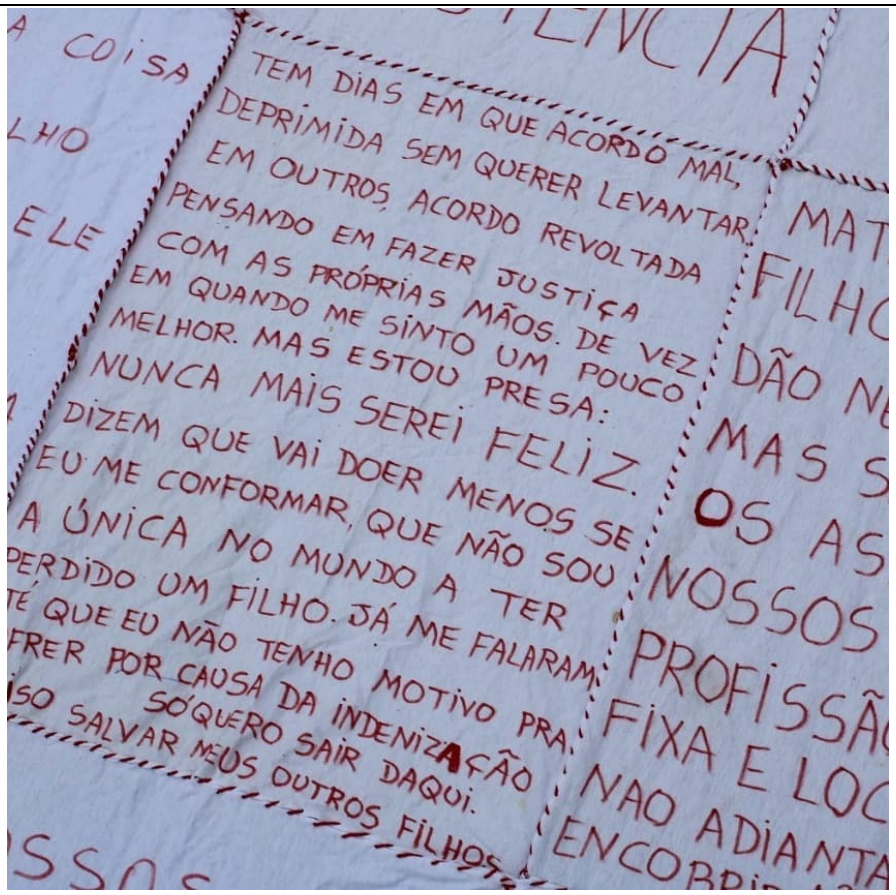
[165] Disponível em: https://quandoolutoeluta.org.br/vivencia/nina-caetano/. Acesso em: 01 de maio de 2023.

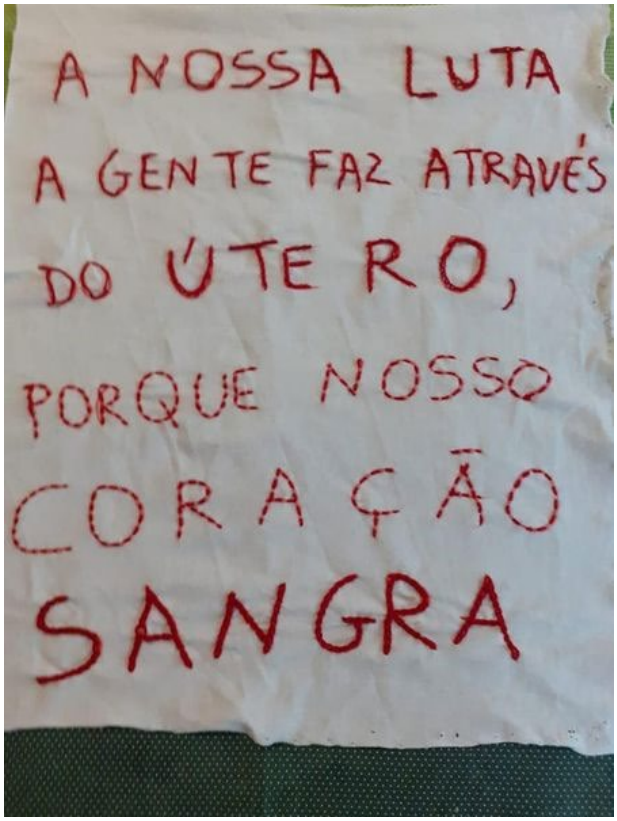
Em certa ocasião, Lúcia, bordadeira do coletivo Pontos de Luta, pediu alguns dos retalhos e levou para as mulheres do coletivo criarem bordados com imagens, além de palavras. Kaká e Ana Paula também começaram a pensar em novos bordados – todos conectados às histórias de luto e luta. O vestido só cresce e incorpora novas narrativas.

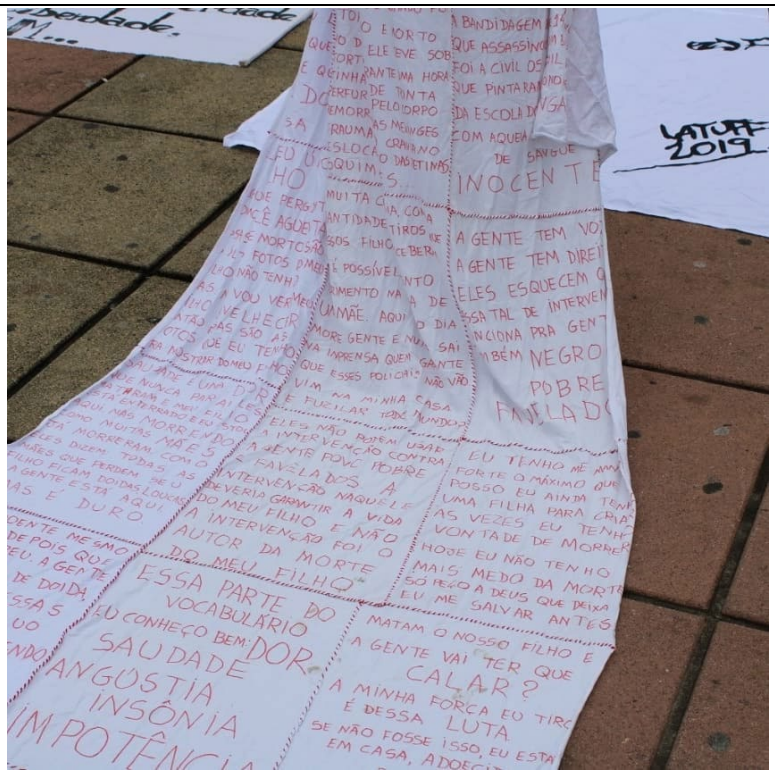
Como intervenção artística nos espaços públicos, o grande efeito de Chorar os Filhos é mesmo o da mortalha: ele é uma imensa veste que carrega o horror da morte em toda a sua extensão. Ninguém passa por ele sem se afetar. O vestido sangra em depoimentos de puro desespero. Assim como a blusa ensanguentada de Marcos Vinícius, o vestido de Nina e das mães quer despertar o pavor que um genocídio, em princípio, deveria evocar.

Figura 63 – Registros da obra Chorar os Filhos.




TEM DIAS EM QUE ACORDO MAL,
DEPRIMIDA SEM QUERER LEVANTAR.
EM OUTROS, ACORDO REVOLTADA
PENSANDO EM FAZER JUSTIÇA
COM AS PRÓPRIAS MÃOS. DE VEZ
EM QUANDO ME SINTO UM POUCO
MELHOR. MAS ESTOU PRESA:
NUNCA MAIS SEREI FELIZ.
DIZEM QUE VAI DOER MENOS SE
EU ME CONFORMAR, QUE NÃO SOU
A ÚNICA NO MUNDO A TER
PERDIDO UM FILHO. JÁ ME FALARAM
TÉ QUE EU NÃO TENHO MOTIVO PRA
FRER POR CAUSA DA INDENIZAÇÃO
SÓ QUERO SAIR DAQUI.
ISO SALVAR NEUS OUTROS FILHOS
A COISA
LHO
ELE
MAT
FILHO
DÃO N
MAS S
OS AS
NOSSOS
PROFISSÃ
FIXA E LOC
NAO ADIANTA
ENCOBRI


A NOSSA LUTA
A GENTE FAZ ATRAVÉS
DO ÚTERO,
PORQUE NOSSO
CORAÇÃO
SANGRA


INOCENTE
ESSA PARTE DO VOCABULÁRIO
EU CONHEÇO BEM: DOR
SAUDADE
ANGÚSTIA
INSÔNIA
MATAM O NOSSO FILHO E A GENTE VAI TER QUE CALAR?
A MINHA FORÇA EU TIRO É DESSA LUTA
SE NÃO FOSSE ISSO, EU ESTÁ EM CASA, ADOECI
LATUFF 2019

Fonte: Acervo da Rede Mães de Luta.

***Derramar o sangue.*** "Mil litros de Preto" é o nome da instalação artística que a atriz e performer Lucimélia Romão, de São João del Rei (MG), assim como Nina Caetano, começou a realizar em 2018, sob o impacto da notícia do assassinato do adolescente Marcos Vinícius, da Maré.

Em entrevista ao portal *Ponte Jornalismo*,[166] Lucimélia afirmou que estudava o tema do racismo estrutural quando se deparou com a notícia daquele assassinato e ficou muito abalada, pois o drama que ela estudava estava escancarado ali, naquele fato hediondo. Ela explica que buscou na arte um modo de expurgar a violência que tem devastado as vidas de mulheres negras, pobres e periféricas ao longo de toda a história do nosso país. Lucimélia conta: "E então eu montei esse trabalho, uma performance-instalação para tentar dimensionar e mostrar para a sociedade o que vem acontecendo e que o movimento negro denuncia há tanto tempo".

Na performance original, realizada em São João del Rei, em 2018, a artista espalhou mil baldes pretos, cada um com sete litros de água tingida de vermelho, em alusão aos cerca de sete litros de sangue que um ser humano tem, em média, no corpo. Cada balde tinha ainda, em sua alça, uma etiqueta com o nome e a idade de uma pessoa assassinada pela polícia, seguida da indicação da causa da morte: homicídio policial. Ao longo da performance, a cada 25 minutos (assinalando que a mais ou menos cada 25 minutos um jovem negro é assassinado no Brasil), um alarme soava e ela despejava, em uma piscina plástica, o conteúdo de um dos baldes. Durante todo o tempo, um alto-falante anunciava os nomes de uma lista de mil pessoas mortas pela violência policial.

A primeira performance foi absolutamente exaustiva. Lucimélia levou mais de 48 horas ininterruptas para entornar todos os baldes na piscina, e num determinado momento passou a ser vencida pelo sono e precisar ser acordada pela mãe, que acompanhava a ação, quando estava próximo de soar o alarme que marcava os 25 minutos de intervalo entre o esvaziamento de cada balde.

Ela percebeu, ali, que a ação teria sido impossível de realizar sem a ajuda da mãe. "E comecei a perceber que não dava pra fazer isso sem mãe", relatou a artista ao *Ponte Jornalismo*. Com isso, veio a ideia de se conectar aos movimentos de mães em luta contra a violência do Estado. Foi assim que ela se juntou ao Movimento Mães de Maio e passou a realizar o ato junto com as mulheres que tiveram os filhos assassinados. Essas mulheres passaram a despejar os conteúdos dos baldes na ampla piscina plástica.

---

[166] Todas as falas de Lucimélia Romão citadas nessa entrevista foram extraídas da reportagem "Mil Litros de Preto: uma performance sobre a violência do Estado", de autoria de Maria Teresa Cruz, publicada em 30/09/2019 no portal *Ponte Jornalismo*. Disponível em: https://ponte.org/mil-litros-de-preto-uma-performance-sobre-a-violencia-do-estado/. Acesso em: 20 fev. 2023.

Ao comentar uma edição da performance realizada na cidade de São Paulo entre setembro e outubro de 2019, a artista avaliou que estar junto com as mães, ali, realizando a Mil Litros de Preto, tinha uma importância enorme para ela, para a arte contemporânea e para o ativismo, em função exatamente do estar junto, da realização da ação de um caminhar em conjunto. "Porque uma coisa é eu falar sozinha, elas falarem sozinhas, agora a gente juntas é outra coisa. A importância desse trabalho de hoje é imensa", afirmou.

Cabe destacar a conexão entre diversas produções artísticas e midiáticas contemporâneas e a luta das mulheres e outros familiares contra os assassinatos cometidos pelo Estado. Essa luta tem sido abordada em diversos documentários e filmes de ficção,[167] em músicas,[168] intervenções e peças teatrais.[169] Além disso, os atos dessa luta contam, em geral, com intervenções artísticas de rua. Instalações com centenas de cruzes nas praias nos aniversários de chacinas, derramamento de baldes de líquido vermelho sobre a bandeira do Brasil, grafites homenageando as vítimas e destacando os motes das lutas são alguns exemplos de intervenções mais recorrentes.

Voltando à arte de Lucimélia Romão, é importante contar que ela se conectou à Rede Mães de Luta em 10 de dezembro de 2019, Dia Internacional dos Direitos Humanos. Convidada pela Rede, a artista topou fazer da Mil Litros de Preto a performance que marcaria o lançamento, pelas Mães de Luta, do Projeto de Lei 1.360/2019, voltado à criação da Política de Atendimento e Reparação às Pessoas Vítimas de Violência do Estado de Minas Gerais.

A performance aconteceu em um espaço muito emblemático: o Centro de Referência da Juventude (CRJ) de Belo Horizonte – que também, naquela data, inaugurava o Memorial pela Vida da Juventude Negra, escultura gigantesca de aço oxidado, em formato de árvore, contendo dizeres como "Juventude negra viva", "Nunca esqueceremos" e "Não ao genocídio da juventude negra". A escultura foi criada pelo artista mineiro Jorge dos Anjos, com a colaboração de jovens dos territórios de maior vulnerabilidade social de BH.

---

[167] Há diversos documentários relacionados a essa luta, com ampla visibilidade em festivais de cinema e direitos humanos, tais como: *Não saia hoje* (2006); *Lembrar para não esquecer* (2011); *Luto como mãe* (2011); *Mães de Maio*: um grito por justiça (2012); *Mataram meu irmão* (2013); *Cada luto, uma luta* (2015); *Notícias de uma guerra racial subnotificada* (2017), *Auto de resistência* (2018), *Nossos mortos têm voz* (2018), *Luto para nós é verbo* (2018); *21, Mão na Cabeça* (2019); *Sementes* (2020); *Se a favela é suspeita, o Estado é o culpado?* (2021); *A Mãe* (2022).

[168] O clipe da música "Quilombo Favela e Arte" (2017, Disponível em: https://youtu.be/eZuBzrfaaYk), já mencionada, e o clipe da música "Chapa", de Emicida (2016, Disponível em: https://youtu.be/qjFQA9MswkM), são dois exemplos conhecidos de produções musicais cujos clipes foram feitos em conjunto com redes de mulheres que se mobilizam contra a violência do Estado. Só o clipe da música de Emicida já teve, até o primeiro trimestre de 2023, mais de 900 mil visualizações. Links acessados em: 10 abr. 2023.

[169] Como as peças *Erê* (2015), *Antônia* (2017) e *As balas que não dei ao meu filho* (2017), as três encenadas em Salvador; a intervenção teatral *Negror* (São Paulo, SP, 2018) e a recente leitura dramática da peça *Pañuelos en escena*: teatro para no olvidar (Curitiba, PR, 2022).

Estavam no evento, além das mulheres mineiras, Débora Silva, do Movimento Mães de Maio, e Nivia Raposo, da Rede de Mães e Familiares da Baixada Fluminense Vítimas da Violência do Estado. Foram essas mulheres que, a cada 25 segundos,[170] gritaram os nomes de seus filhos e de outros jovens assassinados, com os punhos erguidos, e ao mesmo tempo despejaram os baldes de líquido vermelho numa piscina que se encheu até transbordar. A cada nome pronunciado pela mãe, vinha o coro de todas as mulheres e de todo público, que se repete sempre que os nomes dos jovens mortos são pronunciados pelo grito das mães nos atos públicos: "Presente!".

Eu estava no CRJ naquele momento. À época, eu tinha quase 50 anos de vida e jamais havia presenciado um pranto como aquele, que explodia em mim e ao meu redor à medida que aquela piscina se enchia com o líquido que aludia ao sangue derramado da juventude negra. Assim como no vestido-mortalha, a arte e a luta se encontravam, mais uma vez, numa conexão entre artistas e ativistas para chamar a atenção para a enxurrada de sangue de jovens pretos derramada por esse país, todos os dias.

Figura 64 – Registros da performance Mil Litros de Preto
(Centro de Referência da Juventude, 10/12/2019).

[170] A artista trocou o intervalo entre os despejos do líquido dos baldes de 25 minutos para 25 segundos, simbolizando, por similaridade, o fato de que a cada cerca de 25 minutos um jovem negro é assassinado no país. A troca foi feita para adaptar a performance à duração mais curta do evento que aconteceu naquele 10 de dezembro de 2019, em BH.

INDIG-
NAÇÃO

Fonte: Acervo da Rede Mães de Luta.

***Interpelar a Justiça.*** Para o ato público do Dia Internacional dos Direitos Humanos (10/12) de 2021, as Mães de Luta levaram o vestido-mortalha Chorar os Filhos e todo o seu arsenal de fotos, bandeiras e faixas para simbolizar a luta. Mas um novo elemento de sentido se fez presente: naquele dia, em frente ao Tribunal de Justiça de MG, elas se moveram como um corpo coletivo num gesto e num grito por justiça e, além disso, leram uma Carta à Justiça.

Os gestos, o grito e a carta haviam sido construídos por elas num processo de troca, formação e reflexão, ocorrido no trimestre anterior, que marcou a retomada das atividades presenciais da rede, depois do período de isolamento social que se fez necessário durante a pandemia da Covid-19.

A Carta à Justiça foi criada pelas mulheres como materialização de seu clamor por justiça, de sua necessidade de interpelar a justiça que nunca lhes chega. Ela foi fruto de uma reflexão, sempre lembrada no grupo, de que o compartilhamento das dores vividas pelas mulheres em função das violências do Estado tem que ser combinado à luta, para que o entristecimento pessoal e coletivo tenha como força contrária, também nascida no coletivo, as ações de luta.

Criada a partir da combinação de trechos elaborados pelas diversas integrantes da rede, a carta é uma síntese da intenção de que o choro das Mães de Luta não seja, nunca, só lamento frente ao horror da violência: ele sempre se expressa como grito de revolta, indignação e interpelação da justiça.

Figura 65 – Fac-símile da "Carta à Justiça" criada pelas Mães de Luta e lida por elas no ato público de 10/12/2021.

*Carta à Justiça Brasileira*

*Belo Horizonte, 10 de dezembro de 2021*

*Senhora Justiça,*

*Nós, mulheres e mães reunidas, lhe escrevemos estas linhas para dizer que há muito tempo a procuramos. De onde viemos, nunca a vimos, nem a conhecemos. Sabemos bem que a senhora não transita entre nós. E consideramos uma lástima, porque, apesar de ser um lugar mal falado, ele é assim justamente porque a senhora nunca teve interesse em se aproximar de nós. Nesse lugar, muitos de nossos filhos, netos, amigos e vizinhos são brutalmente assassinados. Outros, sistematicamente encarcerados. Seja pela cor da pele – principalmente pela cor dela – pela classe social ou simplesmente por ali residir.*

*Por aqui, pensamos que talvez a senhora não exista. Que seja uma invenção branca, como Papai Noel ou o coelhinho da Páscoa. Talvez a senhora exista e nesse caso já está bastante velha. Na sua idade, talvez seja difícil enxergar com clareza. Aliás, dizem que a senhora é cega. Mas sabemos bem que não é verdade, não é mesmo? Porque o que a senhora usa é uma venda nos olhos. E parece que ela não está lhe deixando ver todas as injustiças que nós vemos acontecer todos os dias.*

*Outro dia, num encontro nosso, uma mãe perguntou por que só gente preta e pobre era presa. E lhe perguntamos: será que a senhora não vê isso? Será que a senhora não enxerga que só gente preta e pobre é presa? Será que a senhora não vê que suas políticas de combate ao crime e suas lógicas de segurança pública só protegem os ricos e matam gente nossa todos os dias? Então, senhora Justiça, nós queríamos lhe perguntar: como é possível acreditar que você tarda, mas não falha, se a vemos falhar sistematicamente? Como é possível acreditar que você não é capitão do mato dos poderosos?*

*Por aqui costumamos dizer que, se a senhora Justiça realmente existe, já deu um veredito para quem nasce e vive nos morros, nas vilas, favelas ou nas ruas. Apesar disso, tentamos acreditar que nossa união e nossa luta possa chegar aos seus ouvidos e fazê-la tirar a venda que a impede de nos enxergar como o que somos: seres humanos.*

*Sem mais, nos despedimos, esperando uma resposta que possa satisfazer a quem, como nós, pensa que a senhora está morta.*

Fonte: Acervo da Rede Mães de Luta.

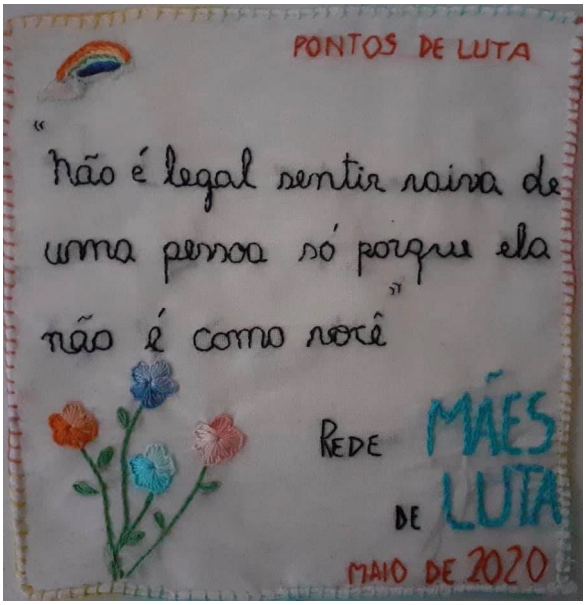
***Bordar a luta.*** Conforme nos contou Lúcia Pinheiro, o encontro entre o coletivo de bordado político Pontos de Luta e a Rede Mães de Luta aconteceu no dia 2 de outubro de 2019. As bordadeiras ficaram sabendo que haveria, naquele dia, o ato de lançamento de um projeto de lei para a criação da Semana das Vítimas da Violência do Estado em MG e decidiram colaborar.

Chegando ao evento, foram muito impactadas pelos relatos com os quais se depararam, e ali nasceu uma parceria, que dura até os dias de hoje. As integrantes do Pontos de Luta ouviram das mulheres da rede que o tema dos bordados deveria ser sua indignação e dor, e assim tem sido.

As bordadeiras do Ponto de Luta bordam e disponibilizam material para qualquer pessoa que queira bordar também. Por isso, muitas vezes, nos atos das Mães de Luta, há participantes envolvidos na ação do bordado.

A ideia do coletivo é que a sensibilidade artística dê visibilidade às bandeiras das lutas políticas, como acontece com outras linguagens, como as artes plásticas, a música e o teatro. Outra proposta do grupo é ir aonde as lutas estão, contribuindo com elas na ação nas ruas e nas praças.

Figura 66 – Bordados do Pontos de Luta.



Fonte: Acervo da Rede Mães de Luta.

***O choro e o grito que contêm lágrimas e vozes de todo o país.*** Onde quer que a Rede Mães de Luta esteja, ela não está só. Isso se mostrou de maneira muito contundente no mesmo ato em que as mulheres do Ponto de Luta se somavam à rede, em 2 de outubro de 2019. Naquele dia, representantes de dezenas de movimentos sociais e do poder público também compareceram, fazendo questão de demonstrar, participando, sua conexão com a luta daquelas mulheres.

Mas o que mais chamava a atenção naquele ato era o amplo conjunto de elementos que simbolizava o luto e a luta, deixando na Assembleia a marca do ritual de expressão pública que acontecia naquele espaço. Os elementos simbólicos não vinham só das mães mineiras: eram um mosaico de elementos das diversas lutas que se cruzam e se complementam no enfrentamento à violência letal do Estado, no Brasil. Estavam ali Débora Silva, ícone nacional desse movimento; Bruna Silva, empunhando nas mãos a camisa ensanguentada do filho; Nivia Raposo, da Baixada Fluminense, outra grande liderança dessa mobilização. De Minas, participaram Kaká Silveira, que, desde a perda do filho, tanto batalhava para articular as Mães de Maio no território mineiro, e que finalmente dava tal passo; Dona Tereza, uma das vozes mais atuantes do movimento brasileiro contra o encarceramento; Ednéia Souza e Juthay Nogueira, referências históricas na luta das mulheres mineiras de periferia por direitos.

Do Rio de Janeiro, vinha mais gente: muitas mulheres e até um homem, integrante dos movimentos do estado em que mais se faz intensa a ação mortífera da polícia, estavam ali para ajudar a luta a dar o importante passo de protocolar o projeto de lei.

Várias outras mulheres, que não perderam filhos ou familiares para a violência do Estado, mas desde o início têm caminhado de mãos dadas com as vítimas diretas dessa violência, também estavam ali, na entrada da ALMG: integrantes da AIC, Mães pela Diversidade, Pontos de Luta, Fórum das Juventudes, Negras Ativas, Pretas em Movimento, FOPIR (Fórum de Promoção da Igualdade Racial), N'zinga (Coletivo da Mulher Negra de Belo Horizonte), Associação Odum Orixás, Rede Afro LGBT de MG, Rede de Mulheres Negras de Minas Gerais.

As bandeiras de luta estavam lá. Grandes estandartes marcavam as paredes e o chão com os dizeres "Parem de Nos Matar", "Juventude Negra Viva", "Indignação" e "Resistência". Vale lembrar que, conforme já contamos, tais estandartes haviam sido construídos por uma artesã parceira, a partir de palavras levantadas pelas mulheres da Rede Mães de Luta numa roda de conversa. E, conforme também já contamos, a ideia de criar os estandartes havia sido inspirada em peças com o mesmo propósito que são uma marca das atividades do Fórum das Juventudes da Grande BH.

Ao redor dos estandartes mineiros, estavam as bandeiras das Mães de Maio, da Rede de Comunidades e Movimentos Contra a Violência do Rio de Janeiro, uma faixa "Parem de Matar nas Favelas". Bordados eram criados pelas mulheres do Pontos de Luta e por pessoas do público que haviam se oferecido para participar do bordado coletivo. Também era do Pontos de Luta um pequeno estandarte que adornava o espaço, bordado com a imagem de Marielle Franco e a frase "Marielle é semente". Camisas com fotos e

nomes de jovens assassinados e uma placa de identificação de rua com a frase "Nossos Mortos Têm Voz" se espalhavam pela parede e pelo chão. Ao lado de todos esses elementos, estava a mortalha Chorar os Filhos.

As Mães de Maio levaram ao evento o livro *Memorial dos Nossos Filhos Vivos* e distribuíram uma cartilha, chamada "Mães e Mulheres em Luta pela Vida do Nosso Povo". Nas duas publicações, as fotos dos filhos em vida aparecem ao lado de imagens da morte e de símbolos do desespero das mães. Alguém distribuiu a "Cartilha de Orientação às Famílias em Luto", da Defensoria Pública da Bahia, com dicas práticas das medidas legais a serem tomadas.

Outro aspecto muito significativo daquele 2 de outubro foi o modo como os símbolos do luto e da luta se juntaram ali. As bandeiras, livros, faixas, camisas, estandartes vinham de várias partes. O conjunto de elementos simbólicos do luto que as mães levaram à ALMG, e que levam aos espaços públicos toda vez que os ocupam, é sempre um arranjo criado no momento, a partir do que cada mulher, vinda de um canto diferente, leva. Evidentemente, isso não significa que o que é construído ali nasça de forma espontânea, posto que há uma ampla articulação em rede que não cessa de acontecer, como vimos. Contudo, não há roteiro nem ensaio. Existe um repertório de elementos simbólicos do luto, espalhado em diferentes coletivos e movimentos de várias partes do país, que é acionado a cada evento, nas interações que nele acontecem.

Nessa rede, como já demonstrado, a ação das mães e familiares das vítimas, em muitas ocasiões, chama a atenção de artistas, que se tornam colaboradoras – ampliando as possibilidades expressivas tanto no campo do ativismo quanto no da arte, por meio da realização de ações em que essas duas possibilidades de intervenção no mundo se mesclam de forma profunda, não sendo possível (nem desejável) perceber onde termina uma e começa outra.

Entendendo o ritual como o acionamento de um repertório em comum – nunca cristalizado ou pronto, sempre recriado a cada vez, conforme já destacamos –, podemos considerar que os atos públicos da Rede Mães de Luta são rituais coletivos emergentes. A construção deles não segue uma linearidade de ações concatenadas e subsequentes.

A lógica não é de engenharia: é de fermentação. Como na preparação do pão, há o calor e esse elemento cujas pitadas fazem a massa crescer e se transformar. As interações são o fermento. São elas que dão origem ao processo problematizador no cotidiano miúdo das conversações entre as mulheres, e também abrem caminho à combinação entre repertórios de luta. Elas são, enfim, a substância que impregna toda a massa e a transforma em pão.

**Luto que assinala a luta**

Os atos públicos das Mães de Luta – eventos que têm o objetivo de dar visibilidade à rede e às pautas que a constituem – são ações centrais do processo de mobilização social. A centralidade de tais atos está relacionada ao seu caráter expressivo diante da cidade, ao envolvimento emocional das mulheres e ao papel de articulador da rede mineira com artistas colaboradoras e com mulheres integrantes das articulações regionais e nacionais, que se fizeram presentes em todos os grandes atos já realizados pela Rede.

Um aspecto fundamental dos atos é que eles assinalam a luta – apresentam de forma concreta e bastante contundente as pautas, denúncias e reivindicações – a partir de uma estética do luto.

Nos atos públicos, as Mães de Luta combinam artefatos, gestos, palavras e músicas que aludem aos rituais fúnebres. Ao chegar ao espaço, escolhem um ponto especial, bem visível, no qual dispõem fotos e nomes de seus filhos, e por vezes levam flores e objetos pessoais, além de símbolos religiosos. Cada uma delas grita o nome de seu filho assassinado, seguido da afirmação "Presente!", com os punhos ao alto. Também ecoam gritos de "Nossos mortos têm voz, nossos filhos têm mãe", intercalados com refrões e cantos da luta popular. "Punhos cortando o ar, nós não somos minoria. Hoje o quilombo vem dizer, o povo vem dizer, favela vem dizer, que é nós por nós". Esses versos, tradicionais nas lutas populares desde que a canção "Quilombo, Favela e Rua", de Mano Teko, da qual faz parte, foi lançada em 2017, foram cantados já nos primeiros eventos da Rede, em 2019. Há momentos de evocar, gritar, cantar e chorar os mortos.

Materiais como bandeiras de luta (estandartes com palavras-chave da luta) e panfletos com as reivindicações políticas convivem com momentos em que as mulheres pegam o microfone para fazer relatos extremamente dolorosos das vidas perdidas e dos horrores dos assassinatos. Publicações que reúnem as histórias de vida e performances artísticas com elementos estéticos do luto também fazem parte dos rituais.

Vários desses objetos que integram o ritual da Rede Mães de Luta lembram a cerimônia de velório e os elementos que envolvem a tradição funerária. Marcélia Guimarães Paiva (2022) indica que, na tradição católica brasileira, quando uma pessoa falece, a face pública imediata da vivência do luto e de uma despedida adequada envolve o velório – ou o ato de velar (fazer vigília por) um defunto até o enterro ou cremação[171] –, a distribuição dos "santinhos" e a missa de sétimo dia.

[171] VELÓRIO. Meu Dicionário, [*s.d.*]. Disponível em: https://www.meudicionario.org/vel%C3%B3rio. Acesso em: 10 fev. 2023.

O “santinho”, que é distribuído no velório e/ou na missa de sétimo dia, é um pequeno panfleto, aberto ou dobrado, que tem, segundo catalogou a autora, uma imagem da pessoa morta e dizeres relacionados, entre outras coisas, a: finitude da vida, misericórdia divina, sofrimento dos amigos e dos familiares, qualidades pessoais do morto e desejos dos familiares a respeito daquele que morreu. Paiva destaca que os santinhos têm uma estrutura que, em alguma medida, se assemelha à das lápides que contêm epitáfios: os textos que celebram o morto, destacando uma característica positiva dele. As mensagens do santinho, enfim, têm um sentido de conforto e de louvação. Na tradição do santinho, “o morto é lembrado e reverenciado” (PAIVA, 2022, p. 260).

Outros elementos da tradição funerária são apresentados por Maria Elizia Borges, pesquisadora da arte funerária no Brasil, em estudo sobre os elementos simbólicos deixados por familiares nas gavetas funerárias (BORGES, 2008), que são pequenas câmaras funerárias, de baixo custo, disponibilizadas por cemitérios populares. Em tais câmaras, conta a autora, as famílias instalam uma profusão de variados artefatos, construindo o que ela denomina de “pequeno altar” ou “espaço cenográfico” (*idem*, p. 469).

Borges conta que são inúmeros os objetos deixados pelas famílias: toalhas de plástico ou de pano, bordadas ou de papel, cobrem a base, de forma análoga ao que é costume nos oratórios domésticos. Cortinas de renda; objetos que eram de agrado do falecido; velas de sete dias; rosários, cruzes e outros objetos de caráter religioso, fotos do morto, flores de plástico, pequenos textos. Tantos elementos fazem do “pequeno altar de devoção” que homenageia o morto um espaço cenográfico “repleto de memórias, de mensagens subjacentes, acolhedor, intimista e singular” (*idem*, p. 473). A autora destaca que a gaveta e seus vários aparatos devocionais constituem, para as famílias, um recinto que, a um só tempo, é privado, mas é, ainda, um processo de produção pública de significados.

Já num estudo cujo foco principal foram aspectos musicais dos rituais da morte, Edésio de Lara Melo (2003) nos indica outros elementos que também se fazem presentes nos rituais públicos da Rede Mães de Luta. O pesquisador lembra que há uma elaboração da morte que é, sobretudo, de natureza cultural: ao reconhecer a morte biológica, advoga, o ser humano combina elementos da cultura para construir simbolizações para essa experiência tão densa e traumática, de modo a expressar o sofrimento, buscar sentidos para além da dimensão da vida mundana e prestar homenagem pública a quem faleceu. É um processo pessoal, coletivo e social para suportar a finitude e conseguir seguir com a

vida. Daí advém todo o arsenal simbólico que está presente nos costumes, de muitas sociedades e culturas, de lastimar a morte de pessoas queridas, de prestar homenagens póstumas com cortejo, rezas, cantos, deploramentos[172] e marchas fúnebres.[173]

Dentre as possíveis rezas dos rituais ligados à morte, chamamos a atenção para a ladainha. Segundo pesquisas que exploram o tema (como SILVA, 2012 e SERAFIM, 2022), a ladainha é uma forma de oração, tradicional em cultos católicos e também presente em rituais quilombolas, na qual um solista recita súplicas à divindade e a assembleia de fiéis responde, em coro, expressões como "rogai por nós" ou "orai por nós". A repetição melodiosa das súplicas seguidas do coro tem efeito passional (de forte tensão emocional) e encantatório (a súplica repetida diversas vezes reforça o ato de fé e tem um efeito catártico, de liberação de emoções reprimidas). Percebemos, nos atos da Rede Mães de Luta, essa estrutura de súplicas e invocações em que uma mulher entoa as palavras de luta e, na sequência, as demais respondem em coro. De fato, quem participa desses momentos é testemunha da forte carga emocional envolvida nessa dinâmica.

Os rituais públicos de luto são fundamentais para assinalar, publicamente, que certas vidas tratadas como sem valor são, sim, valiosas. É o que afirma Judith Butler (2014) em sua leitura da tragédia Antígona, de Sófocles. Butler destaca que Antígona enfrenta o poder do Estado justamente para reivindicar o direito ao luto, sacrificando a vida para assegurar o sepultamento do irmão.

O luto, para Butler, é uma luta por reconhecimento interditado em duas dimensões: a da pessoa assassinada como uma vida que tem valor (na tragédia, o personagem Polinices, irmão assassinado de Antígona), e a da própria pessoa enlutada como alguém que tem direito à presença e à expressão, por meio do luto, no espaço público (na tragédia, a personagem Antígona).

Na tensão entre luto e luta, entre chorar a dor e clamar por justiça, as mulheres da Rede Mães de Luta constroem e dão a ver seu processo de problematização pública do genocídio da juventude negra.

---

[172] Segundo o Dicionário Caldas Aulete, o deploramento é uma "expressão verbal com que se deplora, manifestação de lástima, sofrimento ou de desagrado. Disponível em: https://www.aulete.com.br/deplora%C3%A7%C3%A3o. Acesso em: 01 dez. 2022.

[173] Fernando Lewis de Mattos (2016) postula que as principais formas por meio das quais a tradição musical do Ocidente trata da morte são o canto fúnebre ou, na música instrumental, a marcha fúnebre. O autor destaca alguns elementos característicos de tais representações musicais da morte: andamento lento, ritmo pontuado, ênfase no registro grave (vozes ou instrumentos), uso de instrumentos de sopro de metal (trompete, trompa, trombone), percussão grave (tímpanos, bombo) e melodias lânguidas.

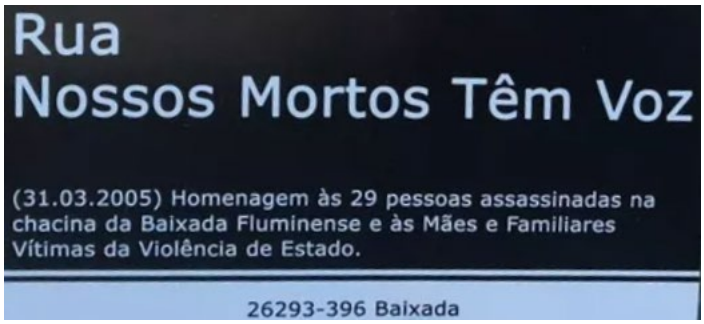
Figura 67 – Registro do evento do dia 02/10/2019.

Fonte: Acervo da Rede Mães de Luta.

Figura 68 – Arte da bandeira da Rede de Comunidades e Movimentos Contra a Violência, que foi estendida no chão do evento do dia 02/10/2019.

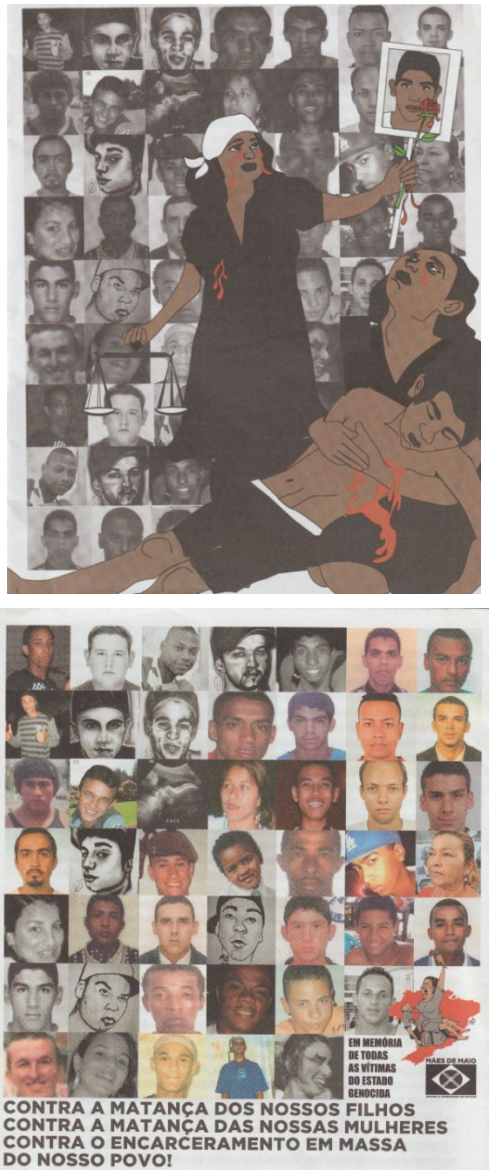
Fonte: Acervo da Rede Mães de Luta.

Figura 69 – Placa “Nossos Mortos Têm Voz”, exposta no evento de 02/10/2019.



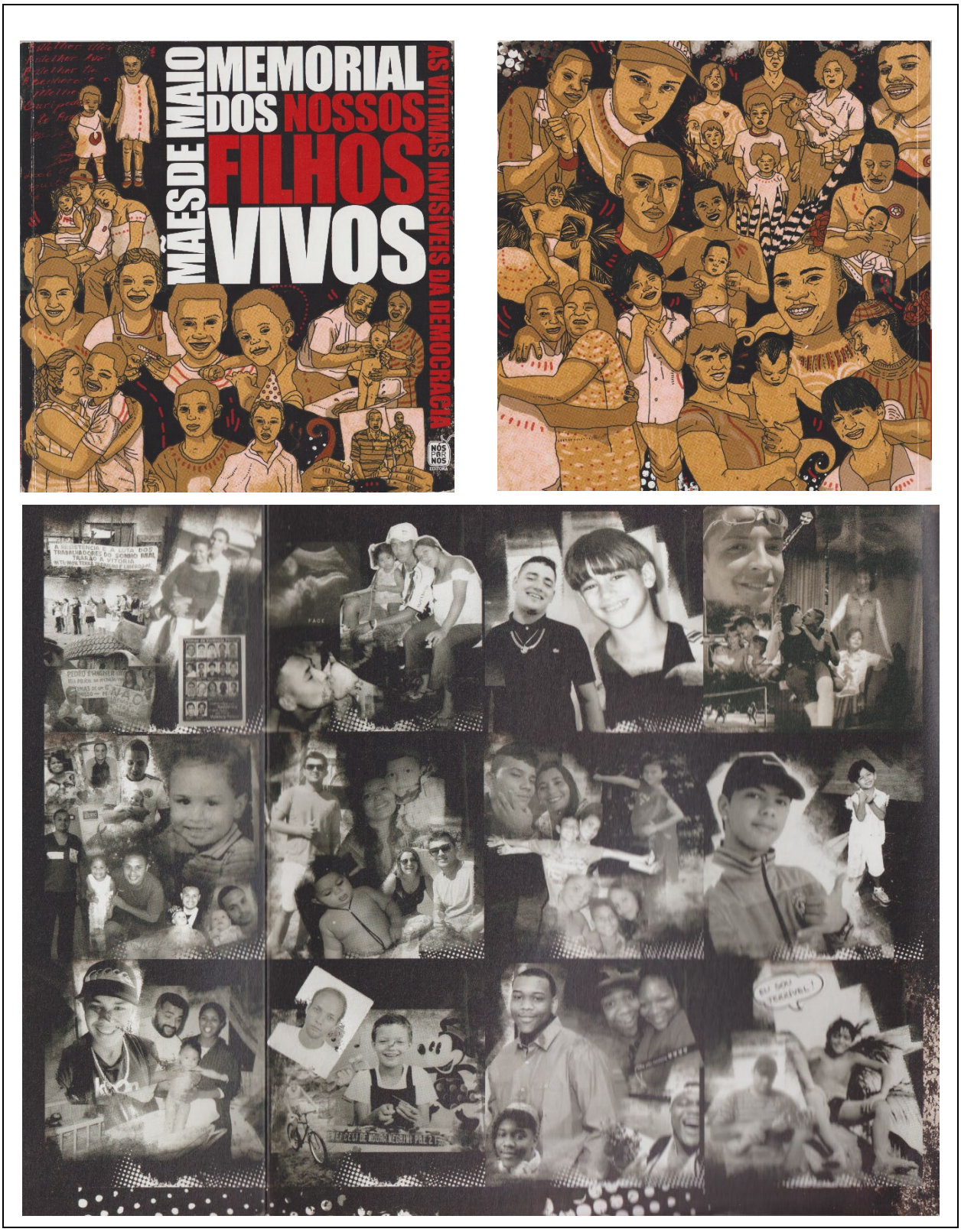

Fonte: Acervo da Rede Mães de Luta.

Figura 70 – Imagens de capa e contracapa da cartilha “Mães e Mulheres em luta pela vida do nosso povo”, distribuída no evento de 02/10/2019.

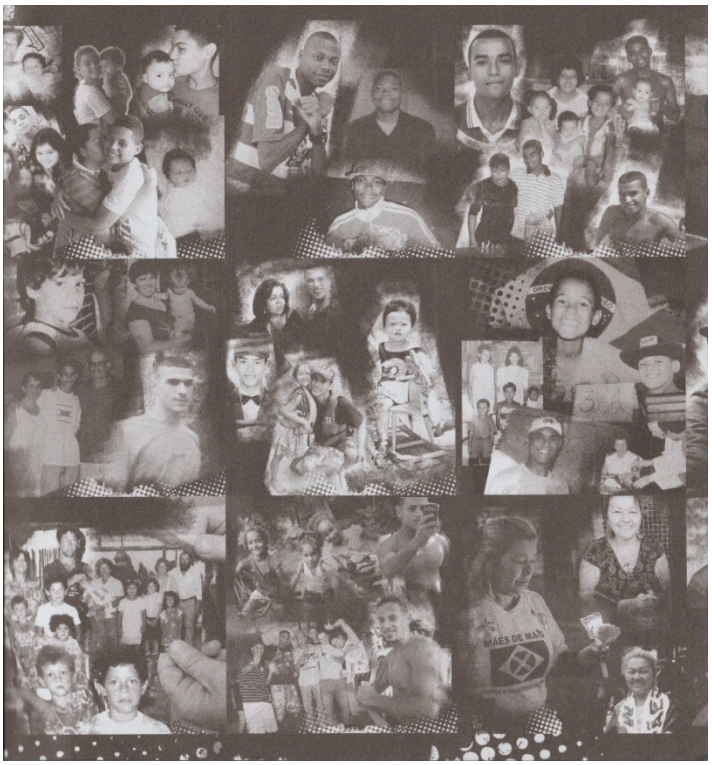



Fonte: Acervo da Rede Mães de Luta.

Figura 71 – Capa, contracapa e páginas 1 e 2 do livro “Memorial dos Nossos Filhos Vivos”, exposto no evento de 02/10/2019.

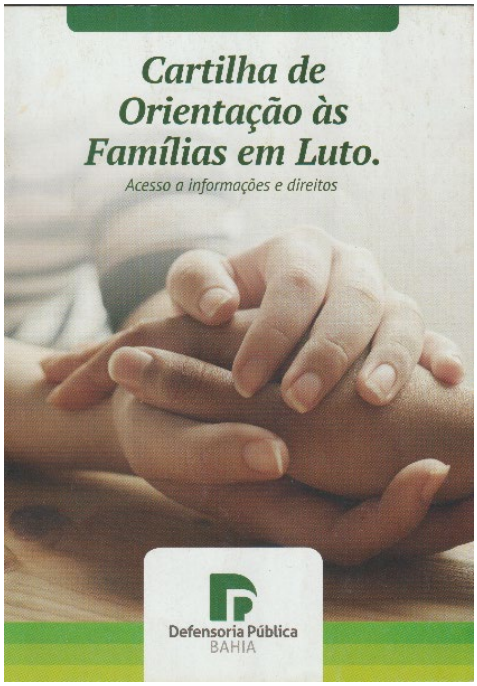



Fonte: Acervo da Rede Mães de Luta.



Fonte: Acervo da Rede Mães de Luta.

Figura 72 – Cartilha distribuída no evento de 20/10/2019.




Fonte: Acervo da Rede Mães de Luta.

Figura 73 – Bordado “Marielle é semente”, do coletivo Pontos de Luta

Fonte: Acervo da Rede Mães de Luta.

**Juventudes e Mães de Luta: da autoexposição ao ato expressivo**

Ouvi de muitos jovens e de muitas das Mães de Luta que os momentos “para dentro” – os encontros dos integrantes – são espaços importantes para falarem dos sofrimentos enfrentados, das angústias, das questões existenciais que enfrentam. Momentos de falar sobre aquilo que não se pode falar em outro lugar. Mas esse compartilhar não é só lamento: ele é, também, uma ação cotidiana de produção de material sensível que é a base das performances públicas e das produções que conferem visibilidade às redes.

John Dewey (2010) indica que nossa vida cotidiana é recheada de momentos de autoexposição: de gestos impulsivos que são da ordem do transbordamento, da descarga emocional frente a algo vivido – como chorar, xingar, desabafar. Esse transbordamento se perde no fluxo indistinto da cacofonia do cotidiano. É apenas gemido, lamúria.

Mas quando os próprios elementos desse transbordamento emocional são objeto de reflexão e elaboração, acontece um processo de moldagem, ao longo do qual são construídas camadas de significação. Constrói-se o ato expressivo.

Dewey observa que

> Em termos etimológicos, o ato de expressão é um espremer, um pressionar para fora. O sumo é espremido quando se esmagam uvas na prensa de vinho (...) nada é pressionado para fora senão a partir do material bruto ou natural original. Mas é igualmente fato que a mera expulsão ou descarga de matéria-prima não constitui uma expressão. Pela interação com algo externo – a prensa ou os pés que pisoteiam a uva – o sumo é produzido. A casca e a semente são separadas e retidas (...) há uma transformação consequente do material primitivo que figura como matéria-prima (...) São necessárias a prensa de lagar e as uvas para espremer/expressar o sumo, e são necessários objetos circundantes e resistentes, bem como a emoção e a impulsão internas, para constituir uma expressão da emoção (DEWEY, 2010, p. 152).

O autor alerta que esse "espremer do sumo" não é instantâneo. É fruto de interações recorrentes, nas quais há uma busca por identificar e materializar intencionalidades expressivas. Por meio delas, os sujeitos ordenam e dão forma à matéria bruta das descargas emocionais.

No processo, os envolvidos acionam atitudes e significados, relacionados a experiências anteriores, pensamentos, intuições imaginativas, elementos sensoriais, e modulam a emoção, trazendo à tona imagens e sentidos que interpelam a sensibilidade do interlocutor. A esse conjunto de camadas de significação que são acrescidas ao material bruto dos gestos impulsivos e geram atos de expressão, Dewey chama de qualidade estética.

Na descrição dos processos realizados pelo Fórum das Juventudes, fizemos questão de destacar a construção da campanha Juventudes contra violência, pois naquele processo é bastante evidente o moldar pessoal e coletivo da expressão. Experiências, emoções e imaginação se mesclaram ao longo da experimentação pessoal e coletiva dos jovens de criar rasurar as fotos 3X4 para falar da desumanização e da morte provocadas pela violência. Naquele fazer, a própria percepção de cada participante acerca das marcas da violência tornou-se mais apurada.

Também tentamos demonstrar como as mães, no cotidiano de diálogos de seus encontros, vão construindo um contorno político para a experiência do luto. No encontro com outras histórias, a lamúria vai sendo revestida de indignação individual e coletiva. Esses dois elementos, lamúria e indignação, são expressos por elas no pranto e no grito

que levam para o ritual do luto que realizam na cena pública. Ali, elas reverenciam os filhos perdidos, gritam por justiça e, ainda, apresentam sua Carta à Justiça. E não fazem isso sozinhas: se conectam a artistas e outros colaboradores. E é assim que, nos atos públicos, tecem mortalhas, derramam baldes de sangue, bordam, colocam em circulação inúmeras histórias – delas, dos filhos, e do horror da violência do Estado.

# Ato poético

# Destilação da vida

## 5.4. Ato poético

### 5.4.1. Destilação da vida

***Para que a minha dor não fosse inútil, fui em busca de um propósito***

*Elizete Marques*[174]

No dia 8 de maio de 2012, meu filho foi assassinado. Diante daquela dor, algo tocou meu coração, e assim nasceu o grupo Mães que Choram. Eu entendi que a minha dor não podia ser inútil e busquei no grupo o propósito de agir para ajudar outras mães a não passarem por aquilo que eu estava passando: enterrar um filho de 23 anos de idade. E, pensando na minha situação e na da mãe do assassino do meu filho, que tinha enveredado por um caminho de crime em função de todo um contexto muito difícil, me veio a ideia do nome Mães que Choram para o grupo.

Mas eu mesma não fiquei em casa chorando. Imediatamente, decidi lutar. Fui atrás das mulheres que também tinham perdido filhos. Eu dizia que não podíamos ceder à depressão, que precisávamos reagir. Conseguir que essas mães participem é difícil, porque elas sentem muita culpa e vergonha, mas eu nunca parei de tentar.

Na nossa região, tem muito sofrimento, que está ligado ao fato de que a maioria das pessoas que vive aqui é negra e é pobre. Então, eu vejo que as drogas e a criminalidade, que estão por trás de tantas tragédias daqui, não são à toa. Tudo está ligado ao nosso lugar na sociedade.

A sociedade não permite que as crianças e os adolescentes das comunidades sonhem. Ela discrimina essas crianças e esses adolescentes – a maioria deles, negros –, pois quem vive na periferia e tem determinada cor de pele nem é visto como gente, direito. Então, é preciso incentivar as pessoas a sonharem. Sonhar é direito de todo mundo.

A discriminação também é muito pesada quando o jovem entra no caminho do crime: é como se ele só fosse bandido e mais nada, é como se a mãe fosse bandida, como se a família toda fosse criminosa. E quando uma mãe resolve correr atrás dos direitos do filho, vai cobrar qualquer coisa do Estado, ela é muito mal atendida, é humilhada.

A gente precisa tentar mudar essas coisas. Afinal, nós merecemos respeito.

---

[174] Extraído de https://quandoolutoeluta.org.br/vivencia/elizete-marques/. Com o objetivo de síntese, o texto original foi editado pela autora da tese em parceria com Elizete Marques.

***Luto para que outras mães não passem pelo horror de ter o filho assassinado***

*Kaká Silveira*[175]

Fui obrigada a entrar na luta contra a violência do Estado no dia em que meu filho Thiago Vinícius Silveira foi assassinado numa prisão. Recebi do Estado o cadáver do meu filho com ferimentos horríveis, típicos de tortura, junto com uma declaração de que ele teria se suicidado.

Há vários indícios de que o "suicídio" foi forjado. E o Thiago teve um fim horrível depois de 14 anos de violência e de falta de acesso a tratamento e reabilitação, pois era dependente químico. Ele já foi condenado a anos de pena por roubar um celular, depois por furtar chocolates num supermercado. É muito desproporcional, não é? E passou por presídios que são infernos imundos e superlotados, além de máquinas de tortura.

O Estado não vai me enfiar goela abaixo a versão do suicídio. O caso já foi arquivado, mas eu lutei até o desarquivamento. Não desisto. Os assassinatos ficam impunes porque as pessoas têm medo do Estado. Então, o que se espera é que ninguém vá rebater a versão oficial. Mas estão enganados. Eu não aceito.

Não me curvo para o todo-poderoso Estado. Ele faz isso porque morto não fala. Mas eu estou aqui para falar pelo meu filho, para não deixar que só a versão do Estado conte, pra gritar por justiça no processo dele, até que alguém ouça.

Quando decidi falar e denunciar, e sempre que desabafo, há quem me fale coisas como: "Para de ficar remexendo nisso, deixa seu filho descansar". Todas nós ouvimos coisas assim pelo caminho. Mas eu acho o contrário: só há paz quando há justiça.

A indignação não me deixa ficar parada ou desistir, mesmo quando vêm a depressão e o desespero. Se eu tenho a minha voz, tenho como seguir em busca de justiça pelo meu filho e pelos filhos de todas as mães. Toda hora tem uma Maria recebendo a notícia aterrorizante que eu recebi; um Thiago passando o que o meu passou e perdendo a vida daquele jeito tão sem dignidade. Luto para que isso pare de acontecer, para que outros jovens e outras mulheres não passem por esse horror.

---

[175] Extraído de https://quandoolutoeluta.org.br/vivencia/kaka-silveira/. Com o objetivo de síntese, o texto original foi editado pela autora da tese em parceria com Maria do Carmo Silveira (conhecida, na luta social, como Kaká Silveira).

***Mataram o meu filho, mas não vão matar a memória dele***

*Nivia Raposo*[176]

Meu filho Rodrigo Tavares Raposo foi morto aos 19 anos, no portão da nossa casa e na frente do irmão, que na época tinha 12 anos. Pensar que mataram um dos meus filhos e fizeram o outro passar pelo trauma de ver o irmão morrer diante dele é o que mais me faz lutar.

Ele estava dançando passinho um pouco antes de morrer. O Rodrigo era muito trabalhador, correto, de bem com a vida. Era cheio de alegria e de amigos, conhecia gente em tudo o que era lado, não tinha preconceito com ninguém. Era muito amado. O enterro dele estava lotado, todo mundo chocado e chorando demais.

Na perspectiva das religiões de matriz africana, o meu filho, ao morrer, vira um ancestral. Mas eu nem fico pensando em vida após a morte na perspectiva religiosa, não. O que eu penso é que, quando eu conto a história do meu filho, de certa maneira estou falando da vida dele, após a morte dele. Estou cumprindo uma missão de não deixar ele ser esquecido. E eu vivo em busca de modos sensíveis de lembrar da vida dele e de lembrar que a vida dele tinha e tem valor. Isso é o que nós, mulheres que tivemos nossos filhos assassinados, fazemos nas nossas vidas e o que buscamos fazer nas redes de luta contra a violência do Estado.

Luto para manter viva a memória do Rodrigo. Isso me fortalece. Uma vez, plantei junto com ele, na frente da nossa casa, um jardim de girassóis, que ficou lindo, e ele adorou. Por isso, cuido do nosso jardim de girassóis e coloco a imagem do girassol em tudo. Escolhi essa flor tão viva como símbolo do meu filho porque ele era vida e alegria.

Eu também criei, com alguns artistas, um grafite com a imagem do meu filho, que foi feito no muro lá de casa. E esse muro se tornou não só uma homenagem ao Rodrigo, mas um símbolo da luta. O grafite está naquele muro porque foi naquela casa que o Rodrigo nasceu, cresceu e morreu. Eu quero impor a presença do meu filho ali. Mataram o meu filho, mas não vão matar a memória dele.

---

[176] Extraído de https://quandoolutoeluta.org.br/vivencia/nivia-raposo/. Com o objetivo de síntese, o texto original foi editado pela autora da tese em parceria com Nivia Raposo.

***Um levante que ganhou as ruas pela vida da juventude negra e pobre***

*Débora Silva*[177]

Quando assassinaram o meu filho, cheguei a adoecer de tristeza. Mas, num sonho, ele me deu a missão de lutar. Aí, eu saí determinada a encontrar outras mães e a ir atrás de justiça. Eu não sabia nada sobre movimentos sociais, só o que eu sabia era criar meus filhos. Quando comecei a luta é que uma aliada me falou das Mães de Acari. Fui saber das Mães da Praça de Maio, da Argentina, um ano depois de ter começado o movimento.

Aos poucos, as aliadas e os aliados foram chegando e nossos atos na rua foram crescendo. Nossa luta foi se ampliando e, depois de uns dois anos, decidimos ir além de São Paulo e dialogar com as instâncias federais e com instituições internacionais, como a Justiça Global. Publicamos livros, vieram documentários, percorremos o país. Aí, o movimento explodiu. O Movimento Mães de Maio é um levante que ganhou as ruas de todo o Brasil com uma missão: lutar pela vida da juventude negra e pobre. Lutamos pelos nossos contra uma lógica de extermínio.

Exigimos que os assassinatos de nossos entes queridos não fiquem impunes. Mas, com o passar dos anos, percebemos que era grande o risco de não dar em nada, que as investigações buscavam era alguma coisa na vida da pessoa assassinada que pudesse associá-la ao crime (como se isso justificasse a execução da pessoa). As investigações não avançavam, e logo começaram os arquivamentos dos casos. Aí, vimos que era preciso agir para que os crimes não fossem esquecidos, para chamar a atenção, para que houvesse sempre alguém interessado, remexendo no assunto.

Desde o início da luta, exigimos um tratamento respeitoso da mídia. Falamos que não aceitávamos o rótulo que o governo deu, de "ataques do PCC". Que o correto seria falar em "Crimes de Maio". Conseguimos mudar isso. Hoje em dia, até o próprio governo fala "Crimes de Maio". E a imprensa nos respeita.

Lutamos muito pela visibilidade dos crimes e da luta, pois sabemos que, sem ela, tudo cai no esquecimento.

---

[177] Extraído de https://quandoolutoeluta.org.br/vivencia/debora-silva/. Com o objetivo de síntese, o texto original foi editado pela autora da tese em parceria com Débora Silva.

***Se eu consigo compartilhar a minha dor, eu posso lutar***

*Ana Paula Nunes*[178]

No dia 24 de outubro de 2016, o meu filho foi executado pela Polícia Militar de Minas Gerais. Ele era mecânico e carregava uma peça de carro, que o policial confundiu com uma arma e, por isso, executou meu filho com quatro tiros. Travo uma luta enorme desde aquele dia. É um sofrimento que não dá pra explicar. Só mesmo quem passou por essa brutalidade sabe o que é essa dor.

Por muito tempo, enfrentei o sofrimento sozinha. Até o dia em que conheci o Movimento Mães de Maio e a Rede Mães de Luta. De lá pra cá, a minha dor é a dor delas, a dor delas é a minha. Antes, sem outras mulheres que sabem o que é essa dor pra compartilhar, estava impossível aguentar.

É muito complicado o nosso sofrimento, porque as pessoas acham que tem que passar, mas não passa. Com o tempo, até os familiares, como marido e filhos, se desgastam. Nos dizem que temos que superar. Então, muitas vezes, eu não tenho o ombro de ninguém para abraçar e chorar. E acabo encontrando o ombro das companheiras.

Fui acolhida de braços abertos. Então, desde o primeiro dia, eu me senti parte da Rede. Minhas companheiras me dão apoio, me dão força, me sustentam mentalmente quando eu preciso. O nosso movimento funciona assim: uma mulher vai apoiando a outra. Quando uma cai, a outra dá a mão e ajuda a levantar.

Dividir a aflição e o desespero envolve muito aquela outra mãe que também teve o filho assassinado, retirado dela brutalmente. Sabemos disso e, então, tentamos dar suporte, ouvir, aconselhar. Acolher essas outras mulheres é algo muito importante para nós.

Estarmos juntas é a nossa força. Criamos uma ligação muito forte entre nós. Na hora em que precisa de falar, a gente fala; mas a gente escuta também. A gente escuta porque, muitas vezes, o desabafo da pessoa alivia ela bastante.

Nos nossos encontros, eu sei que eu não estou sozinha, que eu não preciso sofrer sozinha, que eu posso compartilhar a minha dor. Se eu sei disso, eu vejo que faço parte de uma rede de mulheres e que posso, então, lutar.

---

[178] Extraído de https://quandoolutoeluta.org.br/vivencia/ana-paula-nunes-de-oliveira/. Com o objetivo de síntese, o texto original foi editado pela autora da tese em parceria com Ana Paula Nunes.

***Quando a mãe solta o grito de dor agarrado no peito***

*Ana Paula Batista*[179]

As mulheres da Rede Mães de Luta me ajudaram em palavras. Eu vi que não era só eu naquela situação. Isso me fortaleceu muito. Eu fui vendo várias coisas. Por exemplo: todo mundo julga a mulher favelada que cria os filhos sozinha. Justo a gente, que batalha tanto, que é pai e mãe pra eles. Todo mundo joga pedra, mas ninguém abraça. Mas é isso que as mães de luta fazem: elas abraçam.

Ninguém investigou nada do assassinato do meu filho. Se ele fosse de família rica, tinham ido investigar correndo. Não pode ser assim. Por isso, cobramos justiça.

Quando entrei pra Rede Mães de Luta, eu não estava andando: eu estava rastejando. Elas me abraçaram e me deram colo. Agora, eu não sinto mais a dor sozinha, divido com elas. Se a angústia fica presa no coração, ela te mata aos poucos. Fugimos dessa morte lenta quando nos juntamos às outras mulheres.

Mesmo que seja muito difícil a nossa luta, eu acho que a gente balança as pessoas, sim. Porque é de justiça que estamos falando. E tentamos chegar no coração das pessoas.

Arrancaram um pedaço de mim. É uma dor cravada no peito, uma dor que sangra. Aperta muito, chega a sufocar. Muitas vezes, eu estou calada, mas por dentro eu grito. "Vinícius, cadê você, meu filho?" Eu tenho esse grito dentro de mim.

Nos unimos por causa desse grito, para soltar o grito que está agarrado dentro de nós. Vamos pra rua, pra praça, pro Tribunal de Justiça, pra gritar "Justiça!". Cada mãe grita o nome do filho. Eu grito: "Vinícius César! Justiça!"

Nós não somos só estatística. O Vinícius tem uma história e ele tem uma mãe que luta por justiça. As Mães de Luta estão nos tirando das nossas casas e esconderijos para mostrar pros poderosos que nossos casos podem ter sido arquivados, mas pra nós, não. Pra nós, não. Se tem luta, não foi arquivado, não!

Eu aprendi com as Mães de Luta algo muito importante: a não me conformar. Pro sistema que está aí, o favelado que morre é "só mais um". Mas as Mães de Luta falam: "Não é só mais um, não. Olha a mãe dele aqui".

---

[179] Extraído de https://quandoolutoeluta.org.br/vivencia/ana-paula-batista-dos-santos/. Com o objetivo de síntese, o texto original foi editado pela autora da tese em parceria com Ana Paula Batista.

***Uma luta que a gente não escolhe: é jogada nela quando violam nossa humanidade***

*Dona Tereza*[180]

A Rede Mães de Luta nasceu por absoluta necessidade das mulheres que perderam os filhos assassinados pelas forças do Estado de terem um lugar de acolhimento ao sofrimento horrível por que passam, de apoio para ter coragem e se proteger quando fazem as denúncias, de entendimento do porquê de toda a violência, e de luta política, para sensibilizar a sociedade e responsabilizar o Estado.

Sei bem o que é essa luta que a gente não escolhe, é jogada nela quando nossos direitos são profundamente violados. Aconteceu comigo. Sou uma das fundadoras e atuo na coordenação do Grupo de Amigos e Familiares de Pessoas em Privação de Liberdade. Entrei nessa luta porque, em 2007, quando um dos meus filhos foi preso, o sistema prisional violou meus direitos de várias formas, e isso me indignou. Aí, fui participar de debates e formações, e me juntei a um grupo para institucionalizar um espaço de luta.

É triste dizer isso, mas a retirada de direitos acaba nos conduzindo a um caminho de aprendizagens e de luta que não teríamos escolhido, caso não fosse necessário para enfrentar as violências de que somos vítimas. Aderi ao movimento do abolicionismo penal ao compreender que o sistema prisional jamais vai respeitar os direitos das pessoas pretas. Ele viola direitos sistematicamente porque os encarcerados são pretos pobres, favelados. É como se, para a Justiça e o Estado, essas pessoas não tivessem direitos.

Acho que o meu percurso, e o percurso do grupo que ajudei a fundar em 2007, se assemelham ao da formação da Rede Mães de Luta. Ouvi de muitas mulheres da rede que elas, inicialmente, não tinham a menor ideia de que havia um genocídio do povo preto. Eram apenas donas de casa, levando a vida. Mas, quando passaram pelo horror do assassinato dos filhos, se viram sozinhas e desesperadas, e perceberam que ou elas iam em busca de uma compreensão maior daquilo que aconteceu com elas, e partiam para a luta por justiça, ou iriam se afogar na culpa, na dor e no preconceito da sociedade.

[180] Extraído de https://quandoolutoeluta.org.br/vivencia/dona-tereza/. Com o objetivo de síntese, o texto original foi editado pela autora da tese em parceria com Maria Tereza dos Santos.

**A poesia não é um luxo**

Na seção anterior, quando tratamos das proposições artísticas de Nina Caetano – Chorar os Filhos – e de Lucimélia Romão – Mil Litros de Preto –, pudemos demostrar que ambas se conectaram de forma profunda a uma luta que clama por algo que não faz parte das experiências diretas de vida delas. A conexão das duas artistas com a luta aconteceu ao se verem diante de Bruna Silva e do pedaço de pano – retalho ensanguentado do uniforme de escola do filho assassinado – que ela carrega para todos os cantos como um instrumento de justiça. A imagem é, de fato, dilacerante. E é muito comovente e terrível pensar que foi totalmente certeira a convicção que Bruna, ao enterrar o filho, teve acerca do desígnio daquele pedaço de pano.

As duas artistas se vincularam à luta das mães órfãs dos filhos em busca de justiça pela mesma via que essa tese, que originalmente não trataria de tal luta: as duas artistas foram interpeladas por uma mulher em luto e luta.

A luta de que aqui falamos é encarnada nas vidas de inúmeras mulheres que constroem, na dor, seus instrumentos de justiça. De Antígonas que transformam retalhos de suas vidas, impregnados de sangue e horror, em mobilização social.

Para abordar o modo como elas constroem a mobilização, é preciso falar de emoção. Conforme indiquei na seção "Emoção e afeto" do capítulo 2, entendo emoção como um dos elementos constitutivos da nossa compreensão do mundo, e não como um *acessório de luxo* da razão. Faço essa observação para lastrear outra, que é a seguinte: o que essas mulheres elaboram ao prantear em público a dor frente aos assassinatos de seus filhos é a emoção. Dito de outro modo: o labor dessas mulheres é o labor da emoção. Assim como na arte, elas tornam possível que a emoção seja o atributo que modela o pensamento para uma compreensão mais acurada da realidade.

No livro *Gesto inacabado*, Cecília Salles conta que, quando perguntaram a um artista como ele fazia para criar suas esculturas de madeira que tinham o formato de urso, ele disse: eu pego a madeira e tiro dela tudo o que não é urso (SALLES, 2004, p. 91). Quando iniciei essa pesquisa, o fiz motivada por uma profunda convicção de que a luta das juventudes contra a violência era uma das mais fundamentais lutas sociais dos nossos tempos. Ainda que, de fato, essa afirmação continue me parecendo acertada, minha compreensão do problema da violência contra as juventudes se tornou muito mais profunda e consistente a partir do momento em que tive contato com Elizete Marques, moradora do bairro Ribeiro de Abreu, e ela me narrou o drama do filho assassinado, e me contou como aquilo a impulsionou ao ativismo.

Eu já tinha me conectado às lutas juvenis pela mesma via da afetação emocional, mas, até então, duas palavras ainda não estavam no primeiro plano da minha compreensão: genocídio e racismo. Foi ali, diante de Elizete e da emoção que a brutalidade daquela morte evocava, que essas duas palavras passaram a flamejar diante dos meus olhos. Elizete atuou, em minha vida, como o artista mencionado por Cecília: retirou camadas de ruídos, muitas delas certamente ligadas à minha branquitude, que até então recobriam aquelas duas palavras, deixando-as indistintas de outras – quando, na verdade, elas eram centrais; elas eram o coração do problema que eu tateava.

Foi a partir da interação com a história da Elizete, e depois com histórias de várias outras mulheres protagonistas do mesmo clamor por justiça, que minha pesquisa, que nasceu com o título "Juventudes contra violência: a comunicação e o desafio de coletivizar a dor", se tornou a tese "Quando o luto é luta, mobilização é ato criativo: experiências coletivas de jovens e mães contra o genocídio da juventude negra". Luto, luta, genocídio e juventude negra: palavras que ganharam relevo na pesquisa junto e a partir de outras duas: ato criativo.

Audre Lorde tem um texto belíssimo (falaremos dele logo adiante) que tem o seguinte título: "A poesia não é um luxo". Paulinho da Viola tem um verso de uma canção, também linda, que é o seguinte: "as coisas estão no mundo, só que eu preciso aprender".[181] As coisas horríveis que essas mães nos mostram estão escancaradas no mundo, só que precisamos aprender. E a poesia não é um luxo: ela é o modo mais precioso e preciso de ensinar e aprender as coisas do mundo. As Mães de Luta fazem da dor poesia, e da poesia, luta.

Kaká Silveira, fundadora do Movimento Mães de Maio Minas Gerais, teve o filho assassinado numa unidade do sistema prisional, depois de ter sido preso por um motivo absolutamente banal, e de uma longa batalha, do filho com o apoio dela, no enfrentamento à dependência química, que o colocou no caminho de diversos furtos de pequena monta e nas estatísticas nefastas do sistema prisional. No evento que deu origem à Rede Mães de Luta, Kaká contou sua história, em estado de absoluto desespero, literalmente gritando um clamor por justiça. Ela pediu, com todas as palavras, que as pessoas que estavam ali ouvissem a história e o apelo dela e a ajudassem a buscar justiça para ela e outras mães.

Nivia Raposo, moradora da Baixada Fluminense, estava no mesmo evento e era, também, uma das mulheres retratadas no documentário *Nossos mortos têm voz*, exibido

[181] Verso da canção "Coisas do mundo, minha nêga", de Paulinho da Viola. Disponível em: https://open.spotify.com/track/3zws9EVAdnGXeTvSx9hBMH?si=19fdffee56214e9a. Acesso em: 23 fev. 2023.

na ocasião. A produção mostra, a partir das histórias de vida das mães, a tragédia da ação genocida da Polícia Militar e das milícias na Região Metropolitana do Rio de Janeiro. No depoimento dado no documentário e na fala que fez naquele evento, Nivia contou a história desesperadora do assassinato do filho por um miliciano, ao não concordar com um esquema de suborno, e do dilaceramento que aquela morte gerou na vida dela. Num determinado momento, ela diz que encontra forças, muitas vezes, na raiva: quem fez aquilo com o filho dela não pode ficar impune, e ela decidiu repetir isso e buscar isso até o fim dos seus dias.

Alguns meses depois, no dia 6 de agosto de 2019, acontecia na Assembleia Legislativa um evento que assinalava a luta no espaço legislativo mineiro. As mulheres da Rede lançavam o livro *Memorial dos nossos filhos vivos*, com a memória do Movimento Mães de Maio, das integrantes e dos filhos delas que foram assassinados. Além disso, era oficialmente lançado o grupo de trabalho para a construção do projeto de lei para instituir a Semana Estadual das Pessoas Vítimas de Violência do Estado de Minas Gerais. Fruto do trabalho das Mães de Luta, em parceria com a deputada estadual Andreia de Jesus, o PL começava a ser construído a partir de uma reivindicação que havia sido feita pela Kaká no encontro do dia 27 de maio.

Naquele dia, Débora Silva, uma das fundadoras e grande liderança das Mães de Maio, estava ali para assinalar a importância do PL que começava a ser construído e para fortalecer a rede que dava seus primeiros passos em Minas. Desde o início da jornada de Kaká Silveira para tentar provar que o filho foi assassinado na prisão, Débora já vinha apoiando a ativista mineira. Com o início da Rede Mães de Luta, ela viu a possibilidade de que um coletivo mineiro das Mães de Maio, sonho antigo de Kaká, ganhasse força – o que de fato começava a acontecer.

No evento, Débora contou que a luta surgiu como necessidade em sua vida: no dia 15 de maio de 2006, um dia depois do Dia das Mães, ela ouviu no rádio o nome do filho na lista apresentada pelo Instituto Médico Legal com o nome das vítimas do massacre que acontecia na Baixada Santista naquele mês. Primeiro, ela adoeceu, perdeu o interesse pela vida. Depois, no hospital, em sonho, ouviu do filho morto que tinha que se levantar e lutar. Desde então, nunca parou. É de Débora uma frase emblemática do Movimento Mães de Maio: "nós estamos aqui para parir uma nova sociedade"[182].

---

[182] GERALDO, Nathália. Débora, do Mães de Maio, luta por memória: "Meu filho morreu por ser preto". Portal Geledés, 12 mai. 2020. Disponível em: https://www.geledes.org.br/debora-do-maes-de-maio-luta-por-memoria-meu-filho-morreu-por-ser-preto/. Acesso em: 23 fev. 2023.

Naquele mesmo dia, Ana Paula Nunes se juntava, pela primeira vez, a um ato público da Rede Mães de Luta. Ela chegara ali a partir de um percurso de muito desespero e busca infrutífera por justiça para o caso do filho, que havia sido assassinado por um erro grotesco, de cunho racista, cometido por um policial. Seu jovem filho carregava uma peça de carro (ele era mecânico), que um policial confundiu com uma arma e reagiu alvejando o rapaz com quatro tiros. Diante de várias mulheres que contavam ali as suas tragédias, Ana Paula pediu a palavra e contou a própria história. Ela falou aos prantos, tremendo, sem conseguir articular muito bem algumas das coisas que dizia.

Um tempo depois, nas reuniões da Rede Mães de Luta acontecidas no segundo semestre de 2021, outra Ana Paula – Ana Paula Batista – se juntava à rede e pranteava o terrível assassinato do filho, morto por uma pessoa que achou que ele havia se insinuado para a namorada e subitamente desferiu uma facada fatal no rapaz. A morte do filho dela, por ele ser negro e morador de favela, jamais foi sequer investigada. O autor do crime fugiu e nunca chegou a ser procurado, ou mesmo identificado.

Ao contar sua trajetória, muito emocionada, Ana Paula falou de algumas coisas que ouvi de inúmeras outras mulheres que fazem parte da mesma luta.[183] Ana disse que a dor da perda do filho estava cravada no peito dela, sangrando, sufocando. E que ela, embora geralmente parecesse calada, por dentro gritava. Por isso, para ela, o sentido da luta daquelas mães era o de soltarem, juntas, aquele grito de dor agarrado no peito, junto com outro grito, constituído por uma única palavra: Justiça.

Bradar o nome do próprio filho e ouvir, em seguida, todas as companheiras gritando, juntas, essa palavra – Justiça! –, é o que Ana Paula Batista vê de mais significativo nos atos de mobilização. É o que mostra para ela que o filho, embora morto, não foi esquecido – e nunca será, pois a mãe grita por ele. Ana acredita que, enquanto houver esses dois gritos, juntos, a impunidade, calcada no racismo, nunca poderá ser considerada natural.

Bruna Silva, Elizete Marques, Kaká Silveira, Nivia Raposo, Débora Silva, Ana Paula Nunes, Ana Paula Batista. Essas são algumas das inúmeras Antígonas a clamar por justiça. Ao saírem do silêncio e irem a público gritar pelos filhos, essas mulheres fazem da dor, como bem disse Bruna, um instrumento político.

---

[183] As falas de Ana Paula Batista mencionadas nessa seção do texto foram retiradas de: https://quandoolutoeluta.org.br/vivencia/nina-caetano/. Publicação eletrônica. Acesso em: 20 jan 2023. Não paginado.

Ouso afirmar que transformar dor em instrumento político é um ato de poesia porque aprendi com Audre Lorde (2019, p. 46) que a poesia é um fazer capaz de juntar emoções e ideias, duas abordagens tão necessárias à vida. Para Lorde, ideias são estéreis sem as emoções, "essas fontes ocultas do nosso poder. Afinal é delas que surge o verdadeiro conhecimento e, com ele, as atitudes duradouras". Mas a palavra poesia, para ela, tem um significado singular:

> Falo aqui da poesia como destilação reveladora da experiência, não do estéril jogo de palavras que, tão frequentemente e de modo distorcido, os patriarcas brancos chamam de *poesia* – a fim de disfarçar um desejo desesperado de imaginação sem discernimento.
>
> Para as mulheres, então, a poesia não é um luxo. É uma necessidade vital da nossa existência. Ela cria a qualidade da luz sob a qual baseamos nossas esperanças e nossos sonhos de sobrevivência, primeiro como linguagem, depois como ideia, e então como ação mais tangível. É da poesia que nos valemos para nomear o que ainda não tem nome, e que só então pode ser pensado. Os horizontes mais longínquos das nossas esperanças e dos nossos medos são pavimentados pelos nossos poemas, esculpidos nas rochas que são nossas experiências diárias (LORDE, 2019, p. 46-47).

"Destilação reveladora da experiência": para Audre Lorde, nisso consiste a poesia. Destilar é aplicar calor para refinar substâncias. Poesia não é só narrar o acontecido, portanto. É um ato quente de destilar o acontecido e extrair dele o sumo. O que essas mulheres fazem não é só contar suas dores. Elas contam e recontam suas dores em público, na forma de um pranto que se mostra como clamor por justiça.

Certa vez, Antonin Artaud afirmou: "A tragédia do palco não me basta mais, vou transportá-la para minha vida".[184] Na verdade, com a frase, Artaud decretava que não acreditava mais na possibilidade de separação entre palco e vida, pois o teatro, para ele, deveria ser o espaço do puro grito de vida, de expressão das aflições e enlevamentos da alma; lugar de, ao mesmo tempo, experimentar e expressar a angústia e a beleza do viver.

As Mães de Luta se aproximam dessa síntese proposta por Artaud: a tragédia circunscrita à vida privada não basta, a dor e o desespero são pura morte se o pranto se restringe à esfera íntima. O grito, então, começa nos momentos de compartilhamento

[184] A afirmação foi feita por Artaud em carta escrita em 1935 a Jean Louis Barrault. A carta é citada por Teixeira Coelho no livro em que analisa a obra do poeta, dramaturgo e ator francês (TEIXEIRA COELHO, 1982, p. 14).

entre elas, mas só se completa nos atos públicos. Ele só se deixa de ficar entalado na garganta quando acontece no espaço público, que é o espaço do clamor por justiça. Portanto, gritar, nos atos, não é meramente lamentar. É clamar por justiça. Experimentar a perda do filho como problema privado é tomar para si uma culpa que é do Estado. É preciso, então, levar os rituais, o pranto e os gritos de dor dessa perda para a praça pública. Essa é uma das primeiras coisas que as mulheres compreendem quando se juntam umas às outras, na luta.

Vale observar, por fim, que a destilação da emoção em expressão política – a expressão da dor no clamor por justiça – é um labor que as mães em luta e os jovens integrantes do Fórum têm em comum. Consideramos que a conexão das juventudes com esse clamor ficou bastante explícita na seção em que discutimos a construção da campanha Juventudes contra Violência. Violências, encarceramentos e assassinatos são horrores que açoitam as vidas jovens e que as juventudes, assim como as mães, destilam em expressão poética.

# Experimentação da vida

### 5.4.2. Experimentação da vida

***Ativismo: uma rede de proteção que me manteve vivo***

*Russo APR – Flávio da Silva Paiva* [185]

Um aspecto que tem sido decisivo desde o programa Formação de Agentes Culturais Juvenis é a oportunidade de termos nossa atuação reconhecida por pessoas que são uma grande referência para nós, como o Juarez Dayrell e a Nilma Lino Gomes. Foi esse reconhecimento que me fez acreditar que era possível me tornar um educador. Eu jamais havia me imaginado nesse lugar. Vim de um histórico conturbado na periferia, fui expulso de escolas mais de dez vezes.

No D-ver.Cidade e no Fórum, descobri outras possibilidades, bem mais interessantes e que impactavam a realidade de vida da juventude, para a educação, os processos educativos e a própria palavra educador. Além disso, naqueles espaços, apostaram que eu poderia ser sujeito dessas práticas, com um papel importante. Foram muitos os convites e muitas as oportunidades de me formar e de atuar como educador – na minha comunidade, junto a agentes das políticas públicas, até mesmo junto à universidade. Depois, eu fui multiplicando e ampliando as experiências e investindo nos meus caminhos formativos.

Então, ser reconhecido como um educador popular fez toda a diferença pra mim. Até me envolver nisso tudo, eu não via a educação como uma possibilidade. Minha prioridade era trabalhar para sobreviver. Mas os processos e as conexões da rede que ali se constituiu me abriram uma perspectiva profissional e de formação. Acabei me formando em Pedagogia e construindo uma história de ações educativas, artísticas e de mobilização das quais me orgulho muito.

Considero importante destacar que o D-ver.Cidade, o hip hop, os coletivos e, depois, o Fórum, foram para mim uma rede de apoio que, tenho certeza, me deram oportunidades alternativas a um caminho que poderia ter me levado à morte prematura ou ao encarceramento, como infelizmente aconteceu com muitas pessoas da minha quebrada. Por isso, afirmo sem medo que as oportunidades que o FJ abre em termos de experiência coletiva, cultural e educativa protegem a vida das juventudes.

---

[185] Russo APR é o nome artístico de Flávio da Silva Paiva. APR remete a Artilharia Pesada da Rima, grupo de hip hop no qual ele iniciou a carreira artística. O presente texto foi extraído de https://quandoolutoeluta.org.br/vivencia/russo/. Com o objetivo de síntese, o texto original foi editado pela autora da tese em parceria com Flávio da Silva Paiva.

***Arte, cultura e juventudes: na expressão do humano, uma busca por humanização***

*Juarez Dayrell*[186]

O Fórum das Juventudes tem na arte e na cultura duas forças fundamentais. Afinal, conforme apontam, exaustivamente, inúmeras pesquisas (em curso desde os anos 1990), o diferencial do jovem é exatamente a dimensão simbólica, por meio da qual ele se representa e se constitui. Então, a cultura se mostra um grande elemento aglutinador e de construção de identidades.

Nessa sociedade muito desigual, de pouco acesso, a cultura pode ser um espaço mais democrático. Mas ocorre uma certa dissociação: há uma democratização na experiência cultural, mas que quase não tem efeitos práticos nas condições concretas de vida da maioria dos jovens. Contudo, como uma linguagem de corpos, ela é mais democrática. Lembro de um menino falando comigo "durante o dia eu sou lixeiro, mas à noite eu sou cantor de rap". Ele viu na cultura um espaço em que poderia se expressar, mesmo no contexto de uma sociedade desigual.

Ou seja, a cultura garante um mínimo espaço de horizontalidade de relações. Isso ocorre porque se trata de uma dimensão humana que não tem só a marca da origem social. Uma pessoa pobre pode cantar muito bem, pode produzir uma pintura lindíssima, fantástica. É uma expressão do humano, que gera uma certa equivalência e viabiliza relações.

Isso impacta o reconhecimento também. Em uma sociedade que nega ao negro e ao pobre o reconhecimento enquanto humano, enquanto gente, ele pode se colocar nesse lugar e ter uma resposta à altura, a partir da cultura. Ela abre possibilidades. Em função de tudo isso, a cultura está presente no Fórum, na medida em que quem está presente no Fórum é o jovem – e que, para o jovem, a cultura é uma dimensão essencial.

Falo em cultura não só como a expressão, a linguagem, mas como uma dimensão do simbólico que constitui a própria humanidade em cada um de nós. Nessa perspectiva, a arte e a cultura se tornam um grande espaço de produção simbólica e de produção de subjetividades positivas, de reconhecimento de humanidades. Isso tem um peso muito significativo.

---

[186] Extraído de https://quandoolutoeluta.org.br/vivencia/juarez-dayrell/. Com o objetivo de síntese, o texto original foi editado pela autora da tese em parceria com Juarez Dayrell.

***Fórum das Juventudes: uma micropolítica de abertura ao outro e de cuidado***

*Lopo – Gabriel Lopo Silva Ramos* [187]

O Fórum das Juventudes me despertou a consciência de que a lógica à qual eu me submeti em muitos movimentos – que era de hierarquia, coerção, cobrança, constrangimento, punição – não era natural e era, inclusive, desrespeitosa.

Uma coisa da tradição marxista, muito ortodoxa, em que me formei, é não que existia a palavra afeto, não tinha essa conversa. Só em 2018, quando me envolvi com o movimento negro, é que ela passou a fazer sentido pra mim. Quando você começa a entender as relações raciais no Brasil, percebe a dimensão do afeto, e também do desafeto. Do desafeto às pessoas negras, às pessoas pobres, aos excluídos – povos que são odiados e tratados feito escória. O desafeto está posto e é por meio do afeto que é possível mudar isso.

No Fórum, as trocas afetivas são essenciais. E, como a presença é decisiva para isso, a pandemia foi muito dura para a nossa rede. Vejo ainda que o FJ é afetivo ao não adotar práticas autoritárias na micropolítica, nas relações. Por exemplo: não detonamos as pessoas quando elas falham. Tentamos entender o lado do outro. Há um cuidado, uma atenção às individualidades. Como venho de outra matriz de movimento, vejo o contraste.

É claro que tem conflito também, tem treta. Mas existe um apreço real entre as pessoas, e com isso vem a capacidade de se afetar com as questões do outro, sejam quais forem. Ninguém deseja que o conflito vire uma briga ou um racha.

Outro aspecto interessante no Fórum é que as pessoas estão muito dispostas a ceder. Você chega em uma reunião com uma opinião, vai escutando os demais e se permite modelar de acordo com o que é conversado ali. Em outros espaços da militância, acontece o oposto. Principalmente em votações e disputas de cargo, nem Cristo muda a posição das pessoas. Hoje, eu vejo o quanto isso é estranho. São lutas pela democracia e contra o autoritarismo; contudo, têm uma visão militarista: a militância se assemelha a um exercício militar.

[187] Extraído de https://quandoolutoeluta.org.br/vivencia/lopo/. Com o objetivo de síntese, o texto original foi editado pela autora da tese em parceria com Gabriel Lopo Silva Ramos.

***Fórum das Juventudes: lugar de viver o afeto***

*Viviane Coelho Moreira*[188]

No Fórum das Juventudes, o processo de mobilização social é sempre tratado com muito afeto e criatividade, a fim de sensibilizar as pessoas em relação à importância das juventudes para toda a sociedade.

Mas isso vai além dos processos de mobilização: o afeto é uma marca registrada do Fórum. A presença do afeto – da afetividade, do carinho, do acolhimento e do engajamento emocional – está em tudo, e é essencial para que as pessoas enxerguem sentido nos processos e se vinculem a eles.

Isso é especialmente importante para as pessoas negras. Angela Davis lembra que, no período colonial, os povos pretos que foram escravizados foram brutalmente arrancados dos lugares deles, misturados e submetidos a situações de profunda exploração e desumanização. Com isso, o afeto foi totalmente massacrado. E elas tiveram que aprender a não dar vazão aos afetos, como estratégia de sobrevivência. Por isso, para as populações pretas, viver o afeto é muito difícil, pois, historicamente, somos silenciadas nesse lugar.

Então, por que que é tão primoroso o Fórum ser um lugar afetuoso? Primeiro, porque ele dá vazão a algo que secularmente está proibido, está invisível, que é o lugar do afeto. Você pode, sim, sentir o que você sente e expressar o que você sente. Segundo, porque ele coloca o afeto como a energia emocional capaz de provocar ações transformadoras. Terceiro, porque propõe a afetividade de você se reconhecer no outro e vice-versa, na perspectiva da igualdade dentro das diferenças. E o que funda isso é o afeto: "estamos juntos aqui nessa causa, nessa luta e vamos juntos".

O Fórum também é transformador porque mostra que é possível construir tudo isso de um jeito que não é "somos todos amigos". Não é assim. Não somos todos amigos, já houve várias tretas e é isso mesmo, onde tiver gente vai ter treta, e tem que ter. Porque onde tem treta, tem mudança também, e mudança é muito importante. O importante é lidar com a treta com afeto – e isso a gente sabe fazer.

---

[188] Extraído de https://quandoolutoeluta.org.br/vivencia/forum-vivi-coelho/. Com o objetivo de síntese, o texto original foi editado pela autora da tese em parceria com Viviane Coelho Moreira.

***Vivendo o afeto: somos "gangsta fofinho"***

*Zerê – Leandro Pereira da Silva* [189]

Sou muito envolvido em movimentos políticos da cidade, e vejo que eles têm um formato institucionalizado que em nada lembra a proximidade afetiva que existe no Fórum. Essa é uma característica forte do FJ porque nos conhecemos dos rolês, então há uma identificação mútua. O Fórum é um "polvo", junta todo mundo. A identificação é mútua e o afeto também. Já nos chamaram de *gangsta fofinho*, porque nos vestíamos como *gangstas*, mas no rolê ficávamos nos abraçando e beijando. Essa é uma característica muito nossa, e viver isso é muito difícil na maioria dos espaços pelos quais circulamos.

Para os corpos pretos, a construção da afetuosidade é muito tardia (quando acontece). Na experiência familiar, esse aspecto é muito complicado. Eu tenho histórias tristíssimas de negação de afeto dos corpos que são pretos; histórias bizarras, mesmo. Mas estamos retomando o lugar do afeto e o Fórum está nisso conosco.

Os processos de experimentação do Fórum também geram uma afetuosidade, pois há uma grande aproximação entre as pessoas, já que não vem nada pronto, construímos juntos. Estamos acostumados com a escola, com o professor falando o tempo todo e você só baixando a cabeça e concordando. Por isso, os jovens chegam super-retraídos e, quando encontram essa acolhida, se abrem e se conectam.

Há também algo de muito afetivo na colaboração que se cria para que as ações do FJ aconteçam. Todo mundo se preocupa conosco, sabe que não pode dar beó nos nossos eventos, cuida. Muitas vezes, o MC fala: "Galera do chá, o chá é do outro lado da rua, longe da batalha". E assim acontece: a galera respeita, vai pro outro lado da rua, fuma, volta, e todo mundo curte suave.

Eu tenho um carinho imenso pelo Fórum. Fico satisfeito demais de fazer parte dessa história. Às vezes, ainda dá um friozinho na barriga de fazer parte de algo que considero tão grandioso. Mas então lembro que não estamos sós, já passou uma galera por aqui e vai passar uma outra galera, num movimento constante. Aí, eu fico feliz demais.

---

[189] Extraído de https://quandoolutoeluta.org.br/vivencia/zere/. Com o objetivo de síntese, o texto original foi editado pela autora da tese em parceria com Leandro Pereira da Silva (nome artístico: Leandro Zerê).

**Experimentar o impossível**

Conforme já discutimos, o verbo experimentar se associa ao conhecer pelo vivido. A ensaiar, testar, pôr à prova; usar uma roupa para ver se cai bem em seu corpo; e ainda provar o gosto, saborear.

Os processos de mobilização social que aqui discutimos se conectam de forma muito direta a essas dimensões, relacionadas ao ensaiar, ao arriscar e ao investigar dos processos criativos.

Há uma dimensão da palavra experimentação, contudo, que convém destacar. Os diversos relatos que reunimos nos textos geradores que precedem essa reflexão nos falam do Fórum das Juventudes como um espaço que é, para os que o integram, oportunidade de vivenciar experiências que, na realidade concreta vivida pela juventude negra e periférica, não existem no plano do possível. A rede lhes possibilita circular por e ocupar certos espaços a eles interditados; acessar determinados direitos e oportunidades que não estão acessíveis a jovens como eles; viver uma prática de partilha e de conexão afetiva que não existe nos contextos pelos quais circulam; experimentar uma proteção à violência que, na vida concreta das juventudes às quais se conectam, não existe.

Experimentação, aqui, tem o sentido de experimentar o que é impossível. E que, ao mesmo tempo, é uma problematização dos limites do possível e do impossível, ditados pelas lógicas de exclusão social. Afinal, como bem dizem os meus versos preferidos do poeta Chacal, dos quais falei no início dessa tese, "só o impossível acontece, o possível apenas se repete".[190]

Christian Vinci nos conta que Gilles Deleuze, a partir da leitura de Artaud e de Espinosa, associa a palavra experimentação ao universo da arte, em função de ela ser um terreno de recusa a juízos vigentes e formulações pré-definidas e acabadas. O que o artista realiza, na concepção de Deleuze, é ser um experimentador do pensamento: um sujeito que busca pensar e agir como ser singular, a partir dos encontros vivenciados, sem recorrer a conceitos e julgamentos pré-existentes no mundo – amarras que nos impedem de construir outras maneiras de sentir e viver. Ao fazê-lo, o artista abre-se à imaginação e à possibilidade de criação de outros mundos, completamente impossíveis dentro da lógica social vigente.

As práticas de interação, ocupação de espaços e expressão que são tecidas no Fórum das Juventudes são, portanto, experimentações da vida: práticas do viver que se

[190] Versos do poema "Grapette" (CHACAL, 1994, p. 91).

instituem no particular universo das relações que se dão naquele espaço, exercícios de tensionamento dos limites das possibilidades de vida socialmente oferecidas àquelas juventudes e, ao mesmo tempo, prova de que outras possibilidades, ainda não instituídas na concretude da vida social, existem e são factíveis.

Uma última observação também precisa ser feita nessa seção do texto. A dimensão da mobilização social como experimentação da vida também poderia ser discutida a partir das Mães de Luta, considerando que tais mães, no espaço da rede que têm em comum, conseguem sair do lugar de indignidade, culpa e vulnerabilidade absoluta ao qual a sociedade relega a "mãe de bandido". Optamos, contudo, por tratar desse aspecto a partir das experiências juvenis, para não tornar o texto demasiado extenso.

# Autoconstrução

### 5.4.3. Autoconstrução

***Buscar forças em nós mesmas e aprender umas com as outras***

*Juthay Nogueira*[191]

Estou nas lutas sociais há cerca de 35 anos. Aprendi a lutar desde que nasci, me desconheço sem estar na luta. Vivi na pele muitas vulnerabilidades. Então, a luta por dignidade me toca muito, desde sempre.

No começo dos anos 2000, vim morar no Morro das Pedras e comecei a atuar junto a mulheres. Das ações iniciais, nasceram o projeto Romper e a Casa Acolher, em 2015. Trabalhamos para acolher mulheres em situação de violência (uma realidade horrível da nossa região, que trabalhamos muito para mudar), buscando fortalecê-las para que rompam o ciclo da violência; além de crianças e adolescentes. O que começou informalmente hoje é uma iniciativa que atende quase 100 crianças mais de 80 mulheres.

Fomos construindo as condições para fazer o trabalho enquanto já o realizávamos, e aprendendo durante o processo. Temos que encontrar forças para fazer as coisas por nós mesmas, porque só assim as coisas avançam aqui. Não podemos depender só do Estado, que sempre foi ausente, pois trata a favela como o esgoto da sociedade, infelizmente.

Também temos que aprender um jeito de fazer que seja próprio da nossa realidade, e isso só é possível dialogando com as pessoas. Não dá pra fazer ações junto à mulher da favela que está enfrentando violência, chegando com lição pronta, querendo ditar o que ela tem que fazer. Isso é desrespeitoso e não funciona. Tem que ouvir essa mulher, entender o que pega, discutir possibilidades junto com ela. É assim que trabalhamos.

Dessa forma, fomos aprendendo jeitos de fortalecer as meninas. E quando eu digo menina, é menina mesmo. Porque, quanto mais jovem, mais fácil fica para o abusador se impor. Mas se você pega essa menina e a fortalece, ela rompe o ciclo e vai longe. Porque a mulher favelada é forte – ela precisa ser. Então, nós temos que juntar forças com ela, porque há situações que não dá pra vencer sozinha.

Assim, as coisas vão fluindo e se tornando mais profundas. É como um rio que vai crescendo.

---

[191] Extraído de https://quandoolutoeluta.org.br/vivencia/juthay-nogueira/. Com o objetivo de síntese, o texto original foi editado pela autora da tese em parceria com Juthay Nogueira.

***Para honrar a história do filho, a mãe constrói um caminho de luta***

*Nivia Raposo*[192]

Quando a mãe de um jovem assassinado decide denunciar e lutar, ela se torna protagonista da própria luta: toma as rédeas da própria vida e constrói um caminho de luta que é só dela.

Um aspecto central desse protagonismo é o seguinte: eu é que sei falar sobre o meu filho que foi assassinado. Eu é que sei qual era o time dele, a cor de que ele gostava, além de mil outras características que eram só dele. A experiência inteira da minha vida se integra quando eu falo sobre quem é o meu filho Rodrigo. Eu jamais quis e daria tudo no mundo para não ter esse lugar de fala, mas a vida me lançou nele e eu sei que preciso ocupá-lo, para contar a história do meu filho como ela merece ser contada.

A mãe tem entranhado nela o conhecimento profundo sobre aquela pessoa assassinada, e ela busca nesse conhecimento o que há de mais precioso para levar para a luta. Então, ninguém pode tirar o lugar de quem tem que falar: os familiares de quem foi assassinado.

Além disso, nós, mães, temos muito a dizer nos debates sobre segurança pública. A destruição que essa segurança que está aí causou nas nossas vidas é prova cabal de que o nosso modelo de segurança pública é falido, é corrupto e é uma máquina de matar pessoas pretas e pobres.

Essa máquina de extermínio é alimentada pelo medo da violência e pelo racismo, que associa a pele preta e a periferia ao crime. A pessoa pobre e preta é considerada matável; quando morre, provavelmente era bandido, e afinal "bandido bom é bandido morto". Quem morre é criminalizado, e o assassino praticamente vira um herói.

Temos que criar estratégias para enfrentar essa desumanização do sujeito preto. Não adianta falar só de números. É preciso tirar, da pilha de números, os rostos, as histórias, a vida que pulsava ali; mostrar que ali havia pessoas que sorriam, choravam, tinham sonhos, amavam e eram amadas. Humanizar é o único caminho. A mãe que conta a história do filho e da dor de perdê-lo faz um apelo a essa humanidade.

---

[192] Extraído de https://quandoolutoeluta.org.br/vivencia/nivia-raposo/. Com o objetivo de síntese, o texto original foi editado pela autora da tese em parceria com Nivia Raposo.

***Artivismo, participação e emancipação***

*Bim Oyoko – Fabrício Tadeu de Paula*[193]

Uma das principais potências da geração que ocupa o Fórum das Juventudes atualmente é a conexão com as artes (e na poesia isso fica bastante evidente). Essa conexão tem dado a cara do que é o Fórum hoje, mas a arte e a cultura sempre foram decisivas. Fazem parte do nosso DNA e do nosso modo de fazer política.

É um modo de fazer baseado em processos criativos: criamos a nossa estética pra falar das violências e das opressões que vivemos. O Fórum tem juventudes ligadas a muitas linguagens: poesia, sarau, slam, música, grafite, dança, produção audiovisual... Já seria muito legal só juntar tudo isso e criar trocas, e fazemos isso, mas o que é incrível é que a gente elabora uma ação política que vem da criação artística, e com toda essa diversidade. Não é a ideia de uma performance artística pra "ilustrar" ou fechar algum evento. Não. A arte é o fio condutor de tudo.

Quando nos juntamos pra construir coletivamente as propostas das nossas ações, temos as linguagens artísticas como esse fio condutor, e vamos desenvolvendo algo que junta essas linguagens e que trabalha com o tema também. Assim, o que os e as jovens falam de suas experiências, as músicas, poesias e outras criações que trazem... tudo isso é conhecimento.

Pra mim, tem uma coisa muito especial nisso. Uma poesia minha que fale de uma violência que eu tenha vivido vem com dor, com emoção, com desespero às vezes, vem o que está engasgado; mas também às vezes vem alegria, vem humor. Estão ali o que eu vivo, o problema que a juventude negra como um todo vive, e tem um pouco do meu jeito também. E nós trocamos muito a partir da arte. Então, você passa a conhecer aquela pessoa e aquele grupo por um caminho que passa pela arte, pela sensibilidade e pela emoção.

Trabalhamos as questões a partir da arte, da sensibilidade, do que nos toca, do que nos move. E esses processos – que a gente vem chamando de artivismo (arte + ativismo) – têm uma grande potência como prática concreta de participação e emancipação.

---

[193] Extraído de https://quandoolutoeluta.org.br/vivencia/bim-oyoko. Com o objetivo de síntese, o texto original foi editado pela autora da tese em parceria com Bim Oyoko (Fabrício Tadeu de Paula).

**“Nada sobre nós sem nós” e “nós por nós”: lutas autoconstruídas**

“Ninguém ensina ninguém como criar, como dar o salto da gramática à poesia, da técnica às formas expressivas.” Com essa afirmação, Fayga Ostrower (2020, p. 31) quis dizer que a gramática, ou a dimensão técnica de uma linguagem, pode ser ensinada. Já o ato de criar formas expressivas é um caminho de vida que envolve sensibilidade, inteligência e imaginação; pensamentos, emoções, desejos e aspirações; experiências vividas e valores. O ato de criar formas expressivas – ou de extrair poesia da vida, nos termos de Audre Lorde e mesmo de John Dewey – é singular.

O direito de expressar-se a seu modo é, segundo Dennis Oliveira (2014), uma marca do ativismo que ganha corpo, hoje, nas periferias e nas lutas antirracistas construídas por negras e negros periféricos. Trata-se de um modo de ação política em que as classes subalternizadas criam espaços de expressão próprios, notadamente na cultura (no rap, no teatro de rua, na roda de samba, nos saraus) e na mídia (do grafite ao ciberativismo) – e, poderíamos acrescentar, em todos os contextos dos atos públicos.

Ao contrário do modelo tradicional da militância (palavra que, em sua etimologia, diz do agir do soldado), em que a ação política muitas vezes se restringe às disputas no âmbito institucional, a expressão pública se torna um importante eixo articulador desses movimentos, que se preocupam primordialmente em disseminar novas atitudes, que simbolizam certos valores.

Essa perspectiva se afasta das clássicas narrativas dos movimentos sociais da América Latina – que, segundo a socióloga gaúcha Ilse Scherer-Warren (2013, p. 17), calcadas “nas teorias de classe da tradição marxista e nos princípios discursivos da modernidade, enfatizavam tendências universalizantes para os comportamentos coletivos”. Ao colocar-se em guerra contra o capital, avalia, boa parte dos movimentos da esquerda brasileira tradicional acabou dando ênfase excessiva à esfera da política institucional como espaço de atuação e adotou estruturas hierárquicas rígidas.

No outro lado do pêndulo, estariam os *novos movimentos sociais*, que emergiram a partir dos anos 1970 e 1980 e reivindicaram descentralização e pluralização das lutas, a partir das perspectivas das diversas identidades, e defenderam a cultura, a arte e a sociabilidade como espaços da micropolítica a serem valorizados. Geralmente, as análises sociológicas desses movimentos indicam que eles seriam pouco efetivos em termos de construção de transformações, por negligenciarem dimensão institucional da luta política.

Não nos cabe aqui um aprofundamento no âmbito das teorias dos movimentos sociais. Mas cabe dizer que, assim como a socióloga gaúcha, não percebemos os

movimentos sociais contemporâneos apenas por esse enquadramento pendular. Scherer-Warren vê a emersão de uma política de experiências: a concentração do poder de fala nos detentores do poder político e da razão moderna é contestada. Os povos subalternizados estão levando suas experiências aos espaços públicos e exigindo que elas sejam reconhecidas e consideradas. Mas isso não significa ocupar uma posição de marginalidade na esfera pública.

Para a autora, há um ativismo em curso que assume a necessidade de agir no âmbito da institucionalidade, mas coloca-se a trabalho para a construção de uma pluralidade de arranjos institucionais. Esse mesmo ativismo vai além e compreende que um importante caminho de reverberação das lutas é compreendê-las na perspectiva planetária, articulando-se em redes nacionais e transnacionais preocupadas com determinadas questões de escala global (como as questões ecológicas, a defesa da diversidade, o enfrentamento ao racismo). Ela acredita que, por essas duas vias – uma institucionalidade definida em novos termos, mais plurais, e a articulação internacional – tais movimentos estão construindo caminhos para reverberar as lutas além do âmbito de suas localidades e comunidades.

Ilse conclui:

> É através de articulações em redes que os movimentos sociais vêm se empoderando, na medida em que aproximam e criam espaços interorganizacionais, de trocas materiais e simbólicas, comunicação e debate, entre as bases das ações coletivas (incluindo-se aí os espaços comunitários do cotidiano dos grupos subalternos), contando com a mediação de agentes políticos articulatórios (fóruns e redes interorganizacionais diversas), com a possibilidade de participação em mobilizações na esfera pública (marchas, protestos e campanhas), formando, assim, as redes de movimentos sociais.
> Nessa direção, as redes de movimentos contribuem para a ressignificação dos processos de colonização na América Latina e para a criação de significados em comum para a superação dos legados históricos opressores (SCHERER-WARREN, 2013, p. 28).

A combinação entre ações coletivas de base, arranjos interorganizacionais variados e tessitura de redes – e a possibilidade de construir mobilizações na esfera pública combinando essas três dimensões de ação – é um aspecto que se destaca no Fórum das Juventudes e na Rede Mães de Luta.

Como vimos no capítulo anterior, o Fórum tem uma ação que mescla um conjunto amplo de atividades com as juventudes dos mais diversos territórios, o diálogo com diversas dimensões institucionais e um modo de ação alicerçado na conexão em rede e com outras redes.

A Rede Mães de Luta, por sua vez, combina um cotidiano de compartilhamentos das mulheres da RMBH, colaborações com diversificados agentes e instituições, e tem, nas mulheres da rede nacional, que sempre se fazem presentes, o substrato de sua ação pública.

Vale destacar que, nessas duas redes, a lógica da institucionalidade como um lugar de cristalização, como escolha por um trânsito restrito à esfera do formal e do burocrático, cede lugar à percepção de uma possível diversidade de arranjos institucionais. Mães de Luta e Fórum das Juventudes transitam entre vários lugares e formatos institucionais, sem se fixar em nenhum. Esse nos parece um modo de lidar com a ameaça que a institucionalização, nos moldes mais tradicionais e duros, representa em termos de perda da autonomia, da plasticidade, da criatividade, do potencial de inovação. No entanto, a fluidez institucional, conforme já dissemos, pode significar precariedade em termos da estrutura necessária à ação. Equilibrando-se entre o rígido e o excessivamente fluido, essas coletividades buscam possibilidades de ação no século 21.

Apesar de todos os desafios, esses dois públicos tomam para si essa busca de um modo próprio de agir e de sustentar a ação. O primado desse modo de construir a mobilização social é o do "nada sobre nós sem nós": o público afirma que é dono da própria voz, conhecedor do próprio contexto e, finalmente, uma coletividade que tem a capacidade e o direito de assumir o protagonismo nos processos de construção de caminhos para a compreensão e o enfrentamento dos problemas que lhe afetam.

O lema de luta "nada de nós sem nós", a propósito, é uma herança dos movimentos das pessoas com deficiência. Foi adotado em 1986 por uma organização nacional de promoção dos direitos dessas pessoas na África do Sul e acabou por se tornar um apelo-síntese para diversos movimentos sociais, até os dias de hoje. O ativista James Charlton, no livro *Nothing About Us Without Us: Disability oppression and empowerment* (1998), indica que, ao adotar o lema, o movimento das pessoas com deficiência incorporou uma premissa central das lutas por libertação: a oposição, a um só tempo, ao silenciamento e ao controle, que são dois mecanismos fundamentais de opressão. Desse modo, o que se indica e se reivindica com a frase é que os sujeitos das lutas sociais têm plena capacidade de decidir e dizer, eles próprios, o que é melhor para as coletividades às quais pertencem.

O autor usa uma frase de outro ativista, Ed Roberts, para apontar um aprendizado fundamental dos movimentos civis, que confere importância ao slogan: "se aprendemos uma coisa com o movimento dos direitos civis nos EUA é que, quando os outros falam por você, você perde". (CAMERON, 1998, p. 3, tradução livre)

O que está em jogo, enfim, é uma mobilização coletiva que toma as rédeas da construção do conhecimento, da tomada de decisão e da vocalização da luta: uma mobilização autoconstruída.

A professora da UFMG Denise Morado (2016) explica que o termo autoconstrução,[194] para a Arquitetura, designa processos de construção e/ou reforma de moradia, muito comuns em contextos urbanos habitados por populações de baixa renda, em que os próprios moradores decidem construir suas habitações por conta própria, com seus próprios recursos. A autoconstrução é, portanto, a construção da casa por quem a habita; é um processo calcado nas escolhas possíveis dessas pessoas. Na autoconstrução, ressalta, não há um padrão de moradia boa ou ótima: há a moradia possível, criada pelas pessoas tendo em vista suas condições sociais, políticas e econômicas.

Nos anos 1990, o antropólogo norte-americano James Holston, numa pesquisa sobre práticas de autoconstrução de residências em periferias brasileiras, ampliou a conceituação da palavra autoconstrução, utilizando-a em referência a invenções, criadas por populações periféricas, para solucionar problemas práticos relacionados à precariedade de acesso a direitos – invenções que, para ele (HOLSTON, 2013, p. 401), escapam às lógicas do mercado e do Estado, ampliam subjetividades políticas e revigoram a experiência democrática.

Trazendo o conceito para o campo da nossa discussão, percebemos uma dinâmica de autoconstrução nas lutas das quais tratamos porque elas são coletividades que fazem absoluta questão do protagonismo nos processos decisórios sobre o rumo de sua ação e, ainda, em "arregaçar as mangas" e construir tanto um modo próprio de atuar – as metodologias de ação – quanto cada ação. Assumem – exigem –, ainda, o protagonismo na vocalização da luta.

---

[194] O tema da autoconstrução pode ser mais bem conhecido no livro de Denise Morado acima citado e, ainda, na revisão crítica do conceito feita pelo pesquisador espanhol Alberto Corsín Jiménez, em 2018. Jiménez (2018, p. 202) acredita que a autoconstrução pode ser uma metáfora capaz de fornecer uma sensibilidade conceitual interessante para a abordagem de experiências de populações subalternizadas, "emaranhados confusos de energias materiais, relações afetivas, capacidades políticas e criatividade social". No entanto, considera que a literatura sobre os movimentos urbanos contemporâneos tem um excessivo "estado de enamoramento com o informal, o enérgico e o autoconstruído".

Para além de autoconstruídas, essas redes são autoproduzidas – constroem-se principalmente a partir das suas próprias forças. Para elas, o que vale é o "nós por nós". Segundo resumiu a jornalista Flávia Oliveira,[195] "nós por nós" é lema dos povos negros e periféricos que, historicamente excluídos, sempre contaram só consigo mesmos – com as próprias forças – para enfrentar adversidades e desafios.

Estamos falando, por fim, de redes auto-organizadas – que têm um modo de organização que não segue padrões exógenos, nasce nas interações do grupo, e que buscam uma lógica descentralizada na tomada de decisões. A expressão-síntese, aqui, pode ser "é nóis", gíria muito comum, principalmente entre os jovens, que tem o sentido de "estamos juntos", "temos uma compreensão compartilhada em relação a isso". Indica também um cumprimento entusiasmado entre pares.

[195] OLIVEIRA, Flávia. O significado de 'nós por nós'. *O Globo*, 08 mai. 2020. Disponível em: https://oglobo.globo.com/opiniao/o-significado-do-nos-por-nos-24415860. Acesso em: 30 jan. 2022.

# Autopoiese

### 5.4.4. Autopoiese

***Morrer, renascer, reinventar, ressignificar, multiplicar: os ciclos da luta***

*Áurea Carolina de Freitas*[196]

Mesmo diante dos maiores retrocessos e de grandes dificuldades, não estamos à mercê das forças de destruição. Resistimos. Buscamos outros caminhos pra lutar, achamos brechas, nos reconstruímos. É assim em toda a história dos movimentos populares. No começo da década de 2010, o Fórum das Juventudes fez exatamente isso: voltou pro jogo, renasceu.

A gente compreendeu e aceitou os limites da ação política institucional e fez a escolha por um caminho diferente. Avalio que foi inteligente voltar nossas energias pra uma construção mais nossa. Até então, seguíamos uma agenda nacional de discussão de políticas públicas de juventude. E isso foi importante, gerou aprendizados. Formamos uma geração de aliados da juventude, de organizações juvenis. Mas depois veio um entendimento de que não adiantava continuar a insistir com os mesmos caras que estavam lá só sacaneando, que não tinham compromisso nenhum, que nunca iriam priorizar nossa agenda.

Batemos no teto. Mas foi importante o repertório institucional que construímos, até pra voltarmos com uma agenda nossa. A partir da crítica em relação a todo aquele processo, conseguimos estruturar o nosso conhecimento e as nossas demandas de uma maneira, eu diria assim, mais incorporada.

Naquele momento, ao direcionar nossa energia para um trabalho formativo com base nos princípios da educação popular e calcado nas artes e nas culturas juvenis, acredito que abrimos um caminho que mesclou expressão, criatividade e discussão política. É importante termos a discussão política no horizonte, para não nos equipararmos a um coletivo cultural que faz um sarau na quebrada, mas que não conecta aquela prática com uma discussão mais ampla de direitos, de integração das lutas. Acho que o Fórum conseguiu um caminho para isso, e multiplica essa perspectiva junto aos coletivos artísticos e culturais, além dos ativistas autônomos. O Fórum das Juventudes constrói possibilidades de debate e formação política nos mais variados contextos de luta.

---

[196] Extraído de https://quandoolutoeluta.org.br/vivencia/aurea-carolina-de-freitas/. Com o objetivo de síntese, o texto original foi editado pela autora da tese em parceria com Áurea Carolina de Freitas.

***Acolhida, endereçamento e contorno político para a dor***

*Cristiane Ribeiro*[197]

A Rede Mães de Luta é espaço de acolhimento e cuidado, especialmente com as mães que tiveram os filhos assassinados. Cada mulher dá um amparo enorme à outra. Mas eu vejo a exposição da dor, do sofrimento, da morte, ao mesmo tempo como uma necessidade e um desafio. Nos primeiros eventos, as mulheres escancaravam a dor de uma maneira visceral demais. Os relatos de puro horror tomavam completamente conta das reuniões, nem conseguíamos tratar das pautas práticas. Percebemos que seria preciso discernir os limites daquela exposição, dar um contorno político para aquele sofrimento. Aos poucos, fomos construindo, juntas, tal contorno.

Fomos compreendendo que o espaço tem que ser de acolhimento, mas também de endereçamento. Fomos percebendo que é muito necessário separar o que o coletivo dá conta e o que é caso para tratamento, para acompanhamento psicológico e/ou psiquiátrico, para atendimentos de serviços jurídicos e de assistência social. Muitas vezes, as mulheres que não passaram pelo sofrimento tão visceral da perda de filhos assassinados assumem o papel, nos encontros, tanto de lembrar da necessidade de que as conversas tenham um contorno político, quanto de ajudar na busca de tratamentos, de outros espaços que possam acolher as dores de cada uma.

Essa ação de escuta mútua é essencial, pois temos o desafio de achar o tom da abordagem dessas questões junto à sociedade. Afinal, estamos falando do que ninguém mais quer saber socialmente. As pessoas tentam se afastar o máximo possível de uma discussão sobre a morte de um filho – esse é um tema praticamente insuportável.

Então, temos aprendido, ensaiado formas de chegar mais perto com arte, com beleza... para que seja mais suportável para o outro escutar, entender, quem sabe acolher e se colocar ao lado também.

---

[197] Extraído de https://quandoolutoeluta.org.br/vivencia/cris-ribeiro/. Com o objetivo de síntese, o texto original foi editado pela autora da tese em parceria com Cristiane Ribeiro.

***Uma luta que amadurece e se transforma, sempre***

*Vanessa Beco*[198]

Na época em que o Fórum das Juventudes criou a campanha Juventudes contra Violência, ainda não se falava muito da pauta do genocídio. Essa foi uma discussão que amadureceu com o tempo. Ela foi se ampliando, fomos compreendendo melhor as questões e buscando as maneiras mais adequadas de abordá-las. Dessa forma, hoje, o genocídio tornou-se um tema central das pautas de debate e mobilização.

Ao longo do tempo, também houve mudanças nas formas do Fórum mobilizar e comunicar, o que é natural. A própria rede do Fórum foi mudando, com a presença maior de coletivos e ativistas autônomos. Ações culturais e mobilizações dos coletivos em suas comunidades cresceram em importância.

Em relação ao momento atual do Fórum, destaco um ponto de atenção. Há, atualmente, entre as juventudes, uma grande rejeição à ideia de participação política direta. Evidentemente, precisamos levar o debate das questões de interesse público a espaços variados, muito além dos formais. Mas a rejeição à dimensão institucional do debate político é um risco. Quando a sociedade civil não tem uma presença forte no debate político que se dá nas esferas institucionalizadas, legislações e políticas públicas de promoção dos direitos de cidadania para as populações mais vulneráveis estancam e/ou retrocedem. Infelizmente, vimos isso acontecer nos últimos anos, no Brasil.

Considero que há processos de deslegitimação e de fragilização dos espaços de debate público em curso que são cada vez mais preocupantes, não só no que diz respeito às juventudes. Há um agravamento de problemas como a desinformação, a dispersão e a desmobilização. Esses problemas nos convocam, como Fórum, a seguir investindo na construção de metodologias de mobilização das e dos jovens.

Sempre é tempo de se reinventar os espaços de debate e participação. Os modos de ver e de construir a ação política são dinâmicos. Mudar é natural e necessário para que o ativismo juvenil siga seu curso. A única coisa que considero essencial é a perspectiva da continuidade da luta pela transformação e pela ampliação das políticas públicas, abrangendo as mais variadas juventudes – dos contextos mais informais aos mais institucionalizados.

---

[198] Extraído de https://quandoolutoeluta.org.br/vivencia/vanessa-beco/. Com o objetivo de síntese, o texto original foi editado pela autora da tese em parceria com Vanessa Beco (nome artístico de Vanessa Cristina de Jesus).

***Plasticidade para acompanhar os fluxos da História***

*Juarez Dayrell*[199]

A caminhada do Fórum das Juventudes acontece a par e a passo com o próprio avanço dos movimentos juvenis. Se, de início, havia um caráter e uma ação homogênea em torno de uma juventude mais genérica, paulatinamente, múltiplos coletivos, surgidos nos anos 2010, foram ganhando força.

Os coletivos têm uma marca identitária forte e a cultura é um eixo estruturante e uma dimensão considerável da ação formativa que realizam. Eles fazem com que o movimento juvenil se pareça com movimentos, no plural: diferentes formas de organização que se articulam. No início do Fórum, nos articulávamos com ONGs e instituições. Isso foi mudando e, hoje, a articulação é de diferentes coletivos, que possuem diversas formas de inserção nas ações.

Isso expressa o próprio avanço do movimento juvenil, que se tornou reticular, muito mais alicerçado na base, pois os coletivos possuem, inclusive, uma identidade territorial, espalhada e enraizada em diferentes lugares. Outro movimento expressivo dos últimos anos é o dos coletivos ligados à produção poética: os saraus e slams de poesia, que criam agrupamentos muito significativos.

Então, avalio que essa fluidez do movimento das juventudes se espelha no Fórum, que teve plasticidade para acompanhá-la. Acho que essa leitura é muito interessante. Mostra que o Fórum não se enrijeceu enquanto instituição e é fluido, vai seguindo a fluidez do movimento. Se de um lado isso fragiliza, pois a dimensão institucional por vezes se dilui, de outro, permite acompanhar e articular muito mais com a própria realidade daqueles que se propõe defender, que são os próprios jovens.

Um dado interessante ligado a isso é que, na época de criação do Fórum, em 2004, havia outras redes em São Paulo, no Rio, além do Nordeste, e ainda uma articulação nacional. O Fórum, que eu saiba, é a única rede que se manteve até hoje. Penso que isso corresponde à trajetória com fluidez, que possibilitou mudanças de feições, de atuação e de formatos.

---

[199] Extraído de https://quandoolutoeluta.org.br/vivencia/juarez-dayrell/. Com o objetivo de síntese, o texto original foi editado pela autora da tese em parceria com Juarez Dayrell.

**Lutas autopoiéticas**

Na dinâmica das duas redes, como vimos, a luta é uma construção contínua, que se configura ao longo das interações. A luta é, enfim, autopoiética. Palavra, cara aos biólogos chilenos Humberto Maturana e Francisco Varela, que reúne os termos gregos *auto* (própria) e *poiesis* (produção), a autopoiese é a dinâmica do ser vivo, que se autoproduz e se recria a cada instante, nas trocas que estabelece com o meio que o circunda. A autopoiese é sinônimo de agir em congruência com o contexto de interações no qual se vive, transformar-se para manter tal congruência, e também incidir em tal contexto, transformando-o (cf MATURANA e VARELA, 2011, p. 52).

O ato de mobilizar, para as Mães de Luta e para as juventudes, é absolutamente próprio e singular. Essas duas redes experimentam os recursos expressivos a seu modo, recusam os moldes das institucionalidades tradicionais e partem para construções plurais, inusitadas e, por vezes, imperfeitas. Escolhem construir, com suas próprias mãos e suas próprias forças, os lugares que habitam, o chão em que pisam. E fazem da plasticidade, da capacidade de se inventar e se reinventar no fluir das interações, a grande potência que lhes garante a vida.

Essas duas redes nos remetem à poesia de que nos fala Manoel de Barros:

> No descomeço era o verbo.
> Só depois é que veio o delírio do verbo.
> O delírio do verbo estava no começo, lá onde a
> criança diz: *Eu escuto a cor dos passarinhos*.
> A criança não sabe que o verbo escutar não funciona
> para cor, mas para som.
> Então se a criança muda a função de um verbo,
> ele delira. E pois.
> Em poesia que e voz de poeta, que e a voz de fazer
> nascimentos –
> O verbo tem que pegar delírio.
> BARROS, 2010, p. 301.

Poesia é exercício da voz própria do poeta. É subverter a ordenação e a lógica do mundo, quando essa ordenação e essa lógica silenciam a voz de poeta: a voz de fazer nascimentos. É insensatez, delírio. É ousar inventar e experimentar, de um modo próprio, um mundo que ainda não existe e nem tem nome. Portanto, mobilizar, para o Fórum das Juventudes e para a Rede Mães de Luta, é ato de pura poesia.

# Ato político

## 5.5. Ato político

***Meu corpo é político: sou preto***

*Bim Oyoko – Fabrício Tadeu de Paula* [200]

O Fórum das Juventudes tem um papel articulador e formador importantíssimo para os coletivos juvenis de ativismo na arte, na cultura e na defesa de direitos. O coletivo de poesia Nosso Sarau, de Sarzedo, do qual faço parte, é um exemplo disso. A partir da participação no Fórum, pautas que intuíamos ou tratávamos no improviso se consolidaram: ele nos deu referências.

Outra força que destaco no Fórum é a articulação de um cotidiano de cuidados que circulam entre nós. Somos uma rede afetuosa e de cuidado. Isso em si é uma afirmação política numa sociedade que não tem empatia e nega qualquer afeto ou consideração pela vida dos jovens pretos.

Nossos corpos, na verdade, são considerados matáveis. Por isso, a luta passa pelo nosso corpo. E as linguagens artísticas das juventudes sempre têm uma poesia que passa pela expressão do corpo. Não tem nada mais político que o corpo. Meu corpo é político: sou preto. Meu corpo já vem com um alvo, por conta dele eu tive e tenho que sobreviver a muitas estatísticas. E eu não quero só sobreviver. Eu quero a vida. Querer a leveza, querer o lúdico, também é político – e defender isso é mais uma luta.

A arte é uma importante via para a expressão desse corpo que é político, bem como para provocar, articular e difundir debates políticos. A cidade nos reconhece pela potência das nossas intervenções artísticas – pelos oKupas, que são um grande mosaico de arte das juventudes; pelas nossas intervenções nos espaços institucionais, que quase sempre marcam um posicionamento político a partir de uma poesia recitada, uma performance, uma intervenção visual, um sarau.

O João Paiva[201] diz que somos mais que resistência: somos rexistência. Nossa luta não é só cair e se levantar. Nas atividades potentes do Fórum, a gente se reinventa. Vou me aprendendo o tempo todo. Somos construção, desconstrução, reconstrução.

---

[200] Extraído de https://quandoolutoeluta.org.br/vivencia/bim-oyoko. Com o objetivo de síntese, o texto original foi editado pela autora da tese em parceria com Bim Oyoko (Fabrício Tadeu de Paula).

[201] Poeta, MC, slammer e professor da rede pública de ensino de Minas Gerais. Mais informações podem ser obtidas no perfil de Instagram @joaopaivamc.

***Mulheres contra a desumanização do corpo preto assassinado***

*Benilda Brito*[202]

Nossas lutas precisam se conectar e construir caminhos de fortalecimento mútuo porque o genocídio da juventude negra só vem se agravando, com base em algo terrível: a banalização do extermínio dessas vidas humanas.

A polícia e as milícias vão na favela e matam sem o menor constrangimento. E, quando as pessoas percebem que é um corpo preto ali morto, há uma banalização muito grande. O que temos feito é a conscientização de que não é só o assassinato que é uma violência. Essa naturalização das mortes, essa desumanização do corpo preto assassinado, é uma violência enorme também. Temos tentado chamar a atenção para isso. As pessoas justificam que quem morreu parecia bandido, então tinha mais é que morrer. Isso é uma violência imensa, que age para justificar o que é injustificável. Então, o que fazemos é continuar, incansavelmente, denunciando o racismo que dá sustentação ao genocídio.

O trabalho da Rede Mães de Luta incide nessa questão. Assim como vários outros movimentos – inclusive movimentos da própria juventude –, desvela a associação entre racismo e genocídio, para que o tema não caia na vala comum que se tornou o debate da segurança pública.

O nosso corpo preto está sempre em ameaça. Nós, mulheres pretas, morremos de medo da polícia, do que pode acontecer com os nossos filhos, de alguém roubar por perto, do carro forte quando está trocando dinheiro na porta do banco. Tememos muitas coisas, e isso provoca uma tensão que é contínua e muito intensa. As redes que, como as Mães de Luta, trabalham para dar visibilidade às violências do Estado, agem no coração do problema. A visibilidade abre possibilidades para diminuir um pouco a violência. A certeza da impunidade encoraja os agressores. É por causa de lutas como essa que os autos de resistência ("achei que ia atirar, então eu atirei antes"), antes tidos como inquestionáveis, absolutamente banalizados, são, hoje, cada vez mais denunciados. Sempre há quem conteste, denuncie, lute.

---

[202] Extraído de https://quandoolutoeluta.org.br/vivencia/benilda-brito/. Com o objetivo de síntese, o texto original foi editado pela autora da tese em parceria com Benilda Regina de Paiva Brito.

***Fiz meu giro decolonial para sulear as ideias e desvelar o racismo***

*Nivia Raposo*[203]

Quando assassinaram o meu filho, eu fui atingida abruptamente pela máquina de morte que são as milícias do Rio de Janeiro. Logo depois que ele morreu, eu ficava me perguntando: "meu Deus, por que eu? Onde foi que eu errei?". Depois, veio a revolta: eu havia dado tudo de mim na criação dos meus filhos e criado eles direitinho, pra um deles ser morto daquele jeito brutal. É muito injusto! Senti muita raiva. Tanta raiva que, às vezes, foi o ódio que me manteve de pé.

Tive medo no começo, mas não me curvei ao medo e decidi levar a minha denúncia à justiça e às entidades da luta contra a violência do Estado e da milícia. Ao longo do percurso, aprendi muita coisa, fiz o meu giro decolonial, e hoje tenho outra cabeça. Não me norteio mais como os cartesianos, agora eu me suleio… vou suleando as ideias.

Suleando, eu compreendi, por exemplo, que o fato de o meu filho assassinado ser negro não é por acaso. Entendi o quanto o racismo nos coloca em risco de morte. Concluí que nós, pretas e pretos, não temos paz.

Frente a tudo o que vi, não havia outro caminho senão me envolver cada vez mais com a luta. Fui conhecendo cada vez mais pessoas e movimentos, e denunciando o assassinato do meu filho em todos os lugares. Foi assim que conheci pesquisadores dos movimentos sociais e fui convidada a participar do documentário *Nossos mortos têm voz*, que trata dos assassinatos e chacinas cometidos pelas milícias na Baixada Fluminense.

A partir do documentário, eu e as outras participantes começamos a fazer uma incidência mais direta na Baixada. Então, no meio do caminho, nos tornamos uma rede de mães, e essa rede vem crescendo e se fortalecendo. Fazemos atos de denúncia, vamos à mídia, nos apoiamos umas às outras.

Desde 2018, percorremos vários lugares, fazendo lançamentos do documentário. Divulgar o filme é importante para nós porque dá grande destaque às histórias das mulheres e dos filhos delas que foram assassinados. O maior objetivo da nossa luta é mostrar essas histórias para o mundo.

---

[203] Extraído de https://quandoolutoeluta.org.br/vivencia/nivia-raposo/. Com o objetivo de síntese, o texto original foi editado pela autora da tese em parceria com Nivia Raposo.

**O ato político**

Para jovens e para as mães, a performance em público é uma experiência de agir e aparecer que ao mesmo tempo encarna e reivindica o direito à vida. Elas e eles reivindicam – na performance e ao performar – uma identidade, inscrita no campo da cidadania, que lhes é negada.

Num livro em que apresenta e faz uma análise crítica do pensamento de Judith Butler, Sarah Salih (2016) nos explica que um aspecto central da obra da filósofa norte-americana é a compreensão de que a identidade não é algo autoevidente e fixo. É uma construção permanente, que se dá na linguagem e no discurso. Identidades, portanto, não são essências: elas são sempre performadas – se configuram no nosso agir. O sujeito se constitui ao agir, não preexiste à ação.

Essa proposição de Butler tem um potencial de subversão política, afirma Salih, porque indica que é possível desestabilizar e desconstruir as identidades que o discurso hegemônico (os enunciados reguladores do mundo, ligados a determinada matriz de poder) ditam como normais, naturais, aceitáveis. Afinal, se entendemos que as identidades são construídas, que o sujeito não é uma entidade dada, uma essência, podemos pensar "que as identidades podem ser *re*construídas sob formas que desafiem e subvertam estruturas de poder preexistentes" (SALIH, 2016, p. 19).

Dito de uma forma mais próxima do nosso agir cotidiano: em nossos gestos, falas e comportamentos, somos interpelados a repetir o que está instituído pela norma vigente (a performar o que é imposto pelo discurso hegemônico). Mas os atos de fala e os atos corporais não estão condenados a ser mera reiteração do discurso hegemônico. Eles podem romper com a norma e abrir caminho à irrupção de novas possibilidades de existência.

Ou seja, para Judith Butler, a performatividade que reitera o padrão instituído, que é assujeitamento à norma e à nomeação que ela impõe, não é uma sina. Algo inadvertido e inesperado pode acontecer: a norma pode ser recusada, instaurando uma ruptura ou desvio dos padrões mecânicos de repetição, "ressignificando e, algumas vezes, energicamente quebrando" as correntes da normatividade (BUTLER, 2018, p. 71).

Outra importante afirmação de Butler é a de que o agir – ou, se quisermos, a performance – que rompe com a normatividade vigente tem sua potência amplificada quando faz parte de um agir coletivo. Quando é o agir de corpos que, em aliança, encarnam na cena pública os modos de ser que reivindicam como válidos e os princípios democráticos pelos quais lutam. Trata-se de uma ação performativa coletiva que pratica

e reivindica um novo modo de vida, que representa os próprios princípios que busca tornar viáveis na vida social. A "reunião daqueles que não são passíveis de luto no espaço público" (*idem*, p. 238) é, portanto, essencial para evidenciar que é possível a reconfiguração da ideia da vida passível de luto e, mais além, das relações de poder que se dão no espaço público e que ditam quais vidas são e quais não são valiosas e enlutáveis.

Associamos essas considerações de Butler à discussão sobre a partilha do sensível feita por Jacques Rancière (2009). Ele conceitua partilha do sensível como um sistema de evidências sensíveis compartilhadas pela sociedade, que indica quem pode ou não participar do comum, quem tem ou não competência para ser ou não visível e dotado de palavra no espaço comum (RANCIÈRE, 2009).

O filósofo francês conceitua como política a ação que produz uma ruptura na partilha do sensível que está dada. E ele afirma que tal ruptura é provocada exatamente por aqueles que não têm lugar na ordem já estabelecida das coisas, que não estão considerados na partilha do sensível.

Rancière indica que, na produção dessa ruptura, o sujeito que se faz contar como interlocutor legítimo precisa criar uma singular cena de argumentação: ele deve agir *como se* estivesse num mundo em que a argumentação fosse possível a todas as pessoas. O que, lembra o autor, "é eminentemente razoável e eminentemente desarrazoado, eminentemente comportado e eminentemente subversivo, já que esse mundo não existe" (*idem*, p. 63).

Trata-se da cena de dissenso, uma cena performática em que é preciso "produzir ao mesmo tempo a argumentação e a cena em que ela deve ser entendida, o objeto da discussão e o mundo em que figura como objeto" (*ibidem,* p. 67). Nessa cena, que mira uma reconfiguração da partilha do sensível, os sujeitos emergem.

Como bem lembram Marques e Prado (2018, p. 137), sujeitos não existem antes da política, mas passam a existir por meio da política, da linguagem e das cenas dissensuais. Cenas nas quais, segundo os autores,

> Os sujeitos podem experimentar a política como processo de criação de formas dissensuais de expressão e comunicação que inventam modos de ser, ver e dizer, configurando novos sujeitos e novas formas de enunciação coletiva. As cenas remetem à invenção de novas visualidades e interlocuções nas quais se inscreve a palavra do sujeito falante e nas quais esse próprio sujeito se desenvolve de maneira performática, desidentificando-se de um tipo de identidade que o aprisiona a determinados estatutos sociais (*idem*, p. 139).

É nessa perspectiva de construção da política como um processo de experimentação de outros mundos possíveis – do inédito-viável de que nos fala Paulo Freire – que as juventudes e as Mães de Luta agem. "Nós estamos aqui para parir uma nova sociedade",[204] afirma Débora Silva. "Queremos pulsar formas criativas de fazer política e experimentar possibilidades de reinvenção",[205] afirmam os integrantes do Fórum das Juventudes na cartilha *Fazendo Junt@s*. Essas duas redes aceitaram o convite de Paulo Freire (2011) a recriar, ao invés de repetir o mundo.

Ao recusar o modelo bancário, de reprodução passiva da ordem vigente, as juventudes e as Mães de Luta se lançam a um exercício constante de problematização da realidade, a um caminho de questionamentos e trocas capaz de desnaturalizar as opressões. E, uma vez problematizadas, tais opressões emergem como construções históricas e sociais, e não como coisas dadas; não são mais tidas como imutáveis.

Os sujeitos, nessa perspectiva problematizadora, deixam de ser objetos de um mundo dado para se perceberem pessoas capazes de fazer e refazer coisas, de transformar a realidade. Freire nos ensina que, ao se voltarem criticamente para as experiências passadas e presentes, os sujeitos podem se dar conta de que o mundo não é "um beco sem saída, uma condição intransponível que os esmaga". (FREIRE, 2019, p 113)

Na prática de reflexão-ação, o conhecimento deixa de ser algo externo aos sujeitos para se constituir em algo que eles constroem ativamente. (FREIRE, 1987; 2019; 2021) Assim, na perspectiva freireana, a educação (que aqui tomamos na acepção ampla de construção de compreensões sobre a vida e o vivido) "é comunicação, é diálogo, na medida em que não é a transferência de um saber, mas um encontro de sujeitos interlocutores que buscam a significação dos significados". (FREIRE, 2019, p. 89)

Por entendê-la como espaço da construção da leitura crítica do mundo, a partir da qual os sujeitos se veem como agentes capazes de transformar a história, Freire entendia a educação, enfim, "como um ato político e um ato de conhecimento e, por isso mesmo, um ato criador". (2021, p. 23)

---

[204] GERALDO, Nathália. Débora, do Mães de Maio, luta por memória: "Meu filho morreu por ser preto". *Portal Geledés*, 12 mai. 2020. Disponível em: https://www.geledes.org.br/debora-do-maes-de-maio-luta-por-memoria-meu-filho-morreu-por-ser-preto/. Acesso em: 23 fev 2023.

[205] FÓRUM DAS JUVENTUDES DA GRANDE BH, 2016, encarte.

# Atos do luto à luta

## 5.6. Atos do luto à luta

***Deslocamento da dor, deslocamentos pela cidade: modos de fazer política***

*Alga Marina Silva*[206]

Ter no Fórum um espaço de acolhida e escuta é essencial porque, ao compartilhar experiências de violência e sofrimento, é possível mudar de posição. Ou aos poucos a dor é que se muda de lugar dentro da gente, sai das sombras.

Isso acontece, por exemplo, no caso de uma jovem que sofre uma violência sexual. Além da violência em si, ela geralmente enfrenta uma segunda violência, que é a culpabilização da vítima, tão comum em nossa sociedade. Mas quando compartilha com outras mulheres, quando ouve relatos de violências parecidas, acontecendo independentemente das circunstâncias, quando as meninas mais envolvidas com a luta feminista problematizam, trazendo discussões sobre a cultura do estupro no contexto da sociedade patriarcal e machista, aquele sofrimento sai do lugar só do escondido, da vergonha e do pavor. Vira raiva, vira vontade de proteger outras mulheres, de evitar que também passem por aquilo... Ele vira indignação: ódio, repulsa e não aceitação da injustiça.

E há ainda uma experiência de deslocamento literal. No Fórum, os jovens e as jovens aprendem que têm direito à cidade e, também, se deslocam pela cidade, ocupando lugares que normalmente não são para a juventude negra e de favela. Assim, por mais que ainda estejamos longe de transformar a sociedade como um todo, talvez a presença dessas juventudes em determinados espaços, em si, seja a nossa grande ação comunicativa.

Ocupar, palavra tão fundamental pro Fórum, tem a ver com uma presença que, por si só, afirma: esse espaço aqui (a praça, o centro cultural, o equipamento público, a câmara municipal, a assembleia legislativa, o espaço acadêmico) vai ter que ser mais democrático agora, porque estamos aqui e vamos exercer nosso direito de circular e de nos expressar. Acho que possibilitar esse deslocamento, e assegurar a presença das juventudes nesses espaços que não foram feitos para ela, talvez sejam as coisas mais importantes que realizamos em termos de mobilização social.

---

[206] Extraído de https://quandoolutoeluta.org.br/vivencia/alga-marina-silva/. Com o objetivo de síntese, o texto original foi editado pela autora da tese em parceria com Alga Marina Silva.

***A necessária travessia do luto à luta***

*Bárbara Afonso*[207]

O nome da rede – Mães de Luta – sinaliza a busca por uma saída política e subjetiva para o sofrimento, indica que subjetividade e luta política se entrelaçam.

Compartilhar dores é fundamental, mas é preciso ir além, de modo que o grupo não fique aprisionado na desolação frente à morte. É preciso transformar dor em luta.

Isso exige atenção do grupo, pois as falas compartilhadas são muito dolorosas, e há o risco de uma ir reforçando e amplificando a outra, o que pode levar a uma situação em que, o tempo todo, umas estão chorando e outras consolando. Se os encontros giram só em torno disso, vai ficando pesado, desanima. O discurso se fecha, remete ao impossível. Para não cair nisso, é preciso pensar coletivamente no que fazer para fortalecer a vida.

Ir do luto à luta é, ainda, não se fechar e sofrer isoladamente; é a busca por romper com o isolamento que a dor, muitas vezes, impõe; direcionar a energia da dor ao coletivo.

Enfim, lidar com a dor é delicado. Um exemplo é a obra Chorar os Filhos. Ela é um símbolo muito importante da luta, mas é preciso um cuidado para evitar um apego excessivo das mulheres a tal obra, pois ela é um vestido da morte. Se as mulheres só se associarem à imagem desse vestido, se colocarão numa posição muito mortificada. É preciso ter o manejo entre a necessidade de levar toda a simbologia da dor aos atos públicos e a necessidade, ligada à saúde psíquica das mulheres, de que elas se afastem um pouco desses símbolos e busquem outros elementos de sentido, que afirmem a vida, bem como atividades nessa direção.

Mas destaco que as falas surgidas nos encontros das Mães de Luta trazem a consciência da injustiça, que é o ponto que impulsiona a luta: a Justiça não olha para nós? Como faremos para que a justiça nos enxergue? Vamos escrever uma carta para a Justiça!

O corpo não pode paralisar frente à dor. Precisa retomar o movimento, voltar a circular. Então, juntas, na Rede, as mulheres buscam modos de sair da imobilidade diante da dor.

---

[207] Extraído de https://quandoolutoeluta.org.br/vivencia/barbara-de-faria-afonso/. Com o objetivo de síntese, o texto original foi editado pela autora da tese em parceria com Bárbara de Faria Afonso.

***Corpos negros jovens em movimento para deixar de ser alvo do genocídio***

*Viviane Coelho Moreira*[208]

A lida com a corporeidade é uma preciosidade do Fórum das Juventudes. Tendo em vista que os corpos juvenis pretos são corpos em transição e que também são corpos muito estigmatizados, o trabalho do Fórum das Juventudes precisa abarcar a corporeidade. E isso acontece: há uma busca por criar possibilidades pra que esses corpos operem na sociedade de forma diferente do que se espera, e para que, a partir da diferença em que esses corpos juvenis passam a operar, surjam resultados diferentes pras juventudes, no sentido do acesso a direitos e do acesso à dignidade de vida.

Então, o trabalho do Fórum está repleto de manifestações das corporeidades; passa por construções corporais afetivas. Afinal, os corpos pretos são vitimados cotidianamente pela necropolítica; é preciso que eles tenham oportunidades diferentes de se movimentar, para deixarem de ser alvo do genocídio. E o Fórum, por proporcionar espaços de diálogo, de expressão artístico-cultural, de interação e comunicação, possibilita que esses corpos se movimentem e se manifestem na cidade de forma diferente, acreditando que essa movimentação diferenciada, realizada por esses corpos pretos e periféricos, pode trazer qualidade de vida e dignidade pras juventudes.

Eu considero que o trabalho intenso com a corporeidade é uma coisa muito importante do processo mobilizatório do Fórum. E eu penso muito a corporeidade como uma complementação do movimento corporal. Ela diz das ações que o corpo, como um organismo sistêmico, faz: do pensamento, do toque, da fala, do movimento, do andar, do parar. Há toda uma expressividade sistêmica do corpo que, realizada coletivamente com outros corpos, cria uma dinâmica muito diferente de incidência na cidade. Então, pra mim, o Fórum das Juventudes tem um trabalho que passa pelo corpo como um todo, e por corpos coletivamente, em prol de corpos que são muito estigmatizados e muito vitimados, que são os corpos juvenis, sobretudo os da juventude preta de quebrada.

---

[208] Extraído de https://quandoolutoeluta.org.br/vivencia/forum-vivi-coelho/. Com o objetivo de síntese, o texto original foi editado pela autora da tese em parceria com Viviane Coelho Moreira.

***Redes de cuidado e escuta para a mulher resistir, apesar da dor***

*Benilda Brito*[209]

Acolhimento, cuidado e escuta de traumas gerando uma rede de cuidado para fortalecer as mães que perderam filhos assassinados. Esse é o fazer da Rede Mães de Luta, do Minha Mãe não Dorme enquanto eu não Chegar (projeto de apoio a mulheres no enfrentamento ao genocídio da juventude negra que criei no Odara – Instituto da Mulher Negra, em Salvador – Bahia), e de tantas outras redes de mulheres.

A escuta coletiva é fundamental nesses movimentos. A preciosidade desse tipo de ação está nos momentos em que a mulher consegue dizer sobre as dores para a outra, se fortalecer na outra; em que ela percebe que não está sozinha e, ao longo das trocas com as demais, vai criando caminhos para conseguir resistir, apesar de toda a dor.

Como essas redes são fundadas no acolhimento e na escuta, cada grupo de mulheres, de cada território, encontra um caminho próprio para estabelecer conversas, conceber formações, desenvolver as ações.

O acolhimento tem um forte efeito nas vidas dessas mulheres porque gera um fortalecimento pessoal, articulado à coletividade. Quando uma mãe perde o filho, geralmente, o marido também vai embora e ela fica sozinha. Existe uma culpabilização muito grande pelos homens. Elas ouvem deles coisas como: "É seu filho! Você que não criou o seu filho direito". É uma relação machista, misógina, racista, patriarcal. Então, além da dor de perder o filho, vem a dor da solidão.

A maternagem preta é muito solitária. É uma solidão muito cruel, difícil, em que precisamos dar respostas que não temos. Estar em grupo possibilita contornar isso. Em termos de uma esfera individual, de fortalecimento, de empoderamento e de busca por alternativas, estar em grupo é muito importante.

O fortalecimento coletivo e a busca de alternativas as ajudam demais. É o que faz uma conseguir ficar de pé diante da outra. O cuidado mútuo é uma perspectiva enraizada no povo preto, na nossa raça. Faz parte do afro-centrismo: uma forma de bem viver em que uma se preocupa com a outra.

---

[209] Extraído de https://quandoolutoeluta.org.br/vivencia/benilda-brito/. Com o objetivo de síntese, o texto original foi editado pela autora da tese em parceria com Benilda Regina de Paiva Brito.

***Quando uma cai, já deixou a semente***

*Débora Silva*[210]

Num movimento como o nosso, que bate de frente com esse sistema que é uma máquina de moer gente, muitas ficam pelo caminho. Mas a gente também sabe que, quando uma cai, já deixou a semente.

Acreditamos muito em semear a luta por todos os lugares. Foi assim com a Kaká. Quando a conheci, e vi todo o desespero dela diante do assassinato do filho no sistema prisional de Minas Gerais, a acolhi nos nossos atos e busquei caminhar o tempo todo ao lado dela, dando apoio. Mas eu sempre dizia: "Kaká, você tem que construir essa luta na sua cidade, também".

A Kaká perdeu o filho em 2014 e tinha muita dificuldade na busca por justiça. Não conseguia mobilizar outras mulheres, pois a maioria tem medo, se esconde. Mas ela nunca desistiu, até que encontrou as mulheres da Rede Mães de Luta, que apoiaram ela na criação, finalmente, das Mães de Maio Minas, em 2019. Uma vez, eu li num texto do Marighella, a frase "a luta perdida é a luta que a gente desiste". A Kaká provou que ele estava certo.

O caso da Kaká exemplifica uma de nossas táticas: formar e espalhar multiplicadoras. Tentamos acolher sempre e não deixar nenhuma desistir, porque precisamos que em cada território haja mulheres defendendo a bandeira da luta contra a violência do Estado. E acreditamos que a mulher, ao ser protagonista em seu território defendendo essa luta, cria um escudo, se fortalece para não se curvar. A gente diz: "não é porque tu perdeu o teu filho que tu vai se curvar para o Estado ou então cair para dentro de uma igreja para ser escrava do pastor".

Eu busco conversar muito com cada mulher que espalha a luta. Sou brava, às vezes brigo, mas é sempre com amor. O que eu quero é que elas não fiquem só na dor, que busquem justiça. Buscar justiça traz um propósito novo e isso é transformador. Quando a gente multiplica o Movimento Mães de Maio a partir do trabalho de outras mulheres como a Kaká, a gente não quer estátua nem clone, a gente quer a transformação.

---

[210] Extraído de https://quandoolutoeluta.org.br/vivencia/debora-silva/. Com o objetivo de síntese, o texto original foi editado pela autora da tese em parceria com Débora Silva.

***Mães de Luta: espaço de acolhida vital para as mulheres***

*Dona Tereza*[211]

Estou à frente do Grupo de Amigos e Familiares de Pessoas em Privação de Liberdade há mais de 15 anos. Então, quando alguém me liga e fala "Dona Tereza, o alvará do meu filho deu impedimento", eu sei como ajudar essa pessoa, eu sei buscar uma solução. Se uma mãe me pede que ajude porque o filho foi preso, é a mesma coisa: eu sei o que pode ser feito, eu sei como orientá-la.

Mas, quando uma mãe me liga e fala "meu filho morreu", eu perco o chão. Eu não sei o que dizer para ela. Não consigo ver nada que possa ser feito. Infelizmente, vivi essa questão estando do outro lado, também. Um filho meu foi assassinado ao tentar ajudar uma mulher vítima de violência doméstica. Quando isso aconteceu, eu percebi que não há mesmo nada que possa ser dito a quem está nessa situação. Quando aquele horror aconteceu comigo, nada que falavam pra mim servia. Eu só queria ele vivo, sabe? Eu só queria ele.

Então, eu penso que, se a gente não dá conta de lidar com determinada dor, com determinada angústia, a gente precisa se juntar a um grupo em que seja possível colocar aquela angústia pra fora de algum jeito, pra achar um jeito de lidar com aquilo que nos dilacera. Sabe por quê? Porque, se você não tiver alguém pra te amparar, você acaba se isolando e, no isolamento, a depressão acaba tomando conta, pois é dor demais, não tem como lidar com tanta dor sozinha.

E essas mães precisam de muito apoio, também, porque têm muito medo de denunciar. Uma mãe que perde um filho para o braço armado do Estado se sente muito intimidada, pois sabe que, caso denuncie, pode acontecer algo com algum outro filho dela. Para piorar, essa mãe sabe que, por mais que lute, há um grande risco de o caso do assassinato do filho dela não dar em nada.

Por tudo isso, a Rede Mães de Luta precisa crescer, e tenho muita esperança de que ela cresça. Eu sei que é muito difícil mobilizar as pessoas e conseguir recursos, mas essa luta precisa seguir. Esse movimento significa uma acolhida vital para as mulheres.

---

[211] Extraído de https://quandoolutoeluta.org.br/vivencia/dona-tereza/. Com o objetivo de síntese, o texto original foi editado pela autora da tese em parceria com Maria Tereza dos Santos.

**Acolhimento, espalhamento e deslocamento**

Na literatura dos estudos da comunicação para a mobilização social, aprendemos que o principal elemento que alicerça o processo de mobilização social é o vínculo: vincular públicos à causa de interesse público que se postula é fundamental para que as lutas aconteçam (HENRIQUES, 2004; HENRIQUES, BRAGA e MAFRA, 2004; CALDEIRA, 2017; HENRIQUES e PIMENTA, 2019; LIMA, SÃO PEDRO e FARIA, 2022; SILVA e HENRIQUES, 2022).

Os níveis de vinculação variam dos mais efêmeros e voláteis – como o vínculo de mera proximidade espacial, ou daquela pessoa que conhece superficialmente determinada mobilização – aos mais densos e estruturantes, como os da corresponsabilidade, que acontece quando um sujeito ou público se sente corresponsável pela construção da luta, e o de vinculação institucional.

No processo de luta política, portanto, são essenciais as ações de acolhimento, que dizem respeito à construção da vinculação afetiva entre os sujeitos da mobilização e entre eles e a causa, e de multiplicação, que dizem respeito a formar pessoas capazes de levar a luta a mais públicos, assegurando mais aliados.

O cuidado com os vínculos afetivos, a preocupação com a ação formativa e multiplicadora são, pois, essenciais à luta política. Acolhimento e afetuosidade, como já discutimos, são elementos que têm um papel ainda mais importante nas redes que aqui estudamos, dada a intensidade emocional das experiências envolvidas. Mas o que queremos ressaltar aqui é que eles são imprescindíveis a qualquer processo de mobilização social – por conseguinte, à luta política.

Outro elemento central à ação política é a problematização, já discutida a partir de Cefaï (2013). Ela abarca todos os tipos de atividades voltadas a desestabilizar os sentidos instituídos e à proposição de novos sentidos. A essa ação problematizadora podemos chamar, também, de deslocamento.

Outro viés da problematização, que em seção anterior do texto discutimos a partir de Paulo Freire, é o da ressignificação: nas interações que se dão num processo mobilizador, o sujeito ou a coletividade deixam de enxergar a realidade social como algo dado e passam a percebê-la como um problema, como objeto de indagação. Assim, a percepção do próprio sujeito ou coletividade muda – por exemplo: o que era visto como fatalidade passa a ser compreendido como opressão. Assim, mudam também os posicionamentos e as ações desse sujeito ou coletividade, e abre-se o caminho da luta por mudança social.

**Ocupação do espaço público**

***Nós somos mães e vamos entrar! + oKupar os direitos.***[212] Retomo aqui um acontecimento que me impactou muito, e que também é destacado como muito marcante pelas integrantes da Rede Mães de Luta: o ato do dia 2 de outubro de 2019. Naquele dia, eu estava junto com as mulheres que formaram um cortejo pela Assembleia Legislativa de MG, rumo ao setor específico onde seria protocolado o projeto de lei de criação da Semana das Vítimas da Violência do Estado de Minas Gerais. Quando o nosso cortejo chegou à portaria principal, um segurança nos barrou. Nos disse que não poderíamos entrar, pois deveríamos ter realizado um cadastro com um dia de antecedência. Imediatamente, Débora Silva respondeu: "Nós vamos entrar porque somos mães e estamos aqui pelos nossos filhos mortos". O segurança encarou a Débora, que permaneceu impassível, por alguns segundos. Em seguida, apenas se afastou e deixou que entrássemos.

Diante do vigia, Débora Silva não hesitou em evocar a imagem da maternidade como sinônimo de sagrado, símbolo do sacrifício pela vida – e que deve, portanto, ser respeitado, acima de tudo. A frase "nós vamos entrar porque somos mães" teve o efeito de literalmente abrir as portas. Ainda que reforce um estereótipo machista, ao atribuir à mulher o papel daquela que deve sacrificar a própria vida em prol do lar e dos filhos, essa imagem mitificada da mãe é evocada pelas mulheres, em muitos momentos, para exigir respeito e escuta.

Vencida aquela barreira, o cortejo percorreu os corredores, também como um coro, com gritos como "Nossos mortos têm voz, nossos filhos têm mãe"; "Pisa, pisa ligeiro. Quem não pode com a formiga, não assanha o formigueiro!". O canto "Hoje o quilombo vem dizer, o povo vem dizer, favela vem dizer, que é nós por nós", tão presente nas manifestações, foi entoado.

O cortejo de 02/10/2019 é emblemático do modo de agir dessas mulheres. De forma ritualizada, e tendo a emoção como combustível, as mães ocupam a cena pública. A perspectiva de ocupar e se expressar no espaço público de modo peculiar e marcante – de ocupar, a seu modo, a cidade, para assim ocupar o campo dos direitos – é outro ponto de contato entre a Rede Mães de Luta e o Fórum das Juventudes da Grande BH.

Jaqueline Tittoni e Lúcia Karam Tietboehl (2020) lembram que o formato dos atos de ocupação dos espaços públicos tais como os que vivenciamos atualmente datam de pouco mais de uma década: têm suas origens nos protestos contra o capitalismo que

[212] Nome do 9º oKupa, realizado pelo Fórum das Juventudes em 2019.

varreram o mundo no início dos anos 2010. Nos contextos das Mães de Luta e do Fórum das Juventudes, de fato, os atos de rua têm a marca dos movimentos de ocupação dos espaços públicos contemporâneos. A rua, hoje, não é espaço só para reivindicar valores que transcenderiam a ela: é espaço da experiência de luta, de experimentação dos novos modos de se viver que são reivindicados.

Nos atos das redes das mães e das juventudes, portanto, corpos jovens negros, e de familiares de jovens negros, constituem alianças coletivas solidárias, circulam e se expressam nas ruas e nas praças como se circulassem e se expressassem numa cidade que lhes garantisse o direito à vida e à cidadania. Ao fazê-lo, como já apontamos anteriormente, afirmam em ato, como possibilidade concreta, o impossível que reivindicam.

# 6. O MODO POÉTI-CO

**O modo poético**

Quando tudo se recompõe,
é saltitantes que nos vamos
cuidar de horta e gaiola.
A mala, a cuia, o chapéu
enchem o nosso coração
como uns amados brinquedos reencontrados.
Muito maior que a morte é a vida.
*Adélia Prado* (1991, p. 77)

Em busca de comoção frente à desumanização e ao extermínio em massa de pessoas jovens negras, as redes de mobilização social que aqui discutimos estabelecem uma conexão profunda com fazeres da arte e da cultura. Além disso, essas redes, por buscarem modos de expressão capazes de comunicar nas dimensões da comoção e da emoção, não adotam fórmulas de ação: se constituem como campos abertos e experimentais de ação política.

Nos contextos que aqui abordamos, os sujeitos se vinculam aos processos de mobilização social, portanto, pela perspectiva de experimentar interações, processos de criação e saberes práticos. A causa não transcende a experiência da luta: a busca é por que ela seja experimentada na luta.

Aqui, experimentar não é apenas testar possibilidades criativas: é, também, provar o gosto de algo que tem o sabor inigualável das coisas que o paladar ainda não conhece. É tensionar as barreiras aos direitos, evidenciando que o impossível na ordem estabelecida – no caso, a atribuição de valor às vidas jovens negras – já é experimentado, pelos sujeitos em luta, como possibilidade.

Os processos de mobilização social dos quais tratamos constituem um campo singular de mobilização social, no qual a marca é a experimentação.

O estudo que aqui apresentamos, enfim, postula a mobilização social como experiência e campo de experimentação dos públicos. A contribuição que apresentamos, assim, aos estudos da comunicação para a mobilização social, é a abordagem dos processos mobilizadores articulados em torno da experiência dos públicos, e a investigação das experimentações que ocorrem nesses processos.

Nessa perspectiva, para além da dimensão experiencial da mobilização social, em suas dimensões estética, expressiva, poética e política, já discutidas, vale destacar um último aspecto. Nos contextos aqui investigados, evidenciou-se, como convergência de todas as dinâmicas da experiência dos públicos, a dimensão vivencial da mobilização social.

## 6.1. Mobilização social: ato vivo

> Se aquilo de que precisamos para sonhar, para conduzir nosso espírito de maneira mais direta e profunda rumo à esperança, for desprezado como sendo um luxo, vamos abrir mão do cerne – da fonte – do nosso poder, da nossa condição de mulher; vamos abrir mão do futuro dos nossos mundos.
> Pois novas ideias não existem. Há apenas novas formas de fazê-las serem sentidas – de investigar como são sentidas quando vividas às 7 horas da manhã de um domingo, depois do almoço, durante o amor selvagem, na guerra, no parto, velando nossos mortos – enquanto sofremos os velhos anseios, combatemos as velhas advertências e os velhos medos de ficarmos em silêncio, impotentes e sozinhas, enquanto experimentamos novas possibilidades e potências. (LORDE, 2019, p. 47)

A poesia não é um luxo. Retomemos a advertência de Audre Lorde, pois ela é fundamental. A poesia, nos lembra a escritora e ativista, brota das vivências: dos momentos em que a vida, como situação, é experimentada, e interagimos com ela de forma implicada e intensa. Esse foi o caminho que ela trilhou para ousar compartilhar dos sonhos aos íntimos terrores para construir as lutas nas quais se envolveu.

Conforme as descrições e discussões do capítulo anterior evidenciam, as atividades do Fórum das Juventudes e da Rede Mães de Luta são espaços em que muitas das interações têm essa força vivencial. Os processos construídos e as interações experimentadas têm uma ambiência, uma densidade e uma intensidade próprias: são vivências.

Começamos a analisar esse conceito – vivência – a partir da poesia, por coerência com o sentido dessa palavra tão importante. Também para, de saída, assinalar a associação entre vivência e criatividade – confluência que, acreditamos, tem um significativo impacto nos processos de mobilização social.

O verbo vivenciar nos remete muito ao sensorial: a ideias como “sentir na pele”, ou “sentir na carne” (sentir de um modo “encarnado”). A metáfora “sentir na pele” nos parece fazer referência ao sentir com todo o corpo, pois a pele é o tecido que recobre o corpo em toda a sua extensão. Assim, ao contrário dos outros sentidos (visão, audição, olfato, paladar), a sensação do tato não é acionada por uma região específica do corpo, mas por todo o corpo.

"Sentir na carne" é uma metáfora análoga: diz de algo impregnado no corpo todo. "Carne" é sinônimo de "músculo", tipo de órgão composto de fibras que está distribuído por todo o nosso corpo. Vem de um músculo – o coração – o pulsar que garante a vida, e vem dos nossos tecidos musculares a capacidade de nos movimentarmos. Quando os músculos são danificados, atrofiam ou enrijecem, nossa capacidade de movimento fica comprometida.

As expressões "sentir na pele" e "sentir na carne" também nos indicam a associação direta entre o que sentimos – ou como nos emocionamos[213] – e disposição corporal. O medo, por exemplo, gela a pele, trava os músculos, faz o corpo tremer.

Indicamos tacitamente, no linguajar da vida cotidiana, que a ação do corpo no mundo, experimentando o mundo, é indissociável da emoção. Foi exatamente isso que nos disse Maturana em sua conceituação de emoção, conforme discutimos no início do capítulo 3. Para o neurobiólogo, o emocionar-se é uma conjunção entre as disposições, a ação e a movimentação do corpo no espaço relacional.

E as emoções, na avaliação de Lorde, são o elemento que faz das vivências momentos de experimentação da vida que podem impulsionar a ação coletiva em busca de transformações sociais.

Paulo Freire também se aproxima da reflexão de Lorde em sua proposição do conceito de inédito-viável. O verbete do Dicionário Paulo Freire que apresenta esse conceito (STRECK, 2015, p. 374-378)[214] aponta que o inédito-viável nasce quando as pessoas oprimidas compreendem e decidem não se curvar às "situações-limite" às quais são submetidas: injustiças sociais que são apresentadas a elas como realidades imutáveis, frente às quais só caberia aceitação passiva. Muitas vezes, essas opressões não são sequer notadas, ou são percebidas como intransponíveis. Mas, quando a situação-limite é percebida – é experimentada como uma situação com a qual se interage – pelos sujeitos, nasce o entendimento de que ela deve e precisa ser destacada como um problema a ser encarado e transposto, por meio da transformação social.

Irrompe o chamado à ação para a construção do inédito-viável, para transpor as barreiras das situações-limite. Ao ser enunciado pelos que ousam pensar utopicamente, mesmo que ainda não tenha sido conhecido ou vivido, o inédito-viável deixa de ser só um sonho para se tornar um devir, um projeto em construção.

---

[213] Conforme já discutido, não cabe neste trabalho uma distinção entre sentimento e emoção.

[214] Verbete elaborado por Nita Freire.

Vale aqui ressaltar o que pode para muitos soar como óbvio: ao tratar da percepção das situações-limite, Freire não se refere a uma operação meramente cognitiva – e é justamente por isso que aproximamos a discussão do autor da ideia de vivência. Nita Freire, viúva do autor, conta o seguinte:

> Toda a literatura de Paulo Freire está empapada de seus sentimentos e emoções. Dizia sempre: "Não penso somente com minha cabeça, penso com meu corpo inteiro". Com essa frase queria dizer que ele não fazia e não acreditava poder pensar-se e escreverem-se textos fora da intuição e da observação, longe do cotidiano vivido molhado de emoções e dos sentimentos, somente com a razão intelectiva.

O inédito-viável de que tratamos, no contexto do Fórum das Juventudes e da Rede Mães de Luta, é a própria vida. O ato vivo que tanto nos impressionou nessas duas redes foi o ato de transpor o limite da morte instaurada em direção à afirmação da vida. Acreditamos que vale a pena buscarmos compreender como essa transposição se constrói.

Cada pessoa que integra as redes que aqui discutimos – seja o jovem negro e periférico ou a mãe que perdeu o filho para a violência do Estado – vive no fio de uma navalha: entre o luto e a luta. De um lado, se vê assujeitada pela necropolítica. É atraída por um campo magnético muito poderoso, que a mantém numa condição impregnada pela morte: por silêncio, invisibilidade e negação da vida. Mas, de outro lado, percebe a luta como perspectiva de libertação dessa zona de mortificação e tenta movimentar-se em direção a ela. Quer ir em busca de perspectivas de vivificação, que vislumbra nas práticas coletivas de experimentação de modos de existir com dignidade e de dar-se a ver como sujeito de direitos.

Ela vive, então, o drama de empregar toda a força que tem em busca de dar o impulso necessário para colocar-se em movimento na luta; mas ao mesmo tempo ter esse impulso travado pelas forças da necropolítica, extremamente poderosas, que agem na direção contrária ao movimento, impedindo-o. No dito popular, poderíamos dizer que essa pessoa vive o dilema de "remar contra a maré" – uma maré de ondas muito fortes e destruidoras.

O importante pensador russo Lev Vygotsky (1984), em sua abordagem socioconstrutivista do desenvolvimento humano e da construção do conhecimento, identificou que o processo de desenvolvimento infantil acontece quando a criança tensiona o limite da habilidade que já tem e vai em busca de uma nova, que ainda não

tem. Ela quer realizar algo novo, mas ainda não tem a habilidade necessária (por exemplo: colocar-se de pé, caminhar, falar, realizar determinado movimento mais complexo). No entanto, ela tenta. Sozinha, é impossível: faltam a ela habilidades motoras, o cérebro ainda está em formação.

Mas a criança não se desenvolve se não forçar cada vez mais para frente o limite entre o possível e o impossível. E, ao fazer isso, ela não está fadada a falhar e retroceder, mesmo que ainda seja efetivamente incapaz de realizar o que almeja. E ela não falha no salto rumo ao impossível porque vive em interação com adultos, que a apoiam em suas tentativas. Na interação colaborativa com adultos, a criança exercita o que ainda não é capaz de fazer, até que se torna capaz. A essa zona em que a fronteira da impossibilidade é cruzada pela ação infantil em colaboração do adulto, Vigotsky chamou de zona de desenvolvimento proximal.

Ousamos nos apropriar desse conceito de Vigotsky para afirmar que, no processo de mobilização que aqui estudamos, a interação e a colaboração com outros sujeitos cria uma zona de ação proximal, que possibilita que cada mulher e cada jovem consiga o impulso necessário para realizar o movimento impossível do luto em direção à luta. O que se constrói nessa mobilização é um espaço de experimentação e de afirmação de possibilidades de existência, de circulação na cidade, de visibilidade e de expressão que, de fato, estão além das forças e do alcance de cada pessoa, considerada individualmente. O que se experimenta, nessas lutas, só é possível na luta e no contexto da coletividade e da colaboração.

Na mobilização da qual tratamos, a possibilidade de vida – e aqui falamos literalmente, pois estamos nos referindo à proteção do risco de morte e à superação de adoecimentos intensos –, portanto, está precisamente na experiência da luta coletiva. Ao inserir-se no espaço da luta, cada pessoa amplia suas possibilidades de superação do assujeitamento à necropolítica.

Consideramos oportuno somar a essa discussão o modo como Vygotsky (1994, p. 341) compreendia a palavra vivência – ou *perejivanie*, na língua russa. O autor indica que cada pessoa, em função de seu contexto de vida e de desenvolvimento, frente às situações-problema da existência, tem um modo absolutamente único de perceber, interpretar e se relacionar com o que lhe acontece: um prisma singular, que refrata o modo como as situações e questões do contexto são apropriadas e compreendidas por aquela pessoa, bem como articula o modo como ela responde ao que experiencia. Esse prisma particular é, finalmente, o que define a marca que o acontecimento deixa na trajetória global da existência do sujeito.

Para Vigotsky, portanto, a vivência é a ação, singular para cada sujeito, de construir sentido para a vida, ao enfrentar os desafios que ela permanentemente apresenta. Na interação dialética com o outro e com o contexto social, explica Vigotsky, o sujeito precisa agir frente às situações-problema com que se depara. Vivenciar tais situações é a operação imbricada de interpretar o que acontece no entorno, agir em interação, atribuir um significado à ação e aos efeitos dela, e mudar o modo como se age, a partir do que se aprende no processo. Ou seja: vivência, para Vygotsky, é a experiência integral de agir/sentir/compreender/dar sentido à vida diante dos desafios enfrentados ao longo das interações vividas, e tendo em vista as características experienciais absolutamente particulares de cada pessoa.

Na vivência, o sujeito mobiliza todas as capacidades que tem de colocar-se em ação e em interação, e de perceber, sentir, construir significados. Ela é uma experiência que transforma quem a experiencia: um sentido novo se constrói e a pessoa já modificou o seu agir, ao lidar de forma integral e significativa com as situações-problema, mobilizando todas as suas capacidades no esforço de produção de sentido. Vivência é, portanto, o conhecimento que emerge do processo de viver; uma "experiência visceral, que contribui para o desenvolvimento de quem o sujeito é e em quem pode se transformar". (LIBERALI e FUGA, 2018, p. 365)

Marc Clarà discute a palavra vivência a partir de Vygotsky (falecido em 1934) e do também russo Fyodor Vasilyuk (nascido em 1953). Ele nos conta que Vasilyuk dirige a atenção à vivência de situações-limite, dramáticas, de total impossibilidade. Situações de forte dor, sofrimento e perturbação psicológica, em relação às quais o sujeito nada tem a fazer – como passar pela morte de uma pessoa querida. São acontecimentos definitivos: nada de prático pode ser feito para mudar o fato em si.

Frente a esse tipo de situação, emerge o que Vasilyuk chama de vivenciar-como-luta, que é um trabalho ativo que as pessoas realizam para lidar com a situação de impossibilidade ("falta de sentido") como um "problema de sentido": indo em busca de outras possibilidades de construção de sentido, que estejam além daquela situação que é objetivamente insolúvel. É o processo de, frente ao que não tem solução, ir em busca de um campo de ação que seja da ordem do possível e, nesse novo contexto, colocar-se em ação. Esse deslocamento abre caminho à construção de novos sentidos para a experiência de vida.

Vivência, para a nossa pesquisa, é o vivenciar-como-luta. É mobilizar toda a capacidade sensível, interpretativa e criativa que se tem para tomar a morte não como

uma experiência sem sentido, ou que só subtrai o sentido do viver, mas como um problema de sentido: como uma injustiça que se denuncia e que gera clamor por justiça.

Vale um apontamento sobre as consequências de se adotar, como perspectiva de pesquisa-ação,[215] o conceito de vivência. Um estudo que se disponha a investigar experiências de mobilização social que sejam da ordem do vivenciar-como-luta demandam um olhar também vivencial. A presente pesquisa, ainda que tacitamente, buscou um caminho de experimentação na construção de seus caminhos.

Defendemos, então, que a palavra poesia, neste estudo, seja considerada um atributo da mobilização social que se investigou e do método de investigação que se construiu. Fernando Dias Rosa associa a palavra *poiesis* a produção, ou ao fazer-em-processo. E, refletindo a partir da área das artes, propõe uma investigação científica que tenha a *poiesis* como seu foco. Assim, advoga, é possível pensar a investigação como um campo experimental e reflexivo, em que não há um modo de interpretar dado: como "um tempo de problemas próprios". (ROSA, 2011, p. 84)

A perspectiva analítica defendida por esse autor é a da experiência. Não a experiência da tradição positivista, ordenada por um sentido que lhe é externo, mas a experiência como espaço aberto, sempre inconclusivo; campo de alargamento do ser – de abertura e não fechamento.

Para esse autor, enfim, a investigação que recupera o vigor poiético, ou a voz da *poiesis*, tem a forma de ateliê, de laboratório: é espaço em que a produção de conhecimento é "fazer, ensaiar, experimentar, expor, pensar, discutir".

Concordamos com o autor, pois os fenômenos que investigamos, bem sabemos, são vivos e estão em constante ressignificação – o que exige de nós, investigadores, a porosidade a essa vida que insiste em pulsar.

## 6.2. Conhecer é viver, e viver é conhecer"[216]

Chegamos ao final da longa travessia desta tese depois de um percurso em que busquei, sob diferentes aspectos, identificar e ressaltar o potencial inventivo, experimental, transformador dos sujeitos e da sociedade que há nos processos de

---

[215] Ainda que a perspectiva da pesquisa-ação esteja impregnada em toda a construção do presente estudo, usamos aqui tal expressão de modo despretensioso, trazendo para a conversa a acepção mais corriqueira da palavra, que diz do imbricamento entre a ação nos movimentos sociais, a reflexão e a produção de conhecimento sobre as lutas sociais. Não cabe aqui trazer à tona uma discussão sobre as particularidades da metodologia da pesquisa-ação, proposta por autores contemporâneos fundamentais como Michel Thiollent (THIOLLENT, 1986).

[216] MATURANA, 1997, p. 42

mobilização social. Com um olhar afetivo que tentou mirar os processos para então admirá-los, em busca do esperançar, que foi, é e seguirá solidário com as lutas aqui apresentadas, tentei mostrar um universo que, como bem observou o Márcio na última revisão que fez do presente texto, poderíamos chamar de mobilização poética.

De diferentes formas, evidenciamos ao longo do estudo que os jovens e as mães, na comunicação que constroem para promover a mobilização social de enfrentamento ao genocídio da juventude negra, têm um agir que dribla a morte ao inventar modos de lutar. Que, na luta, a possibilidade de vida negada pelos mecanismos da exclusão social, ganha uma chance para acontecer. Na luta coletiva, o impossível, espantosamente, acontece. A luta coletiva é, pois, a poesia de que nos fala Fernando Dias Rosa: um fazer-em-processo no qual se faz possível o alargamento das perspectivas da vida.

Ao abordar o entrelaçamento entre a comunicação, a mobilização social e o ato criativo, a tese buscou um caminho para cumprir o dever de dar uma contribuição ao campo de conhecimento em que se insere. Para falar do modo como esse estudo buscou construir tal contribuição ao campo – e também para, finalmente, concluir nossa jornada – retomarei de forma breve o que considero um dos grandes propósitos dos estudos de comunicação para a mobilização social que vêm sendo elaborados, em mais de duas décadas de trabalho, pelo grupo de pesquisa Ipê – UFMG, ao qual me filio.

Uma escolha conceitual e metodológica define os projetos de ensino, pesquisa e extensão do nosso grupo: a compreensão da comunicação como processo de tessitura de interações, ao invés de mera transmissão de informações; e o olhar para a formação e a movimentação dos públicos a partir da mesma perspectiva interacional. Para os nossos estudos, e também para as nossas práticas, um público nasce da percepção compartilhada de um problema de interesse público. Ser um público, perceber-se e agir como tal, na arena pública, são dinâmicas imbricadas de um processo, que chamamos de mobilização social, cuja busca fundamental é por vincular-se a outros públicos, ampliando cada vez mais a luta coletiva.

Desse modo, nós não só analisamos, mas também construímos planejamentos e ações de comunicação junto com coletivos das lutas sociais dirigindo o olhar, sempre, às interações e aos vínculos. Na perspectiva prática da construção de planejamentos e de ações, isso faz muita diferença. Para começo de conversa, um plano de comunicação deixa de ser um documento, criado por um especialista externo aos processos, com um teor prescritivo: a indicação de procedimentos padronizados para divulgar, informar e convencer pretensas audiências. Um plano de comunicação, do modo como elaboramos, é outra coisa: é uma construção coletiva em que um grupo identifica com quem quer construir vínculos e reflete sobre caminhos para a construção desses vínculos.

Em consequência, a atuação em comunicação deixa de lado a usual – e excessiva – ênfase em produtos midiáticos (peças e eventos) para se dedicar à construção de caminhos para o fortalecimento de laços. Entra em cena, assim, uma dimensão essencial: a sensibilidade que nasce das interações cotidianas, e que as nutre. Muitas e muitas vezes, ao construir sua ação comunicativa na perspectiva do incremento dos vínculos, os coletivos elaboram percepções e propostas que nada têm a ver com o que tradicionalmente se espera – e que, exatamente por isso, em muitos casos gera resultados surpreendentes.

Apesar do adiantado da hora (escrevo esse texto às 4h39 da manhã) e da tese, não resisto à tentação de apresentar um exemplo muito bonito disso, que ouvi do Padre Mauro, coordenador do Muquifu – Museu dos Quilombos e Favelas Urbanos, de BH. Ele me disse que, certo dia, estava à entrada do museu batendo papo com Dona Jovem, liderança comunitária do Morro do Papagaio. No meio da conversa, tal senhora olhou em direção à casa em que vivia, e comentou: "Quando eu voltar pra minha casa, quero passar na casa da minha vizinha. Ela deve estar com algum problema". Instigado pela observação, Padre Mauro perguntou: "Como assim, Dona Jovem? Por que a senhora acha que a sua vizinha está com algum problema?". E ela respondeu: "É porque já faz alguns dias que ela não coloca roupa no varal". Mauro, numa de nossas deliciosas conversas, me disse o seguinte sobre o episódio: "Ali eu percebi uma forma de contemplar o mundo através de códigos e de possibilidades de interpretação muito mais profundos do que se costuma adotar".

Fazer uma visita à vizinha para oferecer apoio e conversa, depois de perceber que, por não lavar roupa há vários dias, ela certamente estaria passando alguma dificuldade. Esses são bons exemplos de diagnóstico e de ação de comunicação construídos a partir de um olhar sensível e cuidadoso e da busca pelo vínculo, pela escuta, pelo diálogo, no permanente processo de junção de forças para o enfrentamento a duras realidades de negação de direitos.

A poesia conecta a bela, imensa e impressionante ação das juventudes contra a violência; o labor das mães de luta enfrentando o luto; e a preocupação de Dona Jovem com a vizinha. Nessas três vivências, há um modo muito particular – um modo poético – de enxergar e de interagir com a vida, com a luta e com o outro. Jovens, mães de luta e Dona Jovem, juntos, me ajudam a provar um ponto: a mobilização de que falamos aqui é poética em todos os sentidos que quisermos atribuir a essa palavra.

Nos estudos do Ipê – UFMG, nos é cara a possibilidade de analisar os processos de mobilização social a partir das dimensões entrelaçadas da cognição, da performance pública e da organização dos públicos. A contribuição que busquei construir nesta tese é a de mais um entrelaçamento: o dessas três dimensões com o modo poético das lutas.

O presente trabalho trata de lutas sociais que acontecem em condições radicais, liminares entre vida e morte, e escolheu analisar tais lutas a partir das performances de expressão pública delas. Buscamos dar nossa contribuição aos estudos da comunicação para a mobilização social a partir da descrição e da análise dos atos criativos por meio dos quais os coletivos constroem e moldam os modos como dão-se a ver no espaço público. Ao fazê-lo, buscamos evidenciar que tais lutas são pura artesania.

A artesania – a arte do fazer – é o processo produtivo que prima pela experimentação. É uma prática singular, alicerçada numa coletividade, em que são inventados e experimentados, todo o tempo, modos de criar, de tecer relações, de dar forma, de expressar. É uma usina de invenções e transformações.

As performances em público, em busca de visibilidade, construídas pelas lutas sociais liminares das quais tratamos no presente estudo, são uma usina de invenção. As lutas ocupam a cena pública com uma sofisticada dramaturgia, que se expressa em acontecimentos cujo nome nos remete à cena teatral: os atos públicos, que são performances intrincadas, construídas para e em espaços públicos, e constituídas por uma profusão de elementos simbólicos ligados às mais diversas linguagens artísticas. Por isso, ouvi vários dos envolvidos chamarem os processos que realizam de artivismo.

O método a partir do qual os atos públicos são criados é experimental. Quase sempre, o elemento disparador é uma proposição: um convite a uma construção aberta, sem fórmulas, em que se desafia os envolvidos à problematização e ao exercício da criatividade. A lógica é eminentemente processual: construir a performance para dar visibilidade à luta é, ao mesmo tempo, construir uma compreensão diferente de si, do contexto em que se age e da própria luta.

No percurso entre o compartilhamento da dor entre as pessoas cujos direitos foram violados e a ação coletiva de perceber, nas dores vividas, uma causa que transcende a agonia e a mortificação, e pela qual é preciso lutar e conclamar à luta, algo precioso acontece. Esse percurso, utilizando termos que foram propostos por John Dewey em suas reflexões sobre a arte como experiência, vai da autoexposição ao ato expressivo. O moldar pessoal e coletivo da expressão da causa de interesse público é um ato expressivo poético. É um fazer de destilação da vida (como bem definiu Audre Lorde), no qual se depura, do terror vivido, a afirmação de uma luta.

O que se experiencia na luta é, ainda, a própria possibilidade de manter-se vivo e de acessar oportunidades de vida digna. Participar de uma coletividade protege do risco de morte, abre portas, permite a ocupação de espaços tradicionalmente interditados à

circulação de corpos pretos, jovens e periféricos. Como na arte, aqui, o gesto criativo, que se faz possível na luta coletiva, desafia estereótipos, quebra barreiras, produz brechas na estrutura do genocídio e na desigualdade, no preconceito, na apatia e na indiferença que alicerçam tal estrutura.

Lutar é, enfim, um ato de rebeldia.[217] É gritar quando a lógica é de silenciamento, construir o próprio chão em que se pisa, realizar algo mesmo sem saber como – juntos, se descobre, ao longo do caminho. As lutas ocupam o espaço público a seu modo, inventam um jeito próprio de funcionar, subvertendo, hackeando e sampleando as lógicas institucionais e de militância. "Nós por nós", "nada de nós sem nós", afirmam os coletivos e as redes populares e periféricas que não se curvam à lógica de produção da desigualdade social que é sustentada em violações de direitos das pessoas negras e pobres.

E as lutas estão em constante metamorfose, fluindo em congruência com o meio, para manter-se vivas. O ato de luta é, enfim, autoconstruído e autopoiético. A dimensão organizativa desses públicos – as condições para manter-se vivos e o modo como se organizam para tal – tem uma lógica autoconstruída, autopoiética e calcada nas dinâmicas de expressão, criação e criatividade.

Ao recusar violências que são naturalizadas por mera reiteração, performando coletivamente identidades que se opõem frontalmente aos estereótipos que associam juventude, negritude e periferia a crime e violência, e que propalam que "bandido bom é bandido morto", essas lutas instauram cenas de dissenso, desestabilizam mecanismos de opressão: constroem a política.

Na conjunção de tudo isso, e compreendendo a dinâmica encarnada, vivencial, da experiência desses públicos, podemos, então, fazer jus ao famoso aforismo de Humberto Maturana: "viver é conhecer, conhecer é viver". Não é possível sequer imaginar um conhecimento sobre o que essas lutas são, fazem e significam que seja descolado da experiência do lutar. O vivenciar-como-luta é uma experiência integral, absolutamente vívida, de uma intensidade ímpar, e capaz de fazer com que a vida consiga, por vezes, escapar das garras da morte – mesmo num contexto em que o que se enfrenta é uma máquina de horror que, a cada 28 minutos, assassina um jovem preto no nosso país.

[217] Ao escrever essa frase, me recordei que Débora Silva, principal liderança das Mães de Maio, trocou a tradicional expressão "bom dia" pela palavra "rebeldias". É sempre com essa palavra que ela nos saúda.

# 7. BI-
# -BLIO-
# -GRA-
# -FIA

A VIOLÊNCIA contra jovens negros no Brasil. **Carta Capital**, 15 ago. 2012. Disponível em: https://www.cartacapital.com.br/sociedade/a-violencia-contra-jovens-negros-no-brasil. Acesso em: 15 jun. 2018.

ACADEMIA TRANSLITERÁRIA. **Homepage**, [*s.d.*]. Disponível em: https://academiatransliteraria.wordpress.com/. Acesso em: 02 abr. 2023.

ACERVO BOAL. **Instituto Acervo Boal**, 2018. Instituto Augusto Boal: http://acervoaugustoboal.com.br/busca. Acesso em: 10 fev. 2023.

ABREU, Regina; CHAGAS, Mario (org.). **Memória e Patrimônio:** ensaios Contemporâneos. Rio de Janeiro: DP&A, 2003, p. 81-94.

ABBUD, Bruno. Pandemia pode ter levado Brasil a ter recorde histórico de 919.651 presos. **O Globo**, 05 jun. 2022. Disponível em: https://oglobo.globo.com/brasil/noticia/2022/06/pandemia-pode-ter-levado-brasil-a-ter-recorde-historico-de-919651-presos.ghtml. Acesso em: 10 dez 2022.

ABUJAMRA, Marcia. A alma, o olho, a mão ou o uso da autobiografia no teatro. **Sala Preta**, [*s.l.*], v. 13, n. 2, p. 72-85, 2013. Disponível em: https://doi.org/10.11606/issn.2238-3867.v13i2p72-85. Acesso em: 12 fev. 2023.

ADVERSE, Angélica Oliveira; TEIXEIRA, Maria Bernadete Santos. A artesania como experiência mnemônica no design. **Transverso**, Belo Horizonte, v. 1, n. 4, jul. 2017. Publicação online. Disponível em: https://revista.uemg.br/index.php/transverso/article/view/2495. Acesso em: 20 fev. 2021.

AGAMBEN, Giorgio. **Homo sacer:** o poder soberano e a vida nua I. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

ALMEIDA, Silvio. **O que é racismo estrutural?**. Belo Horizonte: Letramento, 2018.

ALVARENGA, Camila. Ronald Sorriso: Com Lula, PT volta a encantar os jovens. **Opera Mundi**, 23 jul. 2021. Disponível em: https://operamundi.uol.com.br/sub40/70670/ronald-sorriso-com-lula-pt-volta-a-encantar-os-jovens. Acesso em: 13 jan. 2023.

ANDRADE, Carlos Drumond de. **O avesso das coisas**. Rio de Janeiro: Record, 1990.

ANDREONI, Bruno. Calendário 2023: glossário de uma revolução. **Revolução Artesanal**, São Paulo, 2023. Disponível em: https://arte.revolucaoartesanal.com.br/calendario-2023. Acesso em: 12 fev. 2023.

ARENDT, Hannah. **A condição humana**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1993.

ARMANI, Domingos. O desenvolvimento institucional como condição de sustentabilidade das ONGs Brasileiras. *In*: BRASIL. **Aids e Sustentabilidade:** sobre as ações das organizações da sociedade civil, Brasília, Coordenação Nacional de DST e Aids; Ministério da Saúde, p. 17-33, 2001.

ARMANI, Domingos (org.). **Organizações da sociedade civil:** protagonismo e sustentabilidade. Barueri: Instituto C&A, 2013.

ARTESANAL. **Dicionário Informal**, [*s.d.*]. Disponível em: https://www.dicionarioinformal.com.br/artesania/. Acesso em: 02 fev. 2022.

ASSUMPÇÃO, Maria Elena Ortega Ortiz. Teatro X Narrativa: gêneros intercambiáveis?. **Linha D'Água**, São Paulo, p. 59-70, 2010. Disponível em: https://doi.org/10.11606/issn.2236-4242.v0ispep59-70. Acesso em: 12 fev. 2023

AZEVEDO, Maria Manuel. **Manual de gestão e produção de eventos**. Aveiro: Escola Profissional de Aveiro, 2008.

BACIC, Roberta. **História das arpilleras:** catálogo da exposição *Arpilleras da resistência política chilena*. Rio de Janeiro/ Brasília: Projeto Marcas da Memória/ Ministério da Justiça/ Comissão de Anistia, 2012.

BARROS, Manoel. **Poesia completa**. São Paulo: Leya, 2010.

BECKER, F. O que é construtivismo. **Ideias**, São Paulo, n. 20, p. 87-93, 1993.

BELCHIOR, Douglas *et al*. Coalizão Negra por Direitos e a denúncia internacional ao genocídio negro. **Folha de S. Paulo**, 04 mar. 2020. Disponível em:

https://www.uol.com.br/ecoa/colunas/opiniao/2020/03/04/coalizao-negra-por-direitos-e-a-denuncia-internacional-ao-genocidio-negro.htm. Acesso em: 10 fev. 2021.

BENTO, Maria Aparecida Silva; BEGHIN, Nathalie. Juventude negra e exclusão radical. **Políticas sociais:** acompanhamento e análise, Brasília, p. 194-197, 11 ago. 2005.

BLUMER, Herbert. A natureza do interacionismo simbólico. *In*: MORTENSEN, Christian D. **Teoria da comunicação**: Textos básicos. São Paulo: Mosaico, 1980, p. 119.

BOOKERS INTERNATIONAL. **Guia do Carnaval**. Rio de Janeiro, 2023. Publicação eletrônica. Disponível em: https://www.rio-carnaval.com/guia-do-carnaval. Acesso em: 10 jan. 2023.

BORGES, Maria Elizia. Olhar e contraolhar: as narrativas da estética popular, da memória e do afeto nas gavetas funerárias no Brasil. **Anais do 17° Encontro Nacional da Associação Nacional de Pesquisadores em Artes Plásticas Panorama da Pesquisa em Artes Visuais**, Florianópolis, 2008.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade:** lembranças de velhos. 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1987.

BOUSQUET, Jean-Pierre. **Las locas de Plaza de Mayo**. Buenos Aires: El Cid, 1983.

BOUYER, Gilbert Cardoso. Pragmatismo e cognição: self, mente, mundo e verdade na teoria pragmática do conhecimento. **Ciênc. cogn.**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 3, p. 164-179, dez. 2010. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1806-58212010000300014&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 12 mar. 2021.

BRASIL é o pior país do mundo na gestão da epidemia de Covid-19, aponta estudo australiano. **G1**, 28 jan. 2021. Disponível em: https://g1.globo.com/mundo/noticia/2021/01/28/brasil-e-pior-pais-do-mundo-na-gestao-da-epidemia-de-covid-19-aponta-estudo-australiano.ghtml. Acesso em: 05 jan. 2023.

BRASIL / Secretaria Geral da Presidência da República e Secretaria Nacional de Juventude. **Mapa do Encarceramento: os jovens do Brasil**. Brasília: Presidência da República, 2015.

BRAZIL, Daniel. Vídeo: uso e função. **Boletim da Associação Brasileira de Vídeo Popular**, São Paulo, n. 15, p. 6-7, 1992.

BUSSINGER, Rebeca; NOVO, Helenira. Trajetória de vítimas da violência: dor e solidariedade entre mães de uma associação do Espírito Santo. **Psicologia Política**, São Paulo, v. 8, n. 15, jan.-jun. 2008.

BUTLER, Judith (entrevista a George Yancy). **O clamor de Antígona**. Trad. André Checinel. Florianópolis: Editora da UFSC, 2014.

_____. **Quadros de guerra:** quando a vida é passível de luto?. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

_____. What's Wrong With 'All Lives Matter'?. **The New York Times**, 12 jan. 2015. Disponível em: https://opinionator.blogs.nytimes.com/2015/01/12/whats-wrong-with-all-lives-matter/?_r=0. Acesso em: 10 ago. 2015.

CALDEIRA, Jéssica Antunes. **Condições de publicidade em processos de accountability:** uma análise a partir da Comforça de Venda Nova. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, 2017.

CAMPANHA Jovem Negro Vivo. **WikiFavelas**, [*s.d.*]. Disponível em: https://wikifavelas.com.br/index.php?title=Campanha_Jovem_Negro_Vivo. Acesso em: 10 fev. 2021.

CAMPEOTTO, Fabio e VIALE, Claudio Marcelo. Arte como experiencia: pasado y presente. **Ideas y Valores**, Bogotá, v. 70, n. 175, p. 117-138, 2021.

CAPARRÓS, Martín. Stanislav Petrov, o homem que salvou o mundo. **El País**, 31 ago. 2017. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2017/08/31/internacional/1504203097_022068.html. Acesso em: 10 fev. 2023.

CARDOSO, Paulino de Jesus Francisco. Os desafios da luta antirracista no Brasil. **Educação Pública**, Cuiabá, v. 21, n. 46, p. 319-330, mai./ago. 2012.

CARNEIRO, Sueli. **Escritos de uma vida**. São Paulo: Jandaíra, 2020.

_____. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil**. São Paulo: Selo Negro, 2011.

CARRANO, Paulo; DAYRELL, Juarez Tarcísio. **Formação de professores do Ensino Médio:** o jovem como sujeito do Ensino Médio. Curitiba: UFPR/Setor de Educação, 2013.

CARVALHO, Aline Hernandes; CUNHA, Marcus Vinicius. Uma genealogia das teses de John Dewey acerca da arte na educação. **Educar em Revista**, Curitiba, v. 37, nov. 2021. Disponível em: https://revistas.ufpr.br/educar/article/view/81888. Acesso em: 14 feb. 2023.

CEFAÏ, Daniel. L'expérience des publics: institution et réflexivité. **EspacesTemps.net**. Travaux, 04 mar. 2013. Disponível em: http://www.espacestemps.net/articles/lexperience-des-publics-institution-et-reflexivite/. Acesso em: 4 fev. 2021.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano I:** artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 1994.

CHACAL. **letra elétrika**. Rio de Janeiro: Diadorim Editora, 1994.

CICERO, Antonio. **Guardar**. Rio de Janeiro: Record, 2006, 3. ed.

CHANCEL, Lucas (Coord.). **World Inequality Report 2022**. Paris: World Inequality Lab, 2021. Publicação eletrônica. Disponível em: https://wir2022.wid.world/www-site/uploads/2022/03/0098-21_WIL_RIM_COUNTRY_SHEETS.pdf. Acesso em: 12 set. 2022.

CHARLTON, James I. **Nothing about us without us:** disability oppression and empowerment. Los Angeles: University of California Press, 1998.

CLARÀ, Marc. Vygotsky and Vasilyuk on Perezhivanie: two notions and one word. **Mind, Culture, and Activity**, Londres, v. 23, n. 4, out. 2016.

COALIZÃO NEGRA POR DIREITOS. Manifesto Luto em Luta por João Pedro. Portal Geledés, 25 mai. 2020. Disponível em: https://www.geledes.org.br/manifesto-luto-em-luta-por-joao-pedro/. Acesso em: 03 jan. 2021.

COALIZÃO Negra Por Direitos convoca "13 de maio de lutas" em manifestações em todo o Brasil pelo fim do racismo, do genocídio negro, das chacinas e pela construção de mecanismos de controle social da atividade policial. **Coalizão Negra Por Direitos**, [*s.d.*]. Disponível em: https://coalizaonegrapordireitos.org.br/2021/05/11/coalizao-negra-convoca-13-de-maio-manifestacoes-pelo-fim-genocidio-negro/. Acesso em: 20 mai. 2021.

CONFERÊNCIA Nacional da Juventude discute as várias formas de mudar o Brasil. **UNFPA**, 06 ago. 2016. Disponível em: https://brazil.unfpa.org/pt-br/news/confer%C3%AAncia-nacional-da-juventude-discute-v%C3%A1rias-formas-de-mudar-o-brasil#:~:text=para%20os%20debates.-,A%203%C2%AA.,o%20aspecto%20democr%C3%A1tico%20do%20encontro. Acesso em: 01 dez. 2022.

COLLINS, Patricia Hill. **Pensamento feminista negro:** conhecimento, consciência e a política do emnpoderamento. São Paulo: Boitempo, 2019.

CORTEZ, Felipe *et al*. Comunicação, resistência e território: um breve relato sobre a experiência da rede de comunicadores populares do Vale do Jequitinhonha. *In*: SOUZA, Ana Lucia Silva (Org.). **Cultura política nas periferias:** estratégias de reexistência. São Paulo, v. 1, 1. ed, p. 289-326, 2021.

COSTA, Rafael. Novo Secretario Nacional da Juventude, Ronald Sorriso idealiza novos cenários para a pasta. **Voz das Comunidades**, 13 jan. 2023. Disponível em: https://www.vozdascomunidades.com.br/destaques/novo-secretario-nacional-da-juventude-ronald-sorriso-idealiza-novos-cenarios-para-a-pasta/. Acesso em: 13 jan. 2023.

CRUZ, Maria Teresa. Mil Litros de Preto: uma performance sobre a violência do Estado. **Ponte Jornalismo**, 30 set. 2019. Disponível em: https://ponte.org/mil-litros-de-preto-uma-performance-sobre-a-violencia-do-estado/. Acesso em: 20 fev. 2023.

DADOS COVID-19. **Google Notícias**, 20 jan. 2023. Disponível em: https://news.google.com/covid19/map?hl=pt-BR&gl=BR&ceid=BR%3Apt-419. Acesso em: 23 jan. 2023.

DATA FAVELA. **As faces do racismo**. Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa Locomotiva e Central Única de Favelas, jun. 2020.

_____. Periferia, Racismo e Violência. Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa Locomotiva e Central Única de Favelas, 2020.

DAYRELL, Juarez Tarcísio (org.). **Por uma pedagogia das juventudes:** experiências educativas do Observatório da Juventude da UFMG. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2016.

_____. O jovem como sujeito social. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 24, pp. 40-52, 2003.

DEPLORAÇÃO. **Aulete**, [*s.d.*]. Disponível em: https://www.aulete.com.br/deplora%C3%A7%C3%A3o. Acesso em: 01 dez. 2022.

DEWEY, John. **Arte como experiência**. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

_____. **Democracia e educação:** introdução à filosofia da educação. 4. ed. São Paulo: Ed. Nacional, 1979.

_____. **Experience and nature**. Nova York: Dover Publications, 2000.

_____. **La Reconstruccion de la Filosofia**. Barcelona: Editorial Planeta-De Agostini, 1993.

DIAS, Fernando Rosa. **Elogio da poiesis:** reflexões teóricas para a prática da investigação em artes. Lisboa: Faculdade de Belas-Artes da Universidade de Lisboa (FBAUL), 2022.

_____. **"Poiesis" e "Logos":** estratégias de relação entre o discurso e a produção artística no âmbito de uma investigação em arte. Lisboa: Faculdade de Belas Artes da Universidade de Lisboa, 2011.

DRAMA. **Dicio**, [*s.d.*]. Disponível em: https://www.dicio.com.br/drama/. Acesso em: 13 fev. 2023.

DRAMATURGIA em foco: por que ler dramaturgia?. **Temporal**, 29 abr. 2020. Disponível em: https://temporaleditora.com.br/blog/editorial/dramaturgia-em-foco:-por-que-ler-dramaturgia. Acesso em: 10 mar. 2021.

DUARTE, Vânia Maria do Nascimento. Plural de Modéstia. **Português**, [*s.d.*]. Disponível em: https://www.portugues.com.br/gramatica/plural-modestia.html. Acesso em: 22 abr. 2022.

EMICIDA. **Chapa (Videoclipe) ft. Batucaderas do Terreiro dos Orgãos**. Youtube: Emicida, 31 ago. 2016. Disponível em: https://youtu.be/qjFQA9MswkM. Acesso em: 10 abr. 2023.

ESTRELA de oito pontas. Direção de Marcos Magalhães e Fernando Diniz. Rio de Janeiro, 1996. 1 vídeo (12 min.). Disponível em: https://portacurtas.org.br/filme/default.aspx?name=estrela_de_oito_pontas. Acesso em: 10 fev. 2023.

EVARISTO, Conceição. A escrevivência serve também para as pessoas pensarem. Entrevista à Agência de Notícias do Instituto Itaú Social. **Itaú Social**, 09 nov. 2020. Disponível em: https://www.itausocial.org.br/noticias/conceicao-evaristo-a-escrevivencia-serve-tambem-para-as-pessoas-pensarem/. Acesso em: 10 abr. 2022.

_____. Conceição Evaristo: bendizendo a juventude que nos acolhe. Quadro Negro, **Folha de S.Paulo**, 17 out. 2019. Disponível em: https://quadronegro.blogfolha.uol.com.br/2019/10/17/conceicao-evaristo-bendizendo-a-juventude-que-nos-acolhe/. Acesso em: 13 mar. 2021.

_____. **Insubmissas lágrimas de mulheres**. 2 ed. Rio de Janeiro: Malê, 2016.

_____. **Olhos D'água**. Rio de Janeiro: Pallas e Fundação Biblioteca Nacional, 2016.

EXPERIMENTAÇÃO. **Dicio**, [*s.d.*]. Disponível em: https://www.dicio.com.br/experimentacao/. Acesso em: 12 fev. 2023.

EYERMAN, Ron. How social movements move: emotions and social movements. *In*: FLAM, Helena; KING, Debra. **Emotions and Social Movements**. Nova York: Routledge, 2005, pp. 41-56.

FAGUNDES, Patrícia. Composição dramatúrgica: práticas de criação cênica. **Revista Cena**, Porto Alegre, n. 29, set./dez. 2019. Disponível em: http://seer.ufrgs.br/cena. Acesso em: 06 mar. 2021.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: EDUFBA, 2008.

_____. **Pele negra, máscaras brancas**. São Paulo: Ubu Editora, 2020.

_____. **Os condenados da terra**. São Paulo: Zahar, 2022.

FARIA, Andréa Alice da Cunha; NETO, Paulo Sérgio Ferreira. **Ferramentas do diálogo** – qualificando o uso das técnicas do DRP: diagnóstico rural participativo. Brasília: MMA; IEB, 2006.

FASSIN, Didier. Compaixão e Repressão: a economia moral das políticas de imigração na França. **Ponto Urbe:** Revista do Núcleo de Antropologia Urbana da USP, São Paulo, v. 1, n. 15, n.p., 2014.

FAUSTINO, Deivison. **Frantz Fanon e as encruzilhadas: Teoria, política e subjetividade, um guia para compreender Fanon**. São Paulo: Ubu Editora, 2022.

FAVRE, Pierre. Manifester en France aujoud'hui. *In*: FAVRE, Pierre (Org). **La Manifestation**. Paris: Presses de la Fondation Nationale des Sciences Politiques, 1990.

FERRERO, Clara. O vocabulário feminista que todos já deveriam estar dominando em 2017. *El País*, 11 jul. 2017. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2017/07/10/cultura/1499708850_128936.html. Acesso em: 10 fev. 2023.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2021. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2021.

_____. Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2022. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2022.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA; DATAFOLHA INSTITUTO DE PESQUISAS. **Índice de Segurança Pública**. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública e Datafolha Instituto de Pesquisas, 2017.

_____. **Medo da violência e o apoio ao autoritarismo no Brasil:** índice de propensão ao apoio a posições autoritárias. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2017.

FÓRUM DAS JUVENTUDES DA GRANDE BH. **Fazendo junt@s:** experiências e metodologias do Fórum das Juventudes da Grande BH. Belo Horizonte: Fórum das Juventudes da Grande BH, 2016.

FÓRUM DAS JUVENTUDES DA GRANDE BH. **Caso de Polícia**. Youtube, 10 out. 2018. Disponível em: https://youtu.be/U8wXwEFwSzw. Acesso em: 15 fev. 2023.

FÓRUM DAS JUVENTUDES DA GRANDE BH. **Caso de Polícia - 1**. Youtube, 09 out. 2018. Disponível em: https://youtu.be/fOgt7Xu_XXk. Acesso em: 15 fev. 2023.

FÓRUM DAS JUVENTUDES DA GRANDE BH. **Caso de Polícia - 2**. Youtube, 09 out. 2018. Disponível em: https://youtu.be/7XNVciuHvdo. Acesso em: 15 fev. 2023.

FÓRUM DAS JUVENTUDES DA GRANDE BH. **Caso de Polícia - 3**. Youtube, 09 out. 2018. Disponível em: https://youtu.be/VlClmbfalIA. Acesso em: 15 fev. 2023.

FRANÇA, Vera V.; SIMÕES, Paula G. **Curso básico de Teorias da Comunicação**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2016.

FRANCO, Augusto. Uma teoria da cooperação baseada em Maturana. **Aminoácidos**, Brasília, v. 4, 2002.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler em três artigos que se completam**. 52. ed. São Paulo: Cortez, 2021.

_____. **Ação cultural para a liberdade e outros escritos**. 14. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.

_____. **Extensão ou comunicação?**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2019.

_____. **Pedagogia da autonomia:** saberes necessários à prática educativa. 43. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

_____. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREIRE FILHO, João. **Reinvenções da resistência juvenil**: os estudos culturais e as micropolíticas do cotidiano. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

FREITAS, Rita de Cássia Santos. Famílias e Violência: reflexões sobre as mães de Acari. **Psicologia USP**, São Paulo, v. 13, n. 2, 2012.

FRICKER, Miranda. **Injustice epistemic:** power and ethics of knowing. Nova York: Oxford University Press, 2007.

GALINDO, Eryka *et al*. Efeitos da pandemia na alimentação e na situação da segurança alimentar no Brasil. **Food for Justice Working Paper Series**, Berlim, n. 4, 2. ed., 2021.

GENI/UFF. Chacinas policiais. **Grupo de Estudos dos Novos Ilegalismos**, mai. 2022. Disponível em: https://geni.uff.br/2022/05/06/chacinas-policiais/. Acesso em: 02 fev. 2023.

GERALDO, Nathália. Débora, do Mães de Maio, luta por memória: "Meu filho morreu por ser preto". **Portal Geledés**, 12 mai. 2020. Disponível em: https://www.geledes.org.br/debora-do-maes-de-maio-luta-por-memoria-meu-filho-morreu-por-ser-preto/. Acesso em: 23 fev 2023.

GOFFMAN, Erving. **Ritual de interação:** ensaios sobre o comportamento face a face. Petrópolis: Vozes, 2011.

GOMBATA, Marsílea. Melhora do emprego é menor para trabalhadores negros. **Valor Econômico**, 28 dez. 2022. Disponível em: https://valor.globo.com/brasil/noticia/2022/12/28/melhora-do-emprego-e-menor-para-trabalhadores-negros.ghtml. Acesso em: 05 jan. 2023.

GOMES, Nilma Lino. **O movimento negro educador:** saberes construídos nas lutas por emancipação. Petrópolis: Vozes, 2017.

GONÇALVES, Marcos Augusto. Tendência para o autoritarismo é alta no Brasil, diz estudo. **Folha de S.Paulo**, 06 out. 2017. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/poder/2017/10/1924781-tendencia-para-o-autoritarismo-e-alta-no-brasil-diz-estudo.shtml. Acesso em: 15 jun. 2018.

GONÇALVES, Rafaella; BRAZ, Marcos. Brasil é o segundo país com maior proporção de jovens "nem-nem". **Correio Braziliense**, 06 nov. 2022. Disponível em: https://www.correiobraziliense.com.br/economia/2022/11/5049770-brasil-e-o-segundo-pais-com-maior-proporcao-de-jovens-nem-nem.html. Acesso em: 05 jan 2023.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

GUERRA de ideias: o que significa a criação da editoria de guerra do Extra. Carta Capital, 19 ago. 2017. Disponível em: https://www.cartacapital.com.br/blogs/intervozes/guerra-de-ideias-o-que-significa-a-criacao-da-editoria-de-guerra-do-extra. Acesso em: 12 fev. 2023.

GUIMARÃES, Leandro. Gênero Dramático. **Brasil Escola**, [*s.d.*]. Disponível em: https://brasilescola.uol.com.br/literatura/genero-dramatico.htm. Acesso em: 12 fev. 2023.

GRACIANO, Miriam Monteiro de Castro. **A teoria biológica de Humberto Maturana e sua repercussão filosófica**. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, 1997.

HALL, Stuart; JEFFERSON, Tony (ed.). **Resistance through rituals:** youth subcultures in post-war Britain. 2. ed. Abington: Routledge, 2006.

HENRIQUES, Márcio Simeone (org.). **Comunicação e estratégias de mobilização social**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2004.

_____. A comunicação e a condição pública dos processos de mobilização social. **Revista Ação Midiática** – Estudos em Comunicação, Sociedade e Cultura, Paraná, v. 2, n. 1, n.p., 2012.

_____. As organizações e a vida incerta dos públicos. *In*: MARQUES, Ângela; OLIVEIRA, Ivone; LIMA, Fábia (org.). **Comunicação organizacional:** vertentes conceituais e metodológicas. V. 2. Belo Horizonte: Selo PPGCOM, 2017.

_____. Promoção do interesse e projeção da experiência: a formação dos públicos na interação com as organizações. *In*: FRANÇA, Vera R. V.; SIMÕES, Paula G. (org.). **O modelo praxiológico e os desafios da pesquisa em comunicação**. Porto Alegre: Sulina, 2018.

HENRIQUES, Márcio Simeone; BRAGA, Clara Soares; MAFRA, Rennan Lanna Martins. O planejamento da comunicação para a mobilização social: em busca da corresponsabilidade. *In*: HENRIQUES, Márcio Simeone (org.). **Comunicação e estratégias de mobilização social**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2004, pp. 33-58.

HENRIQUES, Márcio Simeone; PIMENTA, Laura Nayara. **Encontros:** comunicação, juventudes e cidadania no Vale do Jequitinhonha. Belo Horizonte: Associação Imagem Comunitária, 2019.

HOLLOWAY, John. As fissuras e a crise do trabalho abstrato. **Direito e Práxis**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 1, pp. 687-706, 2021.

HOLSTON, James. **Cidadania insurgente:** disjunções da democracia e da modernidade no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

HUIZINGA, Johan. **Homo ludens:** o jogo como elemento da cultura. São Paulo: Perspectiva, 2007.

IBGE. **Desigualdades sociais por cor ou raça no Brasil**. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2019.

INSTITUTO AYRTON SENNA; SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DO RIO DE JANEIRO. **Diretrizes para a política de educação integral Solução Educacional para o Ensino Médio. Caderno 2:** modelo pedagógico. Rio de Janeiro: IAS / SEEDUC-RJ, 2014.

INSTITUTO SOU DA PAZ. **Violência armada e racismo:** o papel da arma de fogo na desigualdade racial. São Paulo: Instituto Sou da Paz, 2022.

IPEA; FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Atlas da Violência 2017**. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada e Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2017.

_____. **Atlas da Violência 2018**. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada e Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2018.

_____. **Atlas da Violência 2019**. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada e Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2019.

_____. **Atlas da Violência 2020**. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada e Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2020.

_____. **Atlas da Violência 2021**. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada e Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2021.

JIMÉNEZ, Alberto Corsín; ROCHA, André Campos; KOSICKI, João Victor. Autoconstrução Redux: a cidade como método. **Plural**, São Paulo, v. 25, n. 2, pp.193-219, 2018.

JUVENTUDES CONTRA VIOLÊNCIAS. **Way Back Machine**. Disponível em: https://web.archive.org/web/20220616214456/https://juventudescontraviolencia.org.br/. Acesso em: 12 fev. 2023.

LANDIM, Leilah; SIQUEIRA, Raíza. **Trajetos da violência, da segurança pública e da sociedade civil na cidade do Rio de Janeiro**. Brasília, IPEA, 2013.

LIBERALI, Fernanda Coelho; FUGA, Valdite Pereira. A importância do conceito de *perezhivanie* na constituição de agentes transformadores. **Estudos de Psicologia**, Campinas, v. 35, n. 4, pp. 363-373, out. 2018. Disponível em: http://dx.doi.org/10.1590/1982-02752018000400004. Acesso em: 20 mar. 2023.

LIMA, Lívia. "Tenho que fazer valer a existência de todas nós", afirma líder do Mães de Maio. **Nós**, 10 mai. 2016. Disponível em: http://nosmulheresdaperiferia.com.br/noticias/eu-tenho-que-fazer-valer-a-minha-existencia-e-a-de-todas-nos- afirma-lider-do-movimento-maes-de-maio/. Acesso em: 15 nov. 2018.

LIMA, Rafaela Pereira; SÃO PEDRO, Emanuela de Avelar; FARIA, Raissa Fernandes. Agência de Comunicação Solidária: uma busca por inéditos possíveis. *In*: SILVA, Daniel Reis; HENRIQUES, Márcio

Simeone (org.). **Públicos em movimento:** comunicação, colaboração e influência na formação de públicos. Belo Horizonte: Autêntica Editora / Agência de Iniciativas Cidadãs, 2022, pp. 289-318.

LIMA, Rafaela Pereira; ANDRADE, Eduardo Barbosa; CASTRO, Sheila. **Histórias de vida e memória local:** guia metodológico. Belo Horizonte, publicação independente, 2017.

LORDE, Audre. **Irmã Outsider**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.

_____. **Sou sua irmã**. São Paulo: Ubu Editora, 2020.

LULA escolhe Ronald Sorriso, militante de São Gonçalo, para Secretaria Nacional de Juventude. **De olho no fato**, 11 jan. 2023. Disponível em: https://deolhonofato.com.br/lula-escolhe-ronald-sorriso-militante-de-sao-goncalo-para-secretaria-nacional-de-juventude/. Acesso em: 13 jan. 2023.

MÃES DE MAIO. **Mães de Maio de Minas Gerais:** em luta pela vida do nosso povo. Belo Horizonte: Movimento Mães de Maio, 2019.

MAFESOLI, Michel. O tempo das tribos. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1998.

MAGALHÃES, Marcos. Estrela de Oito Pontas: uma experiência mental em animação. **Animation World Magazine**, [*s.l.*], v. 3.2, mai. 1998. Disponível em: https://www.awn.com/mag/issue3.2/3.2pages/3.2diniz_port.html. Acesso em: 10 fev. 2022.

MAGRO, Maria Cristina. **O que é uma teoria da linguagem**. Belo Horizonte: Faculdade de Letras da UFMG. Disponível em: http://www.letras.ufmg.br/cmagro/. Acesso em: 21 out. 2004.

MARTINS, Leda Maria. **Afrografias da memória:** o reinado do Rosário no Jatobá. 2. ed. São Paulo: Perspectiva; Belo Horizonte: Mazza Edições, 2021. *E-book*.

_____. Performances do tempo e da memória: os congados. **O Percevejo**: Revista de Teatro, Crítica e Estética, Rio de Janeiro, ano 11, n. 12, p. 68-83, 2003.

MATOS, Fernando Lewis de. **A morte tecida em notas musicais**. Entrevista a João Vitor Santos. Revista do Instituto Humanitas Unisinos, São Leopoldo, 496. ed., 31 out. 2016. Disponível em: https://www.ihuonline.unisinos.br/artigo/6683-fernando-lewis-de-mattos. Acesso em: 01 dez. 2022.

MATURANA, Humberto. **A ontologia da realidade**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1997.

_____. **Biologia del conocer, biologia del amor**. Buenos Aires: Grupo Fritzgestalt. Disponível em: http://www.fritzgestalt.com/artimaturana.htm. Acesso em: 28 out. 2004.

_____. **Cognição, ciência e vida cotidiana**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2001.

_____. **Da biologia à psicologia**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.

_____. **De máquinas e seres vivos:** autopoiese — a organização do vivo. 3. ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

_____. **Emoções e linguagem na educação e na política**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1999.

_____. Entrevista — Humberto Maturana. **Humanitates**: Revista do Centro de Ciências de Educação e Humanidades da Universidade Católica de Brasília (UCB). Brasília, v. 1, n. 2, n.p., nov. 2004. Disponível em: http://www.humanitates.ucb.br/2/entrevista.htm. Acesso em: 12 nov. 2004.

_____. **Oficina matriz biológica da existência humana** (Realização: Crescent e Rede de Conversações Sistêmicas). Belo Horizonte: Auditório do Sebrae, 01 mai. 2004.

_____. Um problema de desejo [Entrevista]. **Grupo Somaiê, UOL**. Disponível em: http://somaie.vilabol.uol.com.br/maturana1.html. Acesso em: 30 abr. 2004.

MATURANA, Humberto; VARELA, Francisco. **A árvore do conhecimento**. São Paulo: Palas Athena, 2001.

MAYHEW, Leon H. Public influence: a new paradigm. *In*: MAYHEW, Leon H. **The New Public**. Professional Communication and the means of social influence. Cambridge: Cambridge University Press, 1997. p. 118-154. [versão traduzida]

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. São Paulo: N-1 Edições, 2018a.

_____. **Crítica da Razão Negra**. São Paulo: N-1 Edições, 2018b.

_____. O direito universal à respiração. **Portal Mukanda**, Lisboa, 09 abr. 2020. Disponível em: https://www.buala.org/pt/mukanda/o-direito-universal-a-respiracao. Acesso em: 30 jan. 2023.

MEAD, George. **Mente, self e sociedade**. Petrópolis: Vozes, 2021.

MELO, Alexia *et al*. Juventudes contra violência: mobilização social e trabalho em rede na construção de uma campanha colaborativa na Grande Belo Horizonte. **Anais da IX Conferência Brasileira de Mídia Cidadã**, Curitiba, 2013. Disponível em: http://www.midiacidada.ufpr.br/wp-content/uploads/2013/10/Juventudes-contra-Viol%C3%AAncia.pdf. Acesso em: 05 jan. 2021.

MELO, Alexia *et al*. Metodologia: o jogo da reinvenção. *In*: LIMA, Rafaela. **Mídias comunitárias, juventude e cidadania**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

MELO, Edésio de Lara. **Marchas fúnebres:** tradição musical na microrregião de São João del-Rei/MG (1870-1965). Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, 2013.

MENDONÇA, Jeniffer. Entidades entram com ação no STF contra genocídio negro. **Ponte Jornalismo**, 12 mai. 2022. Disponível em: https://ponte.org/entidades-entram-com-acao-no-stf-contra-genocidio-negro/. Acesso em: 14 mai. 2022.

MENDONÇA, Ricardo Fabrino. Movimentos sociais como acontecimentos: linguagem e espaço público. **Lua Nova Revista de Cultura e Política**, São Paulo, n. 72, 2007.

MÉTODO. **Dicionário Etimológico**: etimologia e origem das palavras, [*s.d.*]. Disponível em: https://www.dicionarioetimologico.com.br/metodo/. Acesso em: 10 jan. 2023.

MIGUEL, Fabiano Koich. Psicologia das emoções: uma proposta integrativa para compreender a expressão emocional. **Psico-USF**, Bragança Paulista, v. 20, n. 1, p. 153-162, jan./abr. 2015.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. O que é a Covid-19?. **Gov.br**, 08 abr. 2021. Disponível em: https://www.gov.br/saude/pt-br/coronavirus/o-que-e-o-coronavirus. Acesso em: 22 de abril de 2022.

MLODINOW, Leonard. **Emocional:** a nova neurociência dos afetos. Rio de Janeiro: Zahar, 2022.

MORICEAU, Jean-Luc e MENDONÇA, Carlos Magno Camargos. Afetos e experiência estética: uma abordagem possível. In: MENDONÇA, Carlos Magno Camargos; DUARTE, Eduardo Duarte e CARDOSO FILHO, Jorge (org). **Comunicação e sensibilidade: pistas metodológicas**. Belo Horizonte: PPGCOM UFMG, 2016.

MOTORYN, Paulo. Bolsonaro cortou 93% do orçamento da Secretaria de Juventude e acabou com políticas públicas. **Brasil de Fato**, 27 jun. 2022. Disponível em: https://www.brasildefato.com.br/2022/06/27/bolsonaro-cortou-93-do-orcamento-da-secretaria-de-juventude-e-acabou-com-politicas-publicas. Acesso em: 01 dez. 2022.

MOTTA, César. **Por trás das palavras:** as intrigas e disputas que marcaram a criação do dicionário 'Aurélio', o maior fenômeno do mercado editorial brasileiro. Rio de Janeiro: Máquina de Livros, 2020.

NASCIMENTO, Abdias. **O genocídio do negro brasileiro:** processo de um racismo mascarado. 3. ed. São Paulo: Perspectiva, 2016.

NASCIMENTO, Denise Morado (org.). **Saberes [auto]construídos**. Belo Horizonte: C/Arte, 2015; AIC, 2016.

NASCIMENTO, Jefferson. A epidemia de desigualdade no Brasil. **Oxfam**, 16 jan. 2022. Disponível em: https://www.oxfam.org.br/blog/a-epidemia-de-desigualdade-no-brasil/. Acesso em: 22 abr. 2022.

NASIO, Juan-David. **O livro da dor e do amor**. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

NIETZSCHE, Friedrich. **O nascimento da tragédia**. São Paulo: Companhia de Bolso, 2020.

NOBRE, Carlos. **Mães de Acari:** uma história de protagonismo social. Rio de Janeiro: OUC Rio; Pallas, 2005.

NOVAES, Regina. Entre juventudes, governos e sociedade (e nada será como antes...). *In*: PAPA, Fernanda de Carvalho; FONTES, Maria Virgínia (org.). **Juventudes em pauta:** Políticas públicas no Brasil, São Paulo, v. 1, p. 343-366, 2011.

_____. Juventudes urbanas: o que podemos fazer juntos?. **Le Monde Diplomatique Brasil**, Dossiê Juventudes e Desigualdades no Urbano, São Paulo, 2015.

OLIVEIRA, Dennis. Movimentos sociais e uma nova cultura política em tempos de ação direta do capital. **Aracê:** Direitos Humanos em Revista, São Paulo, v. 1, n. 1, 2014.

OLIVEIRA, Flávia. O significado de 'nós por nós'. **O Globo**, 08 mai. 2020. Disponível em: https://oglobo.globo.com/opiniao/o-significado-do-nos-por-nos-24415860. Acesso em: 30 jan. 2022.

OSTROWER, Fayga. A criatividade na educação. *In*: PEREIRA, Maria de Lourdes Mäder. **A arte como processo na educação**. Rio de Janeiro: FUNARTE, 1981. Disponível em: https://faygaostrower.org.br/images/downloads/1981_fayga_a_criatividade_na_educa%C3%A7%C3%A3o.pdf. Acesso em: 12 fev. 2023.

_____. **A grandeza humana:** cinco séculos, cinco gigantes da arte – Leonardo da Vinci, Rembrandt, Goya, Cézanne e Picasso. Rio de Janeiro: Instituto Fayga Ostrower, 2020. Publicação eletrônica.

_____. **Criatividade e processos de criação**. 11. ed. Petrópolis: Vozes, 1996.

OUCHANA, Giselle. 'Vou fazer desse pedaço de pano um instrumento de Justiça', diz, durante velório, mãe de jovem morto na Maré. **O Globo**, 21 jun. 2018. Disponível em: https://oglobo.globo.com/rio/vou-fazer-desse-pedaco-de-pano-um-instrumento-de-justica-diz-durante-velorio-mae-de-jovem-morto-na-mare-22807464. Acesso em: 10 fev. 2023.

PAGEL, Mark *et al*. Ultraconserved words point to deep language ancestry across Eurasia. **Proceedings of the national academy of sciences of the United States of America**, Washington, v. 110, n. 21, 2013.

_____. How humans evolved language, and who said what first. **New Scientist**, Londres, n. 3059, 06 fev. 2016. Disponível em: https://www.newscientist.com/article/2075666-how-humans-evolved-language-and-who-said-what-first/. Acesso em: 02 dez. 2022.

PAIVA, Marcélia Guimarães. Lembranças de luto e de memória: os santinhos do arquivo de Filippe Coury. **Vozes, Pretérito & Devir**, Teresina, ano IX, v. 14, n. 1, 2022.

PAVIS, Patrice. **Dicionário de teatro**. São Paulo: Perspectiva, 2008.

PEQUENO Glossário Foucaultiano. **Cult**, 15 out. 2021. Disponível em: https://revistacult.uol.com.br/home/pequeno-glossario-foucaultiano/. Acesso em: 30 jun. 2022.

PETERS, Gabriel. A virada praxiológica. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 123, 15 dez. 2020. Disponível em: http://journals.openedition.org/rccs/11308. Acesso em: 12 mar. 2021.

Plataforma Política "Juventudes contra Violência". **Capa de Facebook da campanha Juventudes contra violência**. Facebook: @juventudescontraviolencia. Disponível em: https://www.facebook.com/juventudescontraviolencia. Acesso em: 10 jan. 2023.

PRADO, Adélia. **Poesia reunida**. São Paulo: Siciliano, 1991.

PRANDI, Reginaldo. **Mitologia dos Orixás**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. *E-book*.

QUEM Somos. **Revolução Artesanal**, [*s.d.*]. Disponível em: https://revolucaoartesanal.com.br/quem-somos/. Acesso em: 10 fev. 2023.

QUÉRÉ, Louis. A individualização do acontecimento no quadro da experiência pública. **Caleidoscópio**, Lisboa, v. 10, p. 13-37, 2011.

_____. De um modelo epistemológico da comunicação a um modelo praxiológico. *In*: FRANÇA, Vera; SIMÕES, Paula (org.). **O modelo praxiológico e os desafios da pesquisa em comunicação**. Porto Alegre: Sulina, 2018.

REAJA ORGANIZAÇÃO POLÍTICA. Reaja nas Ruas, 2017. Disponível em: http://reajanasruas.blogspot.com.br/. Acesso em: 10 set. 2017.

REDE BRASILEIRA DE PESQUISA EM SOBERANIA E SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL. **Olhe para a fome**, 2022. Disponível em: https://olheparaafome.com.br/. Acesso em: 05 jan. 2023.

REDE MÃES DE LUTA MG. **Facebook Mães de Luta**. Facebook: @maesdelutamg. Disponível em: https://www.facebook.com/maesdelutamg. Acesso em: 15 fev. 2023

REDE MÃES DE LUTA MG. Vídeo da Semana das Pessoas Vítimas de Violência do Estado / Semana das Mães. Instragram: @maesdelutamg. Disponível em: https://www.instagram.com/tv/CO3yfCYjCPR/?utm_source=ig_web_copy_link. Acesso em: 15 fev. 2023.

REDE MÃES DE LUTA MG. **Podcast Mães de Luta**. Spotify. Disponível em: https://open.spotify.com/show/2W94A80Ck47MlqvWzkJbQs?si=d97455069d574ce0. Acesso em: 15 fev. 2023.

REDE MÃES DE LUTA MG. **Podcast Mães de Luta_Episódio 1**: apresentação. Youtube, 12 mai. 2020. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=6UPgf7MX7R4&feature=youtu.be. Acesso em: 15 fev. 2023.

RIBEIRO, Cristiane. ***TORNAR-SE* NEGRO, *DEVIR* SUJEITO:** uma investigação psicanalítica acerca das reverberações clínicas e políticas do racismo. Dissertação (Mestrado em Promoção da Saúde e Prevenção da Violência) – Faculdade de Medicina, Universidade Federal de Minas Gerais, 2020.

RIBEIRO, Djamila. **Pequeno manual antirracista**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

_____. **Quem tem medo do feminismo negro?**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

RODRIGUES, Leo Peixoto; NEVES, Fabrício Monteiro. **Niklas Luhmann:** a sociedade como sistema. Porto Alegre: Edipucrs, 2012.

ROLNIK, Sueli. Memória do corpo contamina museu. **Transversal Texts**. European Institute for Progressive Cultural Policies, [*s.l.*], jan. 2007. Disponível em: https://transversal.at/transversal/0507/rolnik/pt#_ftnref9. Acesso em: 15 fev. 2023.

RUDY, Antonio Cleber. A outra face das cidades: intervenções (não institucionais) do espaço urbano – os squatters. **O Olho da História**, Salvador, v. 1, p. 1-16, 2019.

RUFINO, Luiz. **Pedagogia das encruzilhadas**. Rio de Janeiro: Mórula Editorial, 2019.

SALIH, Sarah. **Judith Butler e a teoria queer**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2016.

SALLES, Cecília Almeida. **Gesto inacabado:** processo de criação artística. São Paulo: FAPESP e Annablume, 2004.

SANDOVAL, Pablo Ximénez de. Alicia Garza, a ativista cuja mensagem nas redes deu origem ao 'Black Lives Matter'. **El País**, 12 out. 2020. Disponível em: https://brasil.elpais.com/internacional/2020-10-11/alicia-garza-uma-ativista-para-o-seculo-digital.html. Acesso em: 05 nov. 2020.

SANTOS, Alton Dias (org). **Metodologias participativas:** caminhos para o fortalecimento de espaços públicos. São Paulo: Peirópolis, 2005.

SANTOS, Boaventura de Sousa; MENEZES, Maria Paula (org.). **Epistemologias do Sul**. Coimbra: Edições Almedina, 2009.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **O fim do império cognitivo:** a afirmação das epistemologias do Sul. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019. *E-book*.

SANTOS, Rogério Luid Modesto. "**Você matou meu filho" e outros gritos:** um estudo das formas de denúncia. Tese (Doutorado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, 2018.

SECRETARIA NACIONAL DE JUVENTUDE, FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Índice de vulnerabilidade juvenil à violência 2017**. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2017.

SENNETT, Richard. **Juntos**. Rio de Janeiro: Record, 2019.

_____. **O artífice**. Rio de Janeiro: Record, 2009.

SERAFIM, Olindina Cirilo Nascimento. **Prática docente na pandemia em territórios quilombolas do Espírito Santo:** aquilombar para aprender e ensinar. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal Fluminense, 2022.

SCHERER-WARREN, Ilse. Para uma abordagem pós-colonial e emancipatória dos movimentos sociais. *In*: SCHERER-WARREN, Ilse; LÜCHMANN, Lígia Helena (org.). **Movimentos sociais e participação:** abordagens e experiências do Brasil e América Latina. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2011.

SERRANO, Pedro Estevão Alves Pinto. **Autoritarismo e golpes na América Latina:** breve ensaio sobre jurisdição e exceção. São Paulo: Alameda, 2016.

SILVA, Andreia Vicente; RODRIGUES, Cláudia; AISENGART, Rachel. Morte, ritos fúnebres e luto na pandemia de Covid-19 no Brasil. **Revista NUPEM**, Campo Mourão, v. 13, n. 30, p. 214-234, set./dez. 2021.

SILVA, Daniel Reis; HENRIQUES, Márcio Simeone (org.). **Públicos em movimento:** comunicação, colaboração e influência na formação de públicos. Belo Horizonte: Autêntica / Agência de Iniciativas Cidadãs, 2022.

SILVA, Sueli Maria Ramos. A devoção a Maria na Igreja Católica: Ladainha de Nossa Senhora (Ladainha Lauretana). **Recorte Revista Eletrônica**, Três Corações, v. 9, 1. ed, 2012.

SILVA, Uvanderson Vitor; SANTOS, Jaqueline Lima; RAMOS, Paulo César. **Chacinas e a politização das mortes no Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2019.

SIMAS, Luiz Antonio. **O corpo encantado das ruas**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.

SIMAS, Luiz Antonio; RUFINO, Luiz. **Fogo no mato:** a ciência encantada das macumbas. Rio de Janeiro: Mórula, 2018.

SIMÕES, Paula Guimarães. A mídia e a construção das celebridades: uma abordagem praxiológica. **Logos**, [*s.l.*], v. 16, n. 2, p. 67-79, mar. 2010. Disponível em: https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/logos/article/view/339. Acesso em: 12 mar. 2021.

SIQUEIRA, Vinícius. O que é alienação em Marx?. **Portal Colunas Tortas**, 05 fev. 2014. Disponível em: https://colunastortas.com.br/o-que-e-alienacao-em-marx/. Acesso em: 12 fev. 2023.

SISTEMA DE INFORMAÇÕES DO DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO NACIONAL. 12º Ciclo — INFOPEN. Brasília: Ministério da Justiça e Segurança Pública/Departamento Penitenciário Nacional, jun. 2022. Disponível em: https://www.gov.br/depen/pt-br/servicos/sisdepen/relatorios-e-manuais/relatorios/relatorios-analiticos/br/brasil-junho-2022.pdf. Acesso em: 05 jan. 2023.

SOARES, Lissandra Vieira; MACHADO, Paula Sandrine. "Escrevivências" como ferramenta metodológica na produção de conhecimento em Psicologia Social. **Psicologia política**, v. 17, n. 39, p. 203-219, 2017.

SOCHA, Eduardo. A invenção da duração (o tempo em Bergson). **Cult**, São Paulo, v. 153, p. 66-69, 01 dez. 2010.

SODRÉ, Muniz. **Samba, o dono do corpo**. 2. ed. Rio de Janeiro: Mauad, 1998.

SÓFOCLES. **Antígona**. Trad. Millôr Fernandes. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2021.

SPOSITO, Marília Pontes; CARRANO, Paulo César Rodrigues. Juventude e políticas públicas no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, [*s.l.*], v. 1, p. 16-39, 2003.

TACLA, Zake. **O livro da arte de construir**. São Paulo: Unipress Editora, 1984.

TAVARES, Felipe; PADILHA, Valquíria. Os sentidos do trabalho e a produção artesanal: casos do luthier e do mestre vidreiro. **Revista Mundi Engenharia, Tecnologia e Gestão**, Curitiba, v. 1, n. 1, 06 jan./jun. 2016.

TEATRO do Oprimido. **Enciclopédia Itaú Cultural**, 25 mai. 2017. Disponível em: https://enciclopedia.itaucultural.org.br/termo616/teatro-do-oprimido, Acesso em: 21 dez. 2022.

TEKO, Mano. **Quilombo Favela Rua part. Nelson Maca**. Youtube: Proceder, 18 set. 2017. Disponível em: https://youtu.be/eZuBzrfaaYk. Acesso em: 10 fev. 2023.

TEIXEIRA, Anísio. A pedagogia de Dewey. *In*: WESTBROOK, Robert B.; TEIXEIRA, Anísio (org.). **John Dewey**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010.

TEIXEIRA COELHO, José. **Antonin Artaud**. São Paulo: Brasiliente, 1982.

_____. **Dicionário Crítico de Política Cultural: Cultura e Imaginário**. São Paulo: Iluminuras, 1997.

THIOLLENT, Michel. **Metodologia da pesquisa-ação**. São Paulo: Cortez Autores Associados, 1986.

TITTONI, Jaqueline; TIETBOEHL, Lúcia Karam. Política na rua: subjetivação, resistência e ocupação dos espaços públicos. **Psicologia e Sociedade**, Recife, n. 32, 2020.

TORO, José Bernardo; WERNECK, Nísia Maria Duarte. **Mobilização social:** um modo de construir a democracia e a participação. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 1997.

TRINDADE, Rogerio Vanderlei de Lima. **A dimensão relacional da arte do presente e o presente da pesquisa sobre o ensino da arte contemporânea em programas de pós-graduação em educação**. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Santa Maria, 2017.

VAZ, Paulo; CARDOSO, Janine; FELIX, Carla Baiense. Risco, sofrimento e vítima virtual: a política do medo nas narrativas jornalísticas contemporâneas. **Revista Contracampo**, Niterói, n. 25, dez. 2012.

VELÓRIO. **Meu Dicionário**, [*s.d.*]. Disponível em: https://www.meudicionario.org/vel%C3%B3rio. Acesso em: 10 fev. 2023.

VERDEJO, Miguel Expósito. **Diagnóstico rural participativo**: guia prático DRP. Brasília: MDA/Secretaria da Agricultura Familiar, 2006.

VIESENTEINER, Jorge Luiz. O conceito de vivência (Erlebnis) em Nietzche: gênese, significado e recepção. **Kriterion**, Belo Horizonte, v. 54, n. 127, 2013. Disponível em: https://www.scielo.br/j/kr/a/bKmfZZSzhGkDGy58KN6yJLr/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 10 fev. 2023.

VIOLA, Paulinho da. **Coisas do mundo, minha nêga**. 2020. Disponível em: https://open.spotify.com/track/3zws9EVAdnGXeTvSx9hBMH?si=19fdffee56214e9a. Acesso em: 23 fev. 2023.

VINCI, Christian Fernando Ribeiro Guimarães. O conceito de experimentação na filosofia de Gilles Deleuze. **Sofia**, Vitória, v. 7, n. 2, p. 322-342, jul./dez. 2018.

VYGOTSKY, Lev Semionovitch. **A formação social da mente**. São Paulo: Martins Fontes, 1984.

_____. **Psicologia da Arte**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

_____. The problem of the environment. *In*: VAN DER VEER, René; VALSINER, Jaan (ed.). **The Vygotsky reader**. Oxford: Blackwell, 1994.

VIOLA, Enildo *et al*. Enredo e Samba: Grande Rio vai mostrar os caminhos de Exu. **G1**, 23 mar. 2022. Disponível em: https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/carnaval/2022/noticia/2022/03/23/enredo-e-samba-grande-rio-vai-mostrar-os-caminhos-de-exu.ghtml. Acesso em: 28 abr. 2022.

WAISELFISZ, Júlio Jacobo. **Mapa da violência 2010:** anatomia dos homicídios no Brasil. São Paulo: Instituto Sangari, 2010.

WEINTRAUB, Ana Cecília Andrade de Moraes; VASCONCELLOS, Maria da Penha Costa. Contribuições do pensamento de Didier Fassin para uma análise crítica das políticas de saúde dirigidas a populações vulneráveis. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 3, 2013.

YANG, Guobim. Emotions and social movements. *In*: RITZER, George. **The Blackwell Encyclopedia of Sociology**. Oxford: Blackwell Publishing, 2007, vol. 3, p. 1389-1392.

ZANELLA, Luiz Carlos. **Manual de organização de eventos:** planejamento e operacionalização. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.